



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Faculdade de Ciência da Informação - FCI**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCINF**

CAMILA DANIELA LIMA DE SOUZA GOMES

**CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS DA ORGANICIDADE  
COMO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO TEÓRICA DA ARQUIVOLOGIA**

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Angelica Alves da Cunha Marques

Brasília  
2019

CAMILA DANIELA LIMA DE SOUZA GOMES

**CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS DA ORGANICIDADE  
COMO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO TEÓRICA DA ARQUIVOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência  
da Informação.

Área de concentração: Gestão da informação

Linha de pesquisa: Organização da informação

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angelica Alves da Cunha Marques

Brasília  
2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GC183c Gomes, Camila Daniela Lima de Souza  
CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS DA ORGANICIDADE  
COMO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO TEÓRICA DA ARQUIVOLOGIA / Camila  
Daniela Lima de Souza Gomes; orientador Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Angelica  
Alves da Cunha Marques. -- Brasília, 2019.  
184 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)  
-- Universidade de Brasília, 2019.

1. Arquivologia. 2. Organicidade. 3. Princípio da  
Proveniência. 4. Ciclo vital dos documentos. 5. Nível de  
integração teórica. I. Marques, Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Angelica Alves da  
Cunha , orient. II. Título.

### FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** "Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia"

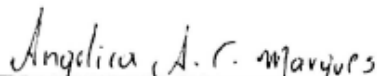
**Autor (a):** Camila Daniela Lima de Souza Gomes

**Área de concentração:** Gestão da informação

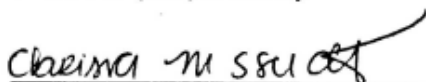
**Linha de pesquisa:** Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 08/08/2019.



**Profª Drª Angelica Alves da Cunha Marques**  
Presidente (UnB/PPGCINF)



**Profª Drª Clarissa Moreira dos Santos Schmidt**  
Membro Externo (UFF)



**Profª Drª Georgete Medleg Rodrigues**  
Membro Interno (UnB/PPGCINF)

---

**Prof Dr Renato Tarciso Barbosa de Sousa**  
Suplente - (PPGCINF/UnB)

Aos meus pais, João e Dora; meu marido, Walisson; à minha amada filha, Maria Fernanda e às minhas irmãs (quase filhas) Juju e Bia. A todos vocês com muito amor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai celestial, meu produtor, Deus amado a quem tenho vínculo eterno.

Aos meus pais, Dora e João, pelo amor e dedicação para que eu pudesse trilhar o caminho da vida com o amadurecimento necessário para que eu conseguisse chegar até aqui e ter persistência para continuar essa longa caminhada.

Ao meu marido, amor e amigo, Walisson, quem não me deixa desanimar. Quem provê minha sustentação emocional.

À minha filha amada, Maria Fernanda, meu presente divino. Minha nova razão de vida. Obrigada pelas doses diárias de estímulo e motivação.

Às minhas irmãs, Juliana e Beatriz, que me contagiam de alegrias e à família que ganhei quando casei: Rita, Lulu, Lelê, Fabiana, Gesilha, Ana, Herique, Heliana, Eliane e aos demais. Especialmente, agradeço por todo amor pela Maria Fernanda.

À minha amada Angel, mais que orientadora acadêmica: orientadora de vida. Obrigada por ter acreditado em mim e ter aceitado se aventurar comigo nessa pesquisa. Agradeço pelo olhar atento e certo e pelas sábias observações nesta caminhada por vezes árdua, mas sempre recompensadora.

Aos professores Georgete Medleg, Renato Sousa e Clarissa Schmidt por terem aceitado nosso convite. É uma honra tê-los nesse momento.

Aos meus amigos, minha segunda família, a quem conto nos melhores e piores momentos, especialmente à Mila (Camila da Gama), à Mari (Marina Tavares) e à Dê (Denise Guirra). Vocês sabem o quanto são especiais!

Às minhas amigas arquivistas Bruna de Melo, Inês Paiva, Isabella Massi, Marcella Mendes, Priscylla Araújo e Viviane Viana. Por toda a nossa construção acadêmica e fora dela (da UnB para a vida).

Ao Rodrigo Calazans, Ívina Flores e Cássio Costa Filho. Rô por ser quase um filho para mim, a quem desejo tudo de mais maravilhoso; Ívina por suas contribuições junto à nossa amiga Naza; e Cássio por sempre estar disposto a compartilhar conhecimentos.

Aos meus amigos da Telebras, especialmente à Jaqueline Ribeiro, Rafaela Teixeira, Geovana Cardoso, Rebecca Cardoso, ao Thiago Oliveira, Guilherme Araújo e Ramon Viana pelas trocas diárias que me fazem ver todo o sentido da organicidade.

Agradeço também à Luciana Duranti. Além de toda a sua contribuição para a Arquivologia, sempre pronta aos atendimentos por e-mail.

*"O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro."*

*(Machado de Assis, 1994)*

*"O arquivo petrifica esses momentos ao acaso e na desordem; aquele que o lê, que o toca ou que o descobre é sempre despertado primeiramente por um efeito de certeza. A palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real. Como se a prova do que foi o passado estivesse ali, enfim, definitiva e próxima. Como se, ao folhear o arquivo, se tivesse conquistado o privilégio de 'tocar o real'".*

*(Arlette Farge, 2009)*

## RESUMO

Os documentos de arquivo configuram-se como informação registrada, independentemente do suporte e como representações do real, propiciam a garantia de direitos, de obrigações e a preservação da memória. A sua produção e acumulação decorrem das funções e atividades de uma pessoa jurídica ou física e formam vínculos ligados ao produtor e ao conjunto do qual os documentos fazem parte. Esses vínculos possuem sentidos que convergem para um termo caracterizadamente arquivístico, convencionalmente chamado de “organicidade”. Na literatura da Arquivologia, esse termo é apresentado relacionado aos princípios, aos métodos e às funções arquivísticas, ainda sem consensos. Esta pesquisa objetivou analisar a construção conceitual da organicidade, por meio de um mapeamento histórico-epistemológico, a fim de identificar suas contribuições para a arqueologia dos saberes da Arquivologia. Mais especificamente, se propôs a: mapear os possíveis conceitos e definições de “organicidade”; identificar os termos que possuem relações semânticas com a “organicidade”; e investigar e sistematizar as aplicações teóricas e as relações da organicidade com o Princípio da Proveniência e as funções arquivísticas. Em uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa caracterizou-se como exploratória, descritiva e explicativa e foi realizada por meio de estudo bibliográfico. O universo de pesquisa contemplou 25 manuais internacionais e nacionais da área, produzidos entre 1898 e 2009, analisados a partir do Método da História Cruzada. Os resultados da pesquisa não apontaram uma definição explícita sobre o conceito de “organicidade”, mas identificaram que o discurso arquivístico está totalmente permeado pelos seus sentidos apresentados em outros termos como *archivalia*, complexo, conexão, conjunto, contexto, elo, evidência, relação, *universitas rerum* e vínculo. Conclui-se que a organicidade é um conceito fundamental para a compreensão da cientificidade da Arquivologia e de outros conceitos arquivísticos e suas aplicações como: arquivo, fundo, Princípio da Proveniência, ciclo vital, classificação, descrição e avaliação de documentos.

**Palavras-chave:** Organicidade. Arquivologia. Nível de integração teórica. Princípio da Proveniência. Funções arquivísticas. Ciclo vital dos documentos. Campo da informação.



## ABSTRACT

Documents are configured as registered information, independently of its support. As representations of reality, they provide the guarantee of rights, obligations, and they preserve memory. Producing and accumulating them is part of the functions and activities of a legal or physical person and develop links to the producer and to the whole the documents take part in. These links have meanings that converge to a term, characteristically from Archival Science, conventionally called "organicity". In Archival Science's literature, this term is related to archival principles, methods the functions, although without achieving any consensuses. This research aimed at analyzing the conceptual construction of organicity through a historical-epistemological mapping, in order to identify its contributions to the archeology of Archival Science's knowledge. More specifically, it had the purpose of: mapping the possible concepts and definitions to "organicity"; identifying terms that are semantically related to "organicity"; and investigating, as well as systematizing, the theoretical applications of organicity and how it relates to the Principle of Provenience and the archival functions. In a qualitative-quantitative approach, the research was characterized as exploratory, descriptive and explanatory, based on a bibliographic study. The universe of this reasearch included 25 international and national manuals of the area, produced between 1898 and 2009, analyzed through the *Histoire Croisée Method*. The results of the research did not point out an explicit definition for the concept "organicity", but identified that the archival discourse is completely permeated by the meanings this concept presented in other terms as *archivalía*, complex, connection, set, context, link, evidence, relation, *universitas rerum* and bond. It is concluded that organicity is a fundamental concept for the understanding of Archival Science's scientificity and the applications of other archival concepts, such as: archive, background, Principle of Provenance, life cycle, classification, description and evaluation of documents.

**Keywords:** Organicity. Archival Science. Level of theoretical integration. Principle of Provenience. Archival functions. Life cycle of documents. Field of information.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Configuração do (sub)campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia no campo da informação. ....	28
<b>Figura 2:</b> Relações entre a organicidade, os princípios, os métodos, as funções arquivísticas e as características dos documentos. ....	34
<b>Figura 3:</b> A aplicação do Metodo Storico segundo Casanova (1928).: .....	66
<b>Figura 4:</b> Proveniência e natureza da informação no organismo, com destaque à informação orgânica registrada. ....	118
<b>Figura 5:</b> A organicidade como critério norteador para a aplicação do Princípio da proveniência e das funções arquivísticas. ....	153
<b>Figura 6:</b> Diagrama do conceito de organicidade .....	159

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Manuais científicos, por país. ....	24
<b>Quadro 2:</b> Critérios para a caracterização de uma disciplina aplicados à Arquivologia. ..	30
<b>Quadro 3:</b> Tipos de relações entre conceitos segundo Dahlberg (1978). ....	35
<b>Quadro 4:</b> Síntese dos referenciais teóricos. ....	41
<b>Quadro 5:</b> Visitas de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil (1944-1987). .	133
<b>Quadro 6:</b> A organicidade na visão de Bellotto (2006). ....	138
<b>Quadro 7:</b> Exemplos das perspectivas da organicidade (vertical e horizontal). ....	156
<b>Quadro 8:</b> Síntese das considerações dos autores sobre a organicidade (conceitos, termos relacionados e relações com o Princípio da Proveniência e com as funções arquivísticas) .....	160

## LISTA DE SIGLAS

AAF - *Association des Archivistes Françaises*

CI - Ciência da Informação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTDE - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

DIRKS - *Designing and implementing recordkeeping systems*

FESP - Faculdade de Educação Superior do Paraná

GIRA – *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivística)

ICA – *International Council on Archives (Conseil International des Archives)*

InterPARES - *International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems*

ISAD(G) - *International Standard Archival Description (general)*

NARS - *National Archives and Records Service*

OEA - Organização dos Estados Americanos

PRO - Public Record Office

SLAIS - *School of Library Archival, and Information Studies*

TAC - Tabela de Áreas do Conhecimento

UBC - *University of British Columbia*

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

SAA - *Society of American Archivists*

# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1. PROBLEMA .....	20
1.2. JUSTIFICATIVA .....	20
1.3. OBJETIVOS .....	21
1.4. METODOLOGIA .....	21
1.4.1. Etapas da pesquisa e procedimentos metodológicos .....	22
1.4.2. Universo da pesquisa .....	23
<b>2. REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....	<b>25</b>
2.1. <i>Habitus</i> , campo científico, capital científico, disciplina científica, campo da informação e conceito para a compreensão da relação entre a organicidade e a Arquivologia. ....	25
2.2. Contribuições de Foucault para a compreensão do conceito de organicidade na Arquivologia .....	36
<b>3. A ORGANICIDADE INTERNACIONALMENTE</b> .....	<b>44</b>
3.1. HOLANDA (1898).....	45
3.2. INGLATERRA (1922-1986).....	50
3.2.1. A Manual of archive administration (Jenkinson, 1922).....	53
3.2.2. The management of information from archives (COOK, 1986) .....	57
3.3. ITÁLIA (1928-1990).....	61
3.3.1. Archivística (CASANOVA, 1928) .....	62
3.3.2. Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione (CARUCCI, 1983) ....	67
3.3.3. Archivística: principi e problemi (LODOLINI, 1984) .....	69
3.3.4. La teoria archivística italiana contemporanea: profile storico critico (1950- 1990), (TAMBLÉ, 1993).....	73
3.4. ALEMANHA (1953).....	77
3.5. ESTADOS UNIDOS (1956-1993).....	83
3.5.1. Arquivos modernos: princípios e técnicas (SCHELLENBERG, 1956) .....	85
3.5.2. Public and private records: their arrangement and description (SCHELLENBERG, 1963) .....	89
3.5.3. Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis (BERNER, 1983).....	90
3.6. ESPANHA (1979-1996).....	92
3.6.1. Documentacion y documentacion (CORTÉS ALONSO, 1979).....	93
3.6.2. Archivística general: teoría y práctica (HEREDIA HERRERA, 1986) .....	95
3.6.3. Manual de Archivística (CRUZ MUNDET, 1994) .....	97
3.6.4. La construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia (MARTIN- POZUELO CAMPILLOS, 1996).....	102
3.7. ARGENTINA (1961).....	106

3.8.	FRANÇA (1958) .....	109
3.9.	CANADÁ (1989-1994).....	110
3.9.1.	Diplomatics: new uses for an old Science (DURANTI, 1989).....	112
3.9.2.	Archival theory and electronic records (BAILEY, 1989-1990) .....	113
3.9.3.	Les fondements de la discipline archivistique (ROUSSEAU, COUTURE, 1994) 116	
3.10.	PORTUGAL (1999).....	123
4.	CONSTRUCTOS TEÓRICOS NACIONAIS ACERCA DA ORGANICIDADE.....	131
4.1.	Arquivos permanentes: tratamento documental (BELLOTTO, 1991) .....	135
4.2.	Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil (JARDIM, 1995) .....	139
4.3.	Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos (RONDINELLI, 2002)	140
4.4.	A nova arquivística na modernização administrativa (LOPES, 2009).....	144
5.	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	148
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	168
	APÊNDICE A: Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898- 2000).....	175
	APÊNDICE B: Manuais arquivísticos nacionais (1991-2009), segundo a literatura da área	177
	APÊNDICE C: GLOSSÁRIO .....	178

## 1. INTRODUÇÃO

*“O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível, como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte.” (FARGE, 2009, p. 15).*

O “*Sabor do arquivo*”, obra da historiadora francesa Arlette Farge, apresenta o arquivo sob a peculiaridade do documento: a testemunha, o ladrão e o traidor não têm a intenção de deixar registros de suas ações, mas, o que muda todo o entendimento desse contexto é que outras necessidades surgem para que suas palavras, seus atos e seus pensamentos sejam consignados, ou seja, os rastros, que foram produzidos naturalmente para cumprir as finalidades delituosas, são ingenuamente deixados para trás. Para a autora. “isso muda tudo, não apenas o conteúdo do que é escrito, mas também a **relação com ele**, sobretudo a **relação com o efeito de real**” (FARGE, 2009, p.16, grifos nossos).

Essas ponderações de Farge convergem para as características dos documentos de arquivo apresentadas por Duranti (1994). Segundo ela, os documentos nascem naturalmente a partir de uma necessidade humana de registrar suas ações. Como são naturalmente produzidos a partir de uma atividade, são únicos, pois, ainda que se consubstanciem em uma cópia, cada documento é resultado de uma determinada atividade. Além da naturalidade e da unicidade, as outras três características (imparcialidade, autenticidade e inter-relacionamento) são assim resumidas:

Sendo **imparciais** no que diz respeito à criação, **autênticos** no tocante aos procedimentos, e **inter-relacionados** no que tange ao conteúdo, os registros documentais estão aptos a satisfazerem os requisitos da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral. (DURANTI, 1994, p. 6, grifos nossos).

Da relação com o efeito de real (FARGE, 2009) dos documentos de arquivo conjugada com as suas características (DURANTI, 1994), é possível depreender que os documentos são o registro de representações lógicas e carregam consigo, desde a sua produção até a sua eliminação, vários vínculos. Um documento pressupõe tanto as informações nele registradas, como também ligações intelectualmente identificáveis com o seu produtor, com o conjunto documental a ele relacionado e, muitas vezes, com o meio

social<sup>1</sup>. Essas considerações especificam o documento de arquivo (como objeto de estudo da Arquivologia)<sup>2</sup> dos documentos estudados pelas demais disciplinas que compõem o campo da informação (Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação), conferindo-lhe a particularidade de representação do real e da (presunção) da verdade, como menciona Farge:

Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor o *Falar* do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza ao verbalizá-las. O que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em determinado momento histórico, produzem sentido. (FARGE, 2009, p. 35, grifo da autora).

Em trabalho posterior, Duranti e MacNeil (1996, p.53) afirmam que o *Archival bond* é um componente essencial dos documentos de arquivo, ao se referirem ao vínculo que cada registro tem com o anterior e o posterior no conjunto de relações conceituais entre os registros produzidos no curso da mesma atividade. Originário, o *Archival bond* existe no mesmo momento em que o registro é produzido ou recebido; necessário para cada registro, e determinado, quer dizer, caracterizado pelo propósito do registro.

Segundo a estudiosa, nos registros documentais tradicionais, esse vínculo torna-se implícito no arranjo físico. Já com relação aos registros eletrônicos, é necessário torná-lo explícito. Nesse caso, por exemplo, sua manifestação ocorre por meio do código de classificação atribuído a cada registro, assim se estabelecendo a relação entre registros que pertencem à mesma classe.

Em uma abordagem mais aplicada, Lemieux e Sporny (2017) propõem um modelo de dado e sintaxe a fim de preservar o *Archival bond* dos documentos, reconhecendo o seu papel no estabelecimento da autenticidade: implícito ao conceito de autenticidade, tem-se a questão de que o registro adquire uma identidade única, pois sem isso não seria possível garantir que um documento é aquilo que pretende ser. Cada documento, ainda que com as mesmas características de outro, adquire vínculos diferentes, pois possui um contexto de produção único e “é essa relação mútua natural entre documentos que participam da mesma

---

<sup>1</sup> Segundo a abordagem da macroavaliação de Terry Cook (1998).

<sup>2</sup> No Brasil, Arquivologia e Arquivística são termos utilizados indistintamente. A esse respeito, Schmidt (2012, p.74) pondera que, ao usarmos o termo “Arquivística”, nos referimos somente ao fazer e a sua utilização parece carregar certa desvantagem. Por outro lado, o uso de “Arquivologia” carrega mais “seriedade”, por estar vinculado ao saber, à teoria científica. Esse argumento ganha forças pelo uso consignado pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005) bem como pelo uso do termo nas tabelas de áreas do conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que justifica a nossa opção pelo uso de Arquivologia, para denominar a disciplina que tem por objeto de estudo os documentos de arquivo.



sequência causal que define o *Archival Bond*” (LEMIEUX; SPORNY, 2017, p. 1438, tradução nossa). Para as autoras, a base para o estabelecimento da autenticidade documental é o relacionamento mútuo, o significado e a identidade únicos de um registro. Desse modo, um mesmo documento pode ter uma densa rede de vínculos arquivísticos, que o caracteriza como único, da mesma forma que se um desses vínculos for modificado, automaticamente sua natureza será alterada e o tornará outro registro. É essa cadeia contínua e descontínua que transforma o significado e a autenticidade dos registros, na medida em que são tramitados. Com essas considerações é possível verificar a forte relação entre os conceitos e as práticas relacionadas à autenticidade e ao *Archival Bond*, que, no meio digital, pode ser expresso pelo código de classificação (LEMIEUX; SPORNY, 2017).

Rondinelli (2011, p. 220), a partir de uma análise exaustiva acerca das características do documento de arquivo com base nos manuais da área, afirma que é possível identificar o quanto essas características estão relacionadas umas às outras, bem como “aos pontos convergentes ao conceito de documento arquivístico, ou seja, natureza e organicidade”.

Os documentos arquivísticos surgem naturalmente no decorrer das atividades de uma pessoa física ou jurídica, como uma decorrência normal do ato de se registrar essas atividades. Desse registro espontâneo resulta uma **promessa de imparcialidade** dos documentos bem como um vínculo entre eles. Tal vínculo se traduz na relação orgânica que cada documento tem um com o outro e no fato do conjunto documental daí resultante ser dotado de organicidade. Como se trata de documentar atividades, cada documento é único no seu conjunto na medida em que ali desempenha uma função específica. Finalmente, a submissão desses documentos a procedimentos arquivísticos ininterruptos de gestão e de preservação, garante a sua autenticidade. (RONDINELLI, 2011, p. 220, grifos da autora).

Mesmo com alguns indícios, ainda não podemos afirmar que as características dos documentos de arquivo sejam suficientes para explicá-los. Entretanto, alguns estudos nos sugerem outras pistas. Sabemos que o “documento de arquivo” possui alguns significados, dentre eles o de ser “informação orgânica registrada” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65). O sentido de ser “orgânico” o especifica em meio aos demais documentos, o que nos inspira a estudar sobre a organicidade, objeto desta pesquisa.

Falar sobre os sentidos do arquivo e da organicidade nos remete às considerações de Bellotto quanto à especificidade dos arquivos, a qual, segundo ela, reside no seu caráter probatório e testemunhal: “é a organicidade a grande característica dessa especificidade dos documentos de arquivo”; é ela que faz com que os arquivos espelhem a estrutura, as funções e as atividades do seu produtor (BELLOTTO, 2014, sem paginação). Esta afirmação reitera

o posicionamento da autora em uma obra de 2010<sup>3</sup>, na qual Bellotto apresentou os princípios fundamentais que regem a organização dos arquivos, dentre eles, o “Princípio da Organicidade”.

A autora esclarece que os documentos se configuram como informação orgânica por carregarem consigo “as mesmas relações que se formam entre as competências e atividades das entidades” (BELLOTTO, 2014, p. 298).

Dessas duas considerações da autora, podemos observar que, ainda que seja atribuída a devida importância à organicidade, ora ela é apresentada como característica, ora como princípio arquivístico.

No Dicionário de Terminologia Arquivística, o verbete “Organicidade” é apresentado como a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 57). O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional, por sua vez, o apresenta como a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127), o que nos remete diretamente à naturalidade, como uma das características dos documentos de arquivo apresentadas por Duranti (1994).

No glossário de terminologia arquivística da *Society of American Archivists* (SAA), a organicidade não aparece como um verbete específico, mas como característica essencial de outros conceitos, tais como da “acumulação” (o **processo orgânico** pelo qual um conjunto de registros cresce a partir de um processo de rotina) (PEARCE-MOSES, 2005, p. 6, tradução nossa, grifos nossos) e da “natureza arquivística”: as características que são inerentes aos documentos de arquivo resultantes das circunstâncias de sua criação, incluindo naturalidade, **natureza orgânica** ou inter-relação, imparcialidade, autenticidade e singularidade (PEARCE-MOSES, 2005, p. 27, tradução nossa, grifos nossos).

Ainda que apareça explícita e implicitamente nas obras da Arquivologia, das suas práticas à sua demarcação teórica, a organicidade é objeto de estudo raro nas pesquisas da área e pouco parece ter sido feito em termos de analisar a sua concretização “no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008). Autora de uma dissertação cujo objetivo foi problematizar a preservação da organicidade da informação arquivística, Nascimento (2012) afirma que estudos de cunho teórico-conceitual acerca da organicidade são raros, porém necessários. Embora o termo faça parte rotineiramente do discurso dos autores e seja mencionado, mesmo

---

<sup>3</sup> A primeira edição da obra foi publicada em 1991. A que tivemos acesso foi a 4ª edição, 5ª e 6ª reimpressão (2010).

que indiretamente, nos principais conceitos da área e também nas salas de aula, “a organicidade não é uma questão resolvida” no âmbito da Arquivologia (NASCIMENTO, 2012, p. 108-109).

No sentido do que afirma Nascimento (2012) sobre a aplicação da organicidade aos principais conceitos da Arquivologia, destacamos as considerações de Sousa no âmbito da classificação. Para explicar e ao mesmo tempo atribuir importância a esta função arquivística, ele afirmou que a classificação:

é a função/intervenção que dá sentido e que preserva o **caráter orgânico** do conjunto, **espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico** e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação. (SOUSA, 2003, p. 241, grifos nossos).

Pelo olhar de outra função arquivística, a *International Standard Archival Description (general)* (ISAD(G)) indica que o objetivo da descrição multinível, do geral para o particular, é “representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 17). Nessa perspectiva, representar o contexto significa representar a relação orgânica que o documento possui com o conjunto, ou seja, é relatar os vínculos criados entre os documentos, as funções e as atividades no momento da sua produção, o que reflete em representar a organicidade.

Na avaliação, definir o valor de um documento significa dizer que ele ainda terá alguma relação orgânica por determinado tempo, ainda que esse tempo se traduza na perenidade. Inversamente, afirmar que um documento pode ser eliminado é o mesmo que dizer que ele não possui mais necessidade de uso para o seu produtor. Na abordagem acerca da macroavaliação, Cook (1998) afirma ser essencial que o documento não seja avaliado por si só, mas também pelo seu valor funcional e social, pelos vínculos que ele possa ter com o produtor e com a sociedade.

Rangel (2015) fomentou discussões acerca da organicidade em suas relações com o Princípio da Proveniência, ao buscar definições desse princípio. Na contramão dos estudos anteriores, ela não reconhece a organicidade como um princípio. Outrossim, Rangel (2015, p. 83) considera que “a organicidade está presente no discurso dos arquivistas, contudo, carece de reflexões sistemáticas”. Ou seja, nas duas pesquisas citadas (NASCIMENTO, 2012; RANGEL, 2015), cujos objetos de pesquisa relacionam-se à organicidade, identificamos o mesmo discurso: que a organicidade ainda necessita de estudos teórico-conceituais.

Dessas considerações, em especial aquelas trazidas por Duranti (1996) pelo menos duas questões nos chamam a atenção: 1) a forte aproximação ou variação linguística entre o termo *Archival Bond* e a organicidade e 2) a necessidade de estudos acerca do que é considerado organicidade dos documentos de arquivo, doravante nosso objeto de estudo.

Inspirados em Sousa, a hipótese desta pesquisa é: a organicidade é a “espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico” (SOUSA, 2003, p. 241).

## **1.1. PROBLEMA**

Silva (2006, p. 157) afirma que a organicidade é um “conceito muito caro aos arquivistas, mas que estes têm tido dificuldade em definir de forma clara e estável”. No mesmo sentido, Rondinelli assevera que a relação orgânica é um “princípio muito caro à Arquivologia” (RONDINELLI, 2005, p.58). Essas afirmações denotam a importância da organicidade, o que contrasta com a falta de clareza, mencionada por Rondinelli (2005), Nascimento (2012) e Rangel (2015). Nesse sentido, esta pesquisa se propôs a responder ao seguinte questionamento: como a organicidade foi construída na Arquivologia de modo a ser compreendida como o nível de integração teórica da área?

## **1.2. JUSTIFICATIVA**

Estudos recentes (MARQUES, 2007; 2011; SCHMIDT, 2012) identificaram que a Arquivologia possui necessidades de explorações conceituais que contribuam para a compreensão da sua autonomia científica. Os resultados dos estudos de Nascimento (2012) e Rangel (2015) apontam para a falta de consenso e pouca investigação conceitual sobre a organicidade no âmbito da Arquivologia.

Se a organicidade é a “espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico” (SOUSA, 2003, p. 241), o seu estudo é essencial para a compreensão da Arquivologia como disciplina científica, dos seus conceitos, princípios e métodos. Esperamos, assim, contribuir conceitualmente para a área, por meio de um estudo inovador de investigação das possíveis definições e do(s) conceito(s) de organicidade, a fim de colaborar no suprimento das lacunas teóricas mencionadas nos estudos anteriores e, assim, lograr capital científico para a Arquivologia.

### 1.3. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a construção conceitual da organicidade, por meio de um mapeamento histórico-epistemológico, a fim de identificar suas contribuições teóricas para a Arquivologia. Mais especificamente, os objetivos são:

- a) Mapear os possíveis conceitos e definições de “organicidade” em manuais internacionais e nacionais de Arquivologia;
- b) Identificar os termos que possuem relações semânticas com a “organicidade”;
- c) Investigar e sistematizar as aplicações teóricas e as relações da organicidade com o Princípio da Proveniência e com as funções arquivísticas.

### 1.4. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem quali-quantitativa e caracteriza-se, quanto aos seus objetivos, como exploratória, descritiva e explicativa, mediante um estudo bibliográfico. Como estratégia de investigação e estudo, partimos do *Método da História Cruzada*, apresentado por Werner e Zimmermann (2003) para análise das obras que fazem parte do nosso universo.

Mais que um modelo analítico – que equivaleria a congelar as coisas, aqui onde nós gostaríamos justamente de articular e colocá-las em movimento –, ela oferece a possibilidade de elaborar uma caixa de ferramentas que, ao integrar os aportes metodológicos já experimentados pela comparação e pelos estudos de transferência, permite apreender de maneira mais satisfatória a complexidade de um mundo composto e plural em movimento (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 23, tradução nossa).

Assim, os autores relatam que “a história cruzada, por sua vez, interessa-se tanto por aquilo que o cruzamento pode produzir de novo e inédito quanto pela maneira como ele afeta cada uma das partes ‘cruzadas’, supondo que elas permanecem identificáveis, mesmo que alteradas” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 97). Assim, a utilização desse método propicia a análise aprofundada e natural da construção do objeto desta pesquisa, na tentativa de identificar se há diversidade conceitual que pressupõe o entrecruzamento de abordagens temporal e espacialmente singulares e o seu entrelaçamento em torno da organicidade na trajetória teórico-epistemológica da Arquivologia.

Complementarmente, mas não menos importante, temos, Bourdieu (1989; 2001; 2004; 2007) e Foucault (2008) em nosso quadro teórico, a partir dos quais trabalharemos os

conceitos de *habitus*, campo científico e capital científico (do primeiro autor) e arqueologia dos saberes, *episteme*, positividade e enunciado, apresentados por Foucault.

#### **1.4.1. Etapas da pesquisa e procedimentos metodológicos**

Esta dissertação foi desenvolvida conforme as três etapas e os respectivos procedimentos metodológicos apresentados a seguir:

- a.** Mapeamento dos possíveis conceitos e definições de “organicidade” na Arquivologia.

A primeira etapa visou à realização do mapeamento conceitual da organicidade no âmbito da Arquivologia, com a identificação de conceitos e definições explícitos e implícitos de “organicidade” nos manuais mapeados por Marques (2011), apresentados no apêndice A, conforme o acesso que a eles tivemos.

- b.** Identificação e mapeamento dos termos que possuem fortes relações semânticas com a “organicidade”.

Realizamos o mapeamento dos termos que apresentam fortes aproximações semânticas com a “organicidade” tendo em vista a identificação de conceitos e definições a ela relacionados, inclusive como sinônimos, convergindo para os significados de organicidade a partir de interpretações, usos e considerações diversos.

- c.** Levantamento e sistematização das aplicações teóricas e relações da organicidade no âmbito do Princípio da Proveniência e das funções arquivísticas.

Para atendimento do terceiro objetivo, identificamos as aplicações teóricas e as relações da organicidade no âmbito do Princípio da Proveniência e das funções arquivísticas classificação, avaliação e descrição (SOUSA,2014; LOPES, 2009)<sup>4</sup> nos manuais internacionais e nacionais analisados.

Os resultados dessas análises foram sistematizados em um quadro, no qual estão sintetizados os três objetivos, inclusive identificadas as funções arquivísticas e as relações destas com a organicidade, conforme as referências dos manuais. A nossa intenção foi cumprir com as etapas articuladamente, mediante o mapeamento conceitual, a identificação dos termos relacionados e a sistematização dos usos teóricos da organicidade, conforme cada manual. No decorrer das nossas análises, identificamos também relações entre a

---

<sup>4</sup> Sousa (2014) destaca que essas três funções, juntas, constituem o coração das práticas arquivísticas. No mesmo sentido, Lopes (2009) assevera que “Metaforicamente, pode-se dizer que a classificação, a avaliação e a descrição são partes do sistema comandado pelo “coração” arquivístico.

organicidade e o ciclo vital e as características dos documentos, às quais julgamos importantes considerá-las em nossas análises.

#### **1.4.2. Universo da pesquisa**

O universo desta pesquisa contemplou 21 manuais arquivísticos internacionais e 4 nacionais, conforme levantamento de Marques (2011). A autora mapeou 203 manuais, dos quais tivemos acesso a 31 e selecionamos 25, excluindo as coletâneas. A menor quantidade de manuais nacionais se justifica em razão das poucas obras que poderiam ser caracterizadas como manuais científicos. Este conjunto compõe as nossas “fontes de autoridade”, que, segundo Kuhn (2005) “referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos” (KUHN, 2005, p. 176). Este corpo de conhecimentos arquivísticos subsidiou a consecução dos objetivos desta pesquisa, ao propiciar a compreensão da Arquivologia como disciplina científica, uma vez que “articulam a teoria e as práticas em torno de uma abordagem única e permitem a transmissão do estado dos conhecimentos bem como o estabelecimento de uma tradição” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 53), ou seja, o *habitus* (BOURDIEU, 2001) dessa disciplina. No capítulo 3, apresentamos o contexto da vida pessoal, acadêmica e profissional dos autores que passa a subsidiar a nossa análise, contribuindo para o entendimento dos enunciados que aparecem em cada obra.

As obras internacionais foram classificadas por país de publicação e, em seguida, pelo ano, conforme a data da primeira edição (embora procuramos analisar publicações mais recentes, à medida que tivemos acesso). Definimos essa estratégia, por entendermos que a classificação dos manuais nesses dois níveis nos auxiliaria a compreender o saber de cada estado (JARDIM, 1999) e facilitaria o entendimento dos contextos que marcaram a trajetória do pensamento arquivístico materializado nestes manuais, propiciando a aplicação do Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMEMANN, 2004).

Os manuais nacionais foram analisados em ordem cronológica de publicação.

O quadro 1 retrata a classificação do nosso universo, primeiramente por local de publicação, seguido da quantidade de obras do país e o ano (no caso de somente uma obra) ou o período abrangido (no caso de mais de uma obra por país).

**Quadro 1:** Manuais científicos, por país.

<b>PAÍS DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ANO/INTERVALO DE PUBLICAÇÃO</b>
Holanda	1	1898
Inglaterra	2	1922
Itália	4	1928 - 1990
Alemanha	1	1953
Estados Unidos	3	1956 - 1983
Espanha	4	1979 - 1996
Argentina	2	1982 - 1986
Canadá	3	1986 - 1994
Portugal	1	1999
Brasil	4	1991 - 2009

Fonte: elaboração própria.



## 2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Neste capítulo, buscamos autores da Filosofia e da Sociologia da Ciência, considerando que ambas oferecem possibilidades de análises no sentido de problematizar a epistemologia (CAMPOS, 2016). Assim, os conceitos apresentados pelo sociólogo Pierre Bourdieu (*habitus*, campo científico e capital científico) e pelo filósofo Michel Foucault (arquivo, arqueologia dos saberes e positividade) foram lentes teóricas importantes para este trabalho, que se propõe a compreender a trajetória da Arquivologia, a partir dos seus manuais.

No decorrer da primeira seção, apresentaremos o conceito de “campo da informação”, apresentado por Marques (2011) com base nos conceitos de Bourdieu (2001). Retomamos, também, o conceito de “disciplina” e as sete características que a individualizam (HECKHAUSEN, 1972), da mesma forma que apresentaremos algumas abordagens da teoria do conceito proposto por Dahlberg (1978). Na segunda seção, relacionaremos os conceitos de Foucault com o nosso objeto de pesquisa.

### **2.1. *Habitus*, campo científico, capital científico, disciplina científica, campo da informação e conceito para a compreensão da relação entre a organicidade e a Arquivologia.**

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), considerado estruturalista-construtivista, foi autor de obras e conceitos que contribuíram para o pensamento da Sociologia. O início dos seus estudos apontava para ideias estruturalistas. Entretanto, o sociólogo identificou certo “modismo” neste movimento (BOURDIEU, 2004, p. 16) e passou a questionar a neutralidade do estruturalismo. Nesse redirecionamento das suas ideias, Bourdieu assevera que:

[...] os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais –, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador. (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Assim, Bourdieu apresentou o construtivismo, segundo ele, um “estruturalismo genético”, voltado para a análise das estruturas objetivas dos diferentes campos, indissociável da análise da gênese, nos indivíduos biológicos, e da análise das próprias estruturas sociais (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (BOURDIEU, 2004, p. 149).

É possível identificar que o conceito-chave para a construção do pensamento de Bourdieu é o de “*habitus*”, que, para o autor, é um sistema de modos de perceber, sentir, fazer, pensar e que nos levam a tomar atitudes de determinada forma em uma circunstância dada. Para o sociólogo, o *habitus* é o “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). Está entre a estrutura e a ação e constitui o nosso modo de percepção de mundo, no qual se articula o passado e o futuro em um “*habitus* como transcendental histórico” (BOURDIEU, 2004, p. 96). Ele nos lembra ainda que este conceito nasceu como uma forma de lembrar que, “ao lado da norma expressa e explícita ou do cálculo racional, existem outros princípios geradores das práticas” (BOURDIEU, 2004, p. 96).

Outro conceito apresentado por Bourdieu foi o de “campo científico”, o qual é o espaço de lutas por competência e autoridade científica; a arena onde os agentes adquirem capital científico acumulado ao longo de sua trajetória e que se reflete na construção da ciência, isto é, o *habitus* científico (BOURDIEU, 2004).

O campo científico é um jogo em que é preciso munir-se de razão para ganhar. Sem produzir ou atrair super-homens, inspirados por motivações radicalmente diferentes daquelas dos homens comuns, ele produz e encoraja, por sua lógica própria, e à margem de qualquer imposição normativa, formas de comunicação particulares, como a discussão competitiva, o diálogo crítico, etc., que tendem a favorecer de fato a acumulação e o controle do saber. (BOURDIEU, 2004, p.46).

O estudioso nos esclarece que “na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo” (BOURDIEU, 1989, p. 145). Adentramos, então, no conceito de “capital científico” e, conseqüentemente, de “poder simbólico”, nos quais autor destaca que as relações objetivas de poder têm a tendência de se reproduzirem nas relações de poder simbólico. Em um campo de batalhas, a luta simbólica “pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente

garantido” (BOURDIEU, 2004, p. 163). A partir dessa consideração, podemos compreender as relações entre o capital científico, o poder e o campo científico. O ganho de capital científico a partir da busca por poder simbólico é o que define a conquista de espaço no campo científico

Das relações entre o *habitus* e o campo científico, reguladas pelo capital científico, dá-se o reconhecimento da “autonomia científica”, ligada ao monopólio da nomeação legítima. Para o sociólogo, trata-se de “uma conquista histórica que está sempre a recomençar” (BOURDIEU, 2001, p. 96, tradução nossa), conforme os conflitos e as alianças teóricas por espaços no campo científico. São lutas diárias por espaço e capital que refletem diretamente nas ações e repercussões internacionais e nacionais de cada disciplina, representadas por seus agentes e atores responsáveis por provocar as constantes mudanças e transformações no campo científico:

Os agentes, com seus sistemas de disposições, sua competência, seu capital, seus interesses, se afrontam no interior desse jogo que é o campo, numa luta para fazer reconhecer uma maneira de conhecer (um objeto e um método), contribuindo, assim, para conservar ou transformar o campo de forças. (BOURDIEU, 2001, p. 123, tradução nossa).

Com base nos conceitos apresentados por Bourdieu, Marques (2011) conclui que não há sentido para que a Arquivologia, uma disciplina com objeto, métodos e princípios próprios, esteja subordinada à Ciência da Informação, conforme definem as tabelas de áreas do conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), inclusive pelas histórias distintas das duas disciplinas. Ela apresentou o histórico das referidas tabelas, de 1976 a 2005, incluindo a Ciência da Informação e a Arquivologia, e identificou o quanto a Ciência da Informação foi emancipada no campo da informação (MARQUES, 2011).

A partir dos seus levantamentos, mapeamentos e análises, qualitativas e quantitativas, acerca da trajetória da Arquivologia, Marques (2011) concluiu que ela reúne critérios para se caracterizar como uma disciplina independente na TAC. Destacou, ainda, que houve uma proposta da comissão do CNPq, ainda não aprovada, que classifica a Arquivologia como uma área independente da Ciência da Informação e que, talvez, a aprovação dessa proposta pudesse proporcionar novos horizontes à Arquivologia.

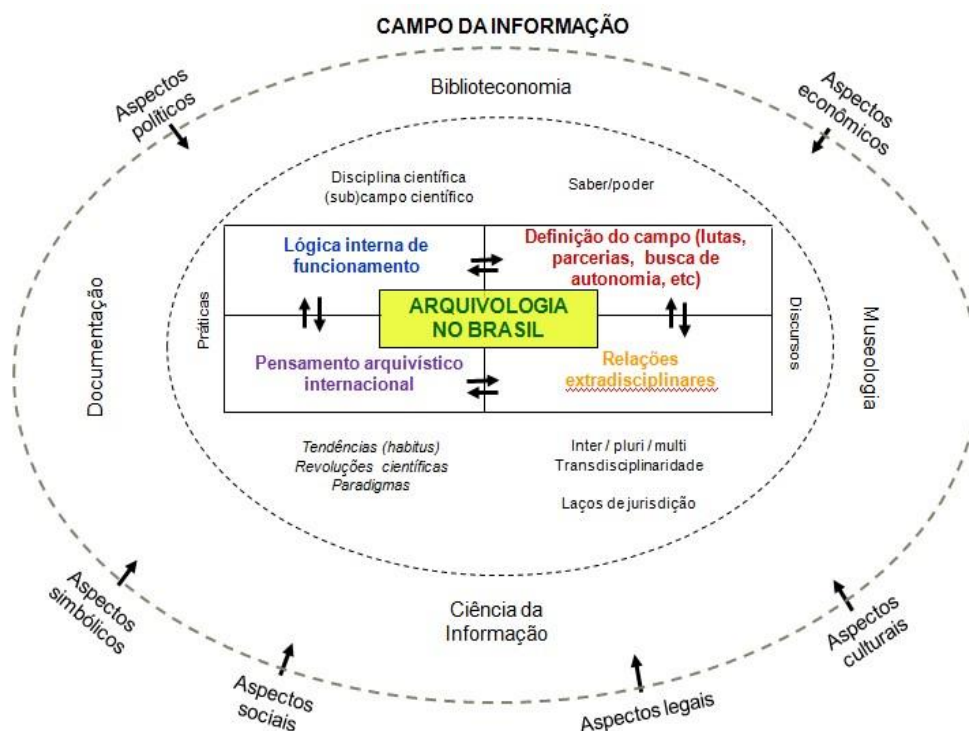
Ainda com base nos conceitos apresentados por Bourdieu, Marques apresenta o “campo da informação” como sendo “o campo científico e profissional que abriga

disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (MARQUES, 2011, p.76). Assim, a autora defende que:

Neste campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI, como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares. (MARQUES, 2011, p.76).

Mesmo delimitando esse universo a partir da proximidade acadêmico-institucional da Arquivologia com as disciplinas mencionadas, ela reconhece que outras disciplinas, como a Comunicação e a Ciência da Computação, também poderiam ser abrangidas no campo da informação. Esclarece, porém, que a restrição às quatro disciplinas ocorreu devido aos vínculos institucionais que as agregam, situação especialmente verificada no Brasil (MARQUES, 2011). A figura 1 demonstra os aspectos do (sub)campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia no campo da informação, conforme a análise da autora

**Figura 1:** Configuração do (sub)campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia no campo da informação.



Fonte: Marques (2011).

As bordas dos círculos que delimitam o campo e as disciplinas estão propositadamente pontilhadas para demonstrar a porosidade existente neste universo, pois, segundo Bourdieu (2001), os campos são lugares de constantes mudanças e transformações. Lutas e trocas caracterizam esses espaços, uma vez que cada campo sempre está em busca de autonomia, *status* e reconhecimento, semelhantemente à disciplina, entendida como:

[...] campo relativamente estável e delimitado, portanto, relativamente fácil de identificar; tem um nome reconhecido escolar e socialmente [...]; está inscrita em instituições, laboratórios, departamentos universitários, revistas, instâncias nacionais e internacionais (congressos), processos de certificação de competências, sistema de retribuição, prêmios. A disciplina é definida pela posse de um capital coletivo de métodos e conceitos especializados cujo domínio constitui o requisito de admissão tácito ou implícito no campo. (BOURDIEU, 2001, p. 92).

Essa relatividade estável e delimitada dos campos e das disciplinas, afirmada por Bourdieu, reforça a compreensão das trocas inerentes a esses espaços. Além da porosidade ilustrada na figura 1, destacamos também as possíveis relações, identificadas nas intersecções entre campos e disciplinas, concretizadas em torno da gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, como processos gerais que perpassam o campo da informação, especificados nos objetos, nos métodos e nos princípios próprios de cada uma das disciplinas que o compõem.

Além de Bourdieu, Marques utilizou as considerações de outros autores (BERGER<sup>5</sup>, 1972; HECKHAUSEN, 1972; BOISOT<sup>6</sup>, 1972; PALMADE<sup>7</sup>, 1979; GEERTZ, apud GOMES, 2001<sup>8</sup>) para analisar as relações da Arquivologia com outras disciplinas. Heckhausen se diferenciou por apresentar sete critérios que caracterizam a natureza de uma disciplina, os quais foram relacionados com a Arquivologia, por Marques (2007), conforme podemos verificar no quadro 2. Segundo o autor, a disciplina refere-se à exploração científica especializada de um determinado campo de estudo específico e homogêneo e a exploração de novos conhecimentos que substituam os mais antigos. Assim, “o exercício de uma disciplina leva à constante formulação e reformulação da quantidade atual de

---

<sup>5</sup> BERGER, Guy. Opinions e réalités. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 19-24.

<sup>6</sup> BOISOT, Marcel. Discipline et disciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 90-97.

<sup>7</sup> PALMADE, Guy. Interdisciplinaridad y ideologias. Madrid: Narcea, 1979.

<sup>8</sup> GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. DataGramZero, v. 2, n. 4, ago/2001.

conhecimento adquirida no campo em questão” (HECKHAUSEN, 1972, p. 83, tradução nossa).

**Quadro 2:** Critérios para a caracterização de uma disciplina aplicados à Arquivologia.

CRITÉRIOS DEFINIDOS POR HECKHAUSEN	DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO	APLICAÇÃO À ARQUIVOLOGIA
Domínio material	Conjunto dos objetos, no sentido comum do termo, sobre os quais se assenta uma disciplina.	As informações produzidas, recebidas e acumuladas em decorrência das atividades de instituições (públicas ou privadas) e pessoas naturais (incluindo as famílias), mais precisamente os documentos de arquivo.
Domínio de estudo	Muitos subconjuntos, visivelmente circunscritos, de fenômenos relevantes de um mesmo domínio material.	Os arquivos e os fundos
Nível de integração teórica	O tipo de categoria, à qual pertencem os fenômenos observáveis relevantes de um domínio de estudo.	A organicidade

CRITÉRIOS DEFINIDOS POR HECKHAUSEN	DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO	APLICAÇÃO À ARQUIVOLOGIA
Métodos	Toda disciplina elabora seus métodos particulares, a fim de entender os fenômenos observáveis que se destacam no seu domínio de estudo ou para transformar esses fenômenos em informações mais adaptadas ao problema estudado.	A conjugação das características dos documentos de arquivo – imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade (DURANTI, 1994) – com as funções arquivísticas – produção, avaliação, aquisição/recolhimento, classificação, descrição, conservação/preservação, difusão/acesso – (COUTURE, 2003; RODRIGUES, 2003), conduzida pelo Princípio da Proveniência, define os métodos da Arquivologia aplicados a situações práticas.
Aplicações práticas	As disciplinas diferem, consideravelmente, quanto à sua possibilidade de aplicação e de utilização prática nos domínios de atividade profissional. Em regra geral, as disciplinas orientadas para aplicações práticas e para domínios de atividades profissionais bem estabelecidas são mais ecléticas que puras, na concepção epistemológica que elas têm de seu valor como ciências. A obrigação de encontrar aplicações práticas tem uma considerável influência na organização da sua estrutura, de suas atividades de pesquisa e de seus programas nas universidades. As disciplinas estreitamente ligadas à prática profissional se caracterizam por um “atraso científico” considerável entre o exercício da profissão (e mesmo o ensino pluridisciplinar da universidade) e o atual estado da pesquisa “pura” no domínio de estudo correspondente.	Decorrentes da aplicação dos métodos a situações práticas.
Instrumentos de análise	Estratégias lógicas, raciocínios matemáticos e construção de modelos de processos complexos de retroação.	Os instrumentos de gestão de documentos de arquivo (diagnóstico, plano de classificação, tabela de temporalidade e os instrumentos de pesquisa, como o guia, o inventário, o catálogo, o repertório).

CRITÉRIOS DEFINIDOS POR HECKHAUSEN	DEFINIÇÃO DO CRITÉRIO	APLICAÇÃO À ARQUIVOLOGIA
Contingências históricas das disciplinas	Cada disciplina é fruto de uma evolução histórica e se encontra, a todo momento, numa fase de transição. Algumas disciplinas evoluem e se modificam mais rapidamente, enquanto outras parecem esgotar todas as suas possibilidades de evolução. As contingências históricas que aceleram ou freiam o desenvolvimento e o progresso de uma disciplina não são todas devidas à lógica interna do domínio de estudo explorado pelos homens de ciência qualificados. As disciplinas são, igualmente, submissas às forças externas, em constante evolução, tais como o prestígio do acordo da opinião pública, os valores sociais e culturais, as ideologias políticas e as condições econômicas. Essas forças exógenas não determinam somente os recursos materiais, como também criam um clima, mais ou menos propício ao seu desenvolvimento. Enfim, as contingências externas se conjugam por modelar a mentalidade dos homens da ciência, orientando seus gostos em matéria de pesquisa e suas preocupações teóricas.	Os avanços e recuos na trajetória histórico-epistemológica dos arquivos e da Arquivologia, perpassados por questões relacionadas às tecnologias, às técnicas e à legislação, permitem a compreensão da configuração científica da disciplina e do seu domínio material.

Fonte: Elaboração própria com base em Marques (2007) e Heckhausen (1972).

Dos sete critérios apresentados por Heckhausen, destacamos o nível de integração teórica como sendo a organicidade, objeto desta pesquisa. Importa-nos ressaltar que foi possível identificar que a Arquivologia atende a todos os demais critérios. Além disso, destacamos, também, que não cabe, no âmbito desta pesquisa, apresentar todos os autores que definem os critérios que caracterizam uma disciplina, mas sim apresentar um referencial para subsidiar nossa análise.

Semelhantemente à Marques, Schmidt dedicou-se aos estudos epistemológicos da Arquivologia. Em sua tese, a autora defende que:

[...] pensar a história de uma ciência é ir às suas origens e compreender a constituição de seu Saber, assim, analisar a história dos arquivos é pensar a trajetória da Arquivologia, lugar no qual, com os olhos de hoje, vivemos e construímos a área. Afinal, os arquivos possuem uma existência muito antiga, enquanto a Arquivologia, que não pode ser despreendida da história dos arquivos, começa a delinear uma configuração científica a partir de desenvolvimentos técnicos de seu Fazer na segunda metade do século XVIII. (SCHMIDT, 2012, p. 94).

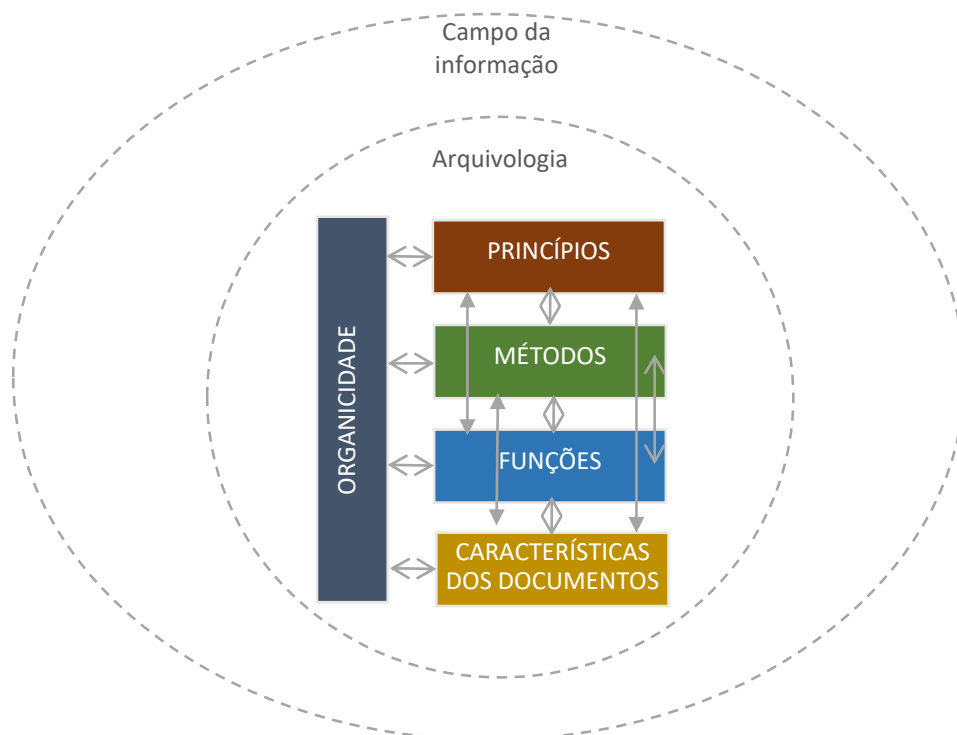


Podemos inferir do entendimento das duas autoras que a Arquivologia está em busca de espaço e reconhecimento científico e social. Sob os alicerces dos conceitos de Bourdieu, a Arquivologia atravessa um momento de busca por capital simbólico (que se traduz em reconhecimento e poder) e espaço no campo científico. Ainda que não esteja explicitamente contemplada em nossos objetivos a análise da construção epistemológica da Arquivologia, mesmo porque isso já foi realizado em outros trabalhos (MARQUES, 2011; SCHMIDT, 2012), em certa medida essa análise decorrerá da nossa compreensão que parte da ideia de que a organicidade está intimamente relacionada aos lugares conquistados pela Arquivologia (campo científico); à construção dessas conquistas ao longo do tempo (*habitus*) e às repercussões e reconhecimentos alcançados (capital científico), pois os vínculos característicos da organicidade são intrínsecos aos documentos de arquivo, objeto de estudo da disciplina, segundo Schmidt (2012). Desta forma, inferimos que compreender esses três conceitos propostos por Bourdieu esclarece como a Arquivologia conquista seus espaços no campo científico e de que modo ela se mantém neles, sob a análise da organicidade.

No caso da Arquivologia, observamos que a sua história “combina temporalidade e atemporalidade” considerando a atuação de “escolas, manuais, autores e atores, paradigmas, rupturas e continuidades nas suas variadas conformações contingenciais”, que, liberta de uma submissão à história, a disciplina passa a estabelecer parcerias com outras disciplinas para cumprir com o objetivo de recuperação da informação, deixando de ser uma disciplina meramente prática para alçar, também, voos no campo da pesquisa e alcançar reconhecimento no campo da informação (MARQUES, 2011, p. 295).

A figura 2 demonstra as relações no âmbito da Arquivologia (disciplina) especificadas por aquelas entre a organicidade (nível de integração teórica), os princípios, os métodos e as funções arquivísticas (aplicações práticas). Utilizamos também como base o entendimento de Sousa de que a organicidade é a “espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico” (SOUSA, 2003, p. 241) e de Marques (2013, p. 99), a qual considera que a relação das sete funções arquivísticas, delimitadas por Couture (2003) com os métodos da área, aplicados à luz dos princípios arquivísticos, particularizam-na no campo da informação.

**Figura 2:** Relações entre a organicidade, os princípios, os métodos, as funções arquivísticas e as características dos documentos.



Fonte: elaboração própria.

Para fechar esta seção, acrescentamos que como nos propomos a fazer uma análise histórico-epistemológica da construção do conceito de “organicidade” na Arquivologia, recorreremos aos estudos sobre a análise do conceito, pois a nossa intenção é explicitá-la como um objeto individual (DAHLBERG, 1978). Essa delimitação é um avanço no âmbito do campo científico e repercute em capital científico (BOURDIEU, 2004) para a Arquivologia.

Toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimentos, atributos, etc) pode-se falar de objetos individuais. Pode-se dizer que o que caracteriza os objetos individuais é a presença das formas do tempo e espaço. Os objetos individuais estão aqui e agora. (DAHLBERG, 1978, p.101).

Dahlberg (1978, p.106) explica que a definição de um conceito é entendida de formas diferentes, entretanto, independentemente disso, é consensual a importância da definição para as comunicações e para a construção de sistemas científicos:

Alguns chamam definição a explanação do sentido de uma palavra; outros, a simples descrição de um objeto; outros têm a tendência de restringir o conceito de

definição aos processos contidos nos sistemas axiomáticos da matemática e da lógica. E entre estes há também métodos diversificados para obtenção de definições. Seja como for, quaisquer que sejam as opiniões a respeito das definições, existe consenso no afirmar que as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos. (DAHLBERG, 1978, p.106).

No âmbito relacional entre os conceitos, Dahlberg (1978) destaca que quando conceitos diferentes possuem características em comum, entre eles há relações, as quais elencamos no quadro 3. Dentro do tipo de relação lógica, temos as relações de identidade, que destaca as mesmas características nos conceitos comparados, como ocorre entre o sentido da organicidade horizontal e inter-relacionamento. Já quando um conceito está contido em outro, observamos uma relação de implicação, relação identificada entre os conceitos das características documentais e a organicidade, uma vez que aqueles conceitos auxiliam na explicação deste.

**Quadro 3:** Tipos de relações entre conceitos segundo Dahlberg (1978).

	TIPO DE RELAÇÃO	EXPLICAÇÃO
Identidade $A(x, x, x) B(x, x, x)$	LÓGICA	As características são as mesmas.
Implicação $A(x, x) B(x, x, x)$	LÓGICA	O conceito A está contido no conceito B.
Intersecção $A(x, x, o) B(x, o, o)$	LÓGICA	Os dois conceitos coincidem algum elemento.
Disjunção $A(x, x, x) B(o, o, o)$	LÓGICA	Os conceitos se excluem mutuamente. Nenhuma característica em comum.
Negação $A(x, x, o) B(o, x, o)$	LÓGICA	O conceito A inclui uma característica cuja negação se encontra em B.
	HIERÁRQUICA	Se dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro, então entre eles se estabelece a relação hierárquica ou relação de gênero e espécie.
	PARTITIVA	A relação partitiva existe entre um todo e suas partes. Ex: Árvore (tronco, folhas, flores).
	OPOSIÇÃO	As relações de oposição podem ser das seguintes espécies: contradição (ex: numérico — não numérico) e contrariedade (branco — preto).
	FUNCIONAL	As relações abstrativas e as relações partitivas aplicam-se principalmente a conceitos que expressam objetos e que as relações de oposição se aplicam principalmente a conceitos que expressam propriedades (EX: produção - produto - produtor – comprador).

Fonte: elaboração própria, com base em Dahlberg.

## 2.2. Contribuições de Foucault para a compreensão do conceito de organicidade na Arquivologia

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês que nos anos 1960 inseriu-se na corrente estruturalista, a exemplo de Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes e Jacques Derrida (PADILHA; CABRAL, 2011). Deleuze<sup>9</sup>, outro filósofo francês e amigo de Michel Foucault, escreveu um livro em homenagem ao amigo, cujo título da obra é simplesmente “Foucault”. Já no início do livro, Deleuze (2005) ocupa-se de justificar porque considera Michel Foucault como “um novo arquivista”, parecendo atribuir a Foucault uma nova atuação com a compreensão do redimensionamento da profissão a partir das considerações sobre “enunciado”. Assim, ele afirma que “o novo arquivista anuncia que vai se ocupar somente dos enunciados. Ele não vai tratar daquilo que era, de mil maneiras, a preocupação dos arquivistas anteriores: as proposições e as frases” (DELEUZE, 2005, p. 13). Mais adiante Deleuze esclarece melhor:

Acreditamos que um enunciado, uma família de enunciados, uma formação discursiva, segundo Foucault, define-se antes de mais nada por linhas de variação inerente ou por um campo de vetores que se distribuem no espaço associado: é o enunciado como **função primitiva** ou o primeiro sentido de “regularidade”. (DELEUZE, 2005, p. 18, grifos do autor).

É importante mencionar que alguns autores da Arquivologia observaram relações dos pensamentos de Foucault com a área e apresentaram conexões em suas publicações. Jardim (1995), por exemplo, inicia o capítulo “O mundo como sistema” com uma citação de Foucault (1990, p. 278) que, analisando a obra de Cuvier<sup>10</sup>, considera como o conceito de “organização” já era existente na história natural. Schwartz e Cook (2002, p. 6), no artigo sobre “Arquivos, registros e poder”, apresentam que, à luz da crescente reflexão sobre o arquivo fora do âmbito arquivístico, os profissionais da área devem se atentar para outras abordagens, dentre elas, a dos arquivos e o seu nexos de poder/conhecimento descrito por Foucault. Fonseca (2005) também traz uma consideração em um capítulo de sua obra sobre a “Arquivologia e modernidade”, ao buscar se alinhar à proposta de *episteme* de Foucault:

---

<sup>9</sup>Gilles Deleuze nasceu em 18 de janeiro de 1925 e é considerado um dos maiores filósofos do século passado. Deleuze estudou Filosofia na Universidade de *Sorbonne*, Paris, entre 1944 e 1948. Durante sua vida toda foi professor, primeiro em liceus (até 1957) e depois em universidades.

<sup>10</sup>G. Cuvier. *Tableau élémentaire de l'histoire naturelle*. Paris, ano VI, pp. 20-1.

Algo como uma visão de mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos que imporia a cada um as mesmas formas e os mesmos postulados [...]. Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados [...]. (FOUCAULT apud FONSECA, 2005, p. 34-35).

Foucault foi precursor de vários conceitos, alguns deles utilizados nesta dissertação. Com relação ao conceito de *episteme*, citado por Fonseca (2005), o autor destacou a sua diferenciação das outras formas possíveis de história das ciências: é a “análise das formações discursivas, das positivities e do saber, em suas relações com as figuras epistemológicas e as ciências” (FOUCAULT, 2008, p. 214). A descrição da *episteme* faz parte de um campo infinito e ilimitado em torno do conhecimento, a qual possibilita compreender o “jogo das coações e das limitações que, em um momento determinado, se impõem ao discurso, sendo, pois, o que, no âmbito das positivities, possibilita o aparecimento das ‘figuras epistemológicas e das ciências’” (FOUCAULT, 2008, p. 214-215). Desse modo, de acordo com o autor, a *episteme* é o estudo do conjunto de conhecimentos de uma determinada ciência e das forças que propiciam a formalização deste conjunto.

Na obra “A arqueologia do saber”, Foucault inicia com a afirmação de que a história deixou de ser uma mera interpretadora de documentos ou definidora da “verdade” acerca deles. Após passar por uma “mutação epistemológica”, sob o viés da arqueologia, a história contextualiza os documentos, que passam a adquirir o *status* de monumentos. Nesse sentido, Foucault ratifica que houve um tempo em que a arqueologia era a disciplina dos monumentos mudos, referindo-se ao passado da disciplina História, que se utilizava de rastros inertes e dos objetos sem contexto, a qual somente fazia sentido tendo como base um discurso histórico. Entretanto, a História de hoje “se volta para a arqueologia – a descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2008, p. 8). Apropriamo-nos das considerações de Foucault (2008), adequando-as à perspectiva arquivística no entendimento de que os documentos analisados contextualmente podem ser compreendidos como monumentos.

É possível depreender que, para Foucault, uma vez analisado o contexto e as relações do documento, este passa a adquirir o *status* de “monumento”. Esta proposição relaciona-se intrinsecamente ao nosso objeto de pesquisa, pois, sem analisar o contexto e as relações do documento, não é possível identificar a sua organicidade, ou seja, a sua singularidade arquivística.

A positividade, por sua vez, citada no conceito de *episteme*, trata-se, segundo o autor, da unidade que é possível ser mantida através do tempo, caracterizada por ser a identidade

formal do discurso (FOUCAULT, 2008). Assim, podemos inferir que a positividade é a força que governa e mantém o discurso, que, no caso Arquivologia, mantém a sua identidade a nível mundial, embora existam singularidades nos diferentes contextos nacionais. Esta identidade, “governada” pela força da positividade, está formalizada, em grande parte, nos manuais da área, as nossas “fontes de autoridade” (KUHN, 2005). Tal força governa, inclusive, a influência que determinados manuais exercem, o que pode justificar que uns possam ter mais repercussão internacional do que outros.

As práticas discursivas, por sua vez, se caracterizam como o “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área [...] as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Sob esta perspectiva, buscamos identificar a construção discursiva acerca da organicidade, representada nos manuais ao longo tempo. Para Schmidt (2012, p. 68), “a linguagem, quando transformada em discurso, é um dos principais meios de comunicação e também pelo qual se manifestam e se estabelecem diferenças entre as áreas do Saber”. Assim, a autora afirma que o fato que considerou o Manual dos arquivistas holandeses, de Mueller, Feith e Fruin (1898) como a “porta de entrada” da Arquivologia no mundo científico foi a sua atuação discursiva. Embora ela não tenha feito esta relação em sua tese, para nós, a associação das suas ideias com o que fora anunciado por Foucault é nítida dentro da perspectiva da nossa análise.

Quanto ao termo “arquivo”, Foucault, não o relaciona à linguagem arquivística. No âmbito da Arquivologia, é possível verificar diversas definições para “arquivo”, como: a) o conjunto de documentos; b) a entidade responsável pelo serviço, a qual Heredia Herrera (2007) salienta a necessidade de usar a escrita com inicial maiúscula e c) as instalações onde funcionam o Arquivo e o móvel destinado à guarda dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27).

Para Foucault, o arquivo está além do que os conceitos arquivísticos expressam: é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 147). Mais especificamente, na busca das suas contribuições para o objeto desta pesquisa, destacamos da definição do autor que:

[...] o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras

**segundas relações múltiplas**, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2008, p. 147, grifos nossos).

Foucault afirma que o arquivo “é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa” e também “o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (FOUCAULT, 2008, p. 147), novamente possibilitando a compreensão dos manuais como “fontes de autoridade” em contextos espaço-temporais que ultrapassam aqueles de sua publicação, diante da sua repercussão internacional.

O arquivo, para Foucault, se relaciona ao “enunciado”, pois para ele o arquivo é o sistema de enunciabilidade e existe na raiz do enunciado-acontecimento (FOUCAULT, 2008, p. 147). Além da apresentação do arquivo como a coisificação do enunciado e a descrição das formações discursivas, o estudioso associa o arquivo à arqueologia, ao explicar que, não sendo esta disciplina, a arqueologia, a busca pelo início de tudo ou pelo estudo ou exploração da Geologia, ele a traduz como a “descrição dos discursos das práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2008, p. 149).

Ao retomar o contexto de desenvolvimento da arqueologia do saber de Foucault, Marques (2011) entendeu que este conceito foi importante para compreender as relações de poder e saber que perpassam a Arquivologia e, mais especificamente, “como a Arquivologia teria deixado de ser um simples conjunto de técnicas para a organização empírica de arquivos e teria sido concebida como uma disciplina, com um objeto próprio de estudo” (MARQUES, 2011, p.48). Nessa direção, e adentrando na própria disciplina, entendemos que este conceito é essencial para compreendermos como a organicidade apresenta-se no “emaranhado de interpositividades” os quais foram afixados nas nossas fontes de autoridades, consolidados em momentos e contextos diferentes. A nossa análise dar-se-á nesse transcendental histórico (*habitus*) do nível de integração teórica da Arquivologia (organicidade)

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, uma ciência, uma racionalidade, uma mentalidade, uma cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador (FOUCAULT, 2008, p.180)

Assim, nos apropriamos das contribuições de Foucault para esta pesquisa, no sentido de ler nos manuais, universo da nossa análise, os enunciados representantes e descritores de práticas arquivísticas contingenciais que, ao serem registrados e repercutidos, propiciaram o delineamento e a formação de uma disciplina científica, a Arquivologia, conferindo-lhe um

*habitus*, na perspectiva de Bourdieu (2001). O “enunciado”, segundo o filósofo, diz respeito à unidade elementar do discurso como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Além de apresentar o arquivo em suas formulações, Foucault destaca que o documento não é mais para a História um objeto de inércia, por meio do qual ela tenta reconstruir o que foi dito e feito pelos homens no passado, “ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, **relações**” (FOUCAULT, 2008, p. 7, grifo nosso). A sua proposta pode ser, assim, relacionada ao nosso objeto, o estudo histórico-conceitual da organicidade na Arquivologia, pela ideia de conjunto e de relações, sob um olhar arqueológico, da arqueologia dos seus saberes, para utilizarmos mais uma expressão de Foucault (2008), do mesmo modo que se relaciona ao nosso método de pesquisa, da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), mediante uma análise relacional e não meramente comparativa.

Com base no que preceitua Foucault, entendemos que os enunciados são as bases para as construções dos princípios, tendo em vista a “materialidade repetível” que pressupõe os enunciados (FOUCAULT, 2008, p. 122). Sobre essas regras de formação, elas não têm lugar na mentalidade ou na consciência das pessoas, mas sim no próprio discurso (FOUCAULT, 2008, p.132).

A partir das contribuições conceituais de Foucault, podemos concordar com Deleuze (2005) quanto à sua afirmação de que seu amigo foi um arquivista. Arquivo, documento, arqueologia do saber, positividade e enunciado relacionam-se diretamente com os discursos arquivísticos, principalmente por causa dos vínculos e das relações que pressupõem esses conceitos, não somente entre eles, mas com a representação da ação no documento. Como o autor anunciou, sem a realização de uma análise contextual de um documento, ele é um objeto mudo, enquanto que uma análise contextualizada pode transformá-lo em um monumento. Essa análise contextualizada evidentemente nos remete à organicidade, objeto desta pesquisa.

A seguir, os referenciais teóricos serão reapresentados em um quadro que sintetiza os conceitos e as suas contribuições para esta pesquisa. É possível depreender como os autores comungam em suas percepções gerais sobre a ciência que está em constante luta/batalha por reconhecimento e conquistas no âmbito do campo científico.



**Quadro 4:** Síntese dos referenciais teóricos.

	AUTOR	INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO	APLICAÇÃO/CONTRIBUIÇÕES PARA A DISSERTAÇÃO
DISCIPLINA	Heckhausen (1972)	Exploração científica especializada de um determinado campo de estudo específico e homogêneo e a exploração de novos conhecimentos. Sete critérios determinam uma disciplina: 1) domínio material; 2) domínio de estudo; 3) nível de integração teórica, 4) métodos; 5) instrumentos de análise; 6) aplicações práticas e 7) contingências históricas.	O objeto desta pesquisa trata-se do nível de integração teórica da Arquivologia, a organicidade.
	Bourdieu (2001)	Cada disciplina (como campo) é definida por um <i>nomos</i> particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irreduzível àquele de uma outra disciplina (BOURDIEU, 2001, p. 103)	Partindo da nossa concepção de que a organicidade se define como sendo o nível de integração teórica da Arquivologia, ela alcança, de modo transversal, todos os critérios necessários para definir a Arquivologia enquanto disciplina no âmbito do campo ao qual ela está inserida (campo da informação).
CONCEITO	Dahlberg (1978)	Toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível (coisas, fenômenos, processos, acontecimentos, atributos, etc) pode-se falar de objetos individuais, caracterizados pela presença das formas do tempo e espaço. Os objetos individuais estão aqui e agora. (DAHLBERG, 1978, p.101).	Nosso estudo compreende um esforço no sentido de delimitar o conceito de organicidade, entendendo-o como um objeto único.
CAMPO CIENTÍFICO	Bourdieu (2001)	Espaço de lutas a fim de conquistar ou manter espaço, reconhecimento e poder.	A Arquivologia está em constante luta por reconhecimento e poder em uma arena de conflitos e alianças. A organicidade é um conceito que perpassa as bases da Arquivologia, as quais consideramos serem os princípios, métodos e funções da área, que a singularizam no campo da informação.

	AUTOR	INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO	APLICAÇÃO/CONTRIBUIÇÕES PARA A DISSERTAÇÃO
HABITUS	Bourdieu (2001)	É o sistema de modos de perceber, sentir, fazer, pensar e que nos leva a tomar atitudes de determinada forma em uma circunstância dada. Aloja-se entre a estrutura e a ação e constitui o nosso modo de percepção. Nesta definição, Bourdieu articula o passado e o futuro e define o “ <i>habitus</i> como transcendental histórico”	O conceito de <i>habitus</i> repercute na nossa análise temporal dos saberes da Arquivologia e a relação com a organicidade. Se o <i>habitus</i> é o que está entre a estrutura e a ação, podemos considerar que a organicidade é o que constitui o <i>habitus</i> da Arquivologia.
CAPITAL CIENTÍFICO	Bourdieu (2004)	A delimitação do campo advém de um capital específico, o capital científico, que é a força (simbólica) que regula as relações no campo científico (espaço) ao longo do tempo ( <i>habitus</i> ).	Os manuais da área representam esse capital específico, os quais, em considerável parte, regulam e delimitam o subcampo ao qual a Arquivologia faz parte. É mister considerar que eles são frutos de um conjunto de saberes de uma determinada época. Buscamos compreender a permeabilidade da organicidade no âmbito dos discursos aos quais estão inseridos esses manuais publicados em épocas e instâncias, nacionais e internacionais, distintas.
EPISTEME	Foucault (2008)	A episteme possibilita a análise das formações discursivas, das positivities, do saber e proporciona uma melhor compreensão do jogo realizado pela ciência.	A análise epistemológica nos permite compreender a evolução da ciência ou parte dela, como proposto nesta dissertação. Em relação aos conceitos de Bourdieu, a epistemologia nos abre caminhos para a compreensão de como são travadas as lutas, como e quais foram os seus resultados. Foucault usa da metáfora de “jogos” para a definição dessas conquistas, enquanto Bourdieu compreende ser uma verdadeira luta na arena científica. De toda forma, a episteme nos possibilita entender essas lutas/jogos provocados por seus atores.
ARQUEOLOGIA DO SABER	Foucault (2008)	Tendo como base a verdade do discurso de Platão e uma relativização da proposta de Kuhn (novas formas de saber a verdade), Foucault considera que os saberes são governados por regras, além das gramaticais e lógicas, que atuam na consciência e definem um universo de possibilidades conceituais, delimitando os pensamentos, o uso da linguagem e, conseqüentemente, os discursos, que são estabelecidos em camadas ininterruptas de efeitos. A arqueologia do saber propicia a análise contextualizada dos documentos, produtos de um determinado contexto, o que possibilita transformá-los em monumentos.	As relações e os contextos utilizados para definir a Arqueologia relacionam-se ao nosso objeto de estudo: a organicidade no âmbito arquivístico. Todo documento nasce em um contexto e, por isso, é dotado de organicidade. A análise contextualizada é o que propicia a mais adequada compreensão de um documento sob a perspectiva arquivística. Além disso, nosso estudo consolida-se em analisar a construção do saber arquivístico e dentro desse contexto a organicidade possui destaque no seio dos discursos e enunciados arquivísticos.

	AUTOR	INTERPRETAÇÃO DO CONCEITO	APLICAÇÃO/CONTRIBUIÇÕES PARA A DISSERTAÇÃO
ENUNCIADO/DISCURSO	Foucault (2008)	Foucault define o enunciado como a unidade elementar do discurso, ao passo que o discurso, além de ser um conjunto de enunciados, obedece a regras de funcionamento comuns que não são somente linguísticas, como também critérios formais e históricos determinados.	Sob as lentes de Foucault, a nossa análise epistemológica em torno do conceito de “organicidade” busca identificar os discursos e enunciados relacionados ao nosso objeto, ou seja, tudo o que contribui e se relaciona à formação do conceito caracterizado como organicidade, nos recortes definidos em nosso universo de análise.
ARQUIVO	Foucault (2008)	Para Foucault o arquivo não se traduz no conjunto de texto, mas é a demarcação do campo enunciativo. É o que define o aparecimento de acontecimentos e coisas.	Foucault apresenta uma ressignificação da palavra “Arquivo”, a qual é a base da disciplina Arquivologia. Se importam para nossa pesquisa os enunciados e discursos relacionados à organicidade, importa-nos também o que demarca o campo enunciativo, que para Foucault, trata-se de ser o Arquivo.
POSITIVIDADE	Foucault (2008)	É a força que governa e mantém o discurso.	É a positividade que governa e mantém o conceito de organicidade internacionalmente, independentemente do local em que este for enunciado. É mister considerar que consideraremos, no nosso rol de análise, manuais internacionais e nacionais. É possível que identifiquemos semelhanças nas definições apresentadas, as quais são governadas pela positividade dos discursos.
CAMPO DA INFORMAÇÃO	Marques (2011)	No âmbito científico, é o campo da informação que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação).	O objeto de estudo desta pesquisa é um conceito abarcado pelo domínio teórico de uma das disciplinas que compõe este campo: a Arquivologia. Logo, o campo da informação interessa-nos, sobretudo por abrigar disciplinas que estão em constantes trocas, lutas e parcerias.

Fonte: elaboração própria.

### 3. A ORGANICIDADE INTERNACIONALMENTE

[...]parece hoje mais do que em qualquer outra época necessário fazer todos os esforços a fim de obter definições corretas dos conceitos, tanto mais que o contínuo desenvolvimento do conhecimento e da linguagem nos conduz à utilização de sempre novos termos e conceitos cujo domínio nem sempre é fácil manter. A importância das definições evidencia-se também quando se tem em vista a comunicação internacional do conhecimento. É pelo domínio perfeito das estruturas dos conceitos que será possível obter também perfeita equivalência verbal.

(DAHLBERG,1978, p.106)

Neste capítulo, apresentamos a análise de 21 manuais internacionais, separados por país de publicação. A partir dessa separação, em cada seção estão os conceitos e as definições acerca da organicidade, direta ou indiretamente; os possíveis termos relacionados, bem como as relações da organicidade com as funções arquivísticas, com o ciclo vital e com o Princípio da Proveniência.

Diante da inviabilidade de realizar uma análise minuciosa da organicidade sob a perspectiva da análise do discurso, da positividade, do *habitus*, da influência desses discursos no campo científico e da geração de capital científico para a Arquivologia, optamos por apresentar um contexto geral sobre a produção da obra, a vida do autor e as suas contribuições para a compreensão da organicidade ao longo do tempo, na medida em que tivemos acesso a essas informações. Para os países representados por mais de um manual (Itália, Estados Unidos, Espanha e Canadá), foi possível dissertar sobre um panorama geral da Arquivologia, tendo como base os enunciados apresentados.

No âmbito do campo científico, espaço onde estão abrigadas as lutas por capital científico, Bourdieu afirma que “os agentes, com seus sistemas de disposições, sua competência, seu capital, seus interesses, se afrontam no interior desse jogo, que é o campo, numa luta para fazer reconhecer uma maneira de conhecer (um objeto e um método), contribuindo, assim, para conservar ou transformar o campo de forças” (BOURDIEU, 2001, p. 123). Nesse sentido, tendo como foco o agente que rege as lutas e imprime esforços para vencer as batalhas nesta grande arena, buscamos contextualizar a vida e a obra de cada autor, sem perder o foco do nosso objeto.

### 3.1. HOLANDA (1898)

O primeiro país com publicação de um manual que será objeto da nossa análise é a Holanda<sup>11</sup>. A obra *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven*, traduzida para o português como “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” e mais conhecida como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, foi escrita por três autores e apresenta cem regras, definidas pelos autores como capítulos, para o arranjo e a descrição de arquivos.

Um dos autores, Samuel Muller, nasceu em Amsterdã em 22 de janeiro de 1848 e morreu em Utrecht em 5 de dezembro de 1922, mesmo ano em que Hilary Jenkinson publicou seu manual. Muller foi arquivista da cidade de Utrecht (1874 – 1918) e do estado na província de Utrecht (1879 – 1920). Atuou como presidente da Sociedade de Arquivistas da Holanda entre 1893 e 1910 e, posteriormente, entre 1913 e 1920 (DURANTI; FRANKS; 2019). Muller pode ter sido o mais conhecido dentre os três autores por ter expressado a influência do pensamento francês para a Arquivologia graças à sua experiência na *École Nationale des Chartes*, em Paris, no ano de 1873 (SCHMIDT, 2012).

Outro autor do manual, Johan Adriaan Feith, nasceu em Groningen, cidade ao Norte dos países baixos, em 25 de setembro de 1858, e morreu em 28 de janeiro de 1913. Foi *chartermester* (arquivista sênior) no Arquivo do Estado em Groningen (1885-1892) e arquivista de estado na província de Groningen (1892-1913). Atuou à frente da presidência da Sociedade de Arquivistas na Holanda entre 1910 e 1913, período em que Muller não o foi (DURANTI; FRANKS; 2019). Johan Feith foi responsável por vinte e seis das cem seções do Manual, mas foi criticado pelos outros autores por ter uma escrita sucinta, destoante da escrita dos demais (SCHMIDT, 2012).

Já Robert Fruin nasceu em Dordrecht, cidade ao Sul da Holanda, em 22 de novembro de 1857, e morreu em Haia em 26 de outubro de 1935. Fruin também foi *chartermester*, mas nos arquivos do estado em Utrecht (1888–1894). Foi também: arquivista de estado na província de Zeeland (1894–1910), professor de história jurídica na Universidade de Amsterdã (1910–1912) e arquivista de estado geral (arquivista nacional) (1912-1932). Também atuou como presidente da Sociedade de Arquivistas na Holanda a partir do fim do segundo período de presidência de Muller (1920-1932) (DURANTI; FRANKS; 2019). Após

---

<sup>11</sup> Embora já existissem manuais desde o século XVI, conforme aponta Fonseca (2005).

sua coautoria no Manual, ele continuou escrevendo e publicando sobre arquivos (SCHMIDT, 2012).

Consta no manual que cada uma das 11 províncias do Estado do Reino da Holanda possuía o seu Arquivo de Estado que era administrado por arquivistas, e que, à época da sua publicação, era subordinado ao Ministério do Interior. Diante da necessidade de se estudar, compreender e solucionar os “problemas de arquivo”, foi criada a Associação Holandesa de Arquivos, fundada em 17 de junho de 1891, em Haalen, a qual teve, como já informamos, os três autores deste manual como presidentes. A primeira reunião aconteceu um ano depois da sua fundação, em 9 de julho de 1892. As reuniões foram, então, realizadas anualmente em cidades diferentes até que a associação se empenhou em elaborar um guia para os arquivos holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973).

Tendo como norte o nosso objeto de pesquisa, destacamos como a organicidade está presente no discurso (FOUCAULT, 2008) dos holandeses, ao traduzir-se no *habitus* (BOURDIEU, 2004) da comunidade arquivística, a partir da publicação dessa obra. A versão traduzida para o português, em 1973, por nós analisada, não apresenta a “organicidade” explicitamente, mas, se utiliza do “todo orgânico” para definir o conceito de arquivo. Essa relação entre conceitos, como este entre “arquivo” e “organicidade” é definida por Dahlberg (1978) como implicação, quando um conceito (no caso, organicidade) está contido no outro (no caso, arquivo):

O arquivo é, ao contrário, **um todo orgânico, um organismo vivo** que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18, grifos nossos).

Implicitamente, a ideia de organicidade também está presente na definição de arquivo, por meio do termo “conjunto” (esta definição foi adotada unanimemente pela Associação de Arquivistas do Estado holandês):

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos, material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13).

Ratificando a importância do discurso (o todo orgânico), essas definições estão contidas em um tópico do primeiro capítulo do Manual intitulado “um arquivo é um todo orgânico”. Os autores apresentaram que foi levantada a questão de quando um documento

deve ser considerado um conjunto, tal como um rocio (orvalho). A resposta para o questionamento é que o arquivo é um todo, tão logo ele deixe de ser apenas uma parte e que se tenha a certeza de que não existam outras partes em outros lugares. Caso ocorra uma segregação, o conjunto deverá ser restabelecido a partir daquelas partes. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 14)

O questionamento dos autores (quando um documento deve ser considerado um rocio) nos remete à ideia de sedimentação, fato que ocorre naturalmente, logo, nos remetemos à naturalidade, que é uma das cinco características dos documentos de arquivo, propostas por Duranti<sup>12</sup> (1994). Sob uma perspectiva contemporânea, podemos analisar alguns dos enunciados do manual, relacionando-os à essas características. Na regra que orienta o preenchimento de lacunas dos arquivos com cópias, são apresentadas, implicitamente, a organicidade e, explicitamente, a autenticidade. Além disso, é possível depreender a naturalidade (da constituição dos fundos), contraposta à artificialidade das coleções. Diante dessa análise, é possível identificar o nascimento da positividade do discurso arquivístico em torno das características dos documentos:

O arquivo é um **todo orgânico**, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa. Ao se preencherem as suas lacunas com cópias modernas de documentos, que talvez lhe pertencessem, produz-se compilação que **não foi originada organicamente**, mas, sim, **reunida de maneira artificial**. Ao fazê-lo, colocam-se no arquivo papéis recentes que não lhes eram próprios e aos quais falta o caráter de **autenticidade** das peças originais. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 117, grifos nossos).

Por outro lado, os autores chamam a atenção para a desintegração dos dossiês, que “destrói a relação natural entre os documentos” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 43). É mencionado, como exemplo, que, no final do século XVIII, vários documentos foram encontrados dispersos somente sendo possível identificar, acidentalmente, e por meio de uma nota, que eles eram provenientes do Gabinete de Luís XVI. Após juntá-los, pôde-se ter conhecimento de parte da história do reinado dele. Este exemplo, segundo o Manual, era citado por um professor da *École Nationale des Chartes*, que sempre recomendava a manutenção do respeito aos fundos. Identificamos, pois, a intrínseca associação entre a relação natural e o respeito aos fundos, mediante a manutenção do nexos conceitual entre a relação natural, tal como fora apresentada pelos autores, e a organicidade (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 43).

---

<sup>12</sup> Conforme mencionado na introdução deste trabalho, as cinco características dos registros documentais são: autenticidade, imparcialidade, inter-relacionamento, naturalidade e unicidade.

O discurso do arquivo como um todo e, também, a ideia acerca da organicidade, também são aplicados para fins de descrição (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973). Atribui-se importância à essa função quando indicam a realização de um inventário único, pois, nesta lógica, e de um ponto de vista científico, seria possível transformá-lo num todo, pouco importando “o ponto em que os documentos estejam preservados” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 35). Nessa perspectiva dar-se-ia o que, mais tarde, seria conhecido como o acesso intelectual<sup>13</sup>, por meio da descrição, formalizada nos instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, no inventário mencionado pelos holandeses os quais representam os vínculos orgânicos dos documentos. Este entendimento é ratificado atualmente por outros autores (ROUSSEAU; COUTURE; 1994; SILVA et al., 1999) que entendem o fundo em uma perspectiva mais lógica do que física ao se buscar a preservação da organicidade, independentemente dos lugares em que os documentos de um mesmo fundo estejam armazenados.

Do início ao fim da obra, as definições dos autores são conduzidas pela organicidade, que se traduz na grande balizadora das sentenças. As orientações para o respeito à ordem original, especialmente definidas nas regras 16 e 17, estão ligadas umbilicalmente pelo respeito à organicidade. Eles definem que “o sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 44) e, de fato, respeitar a ordem original dos arquivos é o respeito à gênese dos documentos.

Os holandeses já apontavam para uma ideia de atuação mais ativa dos arquivistas no momento em que defenderam que esse profissional somente conseguiria desempenhar bem suas atividades se conhecesse a estrutura do órgão e do arquivo ao qual está vinculado. Desde então sabe-se que compreender a estrutura orgânica do produtor dos documentos, à qual estará refletida nos documentos, é o pré-requisito para que as práticas arquivísticas sejam adequadamente realizadas.

Nesse sentido, o funcionário que não conhece a estrutura orgânica da instituição, e, durante a descrição de um documento ou de um conjunto, separar aqueles que estavam relacionados e descrevê-los como peças separadas, acaba por constituir um problema. “A

---

<sup>13</sup> Hugh Taylor (1984) fez um estudo e definiu três tipos de acessos: **físico** – relacionado com a avaliação e a aquisição, uma vez que os documentos podem ter deixado de existir ou ainda não ter sido recebido pelo arquivo; também se relaciona com o acesso intelectual; **legal** – pode haver restrição de acesso por motivos de segurança nacional ou em respeito à vida privada; pode se considerar os casos em que os materiais negados simplesmente não existam; e **intelectual** – é o tipo de acesso que depende da eficácia das operações arquivísticas, uma vez que estas ações impactarão no acesso.



confusão resultante é por vezes irreparável e, quando não, só é desfeita com grande sacrifício” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 59). Em tom questionador, indagam como poderia ser possível descrever um arquivo sem conhecer a estrutura que lhe deu origem e, assim, ressaltam: “deverá estudar inicialmente o arranjo do acervo, o modo por que se formou e transformou enquanto ainda um organismo vivo” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 50).

Ainda sobre a atuação do profissional arquivista, o qual deve estar munido de conhecimento sobre sua organização, os autores reiteram que os documentos isolados, que aparentam ter feito parte de séries ou dossiês, devem, sempre que possível, ser juntados às séries e dossiês e, com o mesmo tom de advertência, ponderam: “executa apenas metade da sua tarefa o arquivista que se limita a descrever os documentos de dois ou mais dossiês mesclados e não tenta restabelecer-lhes **as relações**” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 65, grifo nosso). Quando um documento é produzido, automaticamente são estabelecidas relações entre o produtor (sentido orgânico verticalizado) e entre o conjunto documental ao qual aquele documento é relacionado (sentido orgânico horizontalizado). Essas relações traduzem-se na organicidade ou no vínculo orgânico, por isso, podemos depreender que o termo “relações”, mencionado pelos autores, possui relação de identidade (DAHLBERG, 1978) com o conceito da organicidade.

Os holandeses advertem para o fato de que a organização dos documentos quanto aos seus assuntos, como, por exemplo, “assistência aos pobres” ou “assuntos militares” traz à tona a necessidade de se observar a manutenção do *respect des fonds*<sup>14</sup> à qual foi desconsiderada nesses casos (do que podemos inferir que a organicidade também não tenha sido considerada, uma vez que foram misturados documentos relacionados a produtores diferentes e, portanto, finalidades diferentes), fato típico de equívoco quando se opta pela organização por assunto. Isso evidencia, além da relação orgânica em seu sentido vertical (com a instituição produtora, no respeito aos fundos), também a organicidade em uma perspectiva horizontal (com os documentos relacionados entre si, por meio da classificação e organização), em uma relação de implicação conceitual (DAHLBERG, 1978), tal como aquela verificada com o conceito de arquivo.

---

<sup>14</sup> O Princípio de respeito aos fundos ou Princípio da Proveniência foi enunciado na França, em 1841. Estudos acerca dos princípios arquivísticos (SOUZA, 2012; KUROKI, 2016) apontam que a maior parte dos manuais da área definem esta como a origem do princípio, a partir de uma circular emitida pelo Ministro no Interior da França, Natalis de Wailly.

As técnicas utilizadas para agrupar os conjuntos podem interferir nas relações orgânicas dos documentos. Por isso, os autores não consideram os arquivos de família como “um todo”, uma vez que, não raras vezes, foram agrupados seguindo os “mais estranhos critérios” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 19) e, assim, falta-lhes a organicidade, ou, segundo eles, “a conexão orgânica” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 19). A ideia do arquivo como um todo orgânico e essa exemplificação dos arquivos de família trazem a ideia central da obra dos holandeses, pois elucidam como os autores naquela época já entendiam os arquivos como um organismo vivo.

Mesmo considerando o contexto de produção do Manual e, ainda que seja inquestionável a sua importância, inclusive tendo apresentado uma postura mais ativa do profissional para conhecer a instituição relacionada ao documento ao qual será tratado, é pertinente mencionar que na visão deles o profissional arquivista não deve estabelecer as normas de produção dos documentos, mas somente “estudar o organismo e fixar as regras consoante as quais foi este criado” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 18). Tal consideração não faz sentido hoje, uma vez que este profissional deve atuar na criação do documento, propondo recomendações sobre as espécies, formatos e suportes mais adequados para cada tipo documental e, sobretudo, sobre a observância da manutenção das relações orgânicas entre os documentos (entre si e com o seu produtor).

Contudo, há que se considerar que esta publicação, que foi traduzida para outras línguas<sup>15</sup>, é considerada um marco na trajetória da Arquivologia, “por ter aberto uma nova era para a afirmação da disciplina” (SILVA et al, 1999, p. 115). Cruz Mundet (1994) o considera como a bíblia dos arquivistas modernos e, Schellenberg (2006, p. 36), como “o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos”. Esta obra não foi a responsável por apresentar os Princípios da Proveniência e da Ordem original, mas foi fundamental para a divulgação deles, os quais, após a publicação, “foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais” (SCHMIDT, 2012, p. 112).

### **3.2. INGLATERRA (1922-1986)**

É possível contextualizar a Arquivologia na Inglaterra a partir da análise de duas obras que marcaram de um modo especial a área neste país: *A Manual of archive administration*, de Hilary Jenkinson, e *The management of information from archives* de

---

<sup>15</sup> Para a alemã (1905), italiana (1908, com reimpressão em 1974); francesa (1910); inglesa (1940); brasileira (1960, com reimpressão em 1973) (MARQUES, 2011).

Michael Garnet Cook. Ambas as obras traduzem suas teorias em universos contextuais distintos. A primeira representa o que na sua época foi o único tratado geral sobre Arquivologia em língua inglesa, nas palavras do próprio autor (JENKINSON, 1937). A segunda edição dessa obra, publicada em 1937, 15 anos após a primeira (1922), remete ao contexto de efervescência mundial demarcado pela 1ª Guerra Mundial, da qual Jenkinson participou e que resultou em um reconhecimento do valor dos Arquivos e o esforço organizado para seu melhor controle e manutenção deles, sobretudo na Europa e na América em geral e na Inglaterra em particular (JENKINSON, 1937).

Sobre esse contexto de guerra, Duchein (1992) esclarece que durante muitos anos a Europa foi marcada por um historicismo, orientação que perdurou até a Segunda Guerra Mundial. Na Inglaterra, por exemplo, o *Public Record Office* (PRO), não recebia “novos” documentos mesmo depois de sua abertura, em 1838. Todavia, o aumento exponencial de produção documental ocasionado pela Guerra provocou um contexto quádruplo de problema em quase todos os países da Europa, pois os países tinham que arranjar, descrever, avaliar e, ao mesmo tempo, atender ao público. Foi aí, então, que a maior parte das instituições arquivísticas nacionais assumiu um formato moderno, o que, em muitos casos, a situação perdurou até hoje.

Jenkinson (1937) esclarece em sua obra que previa uma revisão muito mais superficial do que a que todo esse contexto o impulsionou a fazer. O desenvolvimento da área juntamente com seu engajamento em contribuir para o que ele define ser “uma ciência em desenvolvimento” (JENKINSON, 1937, xi), a Arquivologia, foi mais forte. O autor destaca que bastasse olhar para a compilação dos resumos dos periódicos realizada pela *British Records Association* para identificar o progresso expressivo e contínuo em relação aos trabalhos arquivísticos. Esse progresso pode ser mensurado, também, pelas publicações de leis de arquivos, trabalhos de acordos internacionais, ampliação do escopo do profissional arquivista. Do contexto internacional, o autor destaca a vitória da luta dos arquivistas norte-americanos para a institucionalização do *National Archives of the United States Government*, após um esforço de mais de meio século.

O primeiro esforço inglês para suprir lacunas arquivísticas foi a publicação da primeira edição da obra e o segundo foi quando a *Library Association* incluiu a Paleografia e a Arquivologia no programa de disciplinas para o seu diploma. Logo após, surgiu uma *School of Librarianship*, a qual incluiu a Arquivologia em seu currículo regular. Outros marcos mereceram destaque para o desenvolvimento inicial da Arquivologia na Inglaterra (JENKINSON, 1937):

1) a publicação do Terceiro Relatório da Comissão Real sobre Registros Públicos<sup>16</sup> (representam um levantamento e o ponto de partida para ações posteriores);

2) a abertura (1921) do Instituto de Pesquisas Históricas da Universidade de Londres<sup>17</sup> (marca o reconhecimento da pesquisa sobre documentos Arquivos na Inglaterra);

3) a edição do '*Guide to the Public Record Office* pelo Sr. M. S. Giuseppi<sup>18</sup> (pela primeira vez, os Registros Públicos foram descritos oficialmente com base na estrutura e não no assunto);

4) a Emenda (1924) à *Lord Birkenhead's Act* de 1922<sup>19</sup> (levou ao reconhecimento oficial de Repositórios Locais para todos os condados da Inglaterra);

5) a fundação (1932) da *British Records Association*<sup>20</sup> (objetivo foi coordenar o trabalho de todas as instituições e indivíduos interessados em trabalhar sobre arquivos em qualquer perspectiva);

Jenkinson tem ciência da importância das suas publicações para essa evolução, às quais consolidam o valor evidencial dos documentos, a imparcialidade e a autenticidade e, em certa medida, uma atuação mais proativa do profissional arquivista (em comparação com o entendimento dos arquivistas holandeses). Não obstante esses passos importantes para o desenvolvimento da área, Jenkinson compreende que a Arquivologia na Inglaterra ainda tinha um longo caminho a percorrer para despertar o interesse de todas as instituições no assunto, inclusive para impedir a destruição desordenada de documentos.

Quase cinquenta anos após a publicação da segunda edição do manual de Jenkinson (1937), Cook (1986) trouxe a sua contribuição inglesa à Arquivologia. Duranti e Franks (2019) endossam as características inovadoras de Michael Cook orientadas pela Gestão da informação em um contexto em que era evidente a falta de publicações arquivísticas no Reino Unido. O tom da fala de Cook na apresentação da obra traduz o pensamento “radical” acerca da gestão de documentos representado por conceitos como “arquivos totais”, *records continuum* e a macroavaliação. Embora em quantidade pequena de número de obras, há que se considerar a relevância delas para a Arquivologia em conceitos que veremos em um pouco mais de detalhes.

---

<sup>16</sup> Texto original: The publication (1919) of the Third Report ' of the Royal Commission (1910) on Public Records.

<sup>17</sup> Texto original: The opening (1921) of the Institute of Historical Research in the University of London.

<sup>18</sup> Texto original: The issue (1923, 1924) of the present edition of the ' Guide to the . . . Public Record Office,' by Mr. M. S. Giuseppi.

<sup>19</sup> Texto original: The Amendment (1924) to Lord Birkenhead's Act of 1922.

<sup>20</sup> Texto original: The foundation (1932) of the British Records Association.

### 3.2.1. A Manual of archive administration (Jenkinson, 1922)

Hilary Jenkinson nasceu em 1882, em Streatham, Inglaterra, e faleceu em 1961. Ele se formou no *Pembroke College*, em Cambridge, em 1904, com honras de primeira classe. Após estudar os clássicos antigos nessa universidade, ele se juntou à equipe do *Public Record Office* (PRO) em 1906, numa época em que os princípios básicos da Arquivologia ainda estavam em fase inicial de formação (STAPLETON, 1983). Atuou como líder na *Foundation of the Surrey Record Society* (1912-1913) e na *British Records Association* em 1932. Em 1943, foi consultor de arquivos do *British War Office*, e, entre 1944 e 1945 planejou e direcionou medidas para resgatar e preservar arquivos na Itália e na Alemanha. (DURANTI; FRANKS; 2019).

Jenkinson teve um mandato de vice guardião, ou diretor administrativo, do (PRO), entre 1947 e 1954 (STAPLETON, 1983). Durante sua carreira, que durou meio século, teve de pausar algumas vezes para prestar os vários tipos de serviços de guerra até a sua aposentadoria, formalizada em 1954. Ele “foi, por consenso geral, o mais eminente arquivista britânico de sua geração e líder da emergente profissão arquivística na Grã-Bretanha nos anos 1930, 1940 e 1950” (DURANTI; FRANKS; 2019, p.319, tradução nossa). Grande defensor da educação arquivística, ministrou, inclusive, a palestra inaugural para o curso de pós-graduação no *University College London*, em 1947. Além disso, recebeu a distinção honorífica de “Sir” em 1949 por seus serviços junto ao governo do Reino Unido (DURANTI; FRANKS; 2019).

É imprescindível retomarmos a atuação de Jenkinson no contexto da Primeira Guerra Mundial, para que possamos compreender o seu papel na arqueologia dos saberes arquivísticos. Nas notas à primeira edição do manual, o autor relata que, no outono de 1914, quando os efeitos da guerra na vida moderna passaram da teoria para a história, a Divisão de Economia e História da *Carnegie Endowment for International Peace* propôs um programa de pesquisa acerca dos impactos do conflito mundial.

O programa foi então iniciado e começou a apresentar resultados, quando, segundo Jenkinson, por uma série de motivos, não pôde ser prosseguido (JENKINSON, 1937). Foi, então, proposto um plano para tentar medir o custo econômico da guerra e o deslocamento que estava causando nos processos de civilização. Entretanto, houve grande dificuldade de acesso aos documentos que pudessem subsidiar uma opinião pública sólida. Como destacado por ele, sem documentos não há história, e disponibilizá-los não era uma tarefa arquivística

fácil, sobretudo em um contexto de guerra, no qual muitos registros foram considerados sigilosos.

O manual foi originalmente pensado como um esquema para o gerenciamento de arquivos de guerra com algumas reflexões acerca da criação de arquivos no futuro. Com o amadurecimento das ideias iniciais do autor, foi redigido um tratado geral aplicável aos arquivos de todos os períodos. Jenkinson esclarece que os princípios e as regras sugeridos são apresentados como um modelo ideal e, naturalmente, o ideal nem sempre é possível de ser realizado, “mas o melhor Arquivista é aquele que mais se liberta das circunstâncias e, conhecendo o ideal, chega o mais perto possível dele” (JENKINSON, 1937, prefácio, tradução nossa).

Jenkinson traz em sua obra o contexto das práticas arquivísticas inglesas, ao esclarecer que o *Public Record Office* trabalhava com os serviços de registros que eram rolos que tinham entradas de documentos recebidos e expedidos. Schellenberg (2006) lembra que o maior desafio do sistema de registro era identificar o produtor do documento e a relação dos documentos com os registros.

Embora o autor tenha apresentado a atuação do profissional arquivista em um tom proativo, Jenkinson entendia que o arquivista não deveria atuar na avaliação dos documentos; o máximo que este profissional poderia fazer é aconselhar os historiadores, políticos e administradores. Ele considerava que o arquivista tinha como atribuição entregar às gerações futuras os documentos que lhe fossem confiados, sem diminuir o seu valor evidencial, protegendo-os contra a destruição, não apenas daqueles cujos valores como evidência é óbvio para ele, mas também daqueles cujos valores ele não percebia (JENKINSON, 1937). Nessa perspectiva, o autor atribuía ao arquivista a função de guardião do valor evidencial dos documentos, termo este, “evidência”, relacionado à organicidade como implicação (DAHLBERG, 1978). Somente é possível falar em evidência, se houver organicidade, logo, concluímos que o conceito de evidência é parte do conceito de organicidade.

A visão do autor sobre a atuação do profissional arquivista não comunga com as atribuições atuais. No caso brasileiro, por exemplo, sobretudo se analisarmos a legislação<sup>21</sup> da profissão, vemos que as práticas e o *habitus* contemporâneos refletem em uma atuação proativa do arquivista em ter ciência dos valores sociais dos documentos, o que coaduna com uma visão macro das relações entre os documentos e o meio social.

---

<sup>21</sup> Lei 6.546 de 4 de julho de 1978, art. 2º, VIII: orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação.

Para responder ao questionamento “O que são arquivos? ”, o estudioso ponderou a oficialidade de alguns documentos, tais como os comunicados oficiais da imprensa e as memórias do chanceler alemão, entendidos por ele como evidências suplementares e possivelmente valiosas, mas que não constituiriam arquivos. Dessa maneira, teríamos documentos que constituem materializações administrativas que sobreviveram ao tempo e que estão preservadas para sua própria referência, pois, primeiramente, são evidências, uma vez que “formam parte efetiva do *corpus*, dos fatos do caso” (JENKINSON, 1937, p. 4, tradução nossa).

Algumas aplicações da necessidade de se garantir o valor evidencial dos documentos trazem à tona a relação explícita entre evidência e organicidade, das quais destacamos: a possibilidade de reconstrução das séries (comprometidas por acidentes do tempo ou ignorância humana), a partir das evidências; a preocupação de preservar as evidências dos arquivos quando da sua organização no sistema de arranjo ou quando o autor reforça sua tese de que o arquivista não deveria atuar no processo de eliminação dos documentos, pois eles podem apresentar algum juízo de valor sobre as evidências históricas de um conjunto de documentos (JENKINSON, 1937).

O termo “*organic*” foi apresentado explicitamente algumas vezes e, curiosamente, todas elas estão dispostas no tópico em que o autor detalha os deveres primários do arquivista na defesa moral dos arquivos (JENKINSON, 1937). Esse tópico foi dividido em subtópicos, os quais relacionam princípios, funções e atividades ao como fazer arquivístico. Em um deles, dedicado ao tema “Fundo ou *Archive group*”, o autor definiu o fundo de arquivo, ressaltando que o princípio arquivístico mais importante é nomeado a partir dele (o Princípio da Proveniência). Ele, então, retoma a afirmação dos arquivistas holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898) de que um fundo é um todo orgânico para compreender a organicidade nessa perspectiva.

O fundo é a principal unidade de arquivo e a base de todas as regras quanto ao arranjo. O mais importante de todos os princípios de gerenciamento de arquivos é nomeado a partir dele. Nós não estaremos, portanto, perdendo nosso tempo se dedicarmos um pouco a discutir a definição aplicada pelo manual [dos holandeses] a esta palavra e a maneira como essa definição nos afeta. Os Autores [MULLER; FEITH; FRUIN] nos dizem que **um fundo é um todo orgânico** e que qualquer administração, sendo um ou mais de seus funcionários, pode criar um acervo de arquivos e, ainda que incluam resoluções ou *procès-verbaux*, tal inclusão de arquivos o manterá autônomo. (JENKINSON, 1937, p. 101, tradução e grifos nossos).

O termo “*organic*” também foi apresentado na seção sobre arranjo, em uma situação específica sobre as rubricas de classe. Jenkinson explicita uma preocupação na definição do arranjo: “a dificuldade é ver de que maneira elas podem ser combinadas de modo a representar uma sequência ordenada, **um todo orgânico**” (JENKINSON, 1937, p. 110, tradução e grifos nossos).

Quanto ao termo “arquivo”, o autor considerou difícil defini-lo, mas, ainda assim, apresentou uma definição para aquilo que possa pertencer ao que ele denominou “classe dos arquivos” (*class of archives*). Na explicação vemos, implicitamente, o sentido de organicidade na perspectiva vertical, ou seja, aquela em que relaciona o documento com a atividade do produtor que lhe deu origem:

Um documento que pode ser dito pertencer à classe dos arquivos é aquele que foi elaborado ou utilizado no decorrer de uma atividade administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele fez parte; e, posteriormente, preservado em sua própria custódia para suas próprias informações pela pessoa ou responsáveis por essa atividade. (JENKINSON, 1937, p. 11, tradução nossa).

O inglês acrescenta à definição um corolário: “os arquivos não são elaborados no interesse ou para a informação da posteridade” (JENKINSON, 1937, p. 11, tradução nossa). Nesse sentido, Jenkinson expôs duas características dos documentos de arquivo: a imparcialidade, a qual diz respeito à fidedignidade dos documentos à finalidade da sua produção, como registros imparciais, livres de preconceitos em relação aos interesses posteriores; a autenticidade, que preceitua a isenção de adulteração dos arquivos por interesses alheios (JENKINSON, 1937). É importante destacar que essas duas características foram apresentadas como partes da definição de “arquivo” e como recurso para o autor especificar o que é um arquivo:

[...] a imparcialidade é uma qualidade referente à primeira parte da nossa definição de arquivos. Na segunda parte dessa definição, afirmamos que os arquivos foram preservados sob custódia oficial e apenas para informação oficial; e isso nos dá a segunda de suas qualidades distintivas, a Autenticidade. (JENKINSON, 1937, p.12, tradução nossa).

Após apresentar essas características na definição do arquivo (imparcialidade e autenticidade), o autor as relaciona como deveres primários da profissão. Ele afirma que o arquivista deve se preocupar, acima de qualquer coisa, em salvaguardar as qualidades essenciais dos documentos sob sua custódia (JENKINSON, 1937) e, secundariamente, deve fornecer o melhor de sua capacidade para atender às necessidades dos pesquisadores.



Subentende-se que, enquanto guardião das qualidades essenciais dos documentos, o arquivista assume a importante posição de guardião da autenticidade documental, uma vez que as suas ações devem ser direcionadas para esta finalidade.

Ainda no contexto da definição de “arquivo”, o autor apresentou exemplos, como o caso de materiais, objetos em outros suportes, que são relacionados aos documentos de arquivo. Ele relata que sua posição quanto a isso se difere daquela usada pelas autoridades continentais que simplesmente desconsideraram alguns tipos de materiais que deveriam ser anexados e os relegam aos museus. Para ele, é mais coerente utilizar a descrição relacional “anexada” para explicitar que existe um material associado àquele documento (JENKINSON, 1937). Mais uma vez, inferimos dessas considerações a preocupação em se manter, ao menos intelectualmente, a relação dos documentos que decorreram de uma mesma atividade, não importando o seu suporte, a fim de preservar a relação orgânica entre eles.

A partir dessa análise, é importante ressaltar as contribuições do Manual para a Arquivologia. Entendê-la como uma disciplina desvinculada da História, já no início do século passado, foi um discurso importante para o reconhecimento da sua identidade. Todas as instruções e orientações do manual reafirmam que esse discurso se sustenta, pois, demonstram que a área possui objeto, princípios e técnicas próprios de uma disciplina autônoma. Desde o conceito de “arquivo”, cuja definição é sustentada em duas características (imparcialidade e autenticidade na gênese documental), perpassado pelo conceito de “fundo”, como um todo orgânico, todos esses reforçados pelo valor evidencial dos documentos. E, por fim, não se pode deixar de considerar a atuação do profissional arquivista, embora não recomendada pelo autor como atuante na avaliação, mas essencial na manutenção das características documentais, que mais tarde seriam retomadas por Duranti (1994).

### **3.2.2. The management of information from archives (COOK, 1986)**

Michael Garnet Cook nasceu em Hampshire, Inglaterra, em 1931. Formou-se em história moderna pela *University of Oxford* em 1954 e foi o único aluno daquele ano a se formar em Arquivologia. Entre 1958 e 1968 foi arquivista da cidade de Newcastle upon Tyne, local onde percebeu os benefícios de trabalhar em uma cidade consciente de sua identidade histórica. Em 1964, ele pediu licença para embarcar em sua primeira experiência no exterior como curador e arquivista do Sultanato de Zanzibar, na África. Essa experiência

foi curta, encerrando-se após cinco meses diante de uma revolução que resultou na formação da Tanzânia, quando, então, ele se tornou o primeiro diretor do Arquivo Nacional da Tanzânia (DURANTI; FRANKS, 2019).

Em 1968, Cook tornou-se arquivista da Universidade de Liverpool, onde, além de exercer suas funções administrativas e de pesquisa na universidade, iniciou uma carreira como professor de pós-graduação do Programa de Administração de Arquivos. Em 1975, com o apoio da UNESCO, Cook retornou à África (desta vez como educador) para estabelecer o Instituto de Treinamento em Arquivologia da África Anglófona, na Universidade de Gana. Para seus alunos, ele se tornou o pai da educação arquivística na África de língua inglesa, “pois seu amor pela África e seu amor pelo ensino se uniram para fornecer o catalisador para o desenvolvimento profissional” (DURANTI; FRANKS, 2019, p. 137, tradução nossa). No Brasil, ele desenvolveu um trabalho extenso por meio de cursos de treinamento no uso de padrões de descrição. Além disso, tornou-se professor convidado na Faculdade de Arquivos da Universidade Renmin na China, em 2001.

Os trabalhos de Michael Cook são marcados pela inovação e clareza intelectual. Seu pioneirismo foi marcado por um momento em que publicações arquivísticas não eram comuns no Reino Unido (DURANTI; FRANKS, 2019). Segundo o autor, parece que, à época, começava a ser aceitável que os livros sobre administração de arquivos tivessem uma natureza mais radical, depois de alguns anos de resistência a mudanças significativas (COOK, 1986). Ele indica que a leitura deste manual seja concomitante à outra publicação, o Manual de descrição de arquivos, pois ambos se complementam: o manual que fornece recomendações específicas e modela a redação das descrições arquivísticas, enquanto este livro contém a discussão de fundo, os princípios gerais e um estímulo para ver o trabalho dos arquivos como um ramo do gerenciamento da informação (COOK, 1986).

Cook lembra que foi provavelmente após a viagem de Schellenberg à Austrália<sup>22</sup>, em 1954, e, depois, com a publicação do Grigg Report (Relatório Grigg), no mesmo ano, que surgiu uma *new school of archives management* (nova escola de gestão de arquivos), protagonizada por F. B. Evans<sup>23</sup>, Ernst Posner<sup>24</sup>, M. Roper<sup>25</sup> e o próprio Schellenberg

---

<sup>22</sup> Para análise mais detalhada, ver item 3.5.1

<sup>23</sup> Foi presidente da The Society of American Archivists e diretor do Programa Latino Americano para 1974 da NARS

<sup>24</sup> Ernst Maximilian Posner nasceu em Berlim, Alemanha, em 9 de agosto de 1892. Em 1910, ele ingressou na Universidade Humboldt de Berlim, onde estudou História e Filosofia. Participou da Primeira Guerra Mundial como tenente de reserva. É autor de várias obras, artigos e relatórios técnicos e ministrou cursos no Instituto de Ciência Arquivística e Estudos Históricos Avançados (DURANTI; FRANKS, 2016).

<sup>25</sup> Roper, M., 'Modern departmental records and the record office', *JSA*, 4 (1972), pp. 400-12.

(COOK, 1986), o que ratifica a informação de que até então a Inglaterra seguia a Arquivologia tradicional, tal como em outros países da Europa, Itália e Espanha. Na nova escola, a ênfase passou da conservação de materialidades, e do estudo da interpretação histórica, para a provisão de informação no planejamento e no governo. Este fato proporcionou significativas economias no armazenamento de registros, bem como melhorias na administração, essenciais para a promoção do acesso à informação e estímulo à participação de organismos internacionais, como a UNESCO e o ICA (COOK, 1986).

Durante a década de 1970, a Ciência da Informação era robustecida por sua aplicação enquanto gerenciadora de dados, ganhando repercussões administrativas. Entretanto, a disseminação desse movimento não ganhou tanto impacto na Arquivologia, ainda que o contexto do trabalho tenha sofrido influências e o mundo da administração de arquivos esteja se tornando muito mais aberto a ideias dos outros serviços de informação, inclusive, segundo o autor, por influência de novas tecnologias (COOK, 1986). Nesse sentido, o manual propõe-se a trazer uma proposta diferente no sentido de “reavaliar a teoria e a prática de gerenciamento de arquivos e registros, visualizando-os do ponto de vista de processadores e fornecedores de informações, como parte de um serviço de gerenciamento de informações desenvolvido e eficaz” (COOK, 1986, p. 2).

A respeito das atividades de arquivo, definidas por Cook como processos, o autor afirma que quando o arquivo é recebido, ele deve seguir as etapas organização, descrição e conservação. Os primeiros processos, segundo o autor, são os de arranjo, em que os arquivistas buscam, geralmente, mas não necessariamente, separar fisicamente o material e investigar seu passado, além de organizar os componentes de uma acumulação de arquivo em uma ordem que reflita a do sistema pelo qual os documentos foram originalmente criados e usados (COOK, 1986), ou seja, de modo que espelhe a organicidade. O objetivo de outro processo, ou função arquivística, a descrição, pode ser definido, conforme Cook, como um controle administrativo ou controle intelectual. Já o processo de conservação deve garantir a sobrevivência dos arquivos (corpo orgânico) pelo tempo em que eles precisarem de viver (COOK, 1986).

Já identificamos em outras análises (JENKINSON, 1922; BAILEY, 1989-1990) que o termo “evidência” possui fortes aproximações com o conceito de organicidade. Cook (1986) aborda a dificuldade terminológica provocada pela análise dos valores dos documentos: primário e secundário; administrativo e histórico; informacionais e evidenciais, esses dois últimos definidos por Schellenberg (1956). Os valores evidenciais referem-se a registros que evidenciam a origem e o desenvolvimento da organização e, portanto, se

destacam quando as origens e o desenvolvimento administrativo de uma organização estão sendo estudados (COOK, 1986). A formação do arquivista na maioria dos países considera a aprendizagem da história administrativa, institucional ou jurídica nacional, o que, segundo o estudioso indica que os valores evidenciais correspondem muito de perto a uma das principais preocupações profissionais do arquivista.

Nessa perspectiva, Cook afirma que a avaliação não deve considerar apenas os valores administrativos. Todos os registros possuem informações importantes e, partindo do princípio de que a maior parte dos documentos será eliminada e que apenas uma pequena parte será preservada, deve-se considerar os itens que as pessoas julgarem importantes de serem mantidos<sup>26</sup>. Em última análise, a população é quem paga; logo, tem o direito básico de ter acesso e ter seus desejos respeitados na avaliação (COOK, 1986). Tal consideração do autor faz alusão ao conceito de macroavaliação, proposta pelo canadense Terry Cook (1998), bem como ao modelo australiano do *records continuum*, os quais entendem ser importante o envolvimento da população no processo de avaliação, que, no nosso entendimento, significa que a população possui vínculos orgânicos com os documentos públicos, pois, é a ela que eles devem servir; a finalidade de preservação dos documentos é, de fato, pública.

Cook (1986) afirma que a função de um esquema de classificação é a formalização da ordem estabelecida durante o processo de arranjo e o seu relacionamento aos instrumentos de controle administrativo. Inferimos, então, que a classificação está entre o nível intelectual (quando da ordem originalmente estabelecida na gênese documental) e o nível operacional (quando do relacionamento com os instrumentos de controle). Nesse sentido, o autor afirma que uma das vantagens de um esquema de classificação é que ele pode fornecer um sistema de códigos de referência que refletem as relações entre os componentes de um arquivo, ou seja, um esquema que seja capaz de refletir a organicidade horizontalmente (COOK, 1986).

O autor finaliza o seu manual apresentando o conceito de “arquivos totais”. Ele inicia explicando que nenhum dos problemas discutidos no livro será resolvido com base em termos tradicionais – documentos textuais, principalmente em papel, que haviam passado por um período de maturação ao final do qual eles eram um material para estudos históricos –, uma vez que o conceito de “arquivo” estava passando por um processo de mudança radical. A nova versão do arquivo abrange novas mídias, não depende de um período de

---

<sup>26</sup> Entendemos que o autor se refere aos documentos públicos, aqueles produzidos por órgãos ou entidades estatais, ou seja, neste caso não estão incluídos os documentos privados.

amadurecimento e envolve um processo de seleção consciente. Assim, o arquivo é visto como algo escolhido pela sociedade (COOK, 1986).

Cook afirma que a melhor definição de “arquivos totais” foi consolidada no Canadá por H. A. Taylor<sup>27</sup>, assim resumida: a aquisição de documentos deve refletir todos os aspectos da atividade social; englobar todos os meios de registro; compreender o envolvimento em todo o ciclo de vida dos registros, por meio de um programa de gerenciamento de registros, e na expansão de redes para o intercâmbio de informações e planejamento estratégico (COOK, 1986).

O autor ainda relata que a aplicação dessa definição deve ter como base o princípio da delegação, o qual tem como pressuposto que as séries sejam gerenciadas de forma contínua. Neste contexto, ele afirma que a distinção entre arquivo e biblioteca permanece importante, uma vez que esta é a contribuição do arquivista para enfatizar o valor da proveniência e do contexto original. Se houver separação dos registros, haverá perda (COOK, 1986), o que nos remete ao comprometimento da organicidade. Muito embora ele não a tenha considerado de forma explícita, a apresentou por meio do termo relacionado.

### 3.3. ITÁLIA (1928-1990)

Sem ter a intenção de esgotar o contexto histórico da Arquivologia italiana<sup>28</sup>, suas contribuições e seus atores, trouxemos um panorama do ensino de Arquivologia na Itália, que sempre foi marcada qualitativamente pelo empenho de seus arquivistas. O Decreto Real nº 2.552, de 27 de maio de 1875 regulamentou a administração dos arquivos italianos, levando à criação de várias escolas de “*Paleografia, Diplomática e Archivistica*”.

A escola romana obteve o monopólio do ensino da paleografia na cidade por mais de vinte anos até a fundação da escola do Vaticano em 1884. Eugenio Casanova teve um papel importante na mudança de denominação dessas escolas. A partir da profundidade dos estudos dos temas arquivísticos empreendidos por ele, foi formalizada a Lei nº 1.409 de 30

---

<sup>27</sup> O autor não faz referência à qual obra Taylor definiu “total archives”, mas menciona que foi em uma publicação de 1983 (p.48). Todavia, inferimos que o texto citado possa ser *The Collective Memory: Archives and Libraries As Heritage*. *Archivaria* 15 (Winter 1982-83). Disponível em <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/10975/11908>

<sup>28</sup> As informações gerais sobre o curso de Arquivística, Paleografia e Diplomática estão disponíveis em <<http://www.archiviodistatoroma.beniculturali.it/index.php?it/132/scuola-di-archivistica>>, acesso em 24 mai. 2017.

de setembro 1963 que alterou o nome para “*Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica*”, denominação atualmente utilizada, ressaltando o papel da Arquivística<sup>29</sup>.

Embora a origem da diplomática remonta ao século XVII, na França<sup>30</sup>, percebe-se um forte movimento na Itália acerca desses estudos, inicialmente com mais intensidade, posteriormente como uma disciplina auxiliar da Arquivologia. Luciana Duranti, hoje entendida como referência no assunto, embora tenha consolidado sua carreira no Canadá, é italiana e teve sua formação arquivística originada neste país. Além disso, a Arquivologia Italiana, na voz dos autores analisados, é fortemente marcada pela afirmação da Arquivologia enquanto disciplina autônoma, sobretudo com objeto bem definido, o arquivo como um todo orgânico.

### 3.3.1. Archivistica (CASANOVA, 1928)

Eugenio Casanova, nasceu em Turim, na Itália, em 17 de janeiro de 1867. Duranti e Franks (2016, p.120) relatam que, como esperado de um aspirante à arquivista da época, Casanova formou-se em Direito e Paleografia. Em 1886, ele começou a trabalhar no *State Archives in Florence*. Participou de publicações para o mais antigo jornal<sup>31</sup> de história italiana, publicado até hoje. Atuou em outras frentes até que em 1907 foi nomeado diretor do *State Archives of Naples* - o antigo *Archives of the Kingdom of Two Sicilies*. Em 1910, ele foi convidado pela Comissão Permanente do Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários para planejar o primeiro congresso internacional dedicado exclusivamente aos arquivos. Quatro anos mais tarde, “Casanova fundou a *Gli Archivi italiani*, a primeira revista profissional italiana dedicada à Arquivologia como uma disciplina autônoma”. (DURANTI, FRANKS; 2016, p.120).

Casanova atuou várias vezes em controvérsias internacionais a respeito da repatriação de fundos de arquivo, defendendo o Princípio da Territorialidade<sup>32</sup> do patrimônio cultural e apoiando a ação do governo italiano na repatriação de documentos. Em 1925, o autor recebeu a incumbência de ministrar um curso de pós-graduação em Arquivologia, o qual foi introduzido pela primeira vez em uma universidade italiana. Duranti e Franks (2016) relatam que, provavelmente, este foi um dos estímulos para que ele escrevesse e

---

<sup>29</sup> Mantivemos o termo Arquivística, usado para definir a escola, embora tenhamos optado por padronizar o nome da área para Arquivologia.

<sup>30</sup> Jean Mabillon publicou, na França, em 1681, o primeiro tratado que estabelecia critérios específicos para a crítica textual, fato que deu origem à diplomática (TOGNOLI, 2013).

<sup>31</sup> O jornal é o *Pasquale Villari e Cesare Paoli* na edição do *Archivio storico* italiano.

<sup>32</sup> Princípio segundo o qual os atos seguem o destino dos territórios, dos quais foram elaborados. Este princípio aplica-se principalmente aos atos e arquivos das administrações locais, seja qual for a sua antiguidade (CASANOVA, 1928, p.213). Para mais informações acerca do princípio da territorialidade, consultar Corrêa (2016).

sistematizasse seus pensamentos sobre as teorias e práticas arquivísticas em sua obra *Archivistica*.

Seis anos após a publicação do manual inglês de Sir Hilary Jenkinson, foi publicada a primeira obra italiana do universo desta pesquisa. O prefácio da obra é dedicado a apresentar o seu contexto de produção, resultado dos trabalhos realizados na *Facoltà di scienze politiche ed economiche della r. Università di Roma*, sob a orientação do Professor Alberto De Stefani, diretor da própria Faculdade, que se dedicou, até seus últimos dias de vida, à comunidade arquivística italiana e internacional. Casanova expressou um grande carinho nesta apresentação, reconhecendo o esforço e a dedicação de todos os envolvidos na publicação do manual (CASANOVA, 1928).

Raros são aqueles que sabem o que é um arquivo na Itália e em outros lugares; muito raros aqueles que discernem para o que realmente serve. Mas, embora poucos em número, esses eleitos constituem uma força, que, com suas repreensões generosas, às vezes restringem a devastação (CASANOVA, 1928, prefácio, tradução nossa).

É assim que Casanova se expressa no prefácio do seu manual, após os agradecimentos. Aqueles que lutam a favor da civilização e contra a destruição dos arquivos constituem minoria diante de uma situação muitas vezes irrecuperável no tempo e no espaço. Essa luta se manifesta em todas as formas possíveis a despeito de uma preocupação representada pela abnegação e austeridade em preservar memórias do passado e do presente para atender às demandas da sociedade e da ciência (CASANOVA, 1928).

Nesse contexto de descaso e falta de reconhecimento da importância dos arquivos e, conseqüentemente da Arquivologia, que ele concebe a obra, ao apresentar a Arquivologia como ciência, na tentativa de encorajar outros estudiosos a complementarem as lacunas científicas. Modesto, e finalizando suas considerações iniciais em tom de honra e entusiasmo, Casanova considera que possam ter havido erros na trajetória da publicação, mas aceita a responsabilidade de bom grado, contando que isto impulse outros a fazerem melhor, seguindo o caminho do conhecimento (CASANOVA, 1928).

O termo “organicidade” (*organicità*) é apresentado na obra de Casanova com mais frequência do que nas duas obras anteriormente analisadas. Embora o autor não tenha apresentado uma definição explícita, ele se utiliza do termo “orgânico” para se referir à caracterização dos arquivos, em uma relação de implicação conceitual (DAHLBERG, 1978), assim como já vimos que fizeram outros autores (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973,

JENKINSON, 1937). Dessa forma, ele afirma que o conjunto de documentos reunidos a partir de atos e processos decorrentes de uma mesma atividade constitui-se em um conjunto orgânico e autônomo, dentro dos limites estabelecidos pelos normativos que direcionam uma instituição (CASANOVA, 1928). As séries documentais refletem as atividades e o conjunto de séries constitui o arquivo, ou seja, como lembra Casanova, o *fonds*, de acordo com os franceses, e o grupo arquivístico (*records group*), segundo Jenkinson (1937). Independentemente da origem terminológica, essas denominações nos remetem às suas intrínsecas relações com a organicidade, conforme veremos.

Casanova faz uma crítica à consideração de Jenkinson(1922) sobre o que é arquivo com relação aos documentos resultantes de atos específicos que foram preservados a título de informação das pessoas responsáveis por eles. O autor esclarece que:

Arquivo é, em vez disso, o documento elaborado durante um ato administrativo ou executivo, público ou privado, do qual ele mesmo foi parte e manteve dentro de si para obter suas próprias informações de quem é responsável por esse negócio ou por seus legítimos sucessores. (CASANOVA, 1928, p. 18, tradução nossa).

Nesta lógica, Casanova apresenta o seu entendimento de “fundo”:

**Fundo constitui um todo orgânico**, completo em si mesmo, capaz de agir de forma independente, sem ter acima qualquer outra autoridade adicionada ou externa, com qualquer poder para resolver qualquer negócio recebido. (CASANOVA, 1928, p. 19, tradução e grifos nossos).

O que faz com que a Arquivologia seja compreendida enquanto disciplina científica é a manutenção do seu discurso orientado pela positividade (FOUCAULT, 2008), a qual o mantém por meio de uma força (simbólica) ao longo do tempo, contemplando o *habitus* (BOURDIEU, 2004) arquivístico. Como temos visto, a Arquivologia não foi criada por atender a anseios pessoais, mas sim para atender às demandas da e para a sociedade. Nesse sentido, Casanova (1928) ressalta que os ensinamentos por ora levantados possuem uma conexão orgânica, unidos por uma positividade que facilita o conhecimento e a tarefa:

Esse caráter de permanência, de inalterabilidade é a base sobre a qual são erigidos arquivos ou a ciência dos arquivos; o que, repetimos, não é criada por um capricho, mas para responder a uma necessidade moral real da sociedade, e, embora se beneficie das conquistas de muitas outras disciplinas, pelas quais muitos repudiam, constitui uma unidade, na qual todas as máximas são encontradas e há séculos são coordenadas e mescladas. Essa coordenação, essa fusão, exclui que as partes dessa ciência estejam artificial ou aridamente desconectadas uma da outra, assim como, até agora, elas apareceram nos ensinamentos, também dadas pelos mais habilidosos entre os mestres. **Todos eles os representam conectados de uma**



**maneira orgânica, uma positividade que facilita o conhecimento e a tarefa. Essa unidade orgânica, essa positividade se revela na dependência lógica de todas as partes, uma da outra, tendendo todas ao alto propósito prefixado ao instituto, isto é, ao da conservação do patrimônio de fato e de direito da sociedade para o progresso da civilização. (CASANOVA, 1928, p. 25, tradução e grifos nossos).**

Desse modo, ressaltamos duas questões nas afirmações de Casanova (1928): 1) em relação à sua visão no contexto em que este manual foi publicado, pois não havia a sofisticação das tecnologias de comunicação e informação que temos hoje e mesmo assim ele já vislumbrava a Arquivologia como uma ciência autônoma, levando em consideração a sua positividade; 2) e sobre o uso do adjetivo “orgânico” para caracterizar a disciplina, tal como seus conceitos estão relacionados, o que ratifica a organicidade como o nível de integração teórica da Arquivologia: “O tipo de categoria, na qual pertencem os fenômenos observáveis relevantes de um domínio de estudo” (HECKHAUSEN, 1972, p. 83-87, tradução nossa).

A relação entre o Princípio da Proveniência e a organicidade é explicitada na definição do princípio por Casanova (1928), que considera a organicidade uma condição para que o referido princípio seja respeitado:

Este princípio, reconhecido pela ciência mundial e, do lado austríaco, sustentado desde o início, requer que todo corpo de arquivo seja preservado acima de tudo no lugar da compilação de seus atos, nos quais ele é **cultivado organicamente**. (Casanova, 1928, p. 213, tradução e grifo nossos)

Ilustrativamente, o autor lembra a criação artificial de arquivos de guerra relacionada aos conflitos mundiais (CASANOVA, 1928, p. 248), que, para ele, não constitui arquivo no sentido estrito da palavra, pois não se trata de uma constituição extensiva a todas as outras guerras. Nesse sentido, ele traz alguns questionamentos: por que deveríamos ter arquivos apenas para a guerra mundial e não para todas as outras guerras que os mesmos levantes trouxeram e trarão? Por que vale a pena para aqueles arquivos da guerra coletar toda essa contribuição, representá-la e conservá-la em sua *inorganicità*<sup>33</sup>? Ele conclui que, se for para fazer coleções de especialidades de fragmentos incompletos, teremos museus, coleções, galerias, mas nunca arquivos no verdadeiro sentido da palavra (CASANOVA, 1928).

Casanova defende, então, o método histórico (*Metodo storico*) e nele observamos muita relação com a organicidade. Toda instituição possui competências, atribuições e

---

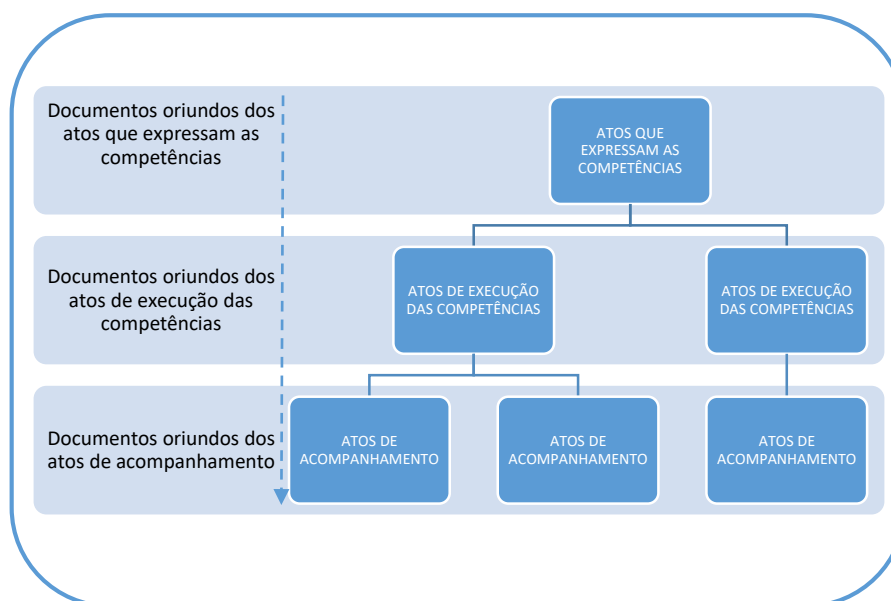
<sup>33</sup> Não apresentamos uma tradução para o termo, porém, Silva et al (1999) apresentaram o termo Inorganicidade para definir uma caracterização dos documentos classificados de acordo com o assunto.

limites dentro de parâmetros pré-determinados, que devem determinar a ordenação dos documentos, ou seja, eles devem ser organizados conforme o propósito que lhes deu origem. Essa lógica se assemelha à vida de um indivíduo, que nasce, cresce e morre, isso é, um organismo com articulações e membros. Esse método retrata a história do organismo ao qual lhe deu a vida e, portanto, merece o título de “método histórico por excelência” (CASANOVA, 1928, p. 217).

A aplicação desse método, considerado como um princípio (TAMBLÉ, 1993; CARUCCI, 1983), pressupõe uma forma de ordenação dos documentos em razão da sua relação direta com a finalidade institucional. Primeiramente, devem ser considerados os documentos constitutivos da instituição, os quais refletem sua finalidade e definem suas atribuições. Deve-se seguir para um segundo nível pertencente à categoria executiva, ou seja, pertencente aos atos relacionados às competências. Por fim, há uma terceira camada, que diz respeito aos documentos de acompanhamento que possuem pouco ou nenhum valor (CASANOVA, 1928). O *Metodo storico* relaciona, nessa perspectiva, a intelectualidade da análise histórica e da classificação com a ordenação, pressupondo a manutenção da organicidade, conforme ilustrado na figura 3.

Esteban Navarro (1995) explica que os italianos nomeiam o *metodo storico* dessa forma não porque a sua aplicação possibilita o estudo histórico de uma instituição, mas sim porque se fundamenta na história da instituição. Segundo ele, esse método foi considerado como a reconstituição da ordem original por influência da obra de Lodolini (1994).

**Figura 3:** A aplicação do *Metodo Storico* segundo Casanova (1928).



Fonte: elaboração própria com base em Casanova (1928)

Sobre as relações da organicidade com as funções arquivísticas, especificamente com a descrição, Casanova ressalta que o inventário deve reproduzir a própria administração da qual os documentos provêm, o que, mais uma vez, nos reporta à expressão da organicidade numa perspectiva verticalizada, dos documentos com as atividades do produtor que lhes deram origem. Esse instrumento deverá refletir as funções, divisões e classes às quais os documentos se relacionam (CASANOVA, 1928).

As contribuições epistemológicas da obra *Archivistica* são várias. Trata-se de uma sistematização de enunciados de um trabalho reconhecidamente internacional por distinguir a Arquivologia enquanto disciplina autônoma, definindo seus princípios, métodos e práticas. Identificar a organicidade no discurso dele meio ao “emaranhado de positivities” é essencial para esta pesquisa. Adolf Brenneke considerou, em sua publicação de 1953, que esse foi o melhor trabalho já publicado da área. “Em 1971, a Enciclopédia Britânica definiu o livro de Casanova como o texto mais abrangente sobre o assunto” (DURANTI; FRANKS, 2016, p.122).

### 3.3.2. Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione (CARUCCI, 1983)

Paola Carucci nasceu em Roma em 19 de fevereiro de 1941. Formou-se em Ciências Políticas em 1964 e também se diplomou pela escola *Archivistica, Paleografia e Diplomatica* em 1968. Foi arquivista de 1966 a 1979 no *Italy Central State Archives*. Atuou como professora titular de Arquivologia de 1991 a 1997, na *University of Rome* e depois na Universidade *La Sapienza* de Roma. Foi Superintendente do *Italy Central State Archives* (1997-2002) e Superintendente do *Presidential Archives* (2006-2015). Participou como membro da Comissão para a formação de pessoal e, posteriormente, da Comissão para o documento eletrônico, ambos no âmbito do ICA (DURANTI; FRANKS, 2016).

A autora tem destaque nas análises sobre a Diplomática na Arquivologia. Segundo Tognoli, além de ser uma referência internacional no assunto, Carucci trouxe as concepções da organicidade a partir da análise contextual do conjunto:

[...] a autora [Paola Carucci], para adaptar o método ao estudo do documento contemporâneo, elimina a análise de elementos que até então eram considerados fundamentais e basilares ao método diplomático. Essa adaptação parece ser uma tentativa de revisão de um método histórico, essencialmente criado para analisar documentos medievais. O estudo da forma se mantém, assim como sua relação com o ato jurídico; no entanto, **o contexto do conjunto parece ser muito mais importante do que o documento em si**, o que nos permite caracterizar essa

diplomática como essencialmente arquivística. (TOGNOLI, 2013, p. 116, grifos nossos).

A organicidade não é abordada explicitamente, mas é utilizada nas considerações de Carucci no manual que analisamos. Nele há, inclusive, um glossário, que não contém um verbete para o termo. Seguindo a lógica de manuais anteriormente analisados, implicitamente, a organicidade é apresentada como parte do conceito de arquivo: “**O arquivo é o complexo de documentos** produzidos ou, em qualquer caso, recebidos durante o curso de sua atividade por magistrados, órgãos e escritórios do Estado, por órgãos públicos e instituições privadas, por famílias e por pessoas”<sup>34</sup> (CARUCCI, 1983, p. 19, tradução e grifos nossos).

Carucci relata que o arquivo devidamente classificado, ainda que de maneira confusa, poderá propiciar o reconhecimento da ordem original. Entretanto, uma vez sendo utilizados métodos empíricos de classificação, a retomada da ordem original será uma tarefa complicada para o arquivista (CARUCCI, 1983). Nesse sentido, ela destaca que o arquivo devidamente ordenado reflete a história da organização; não é somente fonte histórica: o arquivo é como um monumento e, por este motivo ela considera apropriado o método histórico como método de organização dos documentos.

A história da instituição que a produz reflete-se no arquivo ordenado: o arquivo não é apenas uma fonte histórica para a informação que transmite, mas também porque, através das relações significativas que podem ser estabelecidas entre as partes (séries) que o compõem, permite conhecer a instituição que atuava na sociedade, seus condicionamentos, seus objetivos, suas formas de atuação. O arquivo é uma obra, um monumento (no sentido técnico diferencia do documento), do passado como um edifício ou um achado arqueológico e constitui em si mesmo um objeto de estudo por suas características estruturais e funcionais. Além disso, o conhecimento da instituição fornece elementos para a interpretação dos documentos. (CARUCCI, 1983, p. 43, tradução nossa).

A afirmação de Carucci sobre os arquivos não serem meras fontes históricas, mas sim, monumentos, ganha sentido quando vamos à sua primeira formação, em História, e, também, quando nos voltamos à Filosofia da Ciência, na voz de Foucault. Para ele, uma vez analisado em seu contexto, um documento deixa de ser entendido como tal para sê-lo como um monumento. Esta é, pois, a análise arqueológica, “a descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2008, p. 8).

---

<sup>34</sup> Do original: *L'archivio* è il complesso dei documenti prodotti o comunque acquisiti durante lo svolgimento della propria attività da magistrature, organi e uffici dello Stato, da enti pubblici e istituzioni private, da famiglie e da persone.

Este manual é considerado um texto básico para a formação do pessoal de arquivo na Itália (MARQUES, 2011) e importante no direcionamento dos estudos da diplomática contemporânea (TOGNOLI, 2013). O manual teve uma versão publicada em 1983 e outras reimpressões (1996 e 1999).

### **3.3.3. Archivística: principi e problemi (LODOLINI, 1984)**

Elio Lodolini<sup>35</sup> nasceu em Roma no ano de 1922. Entre as suas formaturas em Ciências Políticas e em *Paleografia, Diplomática e Archivística*, ele se formou em Direito, em 1950, o que justifica a linguagem e olhar jurista do autor sobre os arquivos. Neste mesmo ano, ele passou em um concurso e iniciou sua carreira nos *Archivos de Estado*. Sua carreira ascendeu em promoções até que, em 1971, chegou ao cargo de líder superior. Dirigiu *Archivos de Estado*, um deles desde a fundação, e foi Secretário do *Consejo Superior de los Archivos (Ministerio del Interior)*. Passou por cargos na *Escuela de Archivística, Paleografía y Diplomática* de Roma e, de 1976 a 1985, dirigiu o *Archivo de Estado de Roma* e a *Escuela de Archivística, Paleografía y Diplomática*. (LODOLINI, 1993).

Lodolini realizou várias missões arquivísticas, tanto na Itália, quanto em outros países da Europa, América do Norte, América Latina, África e Ásia, tendo em vista a disseminação do ensino sobre os arquivos para países de terceiro mundo, a exemplo da primeira missão arquivística italiana na África Subsaariana<sup>36</sup>. Além disso, prestou serviços para organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) e a Organização de Estados americanos (OEA).

A sua atuação como pesquisador da área foi bem acentuada e girou em torno da afirmação da plena dignidade científica da Arquivologia e a sua completa autonomia em relação a qualquer outra disciplina. Nesse sentido, Lodolini lembra as considerações de Posner<sup>37</sup> (apud LODOLINI, 1993) de que o desenvolvimento do estudo dos arquivos se deu em grande parte pelo surgimento do Princípio da Nacionalidade. Esse princípio surgiu na

---

<sup>35</sup> Lodolini foi amplamente citado por outros autores. Na obra editada por Ruiz Rodrigues, por exemplo, Lodolini é considerado como uma das maiores autoridades mundiais (RUIZ RODRIGUES, 1995) e, na obra de Tamblé (1993), ele está entre os maiores estudiosos de Arquivologia internacional.

<sup>36</sup> Não foi mencionado quando ocorreu essa missão.

<sup>37</sup> Ernst Maximilian Posner nasceu em Berlim, Alemanha, em 9 de agosto de 1892. Em 1910, ele ingressou na Universidade Humboldt de Berlim, onde estudou História e Filosofia. Participou da Primeira Guerra Mundial como tenente de reserva. É autor de várias obras, artigos e relatórios técnicos e ministrou cursos no Instituto de Ciência Arquivística e Estudos Históricos Avançados (DURANTI; FRANKS, 2016).

Europa como um fenômeno, quando os povos passaram a se conscientizar de que os documentos constituem sua própria identidade. Ao mesmo tempo, o movimento do Romantismo passou a glorificar o passado por meio das obras de arte, da literatura e dos monumentos (em suas origens, documentos de arquivo, produzidos e acumulados em decorrência de uma atividade que justifica os seus vínculos orgânicos com o seu produtor/acumulador). Assim, “o estudo dos arquivos acompanhou a afirmação da Arquivologia como ciência e como disciplina” (LODOLINI, 1993, p. 136, tradução nossa).

O conceito de “arquivo” foi abordado no primeiro capítulo deste manual. De acordo com Lodolini, nem todos os documentos devem ser entendidos como um arquivo, pois é necessário que os documentos tenham sido produzidos a partir de uma atividade administrativa (do Estado ou de qualquer outra organização), na concepção mais ampla do termo (LODOLINI, 1993). Na lógica de Lodolini, o arquivo nasce espontaneamente (naturalmente) “como sedimentação documental de uma atividade prática, administrativa, jurídica” (LODOLINI, 1993, p. 24), o que nos reporta à naturalidade como característica do documento de arquivo, apresentada por Duranti (1994).

A naturalidade é, para Lodolini, o que a organicidade representa para Heredia Herrera (1991): o que diferencia os documentos de arquivo dos documentos de uma biblioteca e da pinacoteca. É por esta razão que não se pode conceber um arquivo temático, como “arquivo da literatura” ou “arquivo da arte”, pois seria uma constituição artificial e não um arquivo (LODOLINI, 1993, p. 25). Nesse sentido, Lodolini lembra a mesma crítica tecida por Casanova (1928) sobre a constituição de arquivos de guerra, tema em “moda” na sua época (ver na análise da obra de Casanova, item 3.3).

Quase seis décadas depois da primeira edição do seu livro, Casanova (1928) foi lembrado por Lodolini (1984) na obra *Archivistica: principi e problemi*. Segundo este autor, Casanova, já no início do século XX, foi desfavorável à classificação por matéria, pois essa forma de classificação seria inadequada, provocando uma desconexão do conceito de arquivo (LODOLINI, 1984, p. 25) ao desconsiderar os vínculos orgânicos dos documentos. Além disso, essa afirmação mostra como o discurso acerca do assunto estava alinhado entre esses arquivistas italianos.

Em seu estudo acerca do arquivo e seus atributos, Elio Lodolini recorre a algumas obras. Segundo ele, a publicação dos holandeses, de 1898 (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), definiu o arquivo como conjunto de documentos e como um todo orgânico, entendimento reforçado em outras partes da obra. Na definição de Friedrich Kuch, enfatizada por Papritz - segundo ele notável, embora pouco conhecida -, Lodolini realça a sedimentação

documental, a totalidade e a organicidade: “um arquivo é a totalidade dos resíduos escritos, destinado à conservação a longo prazo, produzido organicamente na gestão de assuntos ou na relação privada, de uma autoridade, corporação, família ou pessoa privada” (LODOLINI, 1993, p. 137, tradução nossa).

Giorgio Cencetti também é lembrado por Lodolini na sua definição de “arquivo”: “o conjunto de documentos expedidos e recebidos por uma entidade ou indivíduo para a realização de seus próprios fins ou para o exercício de suas próprias funções” (CENCETTI<sup>38</sup> apud LODOLINI, 1993, p. 139). Nessa definição, também é considerado o termo conjunto, mas Lodolini afirma que a contribuição mais valiosa dele foi a ideia de vínculo<sup>39</sup> dos arquivos.

Lodolini (1993) considera que a ideia de conjunto também foi abordada por outros autores (FAVIER, 1958; CASSESE, 1959) e destaca a definição de Bautier<sup>40</sup>, a qual critica a distinção entre documento administrativo e documento histórico: “um fundo de arquivo é o conjunto de documentos de todos os tipos que cada órgão administrativo, cada indivíduo ou entidade legal reuniu automática e organicamente pela mesma razão de suas próprias funções ou de sua própria atividade” (BAUTIER apud LODOLINI, 1993, p. 143, tradução nossa). Esta definição retoma a ideia de naturalidade e de organicidade. Além disso, o autor ressalta que a palavra *archives* existe em francês apenas no plural, o que também indica a ideia de conjunto.

Ainda sobre a caracterização do arquivo, Lodolini lembra o que Jenkinson (1965) enunciou (FOUCAULT, 2008) em 1922: 1) imparcialidade (*impartiality*): para que o estudioso entenda seu significado administrativo, ele não pode dizer mais do que a verdade; 2) autenticidade (*authenticity*): custódia ininterrupta, uma presunção razoável da diferença entre um documento arquivístico frente a outros documentos; 3) naturalidade (*naturalness*): os arquivos não são documentos recolhidos artificialmente, como os objetos de um museu, mas se acumulam naturalmente nos escritórios para o desenvolvimento da atividade prática da Administração e, 4) inter-relacionamento (*interrelationship*): todo documento arquivístico está intimamente ligado a outros, dentro e fora do grupo em que é conservado e

---

<sup>38</sup> CENCETTI, Giorgio, *Sull'archivio come universitas rerum*, em “Archivi”, IV, 1937, pp. 7-13; reimpresso em G. Cencetti, *Scritti archivistici*, cit., pp. 47-55.

<sup>39</sup> Giorgio Cencetti também foi citado por Luciana Duranti (1997) na publicação do artigo “*The Archival Bond*”.

<sup>40</sup> Robert-Henri Bautier nasceu em Paris (1922). Formou-se em História na *École Nationale des Chartes*, em 1943. Ele concebeu a história dos arquivos no âmbito de uma disciplina autônoma, pois acompanhou essa história através do olhar político, concentrando-se em grandes rupturas causadas pelas ambições do Estado moderno, suas ações de concentração e fechamento de arquivos e os arsenais do poder público (DURANTI; FRANKS, 2019).

seu significado depende dessas relações (JENKINSON apud LODOLINI, 1993, pp. 140-141).

Essas características – que mais tarde seriam retomadas por Duranti (1994), ao incluir a unicidade –, juntamente com a necessidade de manutenção da organicidade e da custódia ininterrupta, são atribuições exclusivas da documentação arquivística, inexistentes em outros tipos de fontes (LODOLINI, 1993, p. 145). A custódia ininterrupta é definida por ele como um princípio fundamental da Arquivologia, que propicia a manutenção da autenticidade dos documentos desde a sua produção. Se dois fundos forem misturados, comprometendo o respeito ao Princípio da Proveniência, haverá uma quebra nos vínculos e na custódia, e uma “falsidade será estabelecida” (LODOLINI, 1993, p. 231, tradução nossa), ao se quebrarem as ligações orgânicas entre os documentos. A partir dessa análise, Lodolini não se exime de apresentar a sua própria definição:

O "arquivo", em suma, nasce espontaneamente, como sedimentação documental de uma atividade prática, administrativa, legal. Por isso é constituído por um **conjunto** de documentos, interligados por um vínculo original, necessário e determinado, pelo qual cada documento condiciona os demais e é condicionado por outros (LODOLINI, 1993, p.24, tradução e grifo nosso).

Nesta definição, a ideia da organicidade não é apresentada explicitamente, mas, implicitamente, ao considerar o conjunto de documentos e o conjunto de relações existentes entre eles.

Os vínculos entre os documentos caracterizam e especificam o arquivo. Dito isso, e com base na consideração de que a ordenação foi definida na obra como o principal problema da Arquivologia, ele afirma que a consequência direta e imediata é a de que o único método válido para a ordenação dos documentos é o da ordem original, mediante a manutenção da ordem em que os documentos foram constituídos em sua gênese e que, assim, refletirão o modo de ser e de funcionar da entidade que o produziu (LODOLINI, 1993). A partir dessas considerações, identificamos a importância que o autor atribui para a ordenação, elevada ao nível de princípio, à qual deve ser direcionada pela função dos documentos e regida pela organicidade. Como o autor assevera ser o único método adequado de organização dos documentos, Lodolini entende a mesma relevância que outros autores consideram pela classificação.

Complementarmente, a organicidade, na perspectiva horizontal, pode ser verificada a partir dos vínculos entre os documentos pertencentes a um mesmo fundo, o que caracteriza e especifica o arquivo de maneira determinante, segundo o autor. Considerando a relevância



da ordenação dos documentos, considerada por ele como o principal problema da Arquivologia, Lodolini afirma que o único método válido para a ordenação dos documentos é o da ordem original, mediante a manutenção da ordem em que os documentos foram constituídos em sua gênese e que, assim, refletirão o modo de ser e de funcionar da entidade que os produziu (LODOLINI, 1993, p. 151).

Para esse estudioso, os arquivistas têm duas opções: ou seguem o Princípio da Pertinência, que contradiz o Princípio da Proveniência, ou seguem a estrutura orgânica, alinhada ao Princípio da Proveniência, refletido no método histórico.

Em outras palavras, ou se reconstitui a ordem original, objetiva, "arquivística" do conjunto documental, ou essa ordem é modificada e os documentos são organizados de qualquer outra forma, subjetiva, "antiarquivística"; mas, neste caso, a organicidade do arquivo será destruída, o que deixará de ser tal para transformar-se em uma simples coleção de documentos (LODOLINI, 1993, p.171).

Esta obra de Lodolini contribuiu para o pensamento arquivístico por ter apresentado problemas teóricos e jurídicos da área, por meio de uma comparação das diferentes teorias arquivísticas clássicas (MARQUES, 2011). Vicenta Cortés Alonso, estudiosa espanhola, responsável pelo prólogo da versão do livro de Lodolini traduzida para o espanhol, considera a riqueza das suas obras para os arquivistas, devido a qualidade e clareza de suas exposições (CORTÉS ALONSO, 1994).

#### **3.3.4. La teoria archivistica italiana contemporanea: profile storico critico (1950-1990), (TAMBLÉ, 1993)**

Donato Tamblé (ACADEMIA, 2019), assim como os demais autores italianos, também se formou na Escola de *Paleografia, Diplomática e Archivistica* do *Archivio de Estado de Roma*. Foi dirigente no *Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo* de Roma, onde se aposentou em 2014. Ocupou as funções de Superintendente de *Archivistico per il Lazio* (2008-2014); Superintendente arquivístico *per la Basilicata* (2005-2009); Diretor do *Archivio di Stato di Potenza* (2002-2009). Foi, também, professor adjunto de temas arquivísticos na *Facoltà di Architettura di Pescara* (1983-1986) e na *Facoltà di Architettura di Roma - Valle Giulia* (1987-2012). Realizou seminários e aulas em universidades italianas e estrangeiras (Malta e Portugal). É autor de cerca de 300 publicações científicas (no campo do arquivo, herança cultural, história, história das instituições, história militar).

Nesta obra, Donato Tamblé (1993) propôs realizar um panorama da Arquivologia na Itália entre os anos de 1950 e 1990. Considerada como um segmento do livro *Lineamenti di storia dell'archivistica Italiana* de Elio Lodolini, nela Tamblé afirma que, frequentemente, os arquivos são identificados pela sua importância intelectual, como fonte de estudo histórico, como base para outras disciplinas, mas não como um campo científico em si.

Para ele, a Arquivologia italiana é caracterizada pelo debate sobre o conceito de “arquivo”, pelos problemas dos métodos arquivísticos e pelas questões de autonomia da disciplina. Assim, o estudioso resume que a Arquivologia não é resolvida em uma prática, não é reduzida a uma técnica, não é identificada com uma metodologia simples, mas que é possível encontrar, no trabalho diário de pesquisa e prática, a aplicação de seus princípios, com implicações técnicas e com a utilização de uma metodologia própria. Nesse sentido, o autor admite que fazer uma análise do estado da arte da Arquivologia italiana não é tarefa fácil, pois não basta simplesmente afirmar que se trata de uma disciplina científica autônoma apenas pela consciência de sua liberdade teórica, de sua independência intrínseca. Simultaneamente, há que se considerar as frutíferas relações interdisciplinares em um quadro cultural global (TAMBLÉ, 1993).

O modo de ver os arquivos pelo arquivista e por outros profissionais denota como a organicidade define as especificidades de atuação profissional. Enquanto os outros estudiosos consideram o documento a partir de um uso científico imediato, particular e até mesmo pessoal, o arquivista o vê no caráter formal, de acordo com os vínculos que ele possui com outros documentos do mesmo fundo (MOSCATI<sup>41</sup> apud TAMBLÉ, 1993).

Com a História, Tamblé (1993) ressalta a relação de interdisciplinaridade com a Arquivologia, negando qualquer submissão e afirma que, para ele, parece simplesmente um absurdo que a concessão de dignidade a uma disciplina, no caso a Arquivologia, possa ou deva ser dada por outra disciplina, no caso pela História (TAMBLÉ, 1993, p. 24). Briguglio<sup>42</sup>, outro autor italiano, assevera que, pelas suas características, o arquivo é denominado como fonte unitária e orgânica e a atividade do historiador deve se dar a partir do desenho de uma síntese orgânica entre o sujeito objetivo original (BRIGUGLIO<sup>43</sup> apud TAMBLÉ, 1993, p.40). Com base nessas afirmações é possível observar como a

---

<sup>41</sup> MOSCATI, Ruggero. *Attualità degli archivi*. "Notizie degli Archivi di Stato". VIII. 1948, n.2-3, pp. 73-78.

<sup>42</sup> Briguglio foi um arquivista italiano que teve destaque por defender que a Arquivologia possui uma fundamentação teórica sólida. Ele destacou a importância de como os arquivos são formados e, também, como é incoerente o uso do termo “coleção” (DONATO, 1993, p. 39).

<sup>43</sup> Antonino Lombardo - Letterio Briguglio, *In magine al Congresso di Perugia*, "Rassegna degli Archivi di Stato", XVIII, 1958. n.1.

organicidade se traduz no principal elemento diferenciador do documento de arquivo, este mesmo que é a fonte da História.

Neste panorama de análise da Arquivologia, outro autor italiano apresentado por Tamblé (1993) foi Arnaldo D'Addario<sup>44</sup>, que ressalta a origem natural dos documentos, bem como a relação que cada documento tem com os outros de mesma atividade em um todo articulado e orgânico, o qual reflete a natureza orgânica e os setores do produtor (D'ADDARIO<sup>45</sup> apud TAMBLÉ, 1993). Assim, D'Addario ratifica o entendimento de que os documentos constituem um arquivo porque são "articulados e orgânicos", e refletem a entidade que os produziu (D'ADDARIO apud TAMBLÉ, 1993, p. 85). Nesse sentido, Tamblé destaca que o significado do arquivo deve ser entendido como uma cadeia de documentos conectados, o que, para ele, corresponde, substancialmente, ao princípio fundamental da Arquivologia: o arquivo como um complexo, ou como um organismo, e não como a soma das partes.

Segundo Tamblé (1993), o melhor teste de validade dos princípios teóricos é o estudo da evolução da doutrina. Nessa ótica, combinando a história dos arquivos e a teoria arquivística, o Manual dos Arquivistas Holandeses (MÜLLER; FEITH; FRUIN, 1973) também é lembrado por ele, ao retomar a ideia desses autores em torno da ordem original como premissa fundamental para a ordenação e para o inventário de documentos (TAMBLÉ, 1993, p.83). Esta declaração pelos holandeses traz uma concepção de fundo mais voltada para a estrutura interna, ou seja, para as relações orgânicas, deixando como legado o reconhecimento científico da teoria arquivística: ao considerarem a Arquivologia como uma doutrina autônoma, com objeto e metodologia próprios, as demais disciplinas passaram a admitir a sua importância (TAMBLÉ, 1993, p.86).

O italiano Raffaele De Felice<sup>46</sup> (apud TAMBLÉ, 1993, p.105) é mencionado por Tamblé como aquele que, apoiando-se no conceito de "fato arquivístico", pergunta: como é possível uma verdade arquivística ser questionada, tal como a unidade do conceito de "arquivo", se eles são considerados como uma evidência de um fato? Nesse sentido, Tamblé (1993) lembra que De Felice considera que somente se deve falar em arquivo quando for considerado todo o conjunto documental, inclusive com os vínculos entre os documentos.

---

<sup>44</sup> Arnaldo D'Addario constitui o conjunto de influenciadores de Luciana Duranti em termos de teoria arquivística (DURANTI; FRANKS, 2019). Suas lições são dirigidas pelo propósito de esclarecer o problema de como um arquivo pode ser usado por estudiosos de problemas históricos (TAMBLÉ, 1993).

<sup>45</sup> A. D'Addario, *Lineamenti di storia dell'archivistica*. sec. XVI-XIX, "Archivio storico italiano". CXLVIII, 1990, p. 29.

<sup>46</sup> DE FELICE, Raffaele. *L'archivio contemporaneo: Titolario e classificazione sistematica di competenza nei moderni archivi correnti pubblici e privati*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1988.

Alinhado à defesa dos arquivos na perspectiva da organicidade, Tamblé compreende a classificação como resultado de um conjunto de operações que permitem que a multiplicidade do negócio seja rastreada até certo número de categorias ordenadas hierarquicamente, de modo que o crescimento diário do arquivo venha a ser estabelecido de acordo com uma ordem lógica que historicamente reflete o desenvolvimento e a evolução do produtor (RAFFAELE DE FELICE apud TAMBLÉ, 1993). Tamblé recorre a De Felice (apud TAMBLÉ, 1993, p. 106) para sustentar seu pensamento: a classificação se resume na concretização explícita e declarada das conexões funcionais e jurisdicionais naturais de um corpo documental orgânico. Tal afirmação evidencia a relação necessária entre a função classificação e a organicidade, aquela como sendo a expressão desta.

Paola Carucci, também reconhecida internacionalmente nesse contexto de análise da Arquivologia italiana, elabora um manual pioneiro na Itália acerca do documento diplomático contemporâneo, o qual trata de problemas concernentes à abordagem metodológica das fontes, sua conservação e seu uso. Para Tamblé, a obra de Carucci, organizada com profunda competência, “organizou os temas arquivísticos em categorias operativas conceitualmente bem definidas e expressas em um volume sistemático” (TAMBLÉ, 1993, p. 131, tradução nossa). A definição de arquivo da autora também identifica o caráter orgânico dos documentos, ao considerar o arquivo no momento de origem do complexo documental como o conjunto de documentos (CARUCCI apud TAMBLÉ, 1993).

As relações entre as tecnologias e a organicidade (representando cientificamente a área) também são contempladas na Arquivologia italiana. Tamblé afirma que os italianos têm consciência dos problemas de uma tecnologia avançada sem atender às necessidades arquivísticas. O autor afirma que se trata de um futuro com “mudanças radicais no curso da memorização eletrônica, capaz de despolarizar todas as formas tradicionais de trabalhar com papel” (TAMBLÉ, 1993, p. 132, tradução nossa). O historiador, por exemplo, encontrará cada vez mais dificuldades em entender o documento no seu contexto, como um desafio comum a todos sem entender o contexto no qual a informação foi formalizada.

Por fim, Tamblé afirma que a sua intenção é falar acerca de uma disciplina que é tão antiga quanto as sociedades organizadas e estimular os arquivistas a persistirem na defesa da Arquivologia como uma ciência humana autônoma (TAMBLÉ, 1993, p. 204). A partir da aplicação da ordem original, analisar um arquivo, ainda que incompleto, possibilita o conhecimento de sua estrutura profunda, o entendimento do seu contexto histórico, os métodos burocráticos de funcionamento e assim por diante. Dessa maneira, para Tamblé

(1993) o significado do arquivo deve ser entendido como uma cadeia de documentos conectados, o que corresponde, substancialmente, ao princípio fundamental da Arquivologia: o arquivo como um complexo, ou como um organismo, e não como uma soma de partes (TAMBLÉ, 1993, p. 206). Essa consideração do autor é a expressão máxima de relação entre a cientificidade da Arquivologia e a organicidade, conceito que traduz a essência dos documentos de arquivo como seu objeto de estudo.

Ao reconhecermos que a disciplina assume o status científico da totalidade documental, destacamos a importância da unidade e da integridade dos documentos (TAMBLÉ, 1993). Nessa perspectiva, uma vez quebradas as interconexões orgânicas das partes de um complexo de documentos do resto do sistema, ocorrerá a perda da natureza, da função, do significado, da vitalidade e da possibilidade de uso adequado dos documentos (TAMBLÉ, 1993).

### **3.4. ALEMANHA (1953)**

O manual que representa a Alemanha foi elaborado tendo como base as aulas de Adolf Brenneke, ministradas de 1937 a 1939, no *Istituto per l'Archivistica ed il perfezionamento in scienze storiche*, em Berlim. Em sua trajetória de estudos, Brenneke idealizou um sistema conceitual, que não pôde ser concluído em razão de dificuldades profissionais e problemas pessoais. Todavia, ele deixou um material preparado para publicação. De acordo com um aviso inscrito no próprio manual, algumas notas do autor escritas entre 1943 e 1945 foram utilizadas para completá-lo. Isso justifica o fato de a publicação da obra ter ocorrido sete anos após a sua morte, em 1946 (BRENNEKE, 1968).

Brenneke nasceu em 23 de agosto de 1875. Segundo a apresentação da obra, ele foi um jovem brilhante, sereno e amante da música. Em Hannover, como diretor do *Archivi di Stato*, o autor ainda encontrou a oportunidade de passar pelo menos uma hora todos os dias tocando piano (BRENNEKE, 1968). Com 20 anos de idade, em 1895, Brenneke iniciou a faculdade de História. Em 1904, após quatro anos do início do curso de Arquivologia de Marburg, ele se tornou assistente científico, e, seis anos mais tarde, foi nomeado arquivista. Somente após concluir suas atividades no posto de capitão da milícia territorial da Primeira Guerra Mundial, da qual ele participou de 1914 a 1918, que começou um período frutuoso para Brenneke, com trabalhos científicos (BRENNEKE, 1968).

Seu perfil sereno e profissional lhe garantiu reconhecimento até a sua chegada ao cargo de diretor do *Archivio Segreto di Stato di Berlino-Dahlem*. Mesmo com alguns

percalços nesse cargo, uma nova tarefa lhe possibilitou a concepção da sua maior e mais duradoura obra: a fundação de uma metodologia que vislumbrava a Arquivologia como uma ciência independente e de uma tipologia histórica de arquivos. Nela, não é possível separar a prática arquivística da história de constituição do documento, ou seja, do seu contexto de produção e acumulação. Podemos considerar um cruzamento (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) de ideias com os italianos no cerne do conceito do *metodo storico*. Nesse sentido, a respeito da definição do Princípio da proveniência, ele afirma que “a norma define a necessidade de se proceder com uma divisão arquivística de modo que o caráter orgânico de um corpo arquivístico tenha a maior ênfase possível na prática<sup>47</sup>” (BRENNEKE, 1968, p.15, tradução nossa).

No início da obra, Brenneke aponta a intenção do seu trabalho, que é limitar uma discussão detalhada sobre o termo “arquivo”, no seu sentido estrito. Diferentemente dos documentos diplomáticos, a sua disciplina preocupa-se em “investigar como esses documentos foram, com o passar do tempo, **incorporados em um todo orgânico**, ou seja, um arquivo” (BRENNEKE, 1968, p.22, tradução e grifos nossos). Em suas primeiras considerações, já podemos verificar o conceito de organicidade intrínseco ao conceito de arquivo para o autor, tal como afirmaram os holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), Jenkinson (1922) e Casanova (1928).

Há mais de seis décadas, Brenneke registrou uma situação que ainda persiste: “os conceitos básicos relacionados aos arquivos não estão claramente definidos, as linhas fundamentais de desenvolvimento não são suficientemente destacadas e, acima de tudo, a discussão não é muito profunda” (BRENNEKE, 1968, p. 23, tradução nossa). Esta afirmação destaca seu ponto de vista científico acerca da disciplina sobre questões, infelizmente, ainda atuais. Diante dessa problemática, o autor se propõe a esclarecer conceitos arquivísticos fundamentais, para, em seguida, analisar teorias arquivísticas e, finalmente, compreender a sua evolução, das antigas correntes doutrinárias às concepções atuais (da década de 1950), entre as quais o Princípio da Proveniência ocuparia o lugar central (BRENNEKE, 1968).

São apresentadas por ele ideias sobre a separação dos atos e a constituição de documentos. Ilustrativamente, é apresentado um ato corriqueiro e equivocado: todas as leis nacionais germânicas e prussianas, após sua publicação pelo ministério competente,

---

<sup>47</sup> Texto original: la norma prescrive di procedere ad una divisione archivistica tale che il carattere organico di un corpo archivistico abbia il maggiore risalto che sia praticamente possibile; ma insieme bisogna, in un primo tempo, prender come punto costante di partenza la forma della registrazione, così come ci è pervenuta (BRENNEKE, 1968, p.15)

chegavam, aos *Archivios Segretos di Stato di Berlino-Dahlem* e ao *Archivio centrale*, originalmente separadas das escrituras que as antecederam, que eram entregues muito mais tarde, estabelecendo-se, então, uma separação no arquivo (BRENNEKE, 1968).

Segundo o autor, não há, portanto, necessidade intrínseca de formar seções separadas para classes individuais dos documentos. Mesmo que isso seja realizado com frequência – principalmente por razões externas, ou seja, para uma melhor conservação ou para um arranjo mais apropriado –, “é necessário, prestar atenção a isto e formar seções de atos que **constituem um todo orgânico**” (BRENNEKE, 1968, p. 30, tradução e grifos nossos).

Além de relacionar o “todo orgânico” ao conceito de arquivo, o estudioso o relaciona ao conceito de “fundo”: o desenvolvimento orgânico é, para ele, um fenômeno que precede a constituição do arquivo, o que justifica o uso deste conceito (fundo), ao invés de formação orgânica.

O desenvolvimento orgânico é um fenômeno que precede o *versamento*<sup>48</sup> no arquivo. De fato, não há nada nisso que possa se desenvolver organicamente; o que vem a ele (e que, portanto, torna-se uma parte do arquivo), já terminou seu desenvolvimento. É por isso que, em vez de utilizar o conceito até então usado de formação orgânica, falamos, com maiores propriedades da linguagem, de fundos de arquivo que preservaram até mesmo, com maior ou menor destaque, a aparência constituída durante o desenvolvimento que precedeu o *versamento*.<sup>49</sup> (BRENNEKE, 1958, p. 41, tradução nossa)

Ainda ratificando essa ideia, consta no manual, em nota, que o uso dos conceitos de “formação orgânica” e “formação artificial”, usados para nomear grupos opostos de ordenação, não é adequado e pode gerar mal-entendidos, pois a organicidade nasce antes da constituição do arquivo, enquanto as transformações da formação artificial geralmente ocorrem após a sua formação (BRENNEKE, 1968).

Brenneke disserta sobre como o adjetivo “orgânico” começou a ser aplicado aos documentos de arquivo, os quais passaram a ser qualificados como “corpos arquivísticos”, em analogia às células de um corpo vivo, constituídas pelo mesmo impulso vital. Para o autor, um corpo arquivístico é a expressão de um processo que se desenvolve como um

---

<sup>48</sup> Brenneke esclarece que “do ponto de vista do arquivo, cada *versamento* significa uma entrada (adesão), que é registrada em um registro de entrada (registro de adesão), com numeração progressiva; geralmente o número de chegada é anotado em cada volume.” (BRENNEKE, 1958, pp. 34-35)

<sup>49</sup> Texto original: Lo sviluppo organico è un fenomeno anteriore al versamento in archivio. In questo infatti non c'è più nulla che possa svilupparsi organicamente; ciò che ad esso perviene (e che perciò diventa una <parte> dell'archivio), ha già terminato il suo sviluppo. È per questo che invece di ricorrere al concetto finora usato di <formazione organica> abbiamo parlato, con maggiore proprietà di linguaggio, di fondi dell'archivio che hanno conservato anche in esso, con maggiore o minore risalto, la fisionomia costituitasi durante lo sviluppo che ha preceduto il versamento. (BRENNEKE, 1958, p. 41).

organismo vivo, a partir de uma atividade. Intervenções ocorridas neste corpo orgânico significam lesões e mutilações que podem significar até mesmo a morte da vida orgânica.

[...] a comunhão de origem não leva necessariamente a uma comunhão efetiva de conteúdo e, portanto, à formação de um corpo orgânico. Nas bibliotecas, por exemplo, também podemos ocasionalmente encontrar uma situação que corresponda ao conceito de origem comum, de proveniência, como acontece no caso em que um amante de livros dá a uma coleção a marca de seus gostos [...]. No entanto, esses livros, mesmo que sejam engenhosamente divididos de acordo com classes e subclasses, não podem, na melhor das hipóteses, dar origem, se não a uma simples afinidade de conteúdo, que tem seu centro espiritual no gosto ou na especialização do colecionador. Um "corpo arquivístico", ao contrário, é a expressão de um processo que se desenvolve como um organismo vivo, a partir de uma decisão e de uma atividade consequente; nesse processo, então, podemos aplicar a imagem da evolução vital. Intervenções dentro desse corpo orgânico e desmembramento de sua coesão significam lesões e mutilações; na verdade, eles podem até significar a morte da vida orgânica<sup>50</sup>. (BRENNEKE, 1968, pp.44-45, tradução nossa)

Brenneke contextualizou a origem e evolução do Princípio da proveniência, com uma iniciativa em 1819, em Berlim, mas formalmente consolidado em 1841, na França, tendo como base o conceito de fundo; foi apropriado pelos holandeses, tendo como base a *registratura*, e resignificado na Prússia, sustentado pelo conceito de corpo arquivístico. Ele lembra o programa realizado em 1841, que resultou na circular de 24 de abril, a qual alcançava os documentos armazenados nos arquivos departamentais da França, que haviam sido armazenados após a Revolução Francesa.

Em tom de crítica, Brenneke afirma que esse princípio teria sido concebido a partir de demandas eminentemente práticas, e não científicas, pois, segundo o autor, “nada foi feito, depois, para uma reconstrução orgânica dos corpos arquivísticos” (BRENNEKE, 1968, p. 87, tradução nossa). Devemos destacar que esse “nada mais foi feito” relaciona-se àquele contexto francês de organização dos conjuntos documentais, pois dentro dos fundos, a circular previa categorias gerais por assunto, estabelecendo uma “classificação administrativa anti-histórica” (BRENNEKE, 1968, p. 97, tradução nossa). Já com relação à

---

<sup>50</sup> Texto original: La comunione di origine non conduce però necessariamente ad una effettiva comunione di contenuto e quindi alla formazione di un corpo organico. Nelle biblioteche, ad esempio, possiamo anche trovare occasionalmente una situazione che corrisponde al concetto della comune origine, della provenienza, come avviene nel caso in cui un amatore di libri dà ad una raccolta libraria l'impronta dei suoi gusti o un erudito quella dei suoi interessi specializzati. E tuttavia questi libri, anche se sono ingegnosamente suddivisi secondo classi e sottoclassi, non possono dar luogo, nel migliore dei casi, se non ad una semplice affinità di contenuto, che ha il suo centro spirituale nel gusto o nella specializzazione del raccoglitore. Un «corpo archivistico», invece, è l'espressione di un processo che si sviluppa come un organismo vivente, da una decisione e da una conseguente attività; al quale processo quindi possiamo applicare l'immagine della evoluzione vitale. Intromissioni nell'interno di questo corpo organico e smembramento della sua coesione significano lesioni e mutilazioni; anzi, possono addirittura significare la morte della vita organica. (BRENNEKE, 1968, PP.44-45)



comunicação científica arquivística, sabemos que houve, há e haverá esforços para o restabelecimento da organicidade dos fundos, pois trata-se do âmago arquivístico.

Foi dado um passo adiante na construção epistemológica do Princípio da proveniência, surgindo o *principio della registratura*, apresentado pelo autor como sinônimo daquele. Ocorreu no *Stato prussiani* (estado da Prússia) uma organização dos documentos por assunto e somente aqueles que os que conheciam conseguiam se situar. O arquivista estatal Max Lehmann<sup>51</sup>, após aprovação do diretor de arquivos estatais Heinrich von Sybel, emitiu um novo regulamento para restabelecer a ordem dos arquivos, o qual considerava não somente o respeito aos fundos, mas também a ordenação interna com base na história dos registros. Brenneke citou Casanova (1928) algumas vezes, inclusive na introdução do manual, mas não se referiu ao *metodo storico* quando apresentou essa nova “roupagem” do Princípio da proveniência, pois, como vemos na análise dos italianos, esse método também é uma ressignificação do princípio, ambos tendo como base epistemológica a organicidade.

Brenneke relata que outro princípio foi estabelecido no *Archivio Segreto di Stato di Berlino*, com uma “aplicação consciente e coerente”, começando a ser introduzido em 1897, denominado *principio prussiano-olandese* (princípio prussiano-holandês) baseado no entendimento de que o arquivo é um todo orgânico (MULLER; FEITH; FRUIN apud BRENNEKE, 1968). Lembra Brenneke que, segundo os arquivistas holandeses, “os documentos devem ser mantidos da mesma forma que foram unidos, isto é, ligados a fatos históricos e testemunhos da vida cotidiana. Arquivos são organismos que não podem ser arbitrariamente destruídos ou desenraizados do solo em que nasceram” (BRENNEKE, 1968, p.95, tradução nossa). Essa forma de organização “possibilita uma pesquisa científica segura e sem restrições”

Este princípio é aplicado quase em toda a parte hoje e, sem dúvida, representa a realização mais segura que a doutrina arquivística nos trouxe. Tornou-se o princípio universalmente válido; só que não tem nenhum esquema de classificação pronto e de natureza geral, como esperavam encontrá-lo nos séculos XVII e XVIII, mas representa apenas uma norma para esquemas de classificação, que mudam de acordo com a natureza do fundo<sup>52</sup>. (BRENNEKE, 1968, p.95, tradução nossa)

---

<sup>51</sup> Brenneke (1968) afirma que Max Lehmann se intitulou autor do Princípio da proveniência na sua autobiografia.

<sup>52</sup> Texto original: Questo principio è oggi applicato quasi dovunque e rappresenta senza dubbio la più sicura conquista che la dottrina archivistica ci abbia portato. È diventato il principio universalmente valido; solo che non ha alcuno schema di classificazione già bello e pronto e di carattere generale, come si sperava di trovarlo nel secolo XVII e XVIII, ma rappresenta solo una norma per gli schemi di classificazione, i quali cambiano secondo il carattere del fondo.

Todavia, Brenneke identificou um efeito colateral no pensamento holandês, onde o arquivista não pode criar nada, apenas assumir o que foi criado ou restaurar sua criação original.

Os holandeses, portanto, assumiram que tudo o que foi desenvolvido era orgânico. Precisamente com base nessa suposição, as primeiras dúvidas tiveram que ser notadas em um nível teórico. Os dois conceitos de "historicamente evoluído" e "orgânico" são realmente os mesmos? Claro, o organismo se desenvolve; no entanto, também desenvolve o que é patológico e desorganizado. E nós temos que preservar a todo custo o que é patológico e desorganizado, apenas porque ele se desenvolveu?<sup>53</sup> (BRENNEKE, 1968, p. 95, tradução nossa).

A crítica de Brenneke ao que foi definido pelos holandeses está relacionado à atuação do arquivista, pois, segundo ele, esse profissional não deve contentar-se com a restauração pura e simples dos documentos, com uma atuação rígida de restauração, pois o arquivista não pode ser visto como um restaurador paleontológico dos documentos “tal como se reconstrói o esqueleto de um animal pré-histórico” (BRENNEKE, 1968, p. 102).

Assim, Brenneke chega ao conceito/entendimento mais aceito para ele: o Princípio da proveniência livremente aplicado (como um corpo arquivístico), a qual foi definido a partir de uma concepção orgânica:

Assim, a atividade do arquivista, que para os holandeses não era mais que a de um simples restaurador, torna-se uma função criativa; trata-se de saber capturar o fundo, com uma capacidade artística de identificação, as leis secretas de seu surgimento e de seu crescimento e de saber expressá-las posteriormente em manifestações morfológicas.[...] Nosso conceito de proveniência não significa apenas preservar a origem integral, mas colocar a procedência e a matéria em uma relação apropriada, criando uma síntese entre os dois elementos. Nesse sentido, podemos definir a origem como uma comunhão de conteúdos com base em uma comunhão de origem.<sup>54</sup> (BRENNEKE, 1968, p. 113, tradução nossa).

É possível identificar um fio condutor comum em um *habitus* (BOURDIEU, 2004) nos discursos dos autores analisados até agora, os quais são centrados na organicidade, desde

---

<sup>53</sup> Texto original: Gli olandesi supponevano, quindi, che tutto ciò che si sia sviluppato, sia organico. Proprio su questo presupposto dovevano appuntarsi i primi dubbi sul piano teorico. I due concetti di «evolutosi storicamente» e di «organico» sono realmente identici? Certo, l'organismo si sviluppa; però si sviluppa, dopo tutto, anche ciò che è patologico e disorganico. E dobbiamo conservare ad ogni costo ciò che è patologico, soltanto perché si è sviluppato? (BRENNEKE, 1968, p. 95)

<sup>54</sup> Texto original: Così l'attività dell'archivista, che per gli olandesi non era più che quella di un semplice restauratore, diventa una funzione creativa; si tratta di saper captare dal fondo, con artistica capacità di immedesimazione, le segrete leggi del suo divenire e del suo crescere e di saperle esprimere poi in estrinsecazioni morfologiche . [...]. Il nostro concetto della provenienza non significa soltanto conservare la provenienza integra, ma porre provenienza e materia in opportuna relazione, creando una sintesi fra i due elementi. In questo senso possiamo definire la provenienza come «una comunione di contenuto sulla base di una comunione di provenienza».

a definição do conceito de arquivo à aplicação do conceito do Princípio da proveniência. Das críticas às aplicações desse princípio à sua defesa quanto à aplicação livre indica a positividade do discurso (FOUCAULT, 2008) da área centrado no pensamento pautado nos critérios orgânicos. Todas as repaginações do princípio da proveniência vistos até agora, lembremos: método storico, *principio della registratura* e o Princípio da proveniência livremente aplicado tem como pano de fundo a busca pelo respeito à organicidade, embebidos na história de vida do produtor.

### **3.5. ESTADOS UNIDOS (1956-1993)**

A Arquivologia nos Estados Unidos é fortemente marcada pelo conceito de gestão de documentos. Embora não haja consenso sobre a origem deste conceito, “o records management, em sua concepção moderna, surge como fruto das necessidades dos arquivistas americanos de desenvolverem técnicas sistemáticas de avaliação de documentos” (CASSIO FILHO, 2016, p.38). Essa necessidade foi evidenciada no contexto de grande produção documental da Segunda Guerra Mundial, caracterizadamente denominado como a “explosão documental” ou “explosão da informação”.

Philip Coolidge Brooks foi convidado para escrever um artigo sobre a primeira década da *Society of American Archivists*. Brooks relata que seria impossível relatar em um artigo todos os acontecimentos relevantes sobre a associação, principalmente pelo fato de que essa história havia começado muito antes, a quase meio século, em 1899, por meio da *American Historical Association*. Inicialmente, os arquivistas não foram incluídos nessa comissão de historiadores. Entretanto, em 1909, uma conferência de arquivistas foi realizada resultando na produção de um documento relatando situações relevantes sobre os arquivos, o qual o Dr. Waldo G. Leland, representante da *American Historical Association* teve acesso.

A partir desse momento, a história da pré-constituição da *Society of American Archivists* começou a ganhar novo rumo, principalmente porque com o documento elaborado pelos arquivistas, Leland deu ênfase a discussões sobre a gestão dos documentos. Não obstante tenha acendido um alerta quanto à importância de gestão, a comissão sofreu com uma baixa de apoio financeiro devido a Primeira Guerra Mundial, porém, a preocupação em mostrar a importância quanto aos cuidados com os documentos públicos motivou a manutenção das discussões fomentando, inclusive, a aprovação da *National Archives Act* in 1934.

Os trinta e poucos anos viram uma onda prodigiosa de atividade arquivística neste país por pelo menos três razões. Distúrbios públicos, como depressões e guerras, causando maior atividade governamental e amplo deslocamento da população, sempre produzem quantidades anormais de registros, públicos e privados. Nossa depressão não foi exceção e aumentou tremendamente a necessidade de atenção a alarmantes grupos documentais. Ao mesmo tempo, a necessidade de projetos de emprego para assistência social forneceu a ocasião para duas atividades nacionais, a Pesquisa de Registros Históricos e a Pesquisa de Arquivos Federais, muito maiores do que quaisquer outras pesquisas de arquivos já vistas. Coincidentemente, a longa agitação dos historiadores por um arquivo nacional deu frutos com a aprovação da *National Archives Act* em 1934. (BROOKS, 1947, p.117).

Todo esse contexto provocou movimentos de debates, discussões e fortalecimento da Arquivologia. Dois anos após a aprovação da *National Archives Act*, em 1936, foi constituída a *Society of American Archivists*; em 1938 foi criada a revista *The American Archivist*, a qual, desde então, mantém regularidade de publicações, mesmo durante o contexto da segunda guerra mundial. É nesse cenário que os autores americanos protagonizaram definições de conceitos arquivísticos mundialmente reconhecidos, tais como o ciclo vital e a definição dos valores primário e secundário.

Em 1938, é lançado o *The American Archivist*, publicação da *Society of American Archivists*, criada dois anos antes. Esse periódico também foi fortemente influenciado pelo *National Archives Act*, de 1934, que instituiu o National Archives. A criação desse órgão, atualmente denominado *National Archives and Records Administration* (NARA), foi um marco importante, complementado na década seguinte pela *Hoover Commission*, voltada para o estudo da administração do governo federal norte-americano. Essas iniciativas se refletiram fortemente na revista, que, paralelamente ao tratamento técnico dos acervos históricos, volta-se cada vez mais para os documentos em fase de produção. Em 1940, por exemplo, os primeiros esboços das **noções de ciclo de vida** (definido como “*life history*”) dos documentos e de **procedimentos de avaliação** são aí publicados (Brooks, 1940; Leahy, 1940). (VENANCIO, 2017, p.24, grifos nossos)

Não obstante haja reconhecimento pelas definições do ciclo vital e dos valores dos documentos, há também críticas a um “efeito colateral” da aplicação de tais conceitos. A atuação dos arquivistas parte das definições teóricas, logo, a separação provocada pelos conceitos de *records management* e os *archives*, oriunda da aplicação valorativa dos documentos, de certa forma provoca a desintegração e enfraquecimento profissional.

[...] nos Estados Unidos existem duas associações, a *American Records Managements and administrators* (ARMA) e a *Society of American Archivist* (SAA) cujos interesses nem sempre parecem convergir. [...] A situação que cria essa dificuldade de integração das duas vertentes da Arquivologia leva uma interrogação de ordem estratégica. Será que uma integração completa das duas ordens de preocupação não seria mais oportuna e suscetível de garantir uma viabilidade à Arquivologia? Uma profissão unificada, onde estivessem reconciliados o *records managements* e a Arquivologia tradicional, não estaria

melhor equipada para se desenvolver, crescer e atingir a plenitude do potencial que a disciplina Arquivologia oferece? (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.220, tradução nossa)

### **3.5.1. Arquivos modernos: princípios e técnicas (SCHELLENBERG, 1956)**

É difícil analisar a história de uma disciplina sem dar nomes aos seus atores e, no caso da Arquivologia, especialmente nos Estados Unidos, um ator de renome internacional foi Theodore Roosevelt Schellenberg. Sua história e suas contribuições marcaram a trajetória da disciplina. Antes mesmo que ele imaginasse atuar na área, já plantava sementes no conhecimento arquivístico: sua formação em História trouxe um amadurecimento necessário para que sua carreira como arquivista fosse iniciada com uma bagagem robusta. A tese de doutorado sobre a *Doutrina Monroe* trouxe uma visão sobre administração e reforma administrativa (DURANTI; FRANKS, 2019) e, como José Honório Rodrigues afirma, não há reforma administrativa sem reforma do sistema de arquivos, assim como não há desenvolvimento econômico sem arquivos eficientes (RODRIGUES, 1980). Provavelmente esta ideia ecoava na cabeça de Schellenberg.

O autor vivenciou a grande explosão na produção de documentos no contexto da Segunda Guerra Mundial, o que lhe chamava a atenção sobre a forma de lidar com os arquivos modernos, cuja produção exponencial foi relacionada ao grande aumento populacional e ao uso de máquinas que facilitaram tanto a produção quanto a duplicação documental. A esse respeito, ele não acreditava que os métodos americanos de tratar os registros modernos fossem mais adequados do que os de outros países, mas, apenas diferentes (SCHELLENBERG, 2006).

O estudo sobre a modernização dos arquivos norteava os estudos de Schellenberg. Diante da enorme produção documental e a maneira aleatória da manutenção deles, o autor apresenta o gerenciamento de documentos como um novo tipo de trabalho profissional a fim de simplificar funções, processos de trabalho e procedimentos de produção documental, por meio de controle de formulários, redução de cópias e identificação de conjuntos de documentos.

Nessa perspectiva, o *Modern Archives* se torna o primeiro manual de arquivamento a apresentar um exame de ponta a ponta das atividades de registros das agências criadoras e a avaliar como os arquivistas podem colaborar na avaliação de registros para transferência de arquivos. (DURANTI; FRANKS, 2019, p. 482, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Schellenberg apresenta os conceitos de “arquivo primário” e “arquivo secundário” e, com base na classificação, os responsáveis pela gestão passariam a ter fundamentos para realizar a avaliação dos documentos. Sobre as repercussões das suas contribuições, Duranti e Franks lembram que:

Os escritos de Schellenberg foram especialmente bem recebidos nos Estados Unidos, onde muitas das técnicas descritas no *Modern Archives* estavam em vigor, e na Austrália, onde sua visita foi vista como um marco no desenvolvimento da Arquivologia australiana. (DURANTI; FRANKS, 2019, p. 483, tradução nossa).

A apresentação da primeira edição brasileira da obra “Arquivos modernos: princípios e técnicas”, de Theodore Roosevelt Schellenberg, foi realizada por José Honório Rodrigues<sup>55</sup>, diretor do Arquivo Nacional de 1958 a 1964 e ator importante para a história da instituição e para a institucionalização da Arquivologia no Brasil (IGLÉSIAS, 1988; MARQUES; RODRIGUES, 2017). Mediante convite de Rodrigues, Schellenberg vem ao Brasil em missão, da qual resulta um relatório acerca dos “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”. Essas contribuições do arquivista estadunidense foram importantes para a preservação de parte da memória do Brasil, pois, segundo o diretor do Arquivo Nacional, havia a real ameaça de eliminação indiscriminada ou recolhimento desordenado de documentos (RODRIGUES, 2006).

Ainda na apresentação da obra de Schellenberg, José Honório Rodrigues resumiu a vida do autor, que nasceu em 1903, no Texas. Graduou-se em História, em 1928, na Universidade de Kansas e concluiu o mestrado também em história em 1930 na Pensilvânia, mesmo lugar onde, em 1934, doutorou-se na mesma disciplina. A sua carreira nos *National Archives* teve início em 1935 e, entre 1957 e 1963, foi arquivista assistente, o equivalente a subdiretor do arquivo. Atuou como conferencista e consultor de programas de reformas estaduais entre 1954, quando foi para Austrália como conferencista, e 1960, quando veio ao Brasil (SCHELLENBERG, 2006).

Após o presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt ter assinado a Lei dos Arquivos Nacionais (*National Archives Act*), em 1934 e o prédio do *National Archives* ter sido inaugurado, em 1935, Schellenberg foi contratado como vice-examinador para trabalhar em um programa voltado para a adequada eliminação de documentos, o que resultou em um trabalho de grande visibilidade. O fim da Segunda Guerra Mundial impulsionou os Estados

---

<sup>55</sup> O cargo mais importante que José Honório Rodrigues ocupou na administração pública foi o de diretor do Arquivo Nacional. Em apenas 6 anos, José Honório realizou grandes transformações no Arquivo Nacional e impulsionou o desenvolvimento da Arquivologia no Brasil (IGLÉSIAS, 1988).

Unidos a cooperarem internacionalmente. Assim, o *National Archives and Records Service* (NARS) ajudou a estabelecer os arquivos das Nações Unidas e começou a participar do ICA. Nesse contexto, Schellenberg foi selecionado para visitar a Austrália e a Nova Zelândia, com uma bolsa da *Fulbright*, em 1954, quando passou seis meses dando palestras naquele país (DURANTI, FRANKS; 2019).

A conferência da Austrália, de 1954, foi a razão pela qual Schellenberg escreveu o manual que analisamos. Na oportunidade, ele ficou incumbido de tratar sobre problemas da administração de documentos públicos. A posterior sistematização de suas ideias e anotações sobre, segundo ele, “aquela visita apressada”, resultou na elaboração dessa “grande contribuição para o conhecimento mundial da Arquivologia”, nas palavras de Harold White<sup>56</sup>, na apresentação da edição original da obra (SCHELLENBERG, 2006).

Acerca da nossa análise sobre a organicidade, não foi identificada uma definição explícita neste manual. Entretanto, o autor utilizou do sentido da organicidade para definir “arquivo”, explicando que “para serem arquivos, os documentos devem ter sido produzidos ou acumulados na consecução de um determinado objetivo e possuir valor para fins outros que não aqueles para os quais foram produzidos ou acumulados.” (SHELLENBERG, 2006, p. 39). A construção do conceito continuou no capítulo subsequente, quando o autor ratifica que uma das características essenciais dos arquivos é o fato de terem sido:

[...] produzidos ou acumulados em **conexão direta** com as atividades funcionais de um órgão do governo ou de qualquer outra entidade; e grande parte do seu valor depende da **relação orgânica** que mantém, quer entre si, quer com o próprio órgão. (SHELLENBERG, 2006, p. 42, grifos nossos).

Nesse sentido, podemos buscar uma comparação da obra de Schellenberg com a de Lodolini (1993), acerca da conexão dos documentos com as atividades funcionais, por nós entendida como organicidade vertical (sendo a horizontal aquela existente entre os documentos produzidos e acumulados por uma mesma pessoa, física ou jurídica).

Esta foi a primeira obra, dentre o nosso universo, que estabeleceu uma análise mais detalhada acerca da classificação de documentos de arquivo, reconhecendo-a como uma função básica para uma administração eficiente de documentos. Ele afirma que “o objetivo da classificação é facilitar a localização dos documentos quando se fizerem necessários” e que geralmente deve-se considerar a função do documento para classifica-lo, pois, eles

---

<sup>56</sup> Bibliotecário Parlamentar da Austrália, que, nas palavras de Schellenberg, “muito fez pelas conferências” que ele participou.

resultam de uma função, são usados em relação à função e devem, portanto, ser classificados de acordo com ela (SCHELLENBERG, 2006, p. 95).

Essas considerações resumem o pensamento de Schellenberg sobre a função classificação e, a partir delas, é possível concluir que esta função deve representar a organicidade dos documentos de arquivo, ao espelhar, nas classes e subclasses, as diversas funções, atividades e tarefas geradoras e receptoras desses documentos. Ao realizar a classificação funcional, conforme sua orientação, o documento estará automaticamente vinculado à função e atividade que lhe deram origem, ao passo em que também estará vinculado aos demais documentos oriundos da mesma atividade.

Schellenberg afirma que “todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação”. Nesse sentido, a avaliação deve ser realizada a partir daquela função: “se os documentos são classificados de modo a refletir a organização e a função, podem ser dispostos em relação a elas. [...] então, o método de classificação proporciona as bases para a preservação e destruição, seletivamente, dos documentos depois que hajam servido aos objetivos das atividades correntes” (SCHELLENBERG, 2006, p. 83). Diante dessas ponderações de Schellenberg, temos primeiramente a organicidade, a qual nasceu juntamente com o documento e, em seguida, a classificação, que deve refletir a organicidade, servindo de base para a avaliação, profundamente estudada pelo autor. Para ele, esta atividade não deve ser realizada por intuição ou suposições, mas pela análise do conjunto da documentação da instituição: não há que se falar em uma análise por partes; “deve relacionar o grupo particular de documentos que está sendo considerado com outros grupos, para entender-lhes o significado como prova da organização e função” (SCHELLENBERG, 2006, p. 227).

Podemos associar as considerações do autor ao nosso objeto de pesquisa, uma vez que ele recomenda que o conjunto de documentos deve ser levado em conta para uma adequada avaliação, o que nos remete à sua organicidade como regra *sine qua non* da referida função.

Sobre a descrição, o autor afirma que “os documentos são descritos estruturalmente, dando-se informação sobre a natureza física deles e sobre os sistemas segundo os quais são arquivados ou classificados” (SCHELLENBERG, 2006, p. 289). Nesta lógica, a descrição também deve seguir a classificação (que, por sua vez, deve representar a organicidade). Ademais, o autor considera que “se um arquivista concentra sua atenção na descrição de peças avulsas, é provável que não consiga, nem de longe, oferecer aos pesquisadores a espécie de serviço de referência que é possível por meio de um programa bem planejado”



(SCHELLENBERG, 2006, p. 315). Mais uma vez, o estudioso contempla a ideia de conjunto, que novamente pode ser relacionada à organicidade.

### **3.5.2. Public and private records: their arrangement and description (SCHELLENBERG, 1963)**

Na nota da versão dessa obra traduzida para o português, sob a coordenação do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues a considera como a terceira<sup>57</sup> publicação arquivística de grande repercussão para o Brasil. Levando em conta o contexto brasileiro de reforma administrativa da década de 1980, Rodrigues ressalta:

Como não há reforma administrativa sem reforma do sistema de arquivos, e como não há desenvolvimento econômico sem arquivos eficientes, esperamos que essas medidas representem a modesta contribuição do Arquivo Nacional à reforma geral brasileira. (RODRIGUES, 1980, p. VI)

No âmbito do campo científico, mais especificamente no do campo da informação, o caráter orgânico da informação arquivística é apresentado como um diferenciador da disciplina, alcançando o contexto prático, quando Schellenberg afirma que “o arquivista se interessa pelas unidades coletivas que são o produto da atividade orgânica”, enquanto o bibliotecário “tem o hábito de tratar de itens distintos, cada um dos quais classifica e cataloga sempre separadamente. Ainda que se ocupe de séries, considera cada nova edição como peça à parte”. Nesse sentido, ele conclui que “em virtude das suas diferenças substantivas, é mister se ordenem os documentos pela origem e as publicações pelo assunto” (SCHELLENBERG, 1980, p. 91).

Essas considerações acerca do caráter orgânico da informação, além de formar a base teórica específica da Arquivologia, abre caminho para abordar as funções arquivísticas. Schellenberg destaca a necessidade de se compreender a relação plena entre o arranjo e as outras atividades do arquivo, principalmente o desenvolvimento do plano de classificação ou quadro de arranjo, a descrição e a ordenação. Quando for determinar as classes dos arquivos, há que fazê-lo considerando a proveniência e analisando o desenvolvimento organizacional e funcional da instituição da qual está sendo analisada a documentação (SCHELLENBERG, 1980). Neste contexto, depreendemos que a organicidade é o que está no topo, no nível estratégico da disciplina, o farol que ilumina os demais níveis. Nesse

---

<sup>57</sup> As outras duas publicações que foram traduzidas para o português correspondem ao manual dos arquivistas holandeses, (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973) e ao manual do Schellenberg (1956), ambas já analisadas neste trabalho.

sentido, o Princípio da Proveniência ocupa o nível tático, fazendo uma ponte entre a organicidade e as funções e métodos arquivísticos.

Os valores dos documentos, de prova e de informação, constituem critérios importantes para a organização do acervo, tendo como pano de fundo a organicidade. Quando possuem somente valor de informação, os documentos poderão ser arranjados por assunto, uma vez que o foco é o acesso.

“Os documentos retidos pelos valores de prova, por outro lado, urge dispô-los sempre em relação à sua proveniência” (SCHELLENBERG, 1980, p.106). Tal determinação indica a necessidade de manter o caráter orgânico dos documentos de modo que eles reflitam a sua origem e o contexto de sua criação. É tanto que Schellenberg afirma que dois princípios básicos devem ser considerados na aplicação do arranjo, o da Proveniência e o da Ordem Original: “Ambos, mas principalmente o primeiro, dizem respeito aos documentos que possuem valor orgânico” (SCHELLENBERG, 1980, p. 108).

A relação da organicidade com o Princípio da Proveniência está implícita na própria definição do princípio:

O princípio serve para proteger a integridade dos documentos no sentido de que refletem, no arranjo destes, as suas origens e os processos por que se criaram. Faculta, assim, se mantenham os valores de prova inerentes a todos os papéis que são o produto de atividade orgânica. (SCHELLENBERG, 1980, p. 108).

Assim, o autor ressalta que o princípio serve para que a natureza e significação dos documentos se tornem conhecidos, de modo que eles somente se tornarão aparentes quando os documentos forem ordenados segundo o Princípio da Proveniência. Dessa forma, “o conteúdo das peças individuais, produto de determinada atividade, apenas será plenamente inteligível quando no contexto dos demais documentos que se referem a ela” (SCHELLENBERG, 1980, p. 110). Tanto a definição do princípio quanto esta última consideração estão permeados de conceitos e características orgânicas.

### **3.5.3. Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis (BERNER, 1983)**

Richard C. Berner nasceu em 31 de dezembro de 1920. É historiador e arquivista e sua carreira perpassou muitos anos na Universidade de Washington, onde foi fundador dos arquivos da universidade e chefe da Divisão de Manuscritos e Arquivos. Sua trajetória profissional foi interrompida pela II guerra mundial, quando teve que servir ao serviço

militar. Schellenberg se tornou amigo e mentor de Berner e eles empreenderam esforços para introduzir a gestão de arquivos nos currículos dos cursos de Arquivologia. Por influência de Schellenberg, Berner ministrou cursos de gestão de arquivos para a Escola de Biblioteconomia da Universidade de Washington por muitos anos (DURANTI; FRANKS, 2019).

Berner foi chefe da divisão de Arquivos e Manuscritos da *University Archives and Manuscript Division* da *University of Washington Libraries*, onde realizou um diagnóstico dos males da profissão do arquivista norte-americano e, a partir deste estudo, concluiu que a profissão está longe de estar bem (COX, 1983-1984). O problema da profissão, segundo o autor, tem extensas raízes históricas que, ao longo do tempo, moldaram as práticas de arranjo e descrição de documentos e incentivaram a classificação artificial (BERNER, 1983, p. 1). Vemos, então, que mesmo não tendo abordado desta forma, a raiz do problema arquivístico, segundo o autor, e que o incentivou em seus estudos está na organicidade. Associado à teoria, ele entende que a disseminação do conhecimento formal tem grande relevância nessa problemática e, sem uma evolução do sistema de ensino, há pouca esperança de melhoria (BERNER, 1983, p. 5).

Berner é lembrado pela sua publicação “*Archival Theory and Practice in the United States: a Historical Analysis*”, publicada em 1983. Essa obra recebeu o Prêmio *Waldo Gifford Leland* da SAA, em 1984, e é considerada o primeiro esforço para descrever os princípios e as práticas de apoio ao arquivamento e à descrição nos Estados Unidos (DURANTI; FRANKS, 2019).

Berner rememora as origens do Princípio da Proveniência e, assim como outros autores (CASANOVA, 1928; LODOLINI, 1984; BRENNEKE, 1953; CRUZ MUNDET, 1994), critica o critério de classificação por assunto dentro dos fundos, o qual divorcia os documentos de seus relacionamentos originais (BERNER, 1983, p. 2). Ele afirma que na Prússia o Princípio da Proveniência foi aceito como básico, mas foi repaginado e anunciado como *Registraturprinzip*, a partir de uma consideração mais marcante sobre a ordem original. De acordo com Berner (1994), enquanto aquele foi originado para atender as pesquisas, este foi estruturado para refletir as posições administrativas (BERNER, 1983, p. 3). O autor lembra, ainda, que o sistema prussiano foi aceito pelos holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898), os quais elucidaram os princípios em um manual (BERNER, 1983, p. 3).

Não identificamos uma abordagem explícita sobre a organicidade pelo autor, nem mesmo por meio de termos relacionados como contexto, vínculo, evidência. O que

identificamos na obra, relacionado ao nosso objeto foi, em linhas gerais, por meio do que já mencionamos acerca da relação com a classificação por assunto, a qual compromete o caráter orgânico dos documentos. Esse assunto foi abordado pelo autor novamente no terceiro capítulo, no qual ele relata que é necessário considerar o Princípio da Proveniência como base para a classificação, em vez da classificação por assunto (BERNER, 1983, p. 25). Sabemos, pois, que o cerne desta afirmação está em não quebrar os vínculos orgânicos e, portanto, não desconsiderar a organicidade.

### **3.6. ESPANHA (1979-1996)**

A Arquivologia na Espanha é alicerçada e relacionada aos preceitos da Paleografia e da Diplomática, tal como ocorre em outros países europeus, como na Itália, França e Portugal. Entre os anos de 1830 e 1840 foi fundada a Cátedra de Paleografia, cuja finalidade era iniciar o desenvolvimento de uma teoria e prática arquivística na Espanha. Mais tarde, em 1856, por influência da *École des Chartes*, foi criada a *Escuela Superior de Diplomática* na Espanha, inicialmente voltada para o estudo dos arquivos medievais. Passou, mais tarde, a estudar com maior profundidade a Diplomática visando à organização dos arquivos até o ano de 1990, momento em que suas cadeiras foram integradas à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid (BARROS, 2015).

Semelhantemente à maioria dos países, a história dos arquivos e da Arquivologia da Espanha são fortemente marcadas pela atuação do Estado, o que ratifica a afirmação de Jardim de que “se os arquivos configuram uma escrita do estado, a Arquivologia é um saber do Estado. Resultado do Estado europeu do século XIX, a literatura da área aponta-nos para uma Arquivologia com forte caráter de saber do e para o Estado” (JARDIM, 1999, p.46). O contexto de guerras e atuação de poderio estatal, perpassando o período de ditadura europeia, marcou o movimento de transformações arquivísticas na Espanha. Nesse sentido, “a democratização espanhola representa, para a Arquivística, terreno favorável para a ampliação teórica [...]” (BARROS, 2015, p.115).

Durante as décadas de 1970 e 1990, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera ganharam destaque nesse cenário de construção do pensamento arquivístico espanhol, ambas sob forte influência das publicações de Schellenberg e de outros pensadores, demarcando um movimento de trocas, aceitações e ressignificações no âmbito científico da Arquivologia, dentro do campo da informação (MARQUES, 2011).

Com a apropriação da teoria de Schellenberg e de outros autores do pensamento americano, a Espanha se alinha ao que autores como Heredia Herrera (1991<sup>58</sup>; 1998<sup>59</sup>) e López Gomes (1998<sup>60</sup>; 2007<sup>61</sup>) chamam de “abordagem holística da organização arquivística”, integrando aspectos administrativos e históricos. Reconhecendo que é possível e desejável a formação de especialistas em arquivos, a antiga formação comum de arquivistas, bibliotecários, documentalistas, dentre outros, começa a ser rejeitada, e a Arquivística passa a institucionalizar seu terreno acadêmico e profissional. (BARROS, 2015, p. 117).

Além de Cortés Alonso e Heredia Herrera, outros autores também participaram dessa construção, como José Ramón Cruz Mundet, M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, ambos contemplados em nossas análises, bem como Manuel Romero Tallafigo<sup>62</sup>, e Ramon Alberch Fugeras<sup>63</sup>.

Ao retomar estudos acerca da Arquivologia espanhola, Marques os sintetiza, afirmando que:

[...] na trajetória da Arquivologia espanhola, não podemos nos esquecer, também, das contribuições francesas, sintetizadas por Duchein. Destacam-se, ainda, as relações entre a Arquivologia e a gestão de documentos e, mais recentemente, o entendimento global ou, para usar uma expressão canadense, “integral” dos arquivos, vinculados ao mundo da informação. Em contrapartida, Silva et al (1999) salientam que a grande contribuição dos espanhóis diz respeito ao conceito de documento de arquivo, numa abordagem diplomática, a qual valoriza o seu valor de prova. Nessa perspectiva, a Arquivologia espanhola teria influenciado com bastante peso os países latinos. (MARQUES, 2011, p. 129)

### 3.6.1. Documentacion y documentacion (CORTÉS ALONSO, 1979)

Vicenta Cortés Alonso nasceu em Valência, Espanha, em 1925. Concluiu o bacharelado em 1948 e um PhD em 1952, ambos em História. Dois anos após, em 1954, ela começou a trabalhar nos Arquivos Gerais das Índias, onde teve contato com diferentes fundos e, inclusive, organizou parte dos arquivos da Seção Cubana. Entre 1968 e 1972, Cortés Alonso trabalhou no Gabinete de Documentação, Biblioteca e Arquivos do Ministério da Educação e Ciência e o representou em reuniões internacionais relacionadas à informação e documentação. Em 1973, ela iniciou um trabalho de inspetoria nos arquivos espanhóis que

---

<sup>58</sup> HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5 ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

<sup>59</sup> HEREDIA HERRERA, A. Archivos e archiveros entre la Guerra Civil y la España de las Autonomías. In: GENERELO, J. J. LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivística en la España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. pp.175-89.

<sup>60</sup> LOPES GOMES, P. La archivística española en la actualidad: sy evikycuib entre 1975 y 1995. In: GENERELO, J. J. LÓPEZ, A. M. *Historia de los Archivos e de la Archivística en la España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998. pp. 191-240.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. Archival Science in Spain between 1975 and 2005: a review. *Archival Science*, n.7, p.254-87,2007.

<sup>62</sup> Autor de *Archivística y archivos: soportes, edificio y organización* (1994).

<sup>63</sup> Autor de uma série de livros fundamentais para a disciplina, como *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento* (2002).

durou 11 anos, cujos resultados das atividades eram publicados anualmente (DURANTI; FRANKS, 2019). Neste íterim, ela publicou um manual, do qual apresentaremos uma análise sob a ótica do nosso objeto de pesquisa: a organicidade na Arquivologia.

Analisar o conceito de documento talvez seja um dos caminhos mais efetivos a ser seguido rumo ao entendimento da Arquivologia enquanto ciência. Luis Sánchez Belda, redator do prólogo da obra, avalia o uso comum dos vocábulos que a intitulam, documento e Documentação, e afirma que é fácil constatar que muitas pessoas os pronunciam, mas poucas conhecem da problemática relacionada à documentação. Normalmente, o fazem porque soa bem, mas não se tem conhecimento exato do seu verdadeiro alcance e de seu conteúdo. Assim, Sánchez Belda atribui importância à obra, tanto pelo fato de ela cumprir uma importante missão ao dar enfoque real ao problema da documentação, quanto pelo fato de ter sido elaborada por uma profissional com ampla experiência no campo. Isso se justifica pelo fato de que sua carreira conta com conhecimento de vários documentos da Europa e da América, à qual possui destaque na difusão desses conhecimentos em toda a Espanha (SÁNCHEZ BELDA, 1980).

Dentre o grande universo de possibilidades de análise dos termos, Cortés Alonso focalizou um campo macro de conhecimento, a Documentação, a qual se apresenta ora diferenciada com a Biblioteconomia, diante das suas especificidades; ora relacionada, de forma que os profissionais dessas áreas possam desempenhar funções nos dois campos. Assim, não há clareza do posicionamento da autora acerca da identidade dessas disciplinas, pois, ela apresenta a Documentação tanto como um campo próprio, quanto em um sentido genérico que abarca a Arquivologia e Biblioteconomia.

Ainda que a autora não tenha apresentado uma definição explícita de organicidade, não deixou de apresentar o caráter orgânico dos documentos primários como critério diferenciador para a aplicação da classificação e da ordenação e como fator essencial para a recuperação dos documentos. Nesse aspecto, Cortés Alonso diferenciou essas atividades no âmbito das práticas da Documentação: aquelas que devem considerar os documentos primários, que possuem caráter orgânico, dos quais devem ser respeitados seus fundos (práticas arquivísticas) e aqueles organizados segundo sistemas numéricos, alfanuméricos ou temáticos, que não possuem relação com sua origem, como os livros, revistas e periódicos (CORTÉS ALONSO, 1980).

### 3.6.2. Archivística general: teoría y práctica (HEREDIA HERRERA, 1986)

Antonia Heredia Herrera nasceu em Sevilha, no dia 4 de novembro de 1934. Dois contextos sobre a sua vida marcam a sua relação com a Arquivologia: seu marido, José Joaquin Real, arquivista e historiador, e as instituições arquivísticas onde trabalhou. Ela produziu quase trezentos títulos, contando com livros, monografias, artigos e trabalhos na imprensa. A autora também atuou de forma decisiva na educação arquivística, pois lecionou na maior parte dos programas de mestrado ministrados em universidades espanholas e em Portugal (DURANTI; FRANKS; 2019).

Heredia Herrera atuou na América Latina, onde ensinou e apresentou em conferências na Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, México, Peru, Uruguai e Venezuela. Em 1982, ela foi nomeada assessora da UNESCO para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Além disso, recebeu várias premiações e titulações, como a medalha de ouro da cidade de Sevilha, em 2008, ea medalha de ouro da província de Sevilha, em 2010 (DURANTI; FRANKS, 2019).

A autora espanhola considera que os princípios fundamentais da Arquivologia ainda estão vigentes, embora estivesse na moda falar de arquivos audiovisuais e seus problemas, deixando de lado os arquivos “tradicionais”, como se já tivessem sido superados, quando, na realidade, segundo Heredia Herrera, isso está longe de ser verdade. Nesse sentido, ela afirma que pretende ampliar suas orientações e insistir nos estudos de tipologia documental e na necessidade de uma terminologia arquivística precisa e abrangente (HEREDIA HERRERA, 1991).

Neste manual, o arquivo é entendido como o produto de três elementos: documentos, organização e serviço. A autora traz a definição que para ela é a mais completa do termo:

Arquivo é **um ou mais conjuntos de documentos**, qualquer que seja sua data, sua forma e suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no curso de sua gestão, preservados, respeitando essa ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produz, para os cidadãos ou para servir como fontes de história. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 89, tradução e grifos nossos).

A autora analisa que a definição traz a ideia de conjunto e naturalidade (algo distinto de coleção), e que, por isso, o arquivo não é resultado de um ato voluntário e caprichoso de alguém. Para que exista arquivo, é necessário que haja uma instituição com uma função. Segundo Heredia Herrera, origem institucional e processo natural são a chave para entender o Princípio da Proveniência. Outras definições de arquivo são apresentadas por ela em um

cruzamento de ideias – o que nos remete ao Método da História Cruzada (WERNER; ZIMMERMANN, 2003) –, tal como a apresentado pelos holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), por Jenkinson (1922), Schellenberg (1956), Lodolini (1984), Jean Favier (1985 e Giorgio Concetti (1937)<sup>64</sup>. Em algumas delas, a autora destaca que a organicidade é a qualidade essencial, tal como a definição da Lei do patrimônio histórico espanhol:

Conjunto orgânico de documentos ou a reunião de vários deles reunidos por pessoas jurídicas, públicas ou privadas, no exercício das suas atividades a serviço da sua utilização para fins de investigação, cultura, informação e gestão administrativa. Entende-se também por arquivos as instituições culturais onde são reunidos, conservados, ordenados e difundidos para os fins anteriormente mencionados dos conjuntos orgânicos. (ESPANHA<sup>65</sup> apud HEREDIA HERRERA, 1991, p. 94, tradução nossa).

Heredia Herrera relata que o Princípio da Proveniência configura a Arquivologia como uma disciplina científica. Parte-se do fato de que os documentos são produzidos naturalmente a partir de uma instituição ou pessoa e através de um processo dentro de uma determinada estrutura. Nesse sentido, ela esclarece que o Princípio da Proveniência determina a condição essencial do arquivo que é a **organicidade**, a qual é mantida a partir de duas atividades complexas, definidas pela autora como sendo a classificação e a ordenação (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 34).

Este princípio simples irá configurar a orientação especial da Arquivologia como uma disciplina, cuja qualidade essencial será a "ordem" no sentido mais amplo do termo ao proceder, a partir dessa realidade, de que os documentos são produzidos naturalmente a partir de uma instituição ou pessoa ao longo de um processo, dentro de uma determinada estrutura. O Princípio da Proveniência<sup>66</sup> determinará, insisto, a condição essencial do arquivo: sua **organicidade**, resultado de duas atividades, a classificação e a ordenação. (HEREDIA HERRERA, 1991, p.34, tradução e grifo nosso).

---

<sup>64</sup> CENCETTI, Giorgio, *Sull'archivio come universitas rerum*, em "Archivi", IV, 1937, pp. 7-13; reimpresso em G. Cencetti, *Scritti archivistici*, cit., pp. 47-55.

<sup>65</sup> B. O. E. n.O 155, 29 Junio 1985. O preâmbulo da norma destaca que o patrimônio histórico espanhol é a principal testemunha da contribuição histórica dos espanhóis para a civilização universal em sua capacidade criadora contemporânea. Foi elaborada em consonância às seções 1 e 2 do artigo 149 da Constituição espanhola. Para fins dessa norma, entende-se como Patrimônio Histórico os bens móveis e imóveis, o Patrimônio Arqueológico e Etnográfico, os Museus, Arquivos e Bibliotecas do Estado, bem como o Patrimônio Documental e Bibliográfico. Lei disponível em <<https://www.boe.es/eli/es/l/1985/06/25/16>> Acesso em 13 jul. 2019

<sup>66</sup> Na versão original, a autora utiliza "*Principio de procedencia*" que, livremente traduzido é "Princípio da origem" o qual adequamos para Princípio da Proveniência, tradicionalmente utilizado no Brasil.



Ela ainda lembra que Michel Duchein<sup>67</sup> chamou a atenção para a facilidade de afirmação do referido princípio, cuja definição se torna mais difícil e muito além de sua aplicação. As notas essenciais deste princípio afetarão a manutenção da unidade e independência do fundo, sua integridade e o caráter serial dos seus documentos, ou seja, a sua inobservância compromete os vínculos e a essencialidade dos documentos.

O ciclo vital dos documentos, pela definição da autora, constitui um paralelo operacional para refletir a vida documental. Esta teoria relaciona-se com a ideia de que os documentos não morrem ou são inativos, mas possuem vida própria, mediante o seu nascimento, crescimento, decrescimento e morte (HEREDIA HERRERA, 1991). Tais relacionamentos traduzem em seu sentido máximo a relação de vida que os documentos possuem, traduzida pela sua organicidade.

A respeito da classificação, a estudiosa espanhola lembra o que Lodolini<sup>68</sup> (1984) pronunciou sobre a classificação artificial por assunto, assim como da dura crítica de Casanova (1928) sobre a pretensão de estabelecimento dos arquivos da primeira guerra mundial, classificação também por assunto. Outrossim, a autora relaciona a organicidade com a classificação, ao reconhecer que a caracterização da classificação para os documentos de arquivo fica a cargo do conceito de conjuntos orgânicos, enquanto que para as bibliotecas e os centros de documentação, o conceito do objeto fica a cargo das coleções (HEREDIA HERRERA, 1991).

O programa de gestão arquivística de documentos apresentado por Heredia Herrera aborda a organicidade de modo transversal com relação às funções arquivísticas. O cerne do programa intitulado “orgânico descritivo” está centrado na organização e na descrição dos documentos. Tal programa é aplicável a qualquer arquivo, justamente por ser capaz de refleti-lo de modo natural (HEREDIA HERRERA, 1991).

### **3.6.3. Manual de Archivistica (CRUZ MUNDET, 1994)**

José Ramón Cruz Mundet nasceu em 1960, em San Sebastián, Espanha. A sua trajetória sempre foi marcada por estudos e intensas atividades profissionais. Em 1991, ele chegou ao posto mais alto no Corpo Superior de Técnicos do Governo Basco. Paralelamente, ele se tornou professor de Arquivologia na Universidade Carlos III, em Madri, onde

---

<sup>67</sup> DUCHEIN. Michel: Le respect des fonds en Archivistique: principes theoriques et problemes pratiques. *Gazette des Archives*, n.º 91, 1911, p. 11 -96.

<sup>68</sup> LODOLINI. Elio. *Archivistica: Principi e problemi*, Milán, 1984, 296 págs.

desenvolveu novos cursos, como “Gerenciamento de Registros”, “Arquivos de Negócios” e “Gerenciamento de Registros Eletrônicos” (DURANTI; FRANKS, 2019).

Cruz Mundet presidiu o Comitê Intelectual responsável pelo Congresso Internacional de Arquivos, entre 1996 e 2000. Em 2005, ele foi nomeado diretor do Arquivo Nacional da Espanha, onde lançou iniciativas inovadoras. Pela primeira vez, o Conselho de Ministros aprovou um plano de digitalização de arquivos, um projeto ambicioso, divulgado pelo Portal de Arquivos Espanhóis (PARES) - reconhecido como o mais importante portal de arquivos em espanhol -, criado sob a sua direção entre 2005 e 2007, (DURANTI; FRANKS, 2019).

A obra de Cruz Mundet é parte de um trabalho que ele realizou na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação. De acordo com o prólogo da obra, o autor se incorporou à Universidade Carlos III, em 1991, como professor titular de Biblioteconomia e Documentação. Em 1992 ocupou, com grande êxito, a posição de professor da universidade, além de ter exercido a profissão de arquivista. Este manual reúne, portanto, seus conhecimentos como professor e profissional atuante na área.

A sua experiência permitiu que ele conhecesse outras disciplinas que para ele são relacionadas à Arquivologia. Assim, na intenção de situá-la nas Ciências da Documentação, Cruz Mundet assevera que ela não é apenas uma ciência da informação devido ao fato de possuir um teor maior. É verdade que os documentos possuem valor informacional, mas o que realmente importa, segundo o autor, não é o documento individualmente, tal como pode ser considerado para as outras disciplinas, mas sim o **conjunto de documentos**, bem como o **conjunto de relações** que existem entre eles desde o início (CRUZ MUNDET, 1996, p. 68). Essas considerações evidenciam a importância da organicidade para a diferenciação, caracterização e delineamento da Arquivologia no campo científico (BOURDIEU, 2001) e, mais especificamente, ao campo da informação (MARQUES, 2011).

Ainda sobre as particularidades das disciplinas, Cruz Mundet utiliza-se do conceito de “fundo” para diferenciar a Arquivologia da Biblioteconomia, e, então, faz referência à definição de Bautier<sup>69</sup> (1961). Enquanto as coleções, objeto das bibliotecas, são criadas como fruto do saber e destinadas à sua difusão, a ideia de ser orgânico dos documentos de arquivo, objeto de estudo da Arquivologia, é trazida juntamente com a naturalidade (DURANTI, 1994) das formações geológicas, e juntamente do conceito de fundo, a diferencia das demais disciplinas:

---

<sup>69</sup> Bautier, R. H.: Archives, en *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Éditions de la Pléiade, 1961.

Fundo de arquivo é o conjunto de documentos provenientes da atividade de uma pessoa física ou moral ou de um organismo, cuja reunião é o resultado de um processo natural em que o produtor gera e o conserva tal como sedimentos das camadas geológicas, progressiva e constantemente. (BAUTIER apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 70-71, tradução nossa).

Enquanto a naturalidade foi associada ao conceito de fundo para justificar a diferença entre arquivo e biblioteca, Cruz Mundet trouxe a ideia de *link* (relacionamento) para diferenciar o arquivo do centro de documentação. Ao passo que este reúne documentações de fontes diversas, em uma seleção artificial, no arquivo cada peça, isto é, cada documento individual é indivisível e possui uma conexão em cadeia que está inserida em um contexto que lhe dá um valor que o documento isolado não teria por conta própria (CRUZ MUNDET, 1996). O professor espanhol reitera que “o documento entendido, como uma peça simples ou individual, tem uma fraca capacidade informativa. Por outro lado, considerado no **conjunto natural** em que **foi dado à luz**<sup>70</sup>, é onde seu potencial informativo alcança sua plenitude” (CRUZ MUNDET, 1996, p.69, tradução e grifos nossos).

A análise teórica acerca do conceito de fundo demonstrou-se profunda e complexa. Iniciou-se em um apanhado histórico das origens do Princípio da Proveniência, ou de Respeito aos Fundos, que tem seu marco histórico com a publicação da circular cuja autoria é atribuída a Natalis de Wailly, em 24 de abril de 1841. Para Cruz Mundet, este princípio é o primeiro fundamento teórico da Arquivologia. Ele lembra que as bases conceituais deste princípio tiveram um avanço considerável, mas não foram suficientes para sustentá-lo, uma vez que mais tarde foi proposta a possibilidade de classificação por assunto dentro de cada fundo (CRUZ MUNDET, 1996).

As vertentes teóricas deste princípio se alastraram rapidamente para outros países, até que na Prússia foi nomeado um novo princípio, o *Registraturprinzip*, o qual dispunha que os documentos de cada fundo deveriam ser mantidos conforme a ordem da sua origem. E assim foi anunciado o Princípio da Ordem Original, considerado adequado para a manutenção da organicidade dos documentos, diferentemente da classificação por assunto. Estes dois princípios, para Cruz Mundet (1996), constituem os pilares básicos sobre os quais a teoria e as práticas arquivísticas se sustentam.

Cruz Mundet também retoma o conceito europeu de “fundo” anunciado por Jenkinson: “os documentos resultantes da administração **como uma estrutura orgânica completa em si mesma**, com capacidade de atuar independentemente sem nenhuma

---

<sup>70</sup> Destacamos esta referência ao nascimento (orgânico e vivo) por ser diferente das demais.

autoridade adicional ou externa, em todos os aspectos de sua competência” (STAPLETON<sup>71</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 233-234, grifo nosso). Já o conceito norte-americano foi definido pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos como a própria unidade arquivística estabelecida de acordo com o Princípio da Proveniência (PINKET<sup>72</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996). Ambos conceitos, europeu e norte-americano, apresentam divergências conceituais. Enquanto o primeiro está substancialmente permeado pelo valor da documentação histórica, de forma que não seja difícil identificar os organismos do passado e suas estruturas hierárquicas, o segundo considera a documentação contemporânea das administrações modernas: fluidas e poli hierárquicas, nem sempre simples de delimitação (CRUZ MUNDET, 1996).

O autor ressalta que, nos últimos anos, a definição do Respeito aos Fundos foi criticada por arquivistas norte-americanos e australianos, tais como F. Boles<sup>73</sup>, D. Bearman e R. Lytle<sup>74</sup>, C. Smith<sup>75</sup>, P. Scott<sup>76</sup>. Este último suscitou a contradição entre a essência do princípio e a presença de documentos provenientes de diferentes organismos em um mesmo fundo (CRUZ MUNDET, 1996). Bearman e Lytle consideram que as dificuldades se devem ao fato de que as administrações atuais são poli hierárquicas, o que dificulta a delimitação do fundo (termo fortemente relacionado à organicidade, considerando as nossas análises). Já Smith propõe manter a proveniência somente nas séries e nas unidades arquivísticas, pois considera que assim os resultados serão mais efetivos, ao propor dois princípios: a manutenção física do que ele chama de “ordem ativa final” nos níveis de série e unidade arquivística e a documentação das relações, ao longo do tempo, de organismos, das séries e das unidades arquivísticas (CRUZ MUNDET, 1996).

Para o conceito de “arquivo”, ele retoma algumas considerações, das quais destacamos: a de que os arquivos são documentos **acumulados por um processo natural** no curso da tramitação de qualquer assunto (JENKINSON<sup>77</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 91); são registros de qualquer instituição, pública ou privada, que são considerados para

---

<sup>71</sup> R. Stapleton: Jenkinson and Schellenberg: a comparison. *Archivaria*, 17, 1983-1984, p.78-79.

<sup>72</sup> Pinkett, H. T.: American archiva theory: the state of the art», en *The American Archivist*, 44. 1981.

<sup>73</sup> BOLES, F. Disrespecting original order. *American Archivist*, cidade nº 45, 1982.

<sup>74</sup> BEARMAN, David A.; LYTLE, Richard H. The power of the principle of provenance. *Archivaria*, Ottawa, n. 21, p. 14-27, 1985-86.

<sup>75</sup> SMITH, C. A case for abandonment of respect. *Archives and Manuscripts*, cidade, 14, p. 154-168, 1986; 15, p. 20-28, 1987.

<sup>76</sup> SCOTT, P. The record group concept: a case for abandonment. *American Archivist*, cidade, 29, n. 4, p. 493-504, 1966.

<sup>77</sup> The english archivist. *A new profession*. en R. H. Ellis y P. Walne (eds): Selected writings of Sir Hilary Jenkinson. Gloucester: A. Sutton, 1980, pág. 237.

fins de preservação (SCHELLENBERG<sup>78</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 91); **conjunto de documentos** formado por uma pessoa no decurso de suas atividades **ligadas por um elo necessário** (LODOLINI<sup>79</sup> apud CRUZ MUNDET, 1994, p. 92); o **conjunto orgânico de documentos** a partir do exercício de suas atividades (ESPANHA<sup>80</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 92); **conjunto de documentos acumulados em um processo natural** (HEREDIA HERRERA<sup>81</sup> apud CRUZ MUNDET, 1996, p. 92).

É possível identificar a positividade (FOUCAULT, 2008) do conceito de arquivo nestes discursos. Para Cruz Mundet, essa constância do discurso dos autores possui uma série de aspectos constitutivos no que ele define como o primeiro significado do conceito de arquivo que é o fundo documental. Quão densa é a definição de fundo, que o autor sentiu a necessidade de realizar uma análise por partes<sup>82</sup>, na qual o último item destaca que, para caracterizar um arquivo, não basta que os documentos sejam produzidos por qualquer instituição no desenvolvimento de suas atividades, mas que devam ser conservados de forma organizada, respeitando a ordem segundo a qual foram criados, ou seja, devem ser conjuntos orgânicos (CRUZ MUNDET, 1996).

A relação entre fundo e organicidade é explicitamente abordada na análise acerca do ciclo vital dos documentos, na perspectiva do qual a informação documental possui uma vida similar a um organismo biológico: nasce (criação), vive (manutenção e uso) e tem uma destinação final -eliminação ou guarda permanente- (CRUZ MUNDET, 1996). Além disso, o capítulo específico sobre avaliação e eliminação, possui um subtítulo, “organicidade dos documentos<sup>83</sup>”, o qual relacionada o ciclo vital como um princípio fundamental que rege a eliminação, tanto no meio físico como nos documentos digitais (CRUZ MUNDET, 1996).

A organização dos documentos responde a uma dupla necessidade: proporcionar uma estrutura lógica ao fundo, de forma que represente a natureza do organismo refletido nele (classificação) e facilitar a localização dos documentos (ordenação). Nesse sentido, Cruz Mundet afirma que organizar um fundo de arquivo significa reproduzir na estrutura organizativa o processo segundo o qual resultaram os documentos. Desta afirmação, inferimos, então, que a classificação é a representação da relação orgânica que os

---

<sup>78</sup> T. R. Schellenberg: *Archivos modernos*. Principios y técnicas. La Habana: imprenta del Archivo Nacional, 1958, p.42.

<sup>79</sup> E. Lodolini: Questioni di base dell'archivistica, en *Rassegna degli Archivi di stato*, XXX, 1970, pág.355.

<sup>80</sup> B. O. E. n° 155, 29 Junio 1985, pág.128.

<sup>81</sup> A. Heredia: *Archivística general. Teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1987.

<sup>82</sup> Rousseau e Couture (1994) também sentiram a necessidade de realizar uma análise detalhada sobre o fundo de arquivo (ver análise da obra, item 3.10).

<sup>83</sup> O original: Organicidad de los documentos (CRUZ MUNDET, 1996, p.207)

documentos possuem com o organismo produtor/acumulador, como uma função que realiza um elo intelectual e operacional a fim de garantir a organização e o acesso aos documentos (CRUZ MUNDET, 1996).

Além disso, o espanhol ressalta que, segundo Schellenberg<sup>84</sup>, três são os elementos que podem ser considerados para a classificação dos documentos: as ações; a estrutura orgânica e os assuntos a que eles se referem. Assim, Schellenberg (apud Cruz Mundet, 1996) propõe três sistemas de classificação, a funcional, a orgânica e por assunto. Para atender aos três requisitos necessários para ser escolhido, o sistema deve atender aos seguintes critérios: ser estável, objetivo e se sustentar em um critério que emane da própria natureza do documento. Aquele que indica atender a estes objetivos, com base nas análises do autor, é o funcional, pois, segundo Cruz Mundet (1996), é o que melhor garante o respeito aos fundos.

#### **3.6.4. La construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996)**

Maria-Paz Martin-Pozuelo Campillos possui doutorado em Filosofia pela Universidad Alcala de Henares (1994) e em 2016 atuava como professora titular na *Universidad da Carlos III* de Madri (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 2016). Preocupações em torno de questões arquivísticas resultaram na tese de doutorado de Martin-Pozuelo Campillos e parte de sua tese deu origem ao manual “*La construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia*”. A autora relata na apresentação da obra que, de certa forma, as respostas para os seus questionamentos arquivísticos repousam no Princípio da Proveniência<sup>85</sup>. Tal é a relação entre este princípio e a cientificidade da Arquivologia que ela afirma que o manual é concebido como um tratado teórico de caráter sistemático sobre a disciplina. Em outras palavras, a autora esclarece que analisar o Princípio da Proveniência, estabelecer quais foram os elementos que permitiram a sua afirmação teórica, quais as possibilidades de suas práxis e os conceitos que o definiram, é traçar o referencial teórico da área.

A organicidade descrita pela autora traz a ideia de manutenção da ordem original. A conclusão dela é que a aplicação do Princípio da Proveniência possui dois níveis ou graus de aplicação: o primeiro consiste em não mesclar os fundos; o segundo em não mesclar a documentação de diferentes unidades que compõem o fundo, a fim de manter a sua

---

<sup>84</sup> T. R. Schellenberg: *Archivos modernos*, págs. 83-86.

<sup>85</sup> Original: Principio de procedencia. As afirmações da obra nos asseguram essa tradução (origens, aplicações, relações com outros conceitos, etc.)

**estrutura orgânica original** e também manter a documentação de cada uma das proveniências na exata ordem em que foram criadas, de modo em que refletirão os procedimentos administrativos dos quais são resultados (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Segundo a autora, o primeiro nível exige a definição dos conceitos de fundo de “arquivo”, “proveniência arquivística” e “quadro de classificação”. O segundo exige a definição de “série” e “tipo documental”.

Martin-Pozuelo Campillos entende que o conjunto das práticas do Princípio da Proveniência deriva diretamente da prática administrativa e, por isso, é possível garantir que este princípio contém a base teórica necessária para definir a função administrativa do arquivo. Na mesma direção, possibilitar a ordem no interior do arquivo define a sua função cultural, pois proporciona os meios para a recuperação dos documentos para fins diferentes daqueles pelos quais eles foram produzidos. Por representar as funções fundamentais do arquivo, de recuperação, é que o Princípio da Proveniência representa o ponto de partida da prática arquivística.

A autora lembra algumas definições do princípio. Para os italianos, o Princípio da Proveniência se contrapõe ao Princípio da Territorialidade, se relaciona ao denominado *Método Storico*, o qual preceitua que se deve estabelecer as **conexões internas** na estrutura do arquivo e lembra que para Carucci<sup>86</sup>, a essência deste princípio está em enquadrar o documento no **contexto** no qual ele foi formado. A autora também lembra que Cruz Mundet (1992) considera o Princípio da Proveniência como básico e obrigatório a respeitar e representar a natureza e características do seu produtor. Este autor também considera um segundo princípio perseguidor do um mesmo objetivo, o Princípio da Ordem Original que indica o necessário respeito à ordem em que os documentos foram originalmente produzidos.

A classificação é uma função de destaque na análise da autora, pois ela a considera como o marco conceitual para o Princípio da Proveniência, além de reconhecê-la como a essência da Arquivologia. A organicidade pode ser percebida nas entrelinhas da sua explicação sobre esta função, entendida como uma operação intelectual que consiste em organizar os documentos a partir de um plano que **reflita a estrutura interna dos organismos produtores**, de acordo com os princípios do Respeito aos Fundos e da Ordem Original, ou, no caso de impossibilidade de aplicação deles, conforme critérios cronológicos, geográficos, alfabéticos ou temáticos. Embora tenha considerado este último método de ordenação, o temático, com ressalvas, a autora ressaltou a importância de a prática da

---

<sup>86</sup> CARUCCI, Paola: *Le fonti archivistiche: Ordinamento e conservazione*. Glosario. Provenienza, principio di. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1990, p.223.

classificação refletir a estrutura organizacional, que, para nós, nada mais é do que a expressão da organicidade em nível vertical (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996).

A partir do entendimento de que o Princípio da Proveniência deve refletir a organização e o funcionamento do seu produtor (para nós, organicidade em sentido vertical), mantendo o contexto da gênese do documento (contexto de produção/acumulação), a autora define três elementos que constituem o enunciado teórico do princípio, quais sejam: 1) a instituição como produtor, o qual constitui o marco de referência do princípio; 2) o próprio documento como produto da atividade e do cumprimento das funções institucionais (objeto material do princípio que carrega consigo a evidência material da organicidade, para nós, tanto vertical, quanto horizontal); e 3) o arquivo, local para onde se destinam os documentos (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996).

O objeto de estudo arquivístico, o documento de arquivo, compõe o arcabouço analítico da autora em prol do seu objeto específico, o Princípio da Proveniência. As diferentes manifestações da natureza do documento convergem para o documento de arquivo (informação orgânica registrada independente do suporte), o qual é constituído de componentes internos e externos. Martin-Pozuelo Campillos ressalta que essa afirmação justifica a máxima arquivística de que o todo é maior do que a soma das partes, quer dizer, o documento de arquivo não se constitui somente dos elementos externos ou somente de conteúdo. É necessário a junção de ambos os conceitos para especificá-lo, ressaltado o entendimento de que “para ser considerados documentos de arquivo nunca poderão ser isolados de seu contexto” (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.98).

Embora tenha mencionado Paola Carucci em outros momentos da sua obra, Martin-Pozuelo Campillos, nesse contexto de análise, converge para o entendimento do documento enquanto monumento, sem tê-la citado. Lembremos que nas nossas análises, identificamos que Carucci (1983) considera que o documento, analisado em seu contexto (da forma como deve ser analisado), deve ser compreendido como um monumento (FOUCAULT, 2008). Assim mesmo Martin-Pozuelo Campillos considera: o documento-monumento como aquele que, independentemente de seu suporte, resulte da atividade do homem e que, em alguma medida, contribua para o enriquecimento do conhecimento do próprio homem, o qual pode ser definido, também, como documento histórico.

O conceito de “documento de arquivo” é lembrado pela definição da *Asociación de Archivistas franceses* (AAF) como o conjunto de documentos de qualquer natureza que é



acumulado automática e organicamente em razão de suas funções ou atividades (PARIS<sup>87</sup> apud MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Vemos, pois, o conceito de organicidade embutido na ideia de conjunto de documentos (organicidade horizontal) e no exercício de suas funções (organicidade vertical).

A autora lembra também que Cortés Alonso<sup>88</sup> enumera três características dos documentos de arquivo: unicidade, integridade e autenticidade. Martin-Pozuelo Campillos (1996) considera que esse rol é um pouco superior, sendo cinco as características dos documentos de arquivo:

1) **contexto**: para a autora, bastaria esta característica para diferenciar o documento de arquivo dos demais e que as outras características são originárias desta, pois, todo documento é produto de circunstâncias específicas atreladas à sua gênese. Ainda que o produtor queira reproduzir um documento, jamais conseguirá fazê-lo igual a outro devido ao fato de que cada um está atrelado à sua gênese. Assim, um documento perdido do seu contexto pode se transformar em algo incompreensível e sem valor inerente ao seu conteúdo;

2) **unicidade**: tal como cada pessoa é única, os documentos são únicos. O caráter singular entre o homem e o documento estabelece um paralelo entre um documento e outro;

3) **autenticidade**: os documentos não são somente ferramentas de trabalho. Constituem testemunhos fiéis de sua gênese, o que lhes confere autenticidade. Este conceito não deve ser confundido com veracidade;

4) **heterogeneidade do conteúdo e multiplicidade de informações**: um documento de arquivo constitui informação sempre indefinível e além da sua criação, como, por exemplo, futuramente carregará informações acerca de sua tramitação e outras especificidades;

5) **necessidade de que todas essas características estejam sempre presentes**: justifica-se, pois, a ausência de uma delas poderia invalidar o resto, ou, no sentido inverso, o resto, por si só, não bastaria para caracterizar um documento de arquivo.

Por fim, a autora realça a importância que tem o contexto, sua origem, para a compreensão do documento, “isto é, a vinculação com o órgão que lhe deu a vida” (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 103) e, assim, concluímos que para o sentido do que a autora apresenta, “contexto” e “organicidade” possuem relação de identidade (DAHLBERG, 1978).

---

<sup>87</sup> *Manuel d'archivistique contemporaine. Théorie et pratique des Archives publiques en France*. Ouvrage élaboré par la Association des Archivistes Français. Paris, S.E.V.P.E.N., 1970, p.22-23.

<sup>88</sup> CORTÉS ALONSO, Vicenta. *Manual de Archivos Municipales*. Madrid, ANABAD, 1989, p.58

Depreendemos que a organicidade é entendida pela autora no seu aspecto vertical (não que ela desconsidere a relação horizontal, entre os documentos de mesma finalidade), uma vez que ela apresenta este conceito no âmbito das análises da instituição como o produtor documental e estas o ponto de partida para entender o conteúdo de um documento de arquivo. Assim, cada documento reflete a própria administração que dele necessita para materializar a sua atuação (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Por este motivo, os documentos são dotados de organicidade.

A estudiosa reitera que é do Estado que derivam todas as instituições e lembra os critérios definidos por Michel Duchein<sup>89</sup> para a definição de um produtor de fundo de arquivo: 1) existência jurídica própria estabelecida por normativo legal; 2) atribuições precisas e estáveis definidas por texto legal; 3) posição hierárquica definida; 4) chefe responsável com poder de decisão formalmente estabelecido. Mediante o estabelecimento desses critérios, temos, pois, a organicidade institucionalmente estabelecida (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996).

### **3.7. ARGENTINA (1961)**

Aurelio Tanodi nasceu na Croácia, em 1º de setembro de 1914. Em 1944, ele recebeu seu PhD em História pela Universidade de Zagreb. Estudou Direito na Universidade de Graz na Áustria, entre 1945 e 1946; Arquivologia, na Escola de Paleografia e Arquivística do Arquivo Secreto Vaticano e Biblioteconomia, na Biblioteca Apostólica Vaticana, de 1947 a 1948. A história do autor, e, conseqüentemente, da Arquivologia, foi marcada por um cruzamento, pois, em virtude da Segunda Guerra Mundial, ele migrou para vários países, como Áustria, Itália, Suíça e, finalmente, a Argentina, onde solicitou e obteve a cidadania em 1952. Na cidade de Comodoro Rivadavia, trabalhou por quatro anos, e, em 1953, mudou-se para Córdoba, onde permaneceu até o final de sua vida, quando faleceu em 2011 (DURANTI; FRANKS, 2019).

A trajetória arquivística de Tanodi foi marcada por intensa atuação. Na Universidade Nacional de Córdoba foi professor de Paleografia e Diplomática, onde, em 1959, propôs e conseguiu a criação da Escola de Arquivistas. Ele dirigiu o Centro Interamericano para o

---

<sup>89</sup> DUCHEIN, Michel. El respeto de los fondos em archivística: principios teóricos e problemas prácticos. *La administración moderna de archivos y la gestión de documentos: el prontuario RAMP. Programa General de Información y UNISIST. Organización de las Naciones Unidas para la Educación la Ciencia Y la Cultura*. Paris, diciembre de 1985, p.69-92.

Desenvolvimento de Arquivos (CIDA)<sup>90</sup>, que funcionou na cidade de Córdoba entre 1973 e 1988. Este centro beneficiou estudantes de todas as Américas, por meio da organização de congressos e conferências técnicas, além de promover numerosas publicações. Outros feitos marcaram a trajetória de Tanodi, pois ele “foi um notável humanista que visitou muitos países para estudo e ensino” (DURANTI; FRANKS, 2019, p. 501, tradução nossa), tais como várias participações em congressos internacionais e apresentações de trabalhos em eventos acadêmicos (DURANTI; FRANKS, 2019).

Tanodi (1961) relata que a Arquivologia é uma disciplina relativamente jovem e moderna e, indo de encontro às considerações sobre a área e às definições de arquivo até então identificadas, ele afirma que a palavra “*archivo*” é impropriamente utilizada por franceses e alemães quando se tem a vontade de associar a ideia de conjunto às coleções temáticas de documentos. Tanodi se volta às suas fontes de autoridade – os manuais, nesta pesquisa compreendidos na perspectiva de Kuhn (2005) – para estabelecer o conceito de “arquivo”. Os holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898) são lembrados por definir o arquivo como o conjunto dos escritos; Casanova (1928), por defini-lo como a coleção ordenada de documentos; Brenneke (1953), como o conjunto de papéis e outros documentos; e Jean Favier (1959), como o conjunto de documentos recebidos ou constituídos por uma pessoa física ou jurídica.

As considerações de Lodolini<sup>91</sup> são destacadas por Tanodi: para determinar o conceito de “arquivo”, o italiano defende que um arquivo se constitui em “*universitas rerum*”, ou seja, um conjunto de documentos no qual existe um vínculo entre as unidades particulares que o compõe. Logo, o arquivo não é constituído com a produção, mas sim quando se estabelece o vínculo necessário, denominado “*vínculo de unidad*”<sup>92</sup>. Nesse sentido, Lodolini define o arquivo como o conjunto de documentos produzidos por uma pessoa física ou jurídica, no desenvolvimento de sua atividade, que se forma no momento jurídico em que os documentos se configuram como *universitas rerum*: um arquivo se forma quando o conjunto dos documentos assume a função arquivística e se faz suscetível de utilização arquivística (TANODI, 1961).

---

<sup>90</sup> No ano de 1972, foi realizada, em Washington, uma reunião de especialistas, no âmbito de um programa de cooperação arquivística na América Latina, iniciado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Em decorrência desse programa foi publicada a “Carta dos Arquivistas Americanos”, a qual recomendou a criação do CIDA (DURANTI; FRANKS, 2019).

<sup>91</sup> E. Lodolini. *Identificazione dell' Archivio*, em *Rassegna degli Archivi di Stato*, XVIII, 3, 1958, pp. 308-323.

<sup>92</sup> Tanodi ressalta que a ideia de vínculo foi alicerçada por Cencetti (1937). CENCETTI, Giorgio, *Sull'archivio come universitas rerum*, em “*Archivi*”, IV, 1937, pp. 7-13.

A análise dos conceitos arquivísticos tem sido uma preocupação constante nos manuais. É difícil lograr uma unificação de critérios em períodos de efervescência disciplinar, “quando não se tem chegado à uniformidade do significado do termo *arquivo*” (TANODI, 1961, p. 39, tradução nossa). Baseando-se nos conceitos de arquivo, Tanodi defende uma nova denominação, a *archivalía*, que, em castelhano é um substantivo coletivo.

Para defini-la, o autor rememora que os manuais clássicos relacionam o conceito de arquivo ao Princípio da Proveniência, à relação com a entidade produtora, alguns destacam a finalidade da produção e outros à finalidade pela qual são conservados. Para Tanodi, “arquivo” restringe-se ao local onde será arquivada a *archivalía*, termo compreendido tanto como o “laço de união, o denominador comum, a base essencial” (TANODI, 1961, p. 35, tradução nossa) que “nasce organicamente” nas unidades de trabalho de forma mais ou menos isolada e completa (TANODI, 1961, p. 15, tradução nossa), quanto também:

[...]todo o material escrito, gráfico, reprográfico, sonoro, audiovisual, proveniente de uma entidade, produzido ou recebido em função de suas atividades ou, em geral, relacionado com sua vida administrativa, desde o momento em que se cumpriu a função imediata pela qual foi originado e se conserva com fins administrativos, jurídicos e científicos ou culturais. ” (TANODI, 1961, p. 15, tradução nossa)

Essa nova denominação não fugiu da relação com a organicidade. Tanodi ressalta que “a *archivalía* pode ser conservada em unidades completas, incompletas ou dispersas, ordenada ou desordenada, sem perder seu caráter essencial, de provir de uma entidade como parte integrante de sua vida orgânica” (TANODI, 1961, p. 15, tradução nossa). Nesse sentido, ele explica que “este método deve dar, primeiramente, forma orgânica à documentação, relacioná-la com a vida, fins e funções da entidade e depois agrupá-la em séries orgânicas que reflitam sua organização interna” (TANODI, 1961, p. 47, tradução nossa). Sobre o caráter essencial do termo organicidade, ele aponta uma sobre a conservação da *archivalía* como coleções, em alguns casos, nos séculos passados. Essa forma não era orgânica, sendo que, aos arquivistas, o que importa, em primeiro plano, é justamente o conjunto orgânico (TANODI, 1961).

No contexto da análise histórica, a *archivalía* exerce papel fundamental: “Uma vez cumprida a sua missão prática, ela se transforma em fontes históricas<sup>93</sup> e entra dentro do âmbito vital da história” (TANODI, 1961, p. 72, tradução nossa). Para Tanodi, a

---

<sup>93</sup> Mantivemos o termo no plural, pois o original foi flexionado dessa forma e o autor destacou que a *archivalía* é um substantivo coletivo.

Arquivologia deveria ser vista pela História com mais importância, “já que se pode afirmar, sem exagero, que não existe tesouro de maior valor dentro do patrimônio cultural, social e nacional, enquanto a História se refere, que os fundos documentais conservados nos arquivos” (TANODI, 1961, p. 77, tradução nossa). Segundo ele, estes não devem ser vistos como depósitos mortos, mas sim como aqueles que servem da vida para a vida.

Todos os que apreciam a vida, em seu conteúdo de bens culturais, sociais, nacionais e, em geral, humanos, não devem fechar os olhos e desconhecer a importância dos arquivos, mas, ao contrário, dizer: mil vezes, obrigado. Obrigado por sua missão transmissora do conhecimento de vida e de sua missão documental. (TANODI, 1961, p. 79, tradução nossa).

Sem partir para uma análise dos métodos arquivísticos e abordando as funções arquivísticas, Tanodi chega até o que ele define como “classes de arquivos”, por ele relacionadas ao ciclo vital dos documentos. Ainda que soe estranho, o autor defende a divisão dos arquivos em arquivos vivos, concluídos e históricos, classificação relacionada puramente a partir de uma concepção cronológica e tendo como referencial a vida das entidades produtoras. Os arquivos vivos correspondem ao que os ingleses denominam *records* e os alemães de *Registratur* (mais relacionado ao valor administrativo, primário). Os concluídos constituem o que ele denomina “arquivos mortos”. Nesse caso, o laço de união deixa de ser com os vivos e passa para uma finalidade histórica ou científica. Para ele, “um arquivo histórico ou geral é artificial no conjunto e orgânico em suas partes componentes que se chamam de *fondos*”, permitindo chamá-los ainda de arquivos (TANODI, 1961, p. 130, tradução nossa).

### **3.8. FRANÇA (1958)**

Jean Favier nasceu em Paris, em 1932. Ingressou na *École Nationale des Chartes*, em 1952, a escola que tradicionalmente forma arquivistas-paleógrafos na França. Além de arquivista, Jean Favier também foi professor. Aos 40 anos, em 1975, ele foi nomeado diretor geral dos Arquivos da França, função que exerceu por 20 anos. Neste cargo, ele participou de importantes feitos, tal como na elaboração da Lei de 3 de janeiro de 1979, reconhecida internacionalmente por proporcionar o acesso público aos documentos. Esta lei também abriu caminho para a publicação de outras leis relacionadas, tanto na França, como em outros países. O autor participou de várias organizações acadêmicas, dentre elas, foi presidente da comissão francesa para a UNESCO, em 1997, mesmo ano em que se aposentou tanto da

administração dos arquivos quanto do ensino. Favier faleceu em agosto de 2014 (DURANTI; FRANKS, 2019).

A obra *Les archives* destaca que o conceito de “fundo” deve levar em conta a sua origem para a sua organização, diferentemente da organização das coleções, cujos critérios são outros (objetivos, conveniência dos usuários, materiais utilizados, etc.). Sobre o Princípio de Respeito aos Fundos, Favier (2001) lembra que houve contradições quanto à sua aplicação, pois foi considerado o critério de temas na decisão da classificação, o que, como se sabe, fere a organicidade dos documentos.

A publicação de Favier é pontual em contribuição para nossa pesquisa. Para o autor, a aplicação do Princípio de Respeito aos Fundos, tendo como norte a organicidade, é a forma mais eficaz para o acesso aos arquivos, haja vista que a descrição nem sempre conseguem refletir completamente a constituição orgânica dos fundos.

Na ausência ou expectativa de inventários que nunca são detalhados o suficiente para responder a todas as questões, o respeito da constituição orgânica do fundo é a única maneira de tornar segura e fácil, se não rápida, a pesquisa realizada por historiadores com uma noção da instituição original ou capaz de defini-la através de sua reflexão arquivística. (FAVIER, 2001, p. 66, tradução nossa.).

### **3.9. CANADÁ (1989-1994)**

A origem da trajetória da Arquivologia no Canadá está ligada à História. Em outros países isso também é uma verdade, “contudo, no cenário canadense a relação entre historiadores e arquivistas mostrou-se muito mais presente e importante nos primeiros estágios de criação dos arquivos e no seu posterior desenvolvimento” (BARROS, 2015, p. 132). Isso pode ser percebido ao verificarmos que as primeiras publicações arquivísticas canadenses são de autores formados naquela área. Além disso, uma das mais importantes associações profissionais de arquivistas do Canadá, a *Association of Canadian Archivists* (ACA), é oriunda de uma associação da História. Na medida em que o campo adquiriu corpo teórico mais consolidado, a associação de arquivistas ganhou independência.

No caso canadense, o processo de construção de uma historiografia e o estabelecimento de arquivos estão intimamente relacionados, uma vez que os arquivos servem como uma das fontes primárias para a construção da história e, na medida em que a historiografia se institucionaliza e se profissionaliza, existe a necessidade de acesso e uso de documentos. (BARROS, 2015, p. 134).

Ocorreu nos anos de 1870 um movimento interessado em fatos e documentos a fim de se estudar a história do Canadá, em um momento de busca por estreitamento de laços no

novo país. Para esta finalidade, foi realizado um levantamento documental que até hoje compõe o acervo da *Library and Archives Canada*. A partir de 1880, iniciaram-se as publicações científicas do estudo da história do Canadá e, neste contexto, a História foi estabelecida como profissão e como um campo de atividade universitária.

O arquivista e a Arquivística surgem como um subproduto da construção histórica. É por assim dizer uma “ciência auxiliar da História”, mas em um molde bem diferente daquele da Europa e distante dos estudos medievalistas da École Nationale des Chartes, devido, em grande parte, aos moldes sociais e acadêmicos e, obviamente, à história recente de formação dos países na América do Norte. (BARROS, 2015, p. 139).

Houve outras iniciativas de desenvolvimento e consolidação da área até que, em 1960, o Arquivo Nacional Canadense iniciou um processo de especialização do seu trabalho, mesma época em que William Kyle Lamb<sup>94</sup> publicou um artigo sobre a profissionalização e independência da Arquivologia, publicação que marcou o fortalecimento da área. Nesse contexto, a América do Norte exerceu influências internacionais, principalmente no Canadá, para o surgimento de *records centers*, quando foram iniciados os processos de avaliação, tanto na teoria quanto na prática (BARROS, 2015)

A busca histórica tem um ápice quando se tem a prova de determinado contexto, o documento. É por isso que nomes que marcaram a Arquivologia canadense são advindos da História, tais como Terry Eastwood, Tom Nesmith, Terry Cook, Laura Millar e Carol Couture.

A raiz científica canadense trouxe contribuições inovadoras para a Arquivologia, a exemplo da *macroappraisal*<sup>95</sup>, da Arquivística Integrada<sup>96</sup> e dos arquivos totais<sup>97</sup>. “Os canadenses fazem, portanto, uma reapropriação das bases arquivísticas, com a utilização do Princípio da Proveniência mais voltada para a informação, o conhecimento e o contexto de produção dos documentos” (MARQUES, 2011, p. 129).

---

<sup>94</sup> W. Kyle Lamb é historiador. Foi arquivista e esteve à frente da direção do Arquivo Público do Canadá (PAC) entre 1948 e 1969, período em que o PAC passou por um período de crescimento, tanto em escala como na complexidade de seus programas (DURANTI; FRANKS, 2019).

<sup>95</sup> Proposta por Terry Cook em seu artigo seminal “*Mind over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal*”, publicado em 1992 (DURANTI; FRANKS, 2019), a macroavaliação busca articular as funções (proveniência) com a variedade de suportes, de modo a refletir, no registro de arquivamento dos documentos, as funções, os programas e atividades dos produtores e da sociedade com os quais interagem ou cujos valores indiretamente refletem (MARQUES, 2011).

<sup>96</sup> Essa abordagem amplia o tradicional Princípio da Proveniência, numa tentativa de reconhecer e respeitar a intenção por trás desse tradicional princípio, relacionando a informação registrada com o contexto da atividade orgânica, pessoal ou institucional (MARQUES, 2011).

<sup>97</sup> Conceito que surgiu nos anos 1960-1970, que tem como base a integração dos documentos públicos e privados, compreendidos como produtos das atividades de indivíduos e da sociedade, “no âmbito da função dos arquivos como guardiães da memória social e da identidade histórica” (MARQUES, 2011, p. 129).

### 3.9.1. Diplomatics: new uses for an old Science (DURANTI, 1989)

Luciana Duranti nasceu em Roma, na Itália, em 28 de setembro de 1950. cursou História, em 1973, e Arquivologia e Paleografia, em 1975, na *Sapienza University of Rome*. Tornou-se arquivista do Estado de Roma depois de atuar como arquivista em vários projetos da área. Em 1982, tornou-se pesquisadora titular do cargo de professor na *Special School for Archivists and Librarians*. Em 1987, ela se mudou para o Canadá para iniciar sua carreira como professora da *School of Library Archival, and Information Studies (SLAIS)* da *University of British Columbia (UBC)*, fato que marcou o início de uma trajetória de profundas contribuições para a Arquivologia, pois é no Canadá que a autora passou a desenvolver seus projetos arquivísticos (DURANTI; FRANKS, 2019).

Duranti dedicou-se aos estudos da Diplomática, avaliação de documentos para seleção e aquisição, preservação de registros digitais, no mestrado, e teoria arquivística avançada, no doutorado. Desde 1998, é diretora do projeto *International Research on Permanent Authentic Records on Electronic Systems (InterPARES)*, um projeto de pesquisa internacional e multidisciplinar que estuda a preservação e a autenticidade a longo prazo de registros eletrônicos (DURANTI; FRANKS, 2019).

O artigo *Diplomática: novos usos para uma antiga ciência* foi o primeiro de uma série de seis artigos publicados a partir de demanda norte-americana acerca de estudos da Diplomática (DURANTI, 1989). Os principais objetivos dessa primeira publicação foram: definir a Diplomática; examinar sua origem e seu desenvolvimento histórico; explorar seu caráter no que se refere aos documentos e, ao discutir seus propósitos, analisar os conceitos de autenticidade e originalidade (DURANTI, 1989).

Segundo a autora, a questão mais vital para os arquivistas contemporâneos é a definição do que constitui o corpo de conhecimento que identifica e pertence à profissão. Enquanto o conhecimento técnico dos arquivistas europeus está centrado na Diplomática e Paleografia, o dos norte-americanos baseia-se na História e Administração. Entretanto, mesmo sem ter a intenção, os arquivistas norte-americanos têm discutido sobre a Diplomática de forma natural, porque “um arquivo é um todo constituído de partes e é impossível entender e controlar o todo sem compreender e controlar suas partes, mesmo as mais elementares delas” (DURANTI, 1989, p. 8, tradução nossa). A partir dessa afirmação, já podemos identificar a organicidade, pois o elo para a constituição e a manutenção desse todo é justamente o nosso objeto de estudo, a organicidade.



A análise contextual dos documentos foi tecnicamente destacada por Duranti, que afirma ser necessário o reconhecimento do significado das formas dos registros documentais, não somente em seu contexto individual, como também em seu contexto mais amplo, constituído pela doutrina jurídica da sociedade do criador e de sua manifestação na função de documentação da sociedade. Isso implica a identificação dos vínculos orgânicos que os documentos possuem. Para ela, somente a partir da análise contextual é possível entender o significado real dos nomes dos documentos e, assim, da sua natureza (DURANTI, 1989). Desta forma, depreendemos a relação entre a organicidade e a análise diplomática dos registros documentais.

A autora inicia a explicação sobre o que é a diplomática a partir do seu objeto, que é o documento, e afirma que ele é o resultado de um procedimento, um processo de criação, um processo genético, o qual será refletido na forma documental. Ela esclarece que um documento é muito mais do que um formulário e um conteúdo: “A circunstância da escrita implica a presença de um fato e uma vontade de manifestá-lo ou de um desejo de dar origem a um fato” (DURANTI, 1989, p. 16, tradução nossa). Vemos, pois, mais uma vez a relação orgânica nesta obra, na utilização da analogia da criação de um documento ao processo genético

Esta relação pode ser percebida nas cópias dos documentos, sobre autoras quais a estudiosa canadense relata que “o propósito da análise diplomática das cópias é estabelecer não apenas o tempo e o **contexto** em que cada cópia foi feita, mas também as **relações** entre as cópias do mesmo original” (DURANTI, 1989, p.21, tradução e grifos nossos). Destacamos na análise termos associados à expressão da organicidade existente nos documentos.

### **3.9.2. Archival theory and electronic records (BAILEY, 1989-1990)**

Catherine Bailey é arquivista sênior da Biblioteca e Arquivo do Canadá (*Library and Archives Canada* – LAC). Foi editora geral da revista *Archivaria* da ACA, de 2007-2008, e recebeu os Prêmios de Reconhecimento de Membros dessa associação, em 2004, e o Prêmio James J. Talman da Associação de Arquivos de Ontário, em 2012. A estudiosa tem dedicado parte de suas publicações à avaliação de documentos, especialmente no desenvolvimento de uma macroavaliação (*macroappraisal*) dentro do governo federal canadense (CANADA, 2017).

Bailey levanta questões importantes e sensíveis à Arquivologia, das quais destacamos quatro: a vulnerabilidade dos documentos eletrônicos; a avaliação desses documentos; a teoria arquivística neste contexto e o papel do arquivista diante desses fatores. Sobre esta última, ela afirma que se estes profissionais realizarem uma análise mais conceitual e olharem para o local ocupado pelo arquivo de dados, verificarão que eles aparentavam ser “tão promissores” sozinhos, mas, na realidade, os documentos partem de todo o sistema. O fato de os documentos eletrônicos ocuparem pouco espaço pode ser uma questão delicada no tocante à avaliação, pois muitas vezes o arquivista pode pensar que se trata apenas de uma fita, quando na realidade há inúmeros registros. Ainda há que se considerar a questão da preservação e dos custos a ela associados. Porém, as práticas de avaliação no novo suporte não requerem mudanças na teoria, inclusive quanto à determinação do valor, levando-se em conta o contexto de produção dos documentos.

[...] se os arquivistas observam atentamente a teoria arquivística, verão que não há diferença entre os registros em papel e os eletrônicos; se eles simplesmente continuarem a aplicar aos registros de computador as técnicas de avaliação textual existentes, **incluindo sua consideração pelo contexto apropriado dos registros** dentro de todo o sistema de manutenção de registros, eles não terão a necessidade de fazer mudanças conceituais drásticas na teoria. O que é necessário para a preservação adequada dos registros eletrônicos é um processo de avaliação aprimorado que combinaria os melhores elementos da avaliação arquivística de registros convencionais com as considerações técnicas ligadas ao meio magnético. (BAILEY, 1989-1990, p. 185, tradução e grifos nossos).

Essa consideração da autora de que o registro parte de todo o sistema nos remete aos seus vínculos em meio eletrônico e, conseqüentemente, ao conceito de *archival bond*, apresentado por Duranti (1997). Embora os documentos digitais ainda tenham certa fragilidade, os seus vínculos e rastros são mais facilmente identificáveis em meio eletrônico do que em suporte papel.

Para evitar este acúmulo, a autora sugere uma maior interação dos arquivistas na avaliação de documentos logo após a sua criação. Isso vai de encontro ao que Jenkinson (1922) propôs<sup>98</sup> e, de acordo com a autora, evidencia um rompimento com a tradição arquivística “na medida em que requer que o arquivista se envolva no estágio ativo do ciclo de vida do registro” (BAILEY, 1989-1990, p. 186, tradução nossa).

Bailey defende que haja três etapas de avaliação de documentos: 1) a primeira logo após a criação (fase ativa); 2) a segunda deve combinar análise técnica e de conteúdo; 3) e a

---

<sup>98</sup> Jenkinson defendia que os arquivistas não deveriam atuar na avaliação dos documentos, sendo esta uma atividade exclusiva dos administradores (ver item 3.2).

terceira é realizada quando o arquivo for levado para a custódia de arquivamento. Assim, a autora conclui que se um registro já tiver sido definido como valioso em uma primeira avaliação, será mais fácil separá-lo dos registros não essenciais, o que resulta em economia de energia e de tempo. Embora ela não tenha apresentado a relação com a organicidade explicitamente, podemos inferi-la da sua defesa do papel essencial do arquivista para a manutenção da vida e da organicidade dos documentos.

Além de entender que a avaliação deve ser a primeira preocupação do arquivista, a estudiosa faz considerações acerca das outras funções arquivísticas. Sobre a descrição, a autora revela que o que um sistema de descrição arquivística para registros eletrônicos deve fazer é mais do que identificar os dados dos registros; ele deve identificar o contexto de produção, bem como fazer um elo entre os registros eletrônicos e documentos a eles relacionados, o que novamente nos remete ao conceito de *archival bond* definido por Durante (1997).

Sobre a teoria arquivística acerca da sua aplicação nos documentos em suporte eletrônico, Bailey afirma que, se os arquivistas analisarem o que realmente implicam as teorias da área, não deve haver, de fato, nenhuma alteração.

O processo de avaliação aplicado aos registros eletrônicos mostra que, apesar dos diferentes meios, não há diferença fundamental na avaliação de papel ou informações computadorizadas; ambos são avaliados de acordo com seus valores administrativos, legais, **evidenciais** e informacionais **dentro do contexto** do sistema de manutenção de registros no qual eles foram criados. (BAILEY, 1989-1990, p. 195, tradução e grifos nossos).

Já com relação ao arranjo, a autora afirma que ele precisa de somente uma adequação e não de uma redefinição a fim de refletir uma orientação mais conceitual e menos física. Desta forma, ela ressalta o valor contextual em detrimento do físico afirmando que “os princípios que regem a descrição e o serviço público na verdade encorajam o tratamento igual dos registros em papel e computador, **já que um bom sistema de descrição arquivística deve se concentrar no contexto da informação em si**, não em sua forma física” (BAILEY, 1989-1990, p. 195, tradução e grifos nossos).

Assim, a autora finaliza esclarecendo que as principais mudanças trazidas pelos novos meios (suportes e formatos) estão na prática arquivística, na estratégia e no planejamento, não na teoria arquivística em si, ou seja, não há necessidade de mudar a teoria. Basta que haja uma estratégia adequada na sua aplicação. Este entendimento da autora está alinhado ao que foi defendido por outros estudiosos (CRUZ MUNDET, 1994; ROUSSEAU;

COUTURE, 1998)<sup>99</sup> de que a teoria arquivística é robusta e não deve ser sobreposta à tecnologia; ao contrário, a tecnologia deve estar alinhada aos conceitos e práticas arquivísticos.

### **3.9.3. Les fondements de la discipline archivistique (ROUSSEAU, COUTURE, 1994)**

De acordo com o preâmbulo da tradução portuguesa de “*Les fondements de la discipline archivistique*”, este manual, que representa a primeira obra da Arquivologia do Quebec, foi elaborado com base nas experiências, notas de ensino, reflexões e investigações dos autores. A sua trajetória de publicação teve início em outubro de 1982, com a publicação do livro *Les archives au XX siècle: une réponse aux besoins de l’administration et la recherche*, que abriu caminho para outras que lhe sucederam, o que demonstra a quão frutífera foram suas afirmações. O sucesso foi muito superior ao esperado pelos autores: em 1994, mais de sete mil exemplares foram vendidos, não somente no Canadá, mas também em outras partes do mundo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, preâmbulo).

Outras publicações com diferentes títulos vieram após aquela da década de 1980, até que esta publicação fosse concretizada. Trata-se de uma nova obra, e não pura e simplesmente mudança de título, que seria publicada em dois volumes: esta, a primeira, objeto da nossa análise, representa o arcabouço teórico segundo o próprio título; o segundo volume foi dedicado às funções arquivísticas<sup>100</sup>.

Um dos autores do manual, Carol Couture, nasceu em 8 de outubro de 1945, em Jonquière, Québec. Em 1970 licenciou-se em história e obteve pós-graduação em Gerenciamento de arquivos pela *Carleton University*. Em 1995, ele foi para a França onde escreveu sua tese sobre avaliação intelectual sob a supervisão do professor Paul Delsalle pela *Université de Haute-Alsace* em *Mulhouse*. Carol Couture iniciou sua carreira como arquivista nos Arquivos Públicos do Canadá (agora *Library and Archives Canada*) em Ottawa em 1970, cargo que deixou dois anos depois para se tornar assistente de direção dos Arquivos da *Université de Montréal*. O trabalho do autor o levou além da prática tradicional de arquivamento para o domínio do gerenciamento de registros (DURANTI; FRANKS, 2019).

---

<sup>99</sup> Ver análise dos itens 3.7 e 3.10.

<sup>100</sup> COUTURE, Carol (org.). *Les fonctions de l’archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l’Université du Québec, 1999.

O segundo autor, Jean-Yves Rousseau<sup>101</sup>, foi coautor do manual. Além de publicarem juntos, eles fundaram, juntamente com Jacques Ducharme, o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia<sup>102</sup> (GIRA). O grupo objetiva suprir lacuna em termos de pesquisa arquivística e fomentar a pesquisa interdisciplinar por meio de parcerias. A visão da criação do grupo era, principalmente, de desenvolver teorias científicas para um campo que era predominantemente profissional e de natureza prática, por meio da identificação e estudos dos fundamentos e conceitos arquivísticos. Com a interação entre professores e alunos, O GIRA assumiu um importante papel de organizar colóquios científicos para interação e trocas de pesquisas, ideias e conceitos (DURANTI; FRANKS, 2019).

O prefácio do manual considera que esta obra contribui para promover a Arquivologia enquanto disciplina, uma vez que nela se busca garantir o Princípio da Proveniência a partir de uma análise contextual e funcional dos arquivos.

Insiste-se na importância de respeitar a integridade de todos os arquivos durante todo o ciclo da sua vida bem como num cuidado especial a ter na escolha dos arquivos definitivos. Sublinha-se igualmente que o **contexto organizativo e funcional dos arquivos**, que garante o princípio da proveniência, deve ser assegurado. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, prefácio, grifos nossos).

Esta afirmação apresenta o nível de integração teórica (HECKHAUSEN, 1972) da Arquivologia, a organicidade, sob a apresentação da análise contextual e ratifica a afirmação de que a obra contribui para o delineamento teórico da Arquivologia.

Os autores se dedicaram a uma exploração acerca do lugar da Arquivologia<sup>103</sup> no seio da Gestão da informação. A base conceitual gira em torno do entendimento de que a informação constitui um insumo essencial para as organizações. As informações orgânicas fazem parte deste universo informacional e dão origem aos arquivos das instituições, que são produzidos ou recebidos no exercício das suas funções, conforme figura 2. A gestão dessas informações orgânicas (dos arquivos) permite a recuperação das informações, reduz as incertezas organizacionais e auxilia nas tomadas de decisões (ROUSSEAU; COUTURE, 1998).

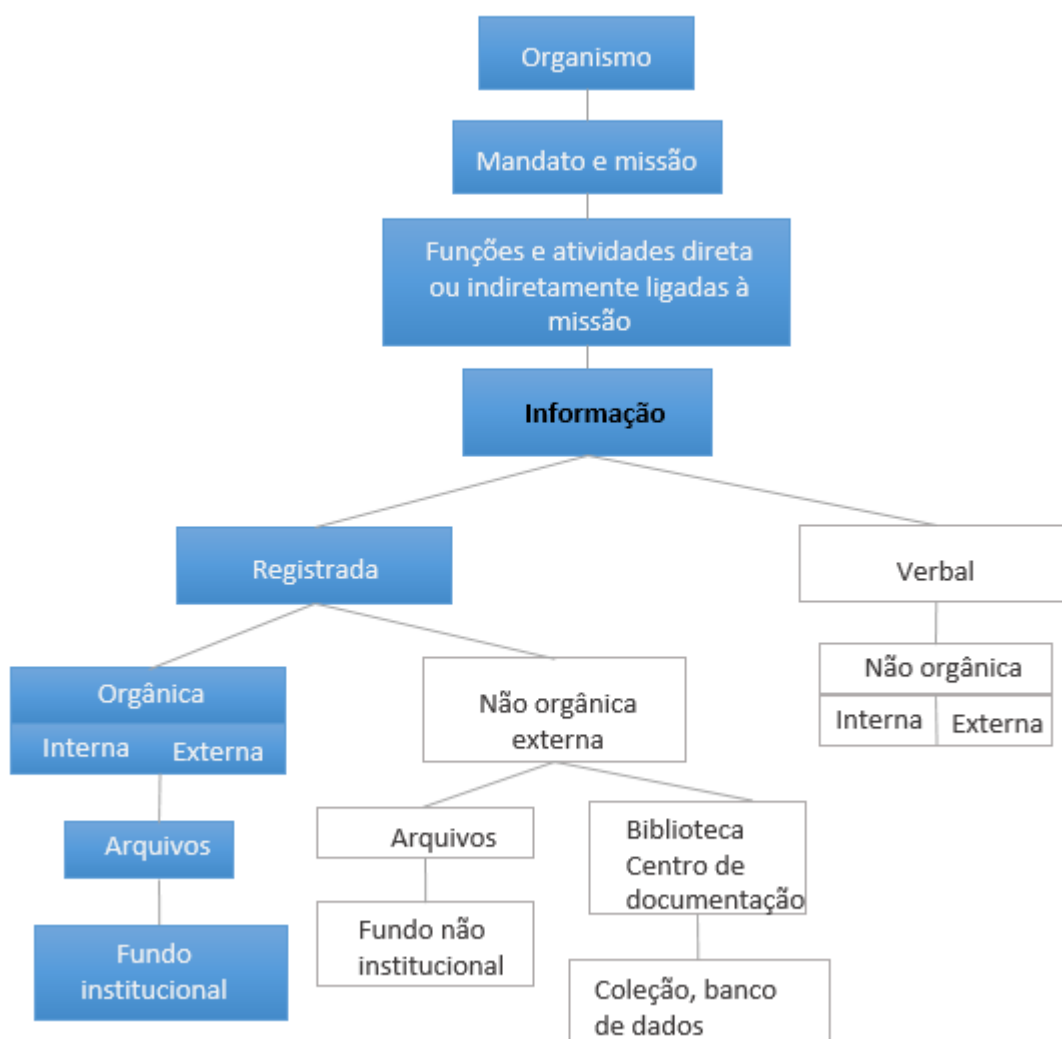
---

<sup>101</sup> Não localizamos mais informações sobre a vida pessoal e profissional deste autor.

<sup>102</sup> *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique (GIRA)*

<sup>103</sup> A tradução portuguesa utiliza a “Arquivística”, mas optamos por utilizar Arquivologia para manter o padrão linguístico nas nossas análises (ver nota de rodapé nº 15).

**Figura 4:** Proveniência e natureza da informação no organismo, com destaque à informação orgânica registrada.



Fonte: elaboração própria com base em Rousseau e Couture (1998).

Sobre a abordagem disciplinar da Arquivologia, os autores afirmam que ela é a disciplina que permite a gestão integrada da **informação orgânica** (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). A intervenção no fluxo informacional, desde a sua criação, permite a determinação do seu encaminhamento, assim como o seu tratamento posterior. Nesse sentido, eles destacam:

Qualquer organismo que pretenda encontrar uma solução duradoura para as dificuldades geradas pela informação que detém, deve fazê-lo de modo reflexivo e ordenado. É por meio de um programa de três fases, centrado na missão do organismo e integrado na sua política de gestão da informação que a Arquivologia consegue dar sua contribuição única, sendo, pela sua especificidade, **capaz de agir**

**eficazmente na informação orgânica** (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 65, tradução e grifos nossos).

Mantendo-se a tradição da maior parte dos manuais analisados até aqui, a organicidade perpassa o conceito de fundo: “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e **organicamente**, criados e /ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício de suas atividades ou das suas funções” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91, grifo nosso). Tão permeada de conceitos, que tal definição foi analisada pelos autores em partes, para demonstrar a sua amplitude.

A primeira parte da análise de Rousseau e Couture (1998) dedica-se ao início da definição: conjunto de documentos de qualquer natureza. Segundo os canadenses, a afirmação reforça a importância de que todos os documentos devem ser considerados, independentemente do suporte, idade, modo de produção, utilização e conteúdo, inclusive os documentos digitais. Segundo eles, há pessoas que acham que “a noção de fundo corre grandes riscos perante estes modos de registro da informação” e que chegam até a afirmar que “muitas vezes é impossível precisar a origem de uma informação eletrônica e que, por consequência, o fundo de arquivo, que se baseia na proveniência, não pode continuar a existir” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91).

A partir dessas considerações, eles questionam: “será que cometemos um erro ao pensar que a modernidade do suporte em nada modifica a problemática? ” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91). Nesse sentido, os autores alertam que “tanto é preciso estar atento à origem de uma informação legível para apreender **no seu contexto, no seu fundo**, como é preciso vigiar o percurso da informação eletrônica” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91, grifos nossos). Nesta afirmação, destacamos que, para os autores, contexto e fundo foram explicitamente considerados sinônimos. Seguindo a lógica, em tom de crítica eles afirmam que:

[...] se a máquina não pode fornecer uma resposta satisfatória às expectativas do administrador e do arquivista nesta matéria, talvez ela deva ajustar-se às necessidades da disciplina, a menos que a máquina reje o mundo, que é coisa em que nos recusamos a acreditar. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91).

A segunda parte da definição de fundo que mereceu destaque dos autores foi: “reunidos **automática e organicamente**” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91). Estes dois termos nos remetem, além da organicidade, às características dos registros documentais (DURANTI, 1994), especialmente à naturalidade e ao inter-relacionamento. Nessa

perspectiva, os autores consideram que “há, pois, esse caráter de acumulação cronológica (automaticamente) que decorre das próprias atividades da pessoa física ou moral e da ordem da sua realização, bem como o **elo com a missão, os mandatos, os objetivos (organicamente)** da pessoa física ou moral” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 91, grifos nossos). Este elo caracteriza a organicidade em uma perspectiva vertical, relacionada com a instituição produtora e acumuladora dos documentos decorrentes das suas atividades.

O último destaque de análise da definição de fundo foi em relação à sua “ligação com as atividades e as funções”, que representa o vínculo entre os arquivos e as razões de ser do produtor. Por esse ângulo, os autores afirmam que é este último destaque, juntamente com o fato de os arquivos serem documentos produzidos ou recebidos no âmbito das referidas atividades, que diferenciam a Arquivologia da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Essas afirmações possibilitam fazermos um elo com as considerações de Heckhausen (1972), pois é possível identificar, nesta análise do conceito de fundo, o domínio de estudo (o próprio fundo), o domínio material (as informações), o nível de integração teórica (a organicidade), os métodos e as aplicações práticas (as características dos documentos de arquivo e as as funções arquivísticas), os quais, em conjunto, particularizam a Arquivologia enquanto disciplina autônoma no âmbito do campo científico (BOURDIEU, 2001).

Nessa perspectiva, a informação orgânica é utilizada para limitar a demarcação teórica da área. Segundo os autores, o termo “documento” é utilizado por outras disciplinas, tais como a Biblioteconomia e a Informática. Contudo, a Arquivologia “preocupa-se exclusivamente com os documentos que **contém informação orgânica e registrada**, seja qual for a idade, o suporte ou o assunto, de modo a distinguir-se das disciplinas irmãs” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 130, grifos nossos).

O conceito de “fundo de arquivo” foi trabalhado, por esses autores, conjuntamente à análise do Princípio da Proveniência., de maneira tão imbricada que, para eles, o fundo de arquivo não pode existir sem que o princípio seja aplicado (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Assim, tem-se tanto a consideração teórica (organicidade e fundo) quanto a prática (aplicação do Princípio da Proveniência traduzida em uma relação direta na manutenção da organicidade. A conservação do princípio nos seus dois graus (respeito aos fundos e ordem original), em detrimento da classificação por assunto, mantém a natureza dos documentos e suas relações com as funções e atividades aque lhes deram origem:

Com efeito, os arquivos são o produto das atividades de um organismo ou de uma pessoa. Ora, os documentos que compõem esses arquivos foram produzidos para responder a objetivos muito precisos no âmbito de atividades particulares. A



decisão de conservá-los no meio que os viu nascer (primeiro grau do princípio da proveniência) e no lugar exato que nesse momento lhes foi atribuído (segundo grau) tem muito mais em conta a natureza dos documentos e das particularidades de funcionamento do organismo a que eles dizem respeito, do que conseguiria uma organização por assunto, por ordem cronológica ou outra qualquer. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85

Os canadenses descontroem a perspectiva física do conceito de fundo de arquivo a partir do desenvolvimento do seguinte questionamento: “Será necessário lembrar aqui que **o fundo de arquivo é um agrupamento intelectual** de informações registradas em suportes de toda a espécie que estão, a maior parte das vezes, material e fisicamente dispersas? ” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90, grifo nosso). Ademais, afirmam que o agrupamento em um conjunto permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento. Assim, “esse conjunto volta a situar esse **contexto** ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspectivação” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90, grifo nosso).

São essas características, decorrentes da organicidade, que justificam uma classificação e a avaliação natural dos documentos pelos seus valores. Cada documento, independentemente do seu suporte, nasce para cumprir uma finalidade e, com isso, possui um valor atrelado à sua gênese: “É este o valor de prova que faz dos arquivos testemunhos privilegiados e objetivos das componentes da vida da pessoa física ou jurídica que os constituiu” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 90). O valor de prova subdivide-se em valor de prova administrativa, valor de prova legal, valor de prova financeira e valor de prova histórica.

Vejamos que essas classificações são naturalmente definidas pela origem dos documentos, não aplicando a eles qualquer intervenção artificial, tal como ocorre nas classificações por assuntos ou temas no caso das coleções. O fator primordial nesta definição, a regra que rege esses critérios é a manutenção da organicidade.

Ademais, é relevante destacar que, para os autores, o fundo de arquivo é tanto o resultado da aplicação do Princípio da Proveniência, quanto tem suas bases teóricas neste mesmo princípio. Segundo eles, “**a aplicação do princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo**, levam igualmente o profissional da Arquivologia a considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos à peça” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85, grifos nossos). Ainda neste sentido, os autores reiteram que “**o fundo de arquivo, que tem a sua origem teórica na aplicação do princípio da proveniência**, é uma pedra de toque da prática arquivística. Representa, em última análise,

a unidade fundamental na qual se vão fixar as unidades de trabalho [...] e as funções arquivísticas” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 92, grifos nossos).

A partir da relação direta entre o Princípio da Proveniência, o fundo e a organicidade, é importante destacar a relação entre a aplicação do princípio com as funções descrição e classificação para os autores:

[...] vários dos erros cometidos à custa do princípio da proveniência podem ser corrigidos ou, melhor ainda, evitados com a realização de instrumentos de descrição documental apropriados. Por exemplo, em vez de se desmembrar um fundo de arquivo para classificar os documentos que o compõem por ordem temática ou cronológica, deixam-se os documentos nos seus respectivos fundos e constitui-se um índice temático ou cronológico. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 86).

A organicidade perpassa, assim, todo o discurso dos autores, que ainda afirmam que os instrumentos de pesquisa “constituem a ponta de lança da Arquivologia”, pois “**permitem a comunicação orgânica** no seio da organização” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 137).

Sobre o ciclo de vida dos documentos, eles asseguram que, assim como a noção de fundo ou o Princípio da Proveniência (mais uma afirmação de sinonímia entre ambos os termos), este faz parte das bases em que se assenta a Arquivologia contemporânea. Este conceito, de ciclo de vida, faz uma relação direta ao conceito de organicidade (orgânico, organismo), embora exista certa contradição na definição trazida pelos autores. Segundo eles, a Arquivologia reparte a vida do documento de arquivo em três fases: atividade, formada por arquivos correntes; semiatividade, composta por arquivos intermediários; e inatividade, pelos documentos inativos, com valor de testemunho. O sentido negativo trazido pela ideia de inatividade é explicado pelos autores: constituem o conjunto daqueles que serão eliminados e daqueles que possuem valor histórico. Para estes, os autores propõem outra nomenclatura: arquivos definitivos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 114).

Eles ainda relacionam, no nosso entendimento, a organicidade ao Princípio da Universalidade, uma vez que este princípio “exige que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de modo global antes de passar para a outra mais detalhada” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 130).

### 3.10. PORTUGAL (1999)

A ausência de literatura teórica foi a grande motivação para os autores (Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos<sup>104</sup> e Manuel Luís Real<sup>105</sup>) todos docentes, escreverem o manual “Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação”. Ele é, pois, caracterizado por eles como um ensaio exploratório acerca da epistemologia arquivística. “É o resultado de muita reflexão, de muitas dúvidas e de algum pessimismo à mistura, de acesa discussão também, de polêmica salutar e franca, de crítica construtiva, por vezes até demolidora, mas sincera” (SILVA et al., 2002, p.18).

O primeiro autor, Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva, é Professor Catedrático<sup>106</sup> do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. É Doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho, graduado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa. Atua no Brasil como professor convidado, pesquisador-colaborador, orientador e consultor *ad hoc* em projetos científicos e programas de Mestrado, Doutorado e Pós-doutoramento de diversas universidades (SILVA, 2019).

Fernanda Antunes Ribeiro Possui Doutorado em Ciências Documentais pela Universidade do Porto (1999) é Professora Catedrática da Universidade do Porto, Portugal (RIBEIRO, 2017).

A fim de caracterizar a obra por um viés científico (diferentemente das práticas vividas) que representa uma crítica dos autores por ausência de obras na área, houve a necessidade de reunir dados, definir objetivos e estratégias. Os objetivos já remetem à ideia de organicidade, pois são caracterizados pelo novo olhar de mudanças, mais voltado para a base teórica da ciência:

[...] uma visão nova face à realidade social que os arquivos são, investigar os seus fundamentos últimos para os conhecer na sua essência, verificar e comprovar a estrutura sistêmica que lhes é própria. É que para os conhecer, é necessário determinar o enquadramento que os envolve, analisar a base da sua criação, **definir o seu contexto genético, o modo como crescem, as ligações que estabelecem com outros sistemas que com eles convivem.** (SILVA et al., 2002, p. 19, grifos nossos).

---

<sup>104</sup> Não localizamos informações sobre este autor.

<sup>105</sup> Não localizamos informações sobre este autor.

<sup>106</sup> é a categoria de topo da carreira docente nas instituições de ensino superior universitárias portuguesas.

O prefácio da obra, escrito por Michael Cook, revela que esta publicação representa o renascimento do estudo e da prática da Arquivologia de Portugal, país com características próprias: marítimo e pequeno, entre a velha Europa e o novo mundo, aberto à cultura universal e que possui uma língua mundial. Caracterizado como fruto da ação imaginativa e enérgica de jovens profissionais, o manual, segundo Cook, avança especialmente de duas formas: 1) por apresentar um sumário dos métodos de trabalho e de autores anteriores, desde a prática da antiguidade ao desenvolvimento da pesquisa que se concretiza na América do Norte e na Austrália, passando até pela União Soviética e China (fato inédito até então); e 2) pelo fato de que a publicação inclui a Arquivologia na área das Ciências e da Gestão da Informação e, por sua vez, no seu lugar próprio na Filosofia e Sociologia modernas. Cook afirma que, apesar dos receios de alguns, este posicionamento melhorará a colocação social dos arquivistas, tanto social, quanto profissional (COOK, 1999).

A introdução da obra é iniciada com profundas reflexões científicas acerca da Arquivologia. Um sumário dos últimos cem anos demonstra que a disciplina vem se fortalecendo e “passou a ser encarada por um ângulo diverso do que até então prevalecia, assumindo-se, como uma disciplina diferente. Conquistou um estatuto novo, de independência, sem perder, contudo, os elos anteriores, e procura ascender a um plano de igualdade relativamente às demais ciências” (SILVA et al, 2002, p. 17). No nosso entendimento, esta afirmação é incoerente com a relação forçada de submissão com a Ciência da Informação, proposta pelo manual, uma vez que os autores consideram, inclusive, a independência da Arquivologia. Essas reflexões são importantes para esta pesquisa, pois temos identificado a relação da organicidade com a cientificidade da Arquivologia na arqueologia dos seus saberes (FOUCAULT, 2005).

Os autores justificam o relacionamento entre a Arquivologia e a Ciência da Informação a partir da definição de “informação”, dedicando o primeiro capítulo para analisar o termo. Embora não tenham definido claramente sua posição frente à definição, concluindo que “mais do que dar uma definição para o termo *informação*, seja importante estabelecer um conceito ou conceitos válidos, quer do ponto de vista teórico, quer na perspectiva prática, para o desenvolvimento das ciências da informação” (SILVA et al., 2002, p. 26), eles partiram para a análise da(s) ciência(s) da informação em si, sob a perspectiva da teoria sistêmica, em que “Arquivo, Biblioteca e Museu se interligam numa unidade concreta, a que poderemos chamar *sistema patrimonial complexo*” (SILVA et al., 2002, p.40).

O arquivo é então compreendido como um sistema de informação (bidimensional), no qual o conceito de “fundo” entra em crise, segundo os autores, com a justificativa de que é “insuficiente para traduzir a complexidade das relações internas e das relações externas e incapaz de explicar a raiz humana e social da informação” (SILVA et al., 2002, p. 40). Ainda neste viés ideológico, “ao contrário da noção de fundo, a noção de sistema é, além de abrangente, dinâmica e, por isso mesmo, integradora” e assim, os autores ressaltam a funcionalidade em detrimento da organicidade:

Neste sentido, pode postular-se com rigor que os sistemas (semi)-fechados tendem a um máximo de abertura possível, diminuindo, nesse estado, o fator organicidade em favor de um reforço do fator funcionalidade. (SILVA et al., 2002, p. 40-41).

As constituições de arquivos públicos, iniciadas a partir de grandes arquivos estaduais (como na Áustria em 1509, Simancas em 1542 e Londres em 1578), levantam algumas análises. Essas transferências em massa resultam uma modificação fundamental na disposição originária dos documentos. A ordenação dos arquivos neste novo *habitat* “vê-se confrontada com a necessidade de preservar a sua personalidade administrativa” (SILVA et al., 2002, p. 93), de acordo com as publicações da época, como a do inglês Thomas Powell (LONDRES, 1622)<sup>107</sup>, que defendia que, para os arquivos serem consultados com eficiência razoável, deveria ser feita a sua **classificação orgânica**, “ou seja, pelos departamentos em que foram acumulados”. Tais publicações, que surgiram “como resposta natural às exigências da concentração administrativa dos documentos”, foram precursoras do preceito arquivístico de respeito aos fundos, formulado com clareza somente dois séculos mais tarde (SILVA et al., 2002).

O Iluminismo trouxe uma dicotomia caracterizada por aspectos positivos e negativos para a Arquivologia: uma veste cultural, mas também consideráveis desvios teóricos. Tal desvio deve-se principalmente pela defesa da classificação por matéria (ou assunto), o que caracteriza certa inorganicidade (SILVA et al., 2002), termo também utilizado por Casanova (1928): *inorganicité*. Esse descompasso teórico provocou um esforço para uma tentativa de recomposição disciplinar:

A fase imediata será caracterizada precisamente por um penoso esforço de reconstrução da teoria e da prática arquivística, no sentido de uma disciplina autônoma com objeto próprio e uma metodologia adequada. (SILVA et al., 2002, p. 96).

---

<sup>107</sup> Não localizamos a referência bibliográfica na obra.

Se, por um lado, a Revolução Francesa anunciou a necessidade de acesso público às fontes documentais, por outro, repercutiu na Arquivologia negativamente, aos olhos dos autores. A Lei de 7 Messidor, de 25 de junho de 1794, iniciou a distinção entre os arquivos indispensáveis e aqueles que, apesar de desnecessários à administração, conservavam valor histórico-cultural. Para os estudiosos portugueses, não se trata, pois, da absorção ou transferência<sup>108</sup> de arquivos para outro serviço, mas sim da quebra da unidade estrutural deles. Tal decisão, além de não ter sido à época definida com base em critérios específicos, foi “ignorado qualquer princípio de **conservação orgânica** dos materiais incorporados” (SILVA et al., 2002, p.101, grifos nossos).

Nesse período, a centralização dos arquivos nacionais foi liderada por Pierre Daunon, nomeado por Napoleão ao cargo de diretor dos Arquivos Nacionais. A partir de concepções herdadas do Iluminismo, todos os arquivos incorporados a esta junção foram tratados como um único conjunto, o que “novamente se adultera a **organicidade** e a ordem original dos arquivos, fruto da aplicação de classificações anti-naturais, causadoras de desagregações” (SILVA et al., 2002, p. 104, grifo nosso). Assim, vemos a relação direta entre a organicidade e a classificação nas reflexões dos autores.

Usando uma terminologia mais específica, eles lembram que, segundo Michel Duchein<sup>109</sup> (apud Silva et al., 2002) pode-se considerar que a Europa possui duas vertentes: a do *registratur* (Alemanha e Europa Central) e a do sistema *non-registratur* (França, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha e Espanha). Ambas são apenas consequências de tradições administrativas distintas e que “não contribuíram para qualquer aperfeiçoamento arquivístico; pelo contrário, levaram à adulteração dos arquivos, pois não respeitam a **organicidade original**” (SILVA et al, 2002, p.104-105, grifos nossos).

O caos decorrente da organização dos arquivos em virtude de concepções ideológicas levou, de acordo com esses autores, à necessidade de reestruturação, a qual ocorreu a partir de instruções consolidadas na circular do Ministério do Interior de 24 de abril de 1841, pelo historiador e arquivista Natalis de Wailly, responsável por anunciar o que ficou conhecido pelo Princípio de Respeito aos Fundos<sup>110</sup>, consagrado por meio do termo “fundo” (SILVA

---

<sup>108</sup> O termo “transferência”, neste contexto, refere-se tão somente à retirada de um lugar e entrega a outro, sem carregar consigo o significado do termo para a Arquivologia.

<sup>109</sup> DUCHEIN, Michel – The History of European Archives and the development of archival profession in Europe. *The American Archivist*. Chicago, 55 (1992).

<sup>110</sup> Nível de integração teórica da Arquivologia, segundo podemos compreender a partir das contribuições de Heckhausen (1972).

et al., 2002, p. 107). Verifica-se, nesse contexto, o nexos causal entre considerar a organicidade e não somente a aplicação desse princípio, com a classificação, descrição e recuperação dos documentos, pois a alteração da estrutura de um fundo repercute em todas as práticas arquivísticas.

A natureza pragmática do Princípio de Respeito aos Fundos, juntamente com o que os autores consideram “hibridismo da solução” (o fundo era indivisível, porém, a sua organização interna ficava alheia à organicidade), fomentaram a necessidade de um aperfeiçoamento do princípio, o que resultou no surgimento do método histórico, “que proclamava a ordem original, com base na história de cada instituição” (SILVA et al., 2002, p. 108). Daí inferimos que o não atendimento da organicidade em decorrência de métodos artificiais parece ter levado a o surgimento do Princípio de Respeito à Ordem Original foi.

Acerca da análise histórica do *record group* e da Teoria das Três Idades, os autores afirmam que o contexto do pós-guerra fez surgir o *record management* e o *pré-archivage*. Ambos abarcam conceitos fundamentais da Arquivologia. Porém, pecam por excessiva preocupação com questões parcelares do sistema (SILVA et al., 2002). Este posicionamento fraquejou o desenvolvimento da Arquivologia como uma disciplina autônoma, pois, na visão desses estudiosos, a distinção das várias fases da vida dos documentos trouxe uma perspectiva tecnicista e os arquivos intermediários passaram a ser “instrumentos de desarticulação da cadeia documental na sua natural evolução” (SILVA et al., 2002, p.136). Ainda nessa perspectiva, eles explicam que:

A existência de serviços complementares e de depósitos múltiplos torna-se compreensível face à dificuldade em reunir num só espaço físico toda a documentação arquivada por uma mesma entidade produtora. Contudo, a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por esta separação material. (SILVA et al, 2002, p. 155).

Nesse sentido, eles recorrem a Elio Lodolini<sup>111</sup>, que chama a atenção para as séries centenárias que requerem um método globalizado e não soluções que vão de encontro à ordem natural dos arquivos. Assim, os autores concluem:

Embora seja inevitável, em muitos casos, a separação material dos documentos e, em cada fase da vida dos arquivos haja operações específicas a ter em conta, isto não contraria a necessidade de uma metodologia integradora, sem a qual não serão inteligíveis os mecanismos internos que explicam a essência dos arquivos, **enquanto sistemas orgânicos**. (SILVA et al., 2002, p. 136).

---

<sup>111</sup> LODOLINI, Elio – Archivistica: principi e problemi. Milano: Franco Angeli, cop. 1984. (7ª ed. Ampl.:1995)

Lodolini também é lembrado pelo seu conceito operatório de *método*, identificado como o Princípio da Proveniência e do Respeito à Ordem Original, a fim de mantê-la, bem como para “atribuir sentido histórico a eventuais alterações na ordem interna dos documentos, ocorridas no contexto administrativo ou fora dele. Daí a designação de *método storico*” (SILVA et al., 1999, p. 168). Assim, Silva et al reconhecem a relevante contribuição do estudioso italiano para a Arquivologia, mas consideram que o método apresentado “parece esgotar-se numa leitura historicista do ato administrativo, deixando sem cobertura segmentos essenciais do processo arquivístico” (SILVA et al., 2002, p. 169).

Vejamos, pois, como a articulação das ideias relacionadas diretamente à organicidade repercute estruturalmente na Arquivologia. Os autores consideram que a Teoria das Três Idades (a nível técnico/operacional) ignora a naturalidade e a organicidade dos documentos. Além de não trazer significativas contribuições epistemológicas para a Arquivologia, ela teria freado o seu desenvolvimento rumo à autonomia no campo científico por não considerar o arquivo como um sistema orgânico. Novamente, os autores recorrem a Lodolini na sua argumentação em defesa da cientificidade da Arquivologia, no 9º Congresso Internacional de Arquivos: “pois, em sua opinião o arquivista usa uma metodologia científica no seu trabalho ao ter como objeto a reprodução das **conexões originais** entre os documentos” (SILVA et al., 2002, p. 157, grifos nossos).

A análise acerca do objeto da Arquivologia deixa ainda mais clara a relação entre a organicidade e a cientificidade da disciplina. As definições pelos dicionários de terminologia arquivística, não obstante algumas nuances de diferenciação, convergem para o entendimento de que ela é uma ciência com objeto próprio, o arquivo. Entretanto, os autores se posicionam criticamente diante das definições reduzem a Arquivologia a uma ciência instrumental, essencialmente técnica e intimamente relacionada ao conceito de “fundo”.

O seu principal problema reside, por um lado, na dependência estreita em relação à noção de fundo, que alguns arquivistas canadenses, muito lucidamente, têm tentado aproximar da configuração sistêmica e, por outro, na sobrevalorização da função serviço em detrimento das potencialidades epistemológicas da componente estrutural orgânica. (SILVA et al., 2002, p. 213).

Neste sentido, eles defendem a “teoria do arquivo total” como objeto da disciplina, reduzindo a ideia de fundo e alimentando a de sistema. Definem o arquivo não como o conjunto orgânico de documentos, mas como um “sistema (semi)-fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais –



a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores” (SILVA et al., 2002, p. 214).

Silva et al mencionam a obra de Terry Eastwood<sup>112</sup> sobre o conceito de “fundo de arquivo”, por ele considerado abstratamente e como um produto social da História. Assim, o fundo deve, segundo o autor, ser analisado conforme sua estrutura externa, que permite reconhecer e explicar as diversas relações de ordem administrativa que regem o modo de organização segundo o qual organismos e pessoas físicas exercem suas atividades e pela sua estrutura interna, a qual possibilita reconhecer os laços que existem entre os documentos tal como foi constituído. Tais preceitos nos veiculam a depreender um possível duplo grau da organicidade.

Terry Cook<sup>113</sup> (apud SILVA et al., 2002) é outro canadense lembrado na obra. Acerca da avaliação de documentos, Cook é defende que os arquivistas devem se desprender da análise do conteúdo para se preocuparem com o seu contexto, por nós entendido como organicidade. A obra de Nesmith<sup>114</sup>, outro pesquisador canadense também teve destaque na análise dos autores em torno da ressignificação do Princípio da Proveniência ante a realidade digital, aparentemente em crise com os princípios arquivísticos. Entretanto, os portugueses afirmam que os documentos digitais<sup>115</sup>:

[...] acabaram por contribuir para a sua consolidação e para uma fundamentação teórica mais consistente. A ideia de que a informação desligada do suporte físico passava a ser descontextualizada e era tratada apenas pelo seu conteúdo não faz sentido em termos arquivísticos, **pois o contexto da produção é um elemento fundamental para a análise**. A compreensão deste aspecto levou também ao desenvolvimento da investigação do que deve ser hoje a diplomática e a uma aplicação dos seus fundamentos aos suportes informáticos na era da eletrônica. (SILVA et al., 2002, p. 168, grifos nossos).

Uma década após a primeira publicação dessa obra, Silva (2009) afirmou que o paradigma pós-custodial, informacional e científico estaria emergindo e ganhando forma na era da informação:

À luz deste paradigma, **organicidade** não é sinónimo de discurso jurídico-administrativo e Arquivo deve cingir-se APENAS a duas acepções ou sentidos: (1) instituição pública e cultural do séc XIX e o serviço criado organicamente numa qualquer entidade estatal ou privada; e (2) sistema semifechado de informação produzida/recebida por uma entidade activa (ou desactivada), no

---

<sup>112</sup> EASTWOOD, Terry. *The Archival Fonds: from Theory to Practice*. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists, 1992.

<sup>113</sup> COOK, Terry. *Documentation Strategy Archivaria*. Ottawa. 34 (SUMMER, 1992) 181-191.

<sup>114</sup> NESMITH, Tom. *Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance*. Metuchen, NJ, 1993.

<sup>115</sup> Os autores usaram o termo “documentos eletrônicos”. Entretanto, consideramos a atualização do termo para “documentos digitais”.

decurso da sua actividade em cumprimento dos seus objectivos gerais e específicos. (SILVA, 2002, p. 51, grifo nosso).

Ainda na defesa de que a Arquivologia seja uma das Ciências da Informação, o autor afirma que essa disciplina é constituída por três grandes áreas, a saber: Produção/gestão da informação; Organização e representação (instrumentos de pesquisa e metadados); Comportamento Informacional (necessidades, práticas de acesso e uso da informação nos mais diversos contextos). Na sua visão integradora, ele defende que “a área da produção tem diretamente a ver com **organicidade** (toda a Informação é orgânica) e memória orgânica, com contexto e meio ambiente” (SILVA, 2002, p. 51, grifo do autor). A Gestão da informação, por sua vez:

[...] compreende uma vasta problemática ligada à produção da informação (do meio ambiente à estrutura produtora, a operacionalização e utilidade da memória orgânica, os actores, os objectivos, as estratégias e os ajustamentos à mudança) em contexto orgânico institucional e informal. (SILVA, 2002, p. 51).

Essas considerações parecem contraditórias, uma vez que, embora considere a organicidade como conceito fundamental e diferenciador da Arquivologia no campo científico (Bourdieu, 2004), Silva (2009) mantém-se na posição de que a Arquivologia seja uma subárea das ciências da informação.

#### 4. CONSTRUCTOS TEÓRICOS NACIONAIS ACERCA DA ORGANICIDADE

Este capítulo busca identificar o pensamento dos autores brasileiros sobre a organicidade. Novamente, conduziremos a nossa análise conforme os três objetivos específicos propostos: mapeamento dos conceitos, definições e enunciados relacionados à organicidade; das suas variações linguísticas e semânticas, e das suas relações com o Princípio da Proveniência e com as funções arquivísticas. A finalidade é identificar o que foi enunciado nos manuais brasileiros acerca da organicidade, seus sentidos, evidências e relações.

A compreensão da trajetória da Arquivologia no Brasil está ligada à história do país. Nossos colonizadores, Portugal e Espanha, trouxeram antigos padrões da igreja católica, a qual detinha, além do papel espiritual, as atividades intelectuais. Nesse contexto, o país ainda não possuía contatos com outras culturas, o que intensificava a sua situação retrógrada em relação a outros países. Enquanto isso, o cenário internacional era marcado pela institucionalização da ciência europeia com a *Royal Society*, na Inglaterra, e a *Académie des Sciences*, na França. Do século XVII, podemos destacar a publicação do *De Re Diplomática Libri VI*, obra que, ainda que fundamentada na Diplomática, se constitui em uma das sustentações teórico metodológicas da Arquivologia. No século XVIII, marcado pela Revolução Francesa, a constituição dos arquivos nacionais foi um marco importante de consolidação democrática, impulsionado por um espírito de nacionalismo (MARQUES, 2011).

No Brasil, o desenvolvimento técnico-científico dava passos lentos. Nem mesmo a atuação de Dom João VI, como, por exemplo, o lançamento das bases para as escolas técnico-profissionais, a transformação dos velhos hábitos coloniais e a emancipação política do País (1822) foram capazes de mudar o cenário de falta de renovação: “É nesse contexto, do Brasil Império, que o Arquivo Nacional é criado, em 1838, sob a denominação Arquivo Público do Império” (MARQUES, 2011, p. 200).

É importante destacar que alguns anos depois, em 1841, foi anunciado o fundamento teórico da Arquivologia, a ideia do que mais tarde seria o Princípio de Respeito aos Fundos, ou Princípio da Proveniência. Contradições sobre as origens e repercussões deste princípio à parte, esse marco deve ser considerado no âmbito da análise da construção da Arquivologia a nível mundial.

A França e a Alemanha marcaram presença enquanto colonizadores do Brasil nesse cenário de desenvolvimento e, também, da Arquivologia, pois, ainda que com atrasos, foram responsáveis pela nossa adoção de modelos intelectuais e institucionais. Nesse período, em 1873, Machado Portela, diretor do Arquivo Nacional do Brasil à época, apresentou, em seu primeiro relatório, a necessidade do estabelecimento de uma Escola de cartas ou de aula de diplomática e paleografia (MARQUES, 2011), marcando o início de uma longa trajetória para o estabelecimento de cursos para a formação de arquivistas no país.

Enquanto o Brasil desenvolvia-se a conta-gotas, mais uma vez destacamos um marco para a Arquivologia internacional, a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, em 1898, que, como já mencionamos, destaca-se por apresentar a Arquivologia enquanto disciplina.

Voltando ao contexto brasileiro, tratativas e tentativas foram realizadas ao longo da história para o fortalecimento institucional do Arquivo Nacional e, da mesma forma, para a profissionalização do arquivista.

No caso brasileiro, o século XIX representa o aparecimento tímido de organizações voltadas ao estudo da história, ainda que arquivos sejam criados nesse período. É durante o século XX que uma infraestrutura universitária e, portanto, uma historiografia brasileira, irá ser criada e institucionalizada. (BARROS, 2015, p. 185).

Destacamos o empreendimento de esforços do Arquivo Nacional para trazer ao Brasil renomados arquivistas e autores internacionais da Arquivologia, o que contribuiu para importantes interlocuções a partir do século XX. “Eles levaram o saudável exercício da alteridade ao seu ponto máximo, chegando a comentar, em detalhes, a situação arquivística brasileira, propor soluções práticas e, até mesmo, desenvolver categorias teórico-explicativas dos problemas que presenciaram” (LOPES, 2009, p.60).

Marques (2011) mapeou essas visitas e apresentou as contribuições dos visitantes, conforme quadro 5. Diante desse quadro, podemos observar as contribuições desses atores estrangeiros para os arquivos e a Arquivologia brasileira, marcando o cruzamento de histórias (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), práticas e pensamentos na construção da arqueologia dos saberes arquivísticos (FOUCAULT, 2005). Dentre eles, lembramos a vinda de Schellenberg ao Brasil, fato que já mencionamos na análise da sua obra na seção 3.5.

Além disso, gostaríamos de sublinhar o período de realização de muitas dessas visitas, o ditatorial, marcado pelo viés autoritário característico do regime.

**Quadro 5:** Visitas de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil (1944-1987).

VISITANTE	DATA DA VISITA	CONTRIBUIÇÕES
Charles Lyon Chandler (historiador norte-americano)	1944	Conferência no AN; mediação junto ao Diretor do Arquivo Nacional de Washington para prestar informações arquivísticas de interesse para o Brasil.
Roscoe Hill e Allan K. Manchester (norte-americanos)	1954	Palestras divulgadas integralmente na imprensa periódica por meio de transcrição.
John P. Harrison (especialista em assuntos latino-americanos do Arquivo Nacional dos Estados Unidos)	1955 e 1956	Primeira visita: palestra ilustrada sobre a organização e as funções do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da Unidos no Rio de Janeiro e São Paulo; conferências informais com historiadores interessados nos registros relativos ao Brasil que se encontravam naquela instituição; estudo dos materiais existentes nos arquivos brasileiros que fossem de interesse para os estudiosos nos Estados Unidos; acordos com o Brasil para o intercâmbio de microfilmes e outras cópias de documentos. Sua segunda visita tem por fim a cooperação cultural no uso internacional de documentos históricos e exibição do filme sobre o Arquivo Nacional dos Estados Unidos.
Henri Boullier de Branche (professor francês)	1959	Diversos cursos ministrados no preparo de pessoal para trabalhar em arquivos (Curso de Aperfeiçoamento para pessoal de arquivos, organizado por intermédio do DASP; treinamento destinado aos servidores do AN, com o aproveitamento de material do seu próprio acervo); planejamento e início do levantamento de vários fundos; organização de um repertório de toda documentação da Marinha de Guerra existente no AN; revisão de diversas coleções de documentos históricos; e intermediação para a tradução de obras francesas no Brasil.
Theodore Roosevelt Schellenberg (professor e vice-diretor do Arquivo Nacional Americano)	1960	Orientações sobre o estabelecimento de uma política de arquivos, definindo a posição do AN na estrutura governamental, tendo em vista a defesa e administração dos documentos públicos e da criação de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; visita a arquivos; palestras sobre assuntos de sua especialidade.
René Maheu (Diretor da UNESCO)	1971	Dentre os assuntos tratados com o diretor do AN, destacam-se as necessidades da instituição, inclusive quanto aos problemas de aperfeiçoamento de pessoal e outras formas de assistência técnica por meio do ICA.
Elio Lodolini (Arquivo do Estado de Roma)	1971 e 1972	Em missão da OEA / ICA, quando visita cinco países da América Latina, Lodolini observa a evolução das instituições arquivísticas brasileiras, sobretudo do AN. Ressalta os resultados positivos alcançados pelos cursos promovidos por essa instituição. Chega a publicar um artigo, numa revista italiana, sobre suas impressões acerca dos arquivos e da Arquivologia no Brasil (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b). Reconhece a importância do MAN.
Vicenta Cortés Alonso (diretora do Gabinete de Documentação da Biblioteca e Arquivo do	1972	Em missão da OEA, visita o AN, fazendo alguns contatos e entrevistas, tendo em vista a criação da Escola Multinacional de Arquivistas num dos países americanos, no âmbito do programa assistencial dessa Organização.

VISITANTE	DATA DA VISITA	CONTRIBUIÇÕES
Ministério da Educação e Ciência da Espanha)		
Frank B. Evans (presidente da <i>The Society of American Archivists</i> e diretor do Programa Latino Americano para 1974 da NARS)	1974	Viagem de estudos promovida pela <i>The Society of American Archivists</i> , iniciada em Lima, tendo em vista um contato mais direto e melhor conhecimento das fontes documentais representadas pelos arquivos, bibliotecas e instituições congêneres da América Latina.
Vicenta Cortés Alonso	1975	Antes de seguir para a Argentina, onde ministraria um curso sobre Planejamento e Organização de Arquivos, na Escola Multinacional de Córdoba, Cortés Alonso fica no Brasil uma semana. Visita o AN algumas vezes (que já conhecia há três anos), chegando a proferir uma conferência sobre “O terceiro mundo dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 1975d, p. 11-12). Também visita Brasília para conhecer o projeto do novo prédio do AN.
Frank B. Evans (funcionário do <i>National Archives</i> de Washington)	1976	Vem ao Brasil a convite da AAB, quando visita os arquivos brasileiros e sugere que o País observe as soluções encontradas pelos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá quanto ao problema de espaço. Tece, ainda, recomendações sobre a transferência do AN para Brasília, a preservação e conservação de documentos, além do uso de microfimes. Participa do Curso Técnico de Arquivo, promovido pela AAB no Rio de Janeiro e em Brasília.

Fonte: Marques (2011, pp. 209-211).

Além das visitas internacionais, a década de 1970 possui outros marcos: criação da AAB (1971); realização do I CBA pela AAB (1972), com a proposta e posterior aprovação de um currículo mínimo para os cursos de Arquivologia; reconhecimento do mandato de curso superior para o CBA (1974); transferência do CBA para a FEFIERJ (1977); promulgação da lei de regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo (1978); criação dos cursos de Arquivologia na UFSM (1976) e na UFF (1979).

Diante desse panorama, identificamos que a Arquivologia no Brasil é fortemente marcada por contribuições internacionais, advindas, sobretudo, de iniciativas do Arquivo Nacional e caracterizadas por intercâmbios práticos e teóricos, como a historicista da Europa; a norte-americana, mais voltada para a gestão da informação, e a canadense, que apresenta a proposta da arquivística integrada. Marques (2007; 2011) comprovou essa afirmação em seus estudos e, em uma amostra realizada em publicações do ENANCIB, sobre a qual ela conclui:

A grande ocorrência dos autores canadenses nas referências bibliográficas das comunicações apresentadas no ENANCIB parece demonstrar, nessa pequena amostra, que os pesquisadores brasileiros acompanham, mesmo que um pouco atrasados, a evolução das tendências históricas internacionais. (MARQUES, 2011, p. 264).

O pensamento nacional foi considerado a partir da análise de quatro obras. A primeira delas representa as definições de Bellotto (2010) em importantes considerações sobre a diplomática, a tipologia documental e, especialmente em destaque para este trabalho, a definição do Princípio da organicidade. Jardim (1995) contextualiza a relação entre o Brasil e a sua política pública arquivística. Rondinelli (2002) apresenta os resultados de sua dissertação à qual contempla um panorama dos projetos internacionais e nacional acerca do gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos e, por fim, Lopes (2009) traz um ar de modernização à profissão, a partir de uma revisão de literatura à qual o Arquivista hermeneuta deve se adequar.

#### **4.1. Arquivos permanentes: tratamento documental (BELLOTTO, 1991)**

Heloisa Liberalli Bellotto é bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP) possui licenciatura e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e é especialista em Arquivística pela *Escuela de Documentalistas* (Madri, Espanha). Foi professora do curso de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e dos cursos de Arquivologia da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal). Ministra cursos e conferências e participa de congressos em países da América do Sul, África e Europa. É autora de livros e artigos nas áreas de História e de Arquivologia e tem assessorado projetos de organização de arquivos em todo o país (BELLOTTO, 2019).

Redigido por uma autora de competência internacionalmente reconhecida, o manual de Bellotto é referência no âmbito da Arquivologia brasileira. A primeira edição foi publicada em 1988 e foi, essencialmente, dedicado ao tratamento de arquivos permanentes, o que condiz com o título da obra. A autora destaca que um capítulo de sua publicação anterior que apresentava representações sobre tipologia documental da década de 1980 acabou ficando sem sentido a partir da “difusão das contribuições revolucionárias de Luciana Duranti e de Paola Carucci no terreno da moderna diplomática” (BELLOTTO, 2006, p. 18),

estudiosas que lançaram novos olhares ao documento, aliando a estrutura e a sua natureza ao Princípio da Proveniência e ao contexto de sua produção. Essa afirmação nos remete às contribuições europeias e canadenses para a construção da Arquivologia no Brasil, lembradas pela autora ao longo da sua obra em diversas menções que faz a estudiosos internacionais.

O manual de Bellotto é reconhecido por retomar conceitos da Diplomática e da tipologia documental. Ela afirma que, enquanto a disciplina considera a espécie documental isoladamente, a análise tipológica leva em conta o conjunto orgânico de documentos. Para melhor compreensão da análise tipológica, a autora sente necessidade de retomar os princípios fundamentais da Arquivologia, que a identificam diante das demais ciências documentárias (BELLOTTO, 2006). Dentre eles, a estudiosa apresenta o Princípio da Organicidade, como uma qualidade dos documentos de arquivo.

Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. **Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.** (BELLOTTO, 2006, p. 88)

As definições dos demais princípios contemplam, direta ou indiretamente, a organicidade.

1. Princípio da proveniência: [...] Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu **contexto orgânico** de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outras de origem distinta.
- [...] 3. Princípio da unicidade: não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu **contexto de produção**.
4. Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística: [...] deriva do princípio da proveniência.
5. Princípio da cumulatividade: o arquivo é uma formação progressiva, natural e **orgânica**. (BELLOTTO, 2006, p. 88).

Diante dessas definições perguntamos: se a organicidade é a base conceitual que sustenta os demais princípios apresentados por Bellotto, estes outros podem mesmo ser considerados princípios? Ou são características que, juntas, definem a organicidade ou Princípio da organicidade? Com base na nossa pesquisa, entendemos que eles auxiliam na construção do conceito de organicidade possuindo com ele (o conceito) relação de implicação (DAHLBERG, 1978).



Alinhada ao discurso internacional, Bellotto aponta a relevância da organicidade para o documento de arquivo, o qual “só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador” (BELLOTTO, 2006, p. 88). No âmbito do que fazer arquivístico, a organicidade também possui papel central, pois, se ao receber um documento, o arquivista souber, a partir da identificação da tipologia e das funções, “qual seu papel na teia **orgânica** da administração a que o arquivo serve, as tarefas de classificação e de ordenação tornam-se automáticas” (BELLOTTO, 2006, p. 31).

O conceito de “fundo de arquivo”, o Princípio da Proveniência e a organicidade possuem tanta relação que é muito tênue a linha que os distingue, conforme podemos inferir da afirmação da autora: “O fator norteador da constituição do fundo é a origem do documento, no sentido do contexto de sua gênese” (BELLOTTO, 2006, p. 162) e “o fundo de arquivo não existe sem que seja aplicado o princípio da proveniência” (COUTURE; ROUSSEAU<sup>116</sup> apud BELLOTTO, 2006, p. 163).

As variações linguísticas e os termos fortemente relacionados à organicidade foram explicitados a partir das considerações de Duranti<sup>117</sup> de que as ideias teóricas da Arquivologia, a partir do século XIX, principalmente depois da década de 1940, já haviam sido repetidamente formuladas e articuladas. Em todas elas destacamos os sentidos de organicidade:

- arquivo como *universitas rerum*, isto é, como um todo indivisível e inter-relacionado das ações do seu criador;
- documentos arquivísticos como meios naturais, imparciais, autênticos interdependentes e únicos, resíduos e **evidências** das atividades de seu criador;
- **conexão arquivística** como o **vínculo original** e necessário entre os documentos arquivísticos, determinado pelas funções, competências e atividades que os geraram;
- trabalho arquivístico como centrado primariamente no respeito e preservação dos fatos **evidenciados** pelos documentos, na integridade física e intelectual dos documentos como tais; na sua proveniência e ordem; na sua capacidade para servir como **evidência** e garantia de responsabilidade administrativa, legal, histórica; e no seu caráter de fontes gerais para qualquer uso, interesse e pesquisa. (BELLOTTO, 2006, p. 163, grifos nossos).

---

<sup>116</sup> COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. *Les archives au XXème siècle: une reponse aux besoins de l’administration e de la recherche*. Montreal: Université de Montréal, 1987.

<sup>117</sup> DURANTI, Luciana. *A ciência arquivística*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba: [s.ed.], 1994.

A organicidade permeia todo o discurso de Bellotto, desde a apresentação dos princípios da área, até as técnicas e os métodos, conforme demonstrado no quadro 6, o que reitera e valida sua tese principiológica da organicidade.

**Quadro 6:** A organicidade na visão de Bellotto (2006).

Conceito	Definição	Relação entre a organicidade e o conceito
Documento de arquivo	“Só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu. Seu conjunto tem de retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador” (p. 28).	Relação <b>implícita</b> . Porém, a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Princípio da Proveniência	“Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, <b>dentro de seu contexto orgânico</b> de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outras de origem distinta” (p. 88).	Relação <b>explícita</b> e a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Princípio da Unicidade	“[...] não obstante sua forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu <b>contexto</b> de produção” (p. 88).	Relação <b>implícita</b> , mas, a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Princípio da Indivisibilidade ou Integridade Arquivística	“[...] deriva do princípio da proveniência. ” (p.88).	Relação <b>implícita</b> , em que a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Princípio da Cumulatividade	“ [...]o arquivo é uma formação progressiva, natural e <b>orgânica</b> . É a sedimentação de que fala Lodolini” (p. 88).	Relação <b>explícita</b> e a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Fundo	“[...] o fator norteador da constituição do fundo é a origem do documento, no sentido do <b>contexto</b> de sua gênese” (p.162).	Relação <b>implícita</b> e a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Análise tipológica	“A análise diplomática tomava a espécie isoladamente, mas a análise tipológica vai buscá-la em seu conjunto <b>orgânico</b> , atingindo, já então, o tipo” (p.89).	Relação <b>explícita</b> e a organicidade é <b>condicionante</b> à sua existência.
Atividades do arquivista relacionadas à classificação e ordenação	“Se, ao receber documentos, ainda na fase corrente, o arquivista souber [...] qual seu papel na teia orgânica da administração a que o arquivo serve, as tarefas de classificação e de ordenação tornam-se automáticas” (p.31).	Organicidade como a base <b>essencial</b> da atuação do arquivista nas atividades de classificação e ordenação

Fonte: elaboração própria, com base em Bellotto (2006).

#### 4.2. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil (JARDIM, 1995)

José Maria Jardim nasceu em 1956 em Niterói, Rio de Janeiro. Formou-se em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1978. Iniciou sua carreira arquivística participando de programas de estágio em várias instituições enquanto ainda era estudante. Especializou-se em Documentação Científica pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1980. Concluiu seu mestrado (1994) e doutorado (1998) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Jardim trabalhou no Programa de Modernização do Arquivo Nacional do Brasil em 1981 e, após participar deste programa, atuou na coordenação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) (DURANTI; FRANKS, 2016).

Em sua larga construção de experiências arquivísticas, Jardim investiu esforços em interlocuções internacionais, a partir de estágios na Europa e Inglaterra (entre 1982 e 1983). Em 1985, ele viajou para os Estados Unidos e para o Canadá para aprofundar seus conhecimentos em gestão de documentos. “Essas visitas deram a ele a oportunidade de escrever estudos comparativos sobre modelos de arquivos norte-americanos e europeus” (DURANTI; FRANKS, 2016, p. 316, tradução nossa). Em 1987, foi designado para participar do Comitê de Arquivos do ICA. Sua carreira seguiu em participações e contribuições para a Arquivologia e atualmente ele é Professor Associado IV da UNIRIO<sup>118</sup>.

Na obra em análise, Jardim (1995) não explicitou um conceito de organicidade, nem o fez de modo indireto por meio de termos relacionados. Contudo, é possível relacionar suas ideias com o nosso objeto de pesquisa. Dentre um vasto referencial teórico para embasar seus preceitos para o autor tudo é sistema e essa “sistematicidade” das coisas fica mais evidente “se reconhecermos que as ‘substâncias’ ou ‘entidades’ estudadas por várias disciplinas científicas — ‘partículas’ nucleares, átomos, moléculas, sistemas solares, células, órgãos, organismos, comunidades ecológicas, sociedade — são todas subordináveis a uma definição de sistema” (BUCKLEY<sup>119</sup> apud JARDIM, 1995, p.29).

Inevitavelmente, correlacionamos essas considerações à organicidade, entendendo que a defesa de Jardim parte da ideia orgânica e natural das coisas. Nesse sentido, para ratificar a tese de que “A essência do enfoque sistêmico, portanto, é a confusão tanto quanto

---

<sup>118</sup> Informações contidas no seu currículo lattes, disponível em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780256E7>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>119</sup> BUCKLEY, Walter. *A Sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo: Cultrix, 1976.

o esclarecimento. Os dois são aspectos inseparáveis da vida humana” (CHURCHMAN<sup>120</sup> apud JARDIM, 1995, p. 29). Os documentos são oriundos de um sistema ou de vários sistemas, a depender do contexto de análise. A natureza do conceito de organicidade está para o que é natural e humano assim como o conceito de sistema.

A justificativa para a instituição do SINAR, tal como Jardim defende, conduz a mais uma possibilidade de relacionamento com a organicidade, pois esse sistema é defendido “em nome das noções de unidade e indivisibilidade do patrimônio documental” (JARDIM, 1995, p. 81). Cada documento é único e indivisível tendo em vista o conjunto de relações que ele possui, o que, mais uma vez, nos remete ao sentido de organicidade.

#### **4.3. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos (RONDINELLI, 2002)**

Rosely Curi Rondinelli<sup>121</sup>, atualmente aposentada da Fundação Casa de Rui Barbosa, atuou como membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). É mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2002) e doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF (2011). Integrou a equipe brasileira do projeto InterPARES, fase 3, *Team Brazil*, de 2005 a 2012. É autora do livro “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos” (RONDINELLI, 2005), considerado por Marilena Leite Paes como a primeira publicação em língua portuguesa que relaciona princípios e conceitos arquivísticos com documentos eletrônicos; e, também, do livro “O documento arquivístico ante à realidade digital: uma revisão conceitual necessária” (RONDINELLI, 2013).

O objeto de estudo de Rondinelli é o documento eletrônico, contextualizado em uma discussão maior sobre a relação entre a Arquivologia e a Tecnologia da Informação, permeada pelos conceitos da Diplomática, que posicionam o documento de arquivo como fonte de prova. A estudiosa ressalta que a grande problemática dos documentos eletrônicos é que a sua estrutura lógica e dinâmica levaram a “uma visão equivocada de potencialização da informação em detrimento do documento propriamente dito” (RONDINELLI, 2005, p. 125).

---

<sup>120</sup> CHURCHMAN, C.W. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>121</sup> Informações contidas no seu currículo *lattes*, disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780299Z5>> Acesso em: 05 mai. 2019.

A autora ratifica o que fora afirmado por Duranti e MacNeil<sup>122</sup> (apud Rondinelli, 2005) e, também, por Bellotto (2010) sobre a Diplomática, que se atenta aos documentos em sua individualidade, enquanto a Arquivologia “trata do **conjunto de documentos orgânicos**, ou seja, dos arquivos” (RONDINELLI, 2005, p. 46). Assim, no primeiro caso, o documento é tradicionalmente estudado como evidência, “porque a Diplomática foi feita para olhar os documentos retrospectivamente, como fonte de prova de fatos que precisavam ser demonstrados” (DURANTI<sup>123</sup> apud RONDINELLI, 2005, p. 47).

A autora destaca as considerações de Bearman (1992)<sup>124</sup> de que as novas formas de comunicação, centradas nos sistemas eletrônicos integrados, tem afetado o funcionamento das mensagens das instituições burocráticas ao redor do mundo. Isso devido ao alto grau de informalidade, capaz de comprometer o referencial contextual dos documentos, por nós entendido como a organicidade. Por esse motivo, para Bearman há certo anarquismo na tecnologia da informação “que desafia as instituições contemporâneas a utilizá-lo em seu próprio benefício” (RONDINELLI, 2005, p. 55).

Essa percepção com relação à tecnologia da informação reforça a necessidade de estudos acerca dos documentos eletrônicos e, por esse motivo, Rondinelli (2005) elenca os elementos constitutivos desses documentos, os quais ela afirma serem os mesmos dos documentos convencionais, quais sejam: suporte, conteúdo, forma ou estrutura, ação, pessoas, relação orgânica e contexto.

Dentre os elementos elencados, destacamos três: a ação, a relação orgânica e o contexto. A ação, por ser “O componente central de um documento arquivístico” (RONDINELLI, 2005, p. 57), configurando-se como “qualquer exercício de vontade que visa criar, mudar, manter ou extinguir situações” (MACNEIL<sup>125</sup> apud RONDINELLI, 2005, p. 57), ou seja, o que fecunda a organicidade. A segunda, relação orgânica, por ser “um princípio muito caro à Arquivologia, segundo o qual o documento arquivístico se constitui num complexo de documentos que se inter-relacionam” (RONDINELLI, 2005, p. 58). Este conceito, além da Organicidade, possui forte ligação, se não pudermos considerá-lo como sinônimo, com relação de identidade, de acordo com Heckhausen (1972), do conceito de

---

<sup>122</sup> DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heither. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*. Ottawa (42):46-67, Fall 1996.

<sup>123</sup> DURANTI, Luciana. *Diplomatics: new uses for an old Science*. Society of American Archivists, Maryland, 1998.

<sup>124</sup> BEARMAN, David. Diplomats, Webwriar bureaucracy, and the management of electronic records in Europe and America. *The American Archivist*. Chicago, v. 55, n. 1, p. 168-181, 1992.

<sup>125</sup> MACNEIL, Heither. *Trusting records: legal, historical and diplomatical perspectives*. Dordrecht, Kluwer Academic, 2000.

*Archival Bond*, preceituado por Duranti (1997), pois, “Na relação orgânica, cada documento está ligado ao anterior e ao subsequente na medida em que resulta de uma mesma atividade” (RONDINELLI, 2005, p. 59), isto é, o que compreendemos como perspectiva horizontal da organicidade. Além disso, remetendo à perspectiva verticalizada dessas relações, ela afirma que “se manifesta no arranjo físico, no protocolo e no código de classificação de documentos, o qual torna explícita a relação entre o documento e a ação que o gera” (RONDINELLI, 2005, p.59).

Por último, o contexto, é aquele que “se traduz no ambiente no qual a ação geradora do documento acontece” (RONDINELLI, 2005, p. 59). Subdivide-se em: contexto jurídico-administrativo (sistema legal e organizacional pertencente à instituição criadora do documento); contexto de proveniência (a própria instituição traduzida em sua missão, estrutura organizacional e funções); contexto de procedimentos (ações preestabelecidas geradoras dos documentos) e contexto documentário (refere-se ao documento juntamente com os seus elementos constitutivos).

Como já identificamos anteriormente, contexto e relação são termos fortemente relacionados à organicidade, conforme também reiterado por, sobretudo quando a relação é especificada como orgânica e ainda definida como um princípio arquivístico. Em outro momento, já nas considerações finais da obra, a autora ressalta que o Princípio da Relação Orgânica, juntamente com o método diplomático de decomposição do documento arquivístico e com os conceitos de fidedignidade e autenticidade, formam o conjunto de concepções e mecanismos necessários para a construção de sistemas eletrônicos de gerenciamento arquivístico para a criação de documentos confiáveis.

Rondinelli analisou três iniciativas internacionais e uma brasileira a respeito de gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. O projeto da Universidade de Pittsburgh, modelo dos Estados Unidos, tem como base o entendimento de que as transações registradas devam servir como prova. Nesse sentido, Cox (1995)<sup>126</sup>, um dos responsáveis pelo projeto, “considera um equívoco o empenho dos arquivistas em preservar bases de dados estatísticas isoladas, isto é, **descontextualizadas** do restante do acervo da instituição que as criara e mantidas unicamente com propósitos informacionais” (RONDINELLI, 2005, p. 79, grifo nosso). Tendo como base os requisitos funcionais e, também, as regras de produção, foi, então, definido um conjunto de metadados necessários para identificar cada documento, a partir da perspectiva do “documento *continuum*”, ou seja, sem diferenciá-lo

---

<sup>126</sup> Não localizamos a referência bibliográfica.

pelas etapas do ciclo vital. Foram propostas seis camadas, dentre as quais, a camada quatro é o “**contexto**”.

Já o modelo canadense da Universidade de British Columbia parte da perspectiva do referido ciclo e, ao considerar os princípios e conceitos arquivísticos, a equipe do projeto, liderada por Luciana Duranti, desenvolveu “uma série de hipóteses articuladas em oito modelos que identificavam os componentes necessários e suficientes de um documento em ambiente tradicional e eletrônico” (RONDINELLI, 2005, p. 91). A relação orgânica é tida como um componente necessário dos modelos de constituição do documento arquivístico em ambiente tradicional e em meio digital.

No caso da experiência australiana, o processo de gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos decorreu da revisão da política de gerenciamento arquivístico dos documentos das instituições públicas da Austrália, a partir de relatórios de auditores que identificaram falhas na qualidade dos documentos produzidos pelas instituições governamentais, que poderiam comprometer a capacidade de produção de provas confiáveis e duradouras. David Bearman<sup>127</sup> promoveu um workshop - “Entendendo sistemas de gerenciamento arquivístico de documentos”, em 1993 -, em que apresentou o modelo do projeto da Universidade de Pittsburgh (EUA), do qual ele fazia parte. Dessa apresentação, mais tarde resultou um conjunto de normas para gerenciamento arquivístico de documentos, convencionais e eletrônicos, a nível nacional. Dentre essas normas, foi elaborado o *Designing and implementing recordkeeping systems* (Dirks), manual para gerenciamento arquivístico de documentos. Nele, a análise das funções e atividades é recomendada como a primeira etapa da metodologia e, “Para o manual australiano, o gerenciamento arquivístico por funções facilita a avaliação, **contextualiza** melhor os documentos e permite maior acessibilidade” (RONDINELLI, 2005, p. 110, grifo nosso).

A partir dessas análises, vemos como a organicidade e os seus sentidos circundam o discurso da área, ainda que este esteja voltado para os documentos em suporte digital ou eletrônico. Ou, talvez até, na contramão dos discursos que realçam as fragilidades teóricas arquivísticas, esse novo suporte reafirme ainda mais os conceitos da área.

A comunidade arquivística internacional reconhece que os projetos acadêmicos fornecem respostas consistentes à pergunta sobre como fazer o gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos ou como criar e manter documentos eletrônicos arquivísticos fidedignos e autênticos. Tal resposta interessa a advogados, historiadores e ao modelo burocrático das instituições contemporâneas.

---

<sup>127</sup> BEARMAN, David. Record-keeping systems. *Archivaria*. Ottawa (36): 16-36, 1993.

Outro fator reconhecido pela referida comunidade é que, no tocante aos fundamentos arquivísticos, a busca por essa resposta – tendo como um de seus cenários a ciência da informação – implicou muito mais mudança incremental do que mudança radical, o que só comprova a solidez dos princípios e conceitos da Arquivologia. (RONDINELLI, 2005, p. 128).

#### 4.4. A nova arquivística na modernização administrativa (LOPES, 2009)

Luís Carlos Lopes<sup>128</sup> nasceu em 1951, na cidade do Rio de Janeiro. Tinha graduação em História pela UERJ (1978), mestrado e doutorado em História Social, o primeiro pela UFRJ (1984) o segundo pela USP (1992). Fez dois pós-doutorados no exterior: um em Ciências da Informação, na Universidade de Montreal (Canadá, 1997-1998) e outro em Comunicação, na Universidade Paris 1 (Sorbonne/França, 2003-2004). Em 1995 iniciou sua trajetória como docente no Instituto de artes e Comunicação social da UFF.

Lopes publicou duas obras, em 1996<sup>129</sup> e 1997<sup>130</sup>, que são parte do seu manual publicado em 2009. No prefácio, Bellotto (2009) destaca que o livro é a junção acrescida de novas contribuições dos trabalhos já publicados por ele e é por essa razão que optamos por analisar esta última obra, em vez das outras separadamente, que fazem parte do rol de manuais levantados por Marques (2011).

O autor defende uma atuação inovadora e hermenêutica<sup>131</sup> do arquivista. Para que haja uma melhoria no cenário arquivístico, é necessário investir em pesquisa teórica, experimentação prática e ensino e, para isso, segundo ele é preciso uma aproximação da bibliografia internacional, diante da necessidade “de um maior intercâmbio que traga ar puro para a nossa realidade” (LOPES, 2009, p. 35). Entretanto, Lopes ressalva que antes de partir para o ensino e de produzir ideias, o autor atua como arquivista, “tratando arquivos reais, vivendo situações concretas e agindo como profissional da área”, o que descarta qualquer possibilidade de subordinação da Arquivologia nacional à do exterior.

Sei que a arquivística não é um campo de trabalho e de conhecimento distante da realidade histórica dos países. Portanto, qualquer tentativa de transpor mecanicamente o que dá certo em outros lugares poderá esbarrar em uma realidade

---

<sup>128</sup> Informações do autor disponíveis em

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783291H5>> Acesso em: 04 jun. 2019.

<sup>129</sup> LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996. 142p.

<sup>130</sup> LOPES, Luís Carlos. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

<sup>131</sup> O autor esclarece que a hermenêutica é a arte de compreender corretamente o discurso do outro. Assim, o arquivista hermeneuta “é questionador, inquieto, indagador, observador. No entanto, seus questionamentos não se desvinculam dos princípios e metodologias genuínas ao seu trabalho documental” (BELLOTTO, 2000, p. 14).



distinta, e não funcionar. Por isso, acredito que os problemas arquivísticos *daqui* têm de encontrar soluções *aqui*, sem negar as suas diversas dimensões espaciais. (LOPES, 2009, p. 36, grifos do autor).

Nessa perspectiva, Lopes afirma que o entendimento da informação como “principal objeto de trabalho leva à necessidade de compreensão, pelos profissionais de arquivo, sobre o que é informação arquivística” (LOPES, 2009, p. 39) e, conseqüentemente, o que vem a ser “arquivo”.

Lopes define “arquivo” como: “acervos compostos por **informações orgânicas** originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam gravação eletrônica, mensurável por sua ordem binária (*bits*) (LOPES, 2009, p. 40, grifos nossos). Suscita-nos questionamentos sobre o fato de o autor delimitar o conceito aos dois suportes (convencional ou eletrônico) e não especificar o que vem a ser suporte convencional.

A nossa dúvida permanece na explicação do autor sobre a sua proposição, que, segundo ele, liberta o conceito tradicional de conceber o documento como o objeto de estudo da Arquivologia e valoriza a informação “sem perder de vista a sua organicidade”. E, assim, ele esclarece que as informações arquivísticas não se limitam às textuais e isso abre “novas possibilidades de considerar como documentos de arquivo registros em suportes os mais diversos, como, por exemplo: lâminas preparadas para microscopia, portadoras de informações orgânicas, no caso de fazerem parte de dossiês de pesquisa” (LOPES, 2009, p. 40). Lâmina não é suporte convencional, tampouco permite gravação eletrônica, mas, no caso exemplificado, trata-se de informação orgânica registrada.

Não é possível concluir se Lopes não considera a organicidade como condição suficiente para definir um documento arquivístico – embora ele tenha afirmado que a informação orgânica e registrada seja o objeto de estudo da Arquivologia (LOPES, 2009, p.98) – ou se ele limita essa condição à natureza física do objeto. Caso seja a última situação, importa destacarmos que a afirmação do autor contradiz a definição de que a existência de um arquivo independe do suporte da informação ou a natureza dos documentos, tal como aparece nos dicionários da área (CAMARGO; BELLOTTO, 1996; ARQUIVO NACIONAL, 2005) e na Lei de Arquivos brasileira (BRASIL, 1991). Ainda nesse contexto de análise de suporte, ele exemplifica:

Um busto de bronze ou uma velha máquina de escrever podem ser vistos como documentos, por conterem, em determinado contexto de uso, um conteúdo informacional significativo a uma época ou ao enfoque dado à determinada

situação estudada. Contudo, não contém informações arquivísticas, **mesmo que sejam orgânicos**, originais e acumulados de modo similar aos documentos de arquivo. A natureza física destes objetos impede a atribuição do conceito de informação arquivística. (LOPES, 2009, p. 44)

O estudioso reconhece que definir “informação” não é uma tarefa fácil e que é necessário caracterizá-la para entender do que se trata. No caso da natureza das informações arquivísticas, elas são por ele entendidas como específicas. A primeira característica que as particulariza é a sua natureza orgânica. Então, diferentemente de Bellotto (2010) e de Rondinelli (2005), que consideram a organicidade e a relação orgânica como princípios, para Lopes a organicidade é uma característica do arquivo.

Ele é defensor da Arquivística Integrada, a qual consiste em garantir a integração dos valores e da possibilidade de fortalecer a área e, assim, fazer com que ela seja reconhecida socialmente. Lembra que os autores que definiram esse conceito defendem: a autonomia da disciplina arquivística face à História e Administração; o reconhecimento da Arquivologia como uma das Ciências da Informação; o prosseguimento com as pesquisas e o desenvolvimento de programas de formação superior e de pós-graduação a fim de robustecer “a nova arquivística” (LOPES, 2009).

A proposição dessa vertente deleita-se em uma crítica à Arquivologia tradicional (mais voltada aos documentos históricos) e ao *records management*, partindo-se do pressuposto de que o todo é maior do que a soma das partes. Inferimos que a organicidade seja o pano de fundo dessa vertente teórica.

No âmbito das suas propostas, Lopes (2009) ainda defende que para atuar no coração das práticas arquivísticas –classificação, avaliação e descrição –, seja necessário estudar a história da organização, sua origem, evolução e situação atual. “A pesquisa sobre a vida do detentor das informações e dos documentos é crucial” (LOPES, 2009, p. 288) e, sem ela, não é possível que a classificação, por exemplo, reflita as atividades e funções do produtor. “Nesta operação de natureza intelectual, o conjunto de classes/séries informacionais e documentais a que se chegar deverá refletir o que se estudou sobre as estruturas, as funções, as atividades e as características específicas dos acervos” (LOPES, 2009, p. 297), ou seja, deverá refletir a organicidade.

Ainda na perspectiva da Arquivística Integrada, “a avaliação, para ser científica, precisa estar integrada à classificação”. Portanto, o autor defende a rejeição das “muito conhecidas experiências avaliativas que não estiveram relacionadas à classificação” (LOPES, 2009, p. 304). Por sua vez, “a descrição começa no processo de classificação,

continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos” (LOPES, 2009, p. 312). Logo, Lopes (2009, p. 312) afirma que “é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística”. Com base nessas afirmações, podemos observar que o que norteia as práticas arquivísticas é a organicidade que, em uma cadeia sequencial, orienta a classificação, a avaliação e a descrição. Nesse sentido, o autor defende que “a classificação espelhe a vida das organizações, seja uma virtualidade das estruturas, das funções e, sobretudo, das atividades desenvolvidas” (LOPES, 2009, p. 324).

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao iniciarmos este trabalho, identificamos pesquisas que apontam para uma falta de exploração sobre o conceito de organicidade (NASCIMENTO, 2012; RANGEL, 2015) e outras que afirmam que o entendimento do conceito/princípio da organicidade/relação orgânica tem sido muito caro aos arquivistas e estes têm tido dificuldade de compreendê-lo claramente (SILVA, 2006; RONDINELLI, 2005). Partindo dessas constatações, buscamos em nossas fontes de autoridade (KUHN, 2005), os manuais arquivísticos, respostas, ou, pelo menos, pistas, para esclarecer essas questões.

Considerando o levantamento dos manuais da área, mapeados por Marques (2011), selecionamos 31, tendo como critério principal o acesso que a eles tivemos e, dentre esses, excluímos as coletâneas para que pudéssemos compreender o pensamento de cada autor (a fonte de autoridade). Assim, nosso universo foi composto por 25 manuais, que representaram 11 países, em publicações de 1898 a 2009, ou seja, mais de um século de delineamento de discursos em torno da Arquivologia e do seu objeto de estudo, que podemos, inspirados em Foucault (2008), chamar de positividade, possibilitando-nos adentrar em um universo de análises quantitativa e qualitativamente na arqueologia dos saberes da área.

Perpassamos contextos “tradicionais”, marcados pelas publicações europeias que ocuparam a maior parte do nosso universo (14 obras), e cenários mais contemporâneos, marcados pelas publicações canadenses (quatro) e norte-americanas (três). Partindo da análise destes manuais, pudemos classificar o Brasil e a Argentina no pensamento da América latina, entre o tradicionalismo e modernismo, sob fortes influências dos dois primeiros.

Além da análise por país, destacamos a influência dos períodos de revoluções e guerras para a Arquivologia, tanto para a área de modo geral, como para a vida pessoal dos autores. Jenkinson, por exemplo, foi consultor do escritório de guerra britânica e necessitou, por vezes, interromper sua carreira de arquivista para prestar serviços militares. O italiano Casanova, devido a problemas com a repatriação de fundos por efeitos de guerra, teve de atuar em controvérsias internacionais em nome de sua pátria. Por consequência da Segunda Guerra Mundial, Tanodi, que é de origem croata, migrou para vários países e firmou-se na Argentina, onde obteve a cidadania. (DURANTI; FRANKS, 2019).

Nesse contexto, destacamos que o marco de maior ênfase para a Arquivologia foi a Revolução Francesa. Vários aspectos que podem ser destacados fazem parte de “lados diferentes de uma mesma moeda”. Do lado de pontos positivos, salientamos o reconhecimento do acesso público aos documentos e a emissão da circular de 24 de abril de 1841, a qual é considerada pela maior parte dos estudiosos da área como o marco da institucionalização arquivística do *Respect des fonds*, ou, como convencionalmente denominado, Princípio da Proveniência. Se houve um ganho científico (e simbólico) a partir da emissão dessa circular, houve também uma crítica considerável pela sua idealização, pois ela considerava, também, a organização por assunto, ferindo a organicidade documental.

Pelas obras analisadas, constatamos o quanto a organicidade é intrínseca ao corpo teórico da Arquivologia e a individualiza como disciplina científica. Ela é condição *sine qua non* para a existência e compreensão dos arquivos. Tal como lembrou Brenneke (1953), os documentos passaram a ser entendidos como corpos arquivísticos a partir do conceito do que é orgânico, por justamente ser a expressão de um organismo vivo, com impulso vital, cujas intervenções malsucedidas podem resultar em verdadeiras lesões e mutilações, chegando até a provocar a morte da vida orgânica.

Como podemos observar no Quadro 8, o Manual dos Arquivistas Holandeses foi precursor na divulgação de que o arquivo é “um todo orgânico, um organismo vivo” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898), obra que é reconhecida pelo seu arcabouço teórico e por possibilitar o estabelecimento tradicional da área (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Esse discurso (FOUCAULT, 2008) adquiriu um *habitus* (BOURDIEU, 2004) na voz de outros autores (JENKINSON, 1937; CASANOVA, 1928; BRENNEKE, 1953; SCHELLENBERG, 1956; TANODI, 1961; HEREDIA HERRERA, 1986; CARUCCI, 1983; LODOLINI, 1984; TAMBLÉ, 1993; CRUZ MUNDET, 1994; LOPES, 2009). Ratificamos, assim, a relevância da obra holandesa, que deu vazão ao discurso científico da área e nos propiciou analisar essa arqueologia dos saberes (FOUCAULT, 2008) da Arquivologia na perspectiva da organicidade.

Semelhantemente ao conceito de arquivo, o conceito de fundo, domínio de estudo da Arquivologia (HECKHAUSEN, 1972), foi definido pelos autores como um todo orgânico (JENKINSON, 1937; CASANOVA, 1928; BRENNEKE, 1953; ROUSSEAU, COUTURE, 1994). Tão relacionados são os conceitos de arquivo e de fundo, ligados umbilicalmente pela organicidade, que por vezes pareciam sinônimos. Lodolini (1993), por exemplo, apresentou o conceito de arquivo após explicar que dois fundos não podem ser misturados, a fim de não comprometer o respeito ao Princípio da Proveniência, e, sabemos, também à organicidade.

Entre complexidade e profundidade, o conceito de fundo foi analisado em partes por Cruz Mundet (1994) e pelos canadenses Rousseau e Couture (1998). A intelectualidade do conceito – a característica de ser lógico maior do que a sua fisicalidade - foi evidenciada e clarificada pelos canadenses, que afirmaram que na maior parte das vezes “o todo” está disperso, o que não o faz deixar de ser um fundo de arquivo, domínio de estudo da Arquivologia (HECKHAUSEN, 1972). Também nessa perspectiva mais intelectual do conceito de fundo, Silva et al (1999) teceram críticas sobre a Teoria das Três Idades, ao afirmarem que a distinção das fases da vida de um documento trouxe uma perspectiva tecnicista retrógrada para a área, levando a uma desarticulação da cadeia natural dos documentos. Assim, eles reiteraram que a separação material dos fundos não justifica a sua separação intelectual.

Nesse sentido de críticas à Teoria das Três Idades, vale lembrar que, recentemente, uma pesquisa brasileira concluiu que a visão fornecida pelo *records continuum*, uma forma de tratamento dos arquivos anunciada pelos australianos, é fundamental para compreender as possíveis limitações do ciclo vital dos documentos, realidade especialmente verificada quando da aplicação do modelo aos documentos digitais.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconheçamos que a atuação do profissional arquivista se dá sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos avigorado pela separação em estágios subsiste. (COSTA FILHO, 2016, p. 173-174).

Por outro lado, os autores que defendem o ciclo vital<sup>132</sup> o explicitam de forma que tanto a sua denominação quanto a sua aplicação expressam a vitalidade dos documentos, intrinsecamente relaciona à organicidade, pois é orgânico aquilo que é vital. Essa teoria é defendida como o pano de fundo que sustenta as atuações arquivísticas, pois, onde há um mínimo de organização documental, esta é realizada tendo como base o ciclo vital (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). O ciclo vital tem como direcionador o entendimento de

---

<sup>132</sup> Não é nossa intenção esgotar o assunto sobre Ciclo vital, mas simplesmente demonstrar a sua relação com o nosso objeto de pesquisa. Ressaltamos que o ciclo vital e a Teoria das Três Idades possuem fortes relações. A exemplo disso, o verbete de ambos os termos no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística faz referência um ao outro.

que o conjunto documental possui vida própria, assim como qualquer organismo biológico (HERERIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET, 1996) e é defendido como o princípio fundamental que rege a eliminação (CRUZ MUNDET, 1996).

Da mesma forma que se relaciona com o ciclo vital e também com o *continuum*, a organicidade é diretamente relacionada com a classificação e com o arranjo<sup>133</sup>. Desde a publicação dos holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898) até a de Lopes (2009), obras que representam os extremos temporais do universo da nossa pesquisa, observamos um *habitus* (BOURDIEU, 2004) nos discursos (FOUCAULT, 2008) acerca dessa relação. Das 18 obras que abordaram, explícita ou implicitamente, a relação entre a organicidade e alguma função arquivística, 15 delas expressaram a relação com a função classificação, que se volta para representar a organicidade por meio de classes que representam as funções e atividades geradoras dos documentos.

A classificação é uma atividade intelectual que viabiliza a aplicação das outras funções arquivísticas. Nessa perspectiva, Lopes (2009) ressalta que o arquivista deve ter ciência de que a classificação repercute sobremaneira nas demais atividades arquivísticas. Logo, se a classificação deve espelhar tanto a vida das organizações quanto as demais funções, a descrição e avaliação devem ser realizadas com base nesta função (LOPES, 2009; SOUSA, 2014) –, respeitando-se a organicidade. Podemos resumir as considerações dos autores afirmando que a classificação deve refletir intelectualmente as atividades das quais os documentos foram produzidos e acumulados, de modo que mantenham os vínculos com o seu produtor e, assim, preservem a organicidade, tanto em sentido vertical (com o produtor), quanto horizontalmente (com os demais documentos decorrentes das mesmas funções e atividades).

Os sistemas classificatórios que desrespeitam a organicidade destoam da teoria arquivística e recebem críticas das fontes de autoridade (KUHN, 2005). A maior ênfase crítica dada pelos autores à transgressão da organicidade aponta para a influência do movimento iluminista – valorização da literatura, do conhecimento – no critério classificatório por assunto. Essas influências trouxeram o sistema *non-registratur* (França, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha ou Espanha), cuja aplicação opõe-se ao sistema *registratur* (Alemanha e Europa Central). Este último considera a classificação arquivística à priori, à

---

<sup>133</sup> Consideramos ambas, embora tenhamos mencionado somente a classificação nos nossos objetivos, tendo como base a defesa de Sousa (2012) para o uso do conceito de classificação, independentemente da idade. Além disso, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística não apresenta distinção clara entre os dois verbetes (arranjo e classificação).

qual os documentos são organizados desde a sua gênese, enquanto o primeiro utiliza-se do critério cronológico de organização, desconsiderando completamente a organicidade dos documentos, não contribuindo e, mais do que isso, indo na contramão de qualquer construção arquivística (SILVA et. al., 2002).

Se a classificação representa a organicidade por meio de classes, a descrição é a própria representação da organicidade. Os instrumentos descritivos têm, em maior ou menor grau de profundidade, a função de representar o documento e todo o contexto de produção e tramitação dos conjuntos documentais. Já para a avaliação, o arquivista deve se valer de uma análise contextual dos documentos referentes à determinado assunto. Deve voltar-se para a gênese e para as inter-relações documentais a fim de realizar uma avaliação mais concisa possível.

Falar sobre as relações entre a organicidade e princípio arquivístico é o mesmo que considerar a relação entre organicidade e o Princípio da Proveniência. Em denominações diferentes, dadas as variações linguísticas e construções conceituais de cada país, este princípio foi apresentado em diversas denominações, carregando a essência do dever de respeitar o fundo arquivístico. Identificamos o *Respect des fonds* e o *Metodo Storico* como variações de um mesmo conceito, pois possuem identidade conceitual (DAHLBERG, 1978).

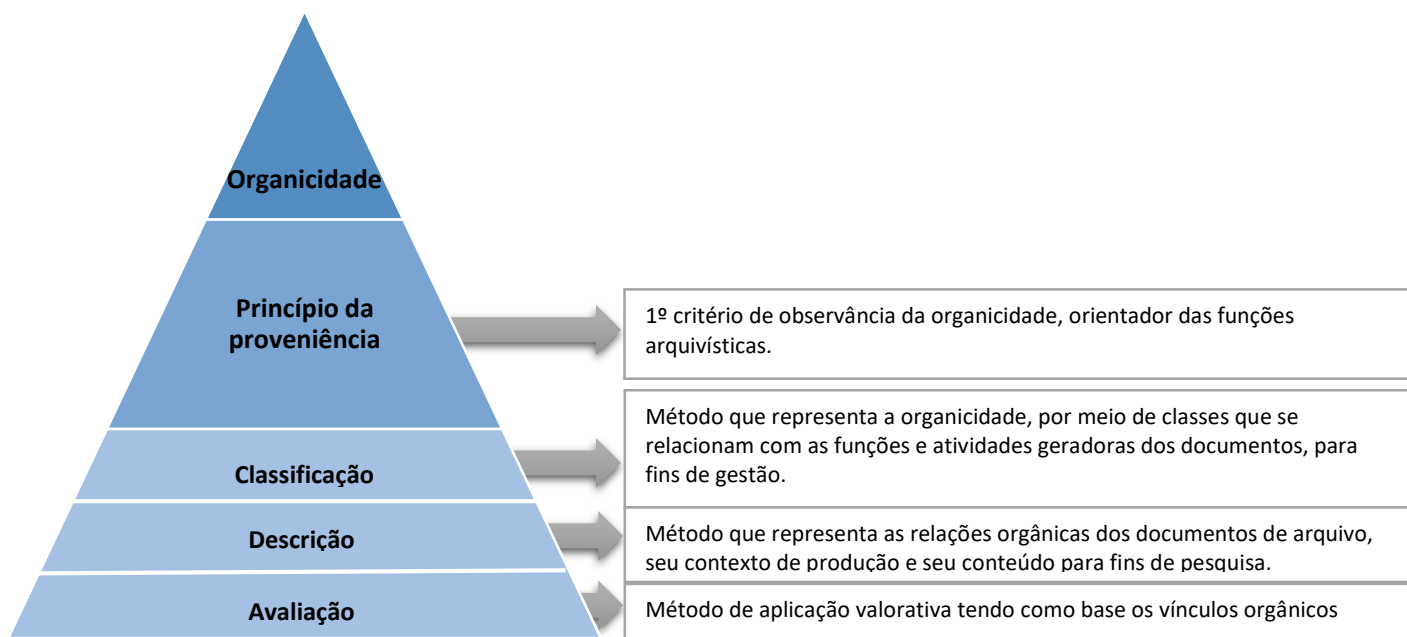
Em uma cadeia hierárquica, a primeira forma de respeito à organicidade é a aplicação do Princípio da Proveniência, o qual agrupa, ou, podemos dizer, classifica fundos. Casanova (1928) assinala que este princípio requer que todo corpo (característica de organismo vivo) arquivístico seja preservado no mesmo lugar de consolidação dos atos, ou seja, onde ele é “cultivado organicamente” (CASANOVA, 1928, p. 213, tradução nossa). Consideramos, dessa maneira, o Princípio da Proveniência como o primeiro critério de observância da organicidade; o primeiro critério para a aplicação de todas as funções arquivísticas. Em consideração a este princípio, autores que produziram suas obras em períodos de guerras o defenderam com tanta veemência, como vemos em destaque na obra de Casanova (1928), publicada no período entre guerras, e Brenneke (1953), menos de uma década após a Segunda Guerra Mundial. Podemos classificá-las como quase um grito arquivístico marcado pela positividade de um discurso (FOUCAULT, 2008) em defesa da organicidade.

Com base nas obras analisadas, buscamos ilustrar a organicidade no topo de uma pirâmide, como um farol que ilumina a aplicação do Princípio da Proveniência e das funções arquivísticas (figura 5). Corroborando com esse entendimento, reiteramos a afirmação de Heredia Herrera de que o Princípio da Proveniência configura a Arquivologia como uma disciplina científica, pois ele determina a condição essencial do arquivo que é a organicidade,



a qual é mantida a partir de duas atividades complexas: a classificação e a ordenação (HEREDIA HERRERA, 1991).

**Figura 5:** A organicidade como critério norteador para a aplicação do Princípio da proveniência e das funções arquivísticas.



Fonte: elaboração própria.

Rousseau e Couture (1998) também relacionam o conceito de fundo à aplicação do Princípio da Proveniência. Em sua obra, pudemos verificar a organicidade, implicitamente contida no termo “conjunto”: “a aplicação do princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, levam igualmente o profissional da Arquivologia a considerar grandes conjuntos de documentos em vez de documentos à peça” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 85).

Na defesa da manutenção das relações orgânicas e como uma forma de reaver possíveis falhas nas concepções do Princípio da Proveniência (SILVA et al, 1999), surgiu o “*metodo storico*”, defendido por alguns autores, sobretudo os italianos (CASANOVA, 1928; CARUCCI, 1983; LODOLINI, 1984; TAMBLÉ, 1993; MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, SILVA et al.,1999). Essas falhas estão relacionadas, como já mencionamos, ao não respeito à organicidade, pois, conforme explicado por Brenneke (1953) e Cruz Mundet (1996), quando a ideia do Princípio da Proveniência foi anunciada por Natalis de Wailly, em 1841, a organização por assunto foi considerada em segundo nível, o que despreza a organicidade. Ressaltamos ainda, que, na explicação do *Metodo Storico*,

Casanova (1928) realçou a presença da organicidade, comparando-a à vida de um indivíduo com articulações e membros que nasce, cresce e morre.

A análise contextualizada e ordenada dos documentos por meio da aplicação do método histórico propicia, além do reconhecimento histórico da instituição, a compreensão do documento enquanto um monumento (CARUCCI, 1983). Foucault (2008), em sua proposta arqueológica afirma que um documento analisado arqueologicamente, compreendido em seu contexto (orgânico) passa a adquirir *status* de monumento. Ainda que Carucci (1983) não tenha mencionado Foucault, podemos relacionar os dois autores neste estudo, diante da importância da análise contextualizada dos documentos, na qual a organicidade é referência.

Para chegar às características dos documentos de arquivo, Duranti (1994) utilizou como base autores como Jenkinson (1922) e Lodolini (1993), contemplados no nosso universo. Embora não tenha sido objetivo deste trabalho destrinchar essas características, identificamos muita relação entre elas e a organicidade. Os documentos são imparciais porque são livres de interesses posteriores (pois seu relacionamento é com a sua gênese, que os vincula organicamente ao produtor) (JENKINSON, 1922); são autênticos por preceituarem a isenção de adulterações (JENKINSON, 1922), por meio de uma custódia ininterrupta (LODOLINI, 1993); são naturalmente produzidos/acumulados e inter-relacionados e seus significados dependem dessas relações (LODOLINI, 1993). Lembremos o conceito do Princípio da Relação Orgânica, apontado por Rondinelli: “Na relação orgânica, cada documento está ligado ao anterior e ao subsequente na medida em que resulta de uma mesma atividade” (RONDINELLI, 2005, p. 59). Todas as características possuem relações semânticas com a organicidade, especialmente o ‘inter-relacionamento’, que parece ter característica de identidade (DAHLBERG, 1978) com a organicidade na perspectiva horizontal, aquela decorrente das mesmas funções/atividades.

É importante ressaltar que essas perspectivas vertical e horizontal da organicidade, foram por nós inferidas por meio das análises dos manuais arquivísticos. Ao se referirem à organicidade, ainda que por meio de termos relacionados, os autores se referiam às relações com o produtor (organicidade em sentido vertical) e às relações com os documentos (sentido horizontal), tal como podemos observar mais claramente no quadro 7.

Os objetivos desse trabalho não contemplam diretamente estudos sobre as características dos documentos. Porém, no decorrer das nossas análises, identificamos o relacionamento desse conjunto de conceitos com nosso objeto. Compreendemos que, tal como o conceito de evidência, os conceitos definidos pelos autores como sendo

características dos documentos adequam-se em relações de implicação (DAHLBERG, 1978) com o conceito de organicidade, sejam eles: **autenticidade** (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973; JENKINSON, 1937; LODOLINI, 1993; CORTÉS ALONSO, 1989; DURANTI, 1989), **inter-relacionamento** (CORTÉS ALONSO, 1989; MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996), **imparcialidade** (JENKINSON, 1937; LODOLINI, 1993) **naturalidade** (JENKINSON, 1937; LODOLINI, 1993), **unicidade** (CORTÉS ALONSO, 1989; MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996) e **contexto** (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996).

**Quadro 7:** Exemplos das perspectivas da organicidade (vertical e horizontal).

OBRA	PERSPECTIVA VERTICALIZADA DA ORGANICIDADE	PERSPECTIVA HORIZONTALIZADA DA ORGANICIDADE
(CASANOVA, 1928)	O inventário deve reproduzir a própria administração da qual os documentos provêm	
(JENKINSON, 1937)	“Um documento que pode ser dito pertencer à classe dos arquivos é aquele que foi <b>elaborado ou utilizado no decorrer de uma atividade administrativa ou executiva</b> (pública ou privada) da qual ele fez parte; e, posteriormente, preservado em sua própria custódia para suas próprias informações pela pessoa ou responsáveis por essa atividade”. (p. 11, tradução e grifo nosso).	
(MULLER; FEITH; FRUIN, 1973)	“Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos, material impresso, <b>recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários</b> , na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.” (p. 13, grifos nossos).	
(COOK, 1986)		Uma das vantagens de um esquema de classificação é que ele pode fornecer um sistema de códigos de referência <b>que reflita as relações entre os componentes de um arquivo.</b>
(LODOLINI, 1993)	“Em outras palavras, ou se reconstitui a ordem original, objetiva, ‘arquivística’ do conjunto documental, ou essa ordem é modificada e os documentos são organizados de qualquer outra forma, subjetiva, ‘antiarquivística’; mas, neste caso, a organicidade do arquivo será destruída, o que deixará de ser tal para transformar-se em uma simples coleção de documentos.” (p.171).	

OBRA	PERSPECTIVA VERTICALIZADA DA ORGANICIDADE	PERSPECTIVA HORIZONTALIZADA DA ORGANICIDADE
(LODOLINI, 1993)		“O ‘arquivo’, em suma, nasce espontaneamente, como sedimentação documental de uma atividade prática, administrativa, legal. Por isso é constituído por um <b>conjunto de documentos, interligados por um vínculo original</b> , necessário e determinado, pelo qual cada documento condiciona os demais e é condicionado por outros” (p.24, tradução e grifos nossos).
(ROUSSEAU; COUTURE, 1998)	“[...] há, pois, esse caráter de acumulação cronológica (automaticamente) que <b>decorre das próprias atividades da pessoa física ou moral e da ordem da sua realização, bem como o elo com a missão, os mandatos, os objetivos (organicamente) da pessoa física ou moral</b> ” (p. 91, grifos nossos).	
(RONDINELLI, 2005)	“Na relação orgânica, <b>cada documento está ligado ao anterior e ao subsequente na medida em que resulta de uma mesma atividade. Se manifesta no arranjo físico, no protocolo e no código de classificação de documentos, o qual torna explícita a relação entre o documento e a ação que o gera</b> ” (p. 59, grifo nosso)	
(SHELLENBERG, 2006)	Uma das características essenciais dos arquivos é o fato de terem sido “produzidos ou acumulados em <b>conexão direta com as atividades funcionais</b> de um órgão do governo ou de qualquer outra entidade; e grande parte do seu valor depende da <b>relação orgânica que mantém, quer entre si, quer com o próprio órgão</b> ”. (p.43, grifos nossos).	

Fonte: elaboração própria.

Todas as nossas análises nos levam a concluir que o nível de integração arquivístico, a organicidade, é o balizador de todas as teorias e aplicações arquivísticas. É a alma da Arquivologia, sem a qual a própria disciplina não existe, pois o que a delimita e a diferencia no campo científico e, mais especificamente, no campo da informação, é, precisamente, refletir a organicidade. O profissional que compreende isso, trilha o caminho mais adequado da gestão de documentos (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973; JENKINSON, 1937, BELLOTTO, 2010).

A ausência de conceitos arquivísticos bem definidos repercute diretamente na falta de uma definição explícita de organicidade. O que é a Organicidade na Arquivologia? Um conceito? Um termo? Um princípio? Por tudo o que já mencionamos, a identificamos como o nível de integração teórica da área, por ser um conceito que perpassa transversalmente todas as concepções que delineiam as fronteiras da Arquivologia no campo da informação (MARQUES, 2011). Em muitas obras, presumimos a organicidade por meio de termos que, em nosso entendimento, a ela se relacionam: *archivalia* (TANODI; 1961); **complexo** (BRENNEKE, 1953; CARUCCI, 1983; TAMBLÉ, 1993); **conexão** (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898; SCHELLENBERG; 1956; MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996); **conjunto** (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898; LODOLINI, 1984; ROUSSEAU; COUTURE, 1998; CRUZ MUNDET, 1994; RONDINELLI, 2019); **contexto** (COOK, 1986; BAILEY, 1989-1990; DURANTI, 1989; ROUSSEAU; COUTURE, 1994; MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996; SILVA et al., 1999; RONDINELLI, 2005; BELLOTTO, 2010); **elo** (ROUSSEAU; COUTURE; 1994); **evidência** (JENKINSON, 1922; COOK, 1986; BAILEY, 1989-1990); **relação** (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898; SCHELLENBERG, 1956; BELLOTTO, 2010); *universitas rerum* (TANODI; 1961); **vínculo** (LODOLINI, 1894). Para agrupar as considerações dos autores com relação aos termos concernentes à organicidade, no apêndice C, apresentamos suas citações em ordem cronológica de publicação da obra.

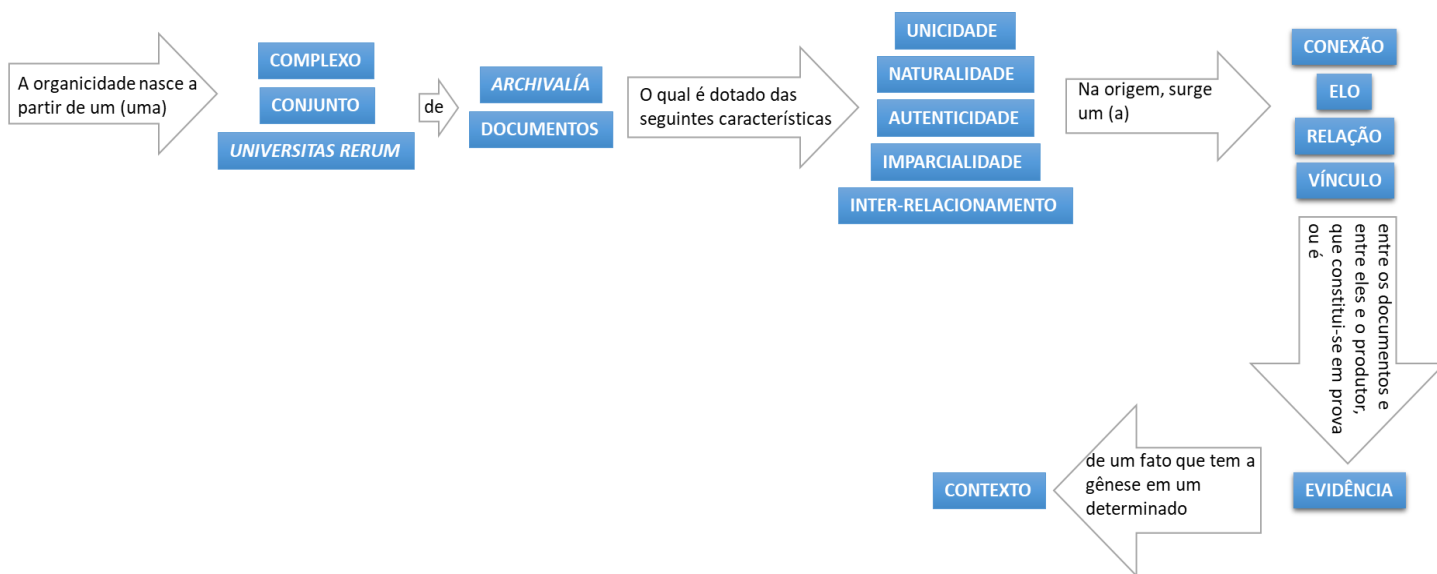
Sob as lentes da teoria do conceito de Dahlberg (1978) e diante das análises apresentadas, é possível depreender que alguns desses termos possuem relação de identidade (inter-relacionamento, conexão, elo, relação, vínculo, contexto<sup>134</sup>) e outros possuem relação de implicação (complexo, conjunto, *universitas rerum*, *archivalia*,

---

<sup>134</sup> Este especialmente pela lente de Martin-Pozuelo Campillos (1996). Na sua explicação, a autora afirma que basta esta característica para diferenciar os documentos de arquivo. Esta abordagem diferencia das demais sobre o mesmo conceito (contexto) e, por isso, identificamos a relação de identidade.

unicidade, naturalidade, autenticidade, imparcialidade). Isso reforça ainda mais a necessidade de definições claras para o conceito de organicidade, a fim de que a sua expressão seja devidamente delimitada. À luz da organicidade, estruturamos esses termos em um diagrama que demonstra, no desenvolver do conceito de organicidade, onde cada um se encaixa.

**Figura 6:** Diagrama do conceito de organicidade



Fonte: elaboração própria

Apresentamos o quadro 8 que resume as considerações dos autores sobre os conceitos e as definições de organicidade, os termos relacionados ao conceito, bem como a sua relação com as funções arquivísticas, com o ciclo vital e com o Princípio da Proveniência, de modo a atender aos objetivos desta pesquisa.

**Quadro 8:** Síntese das considerações dos autores sobre a organicidade (conceitos, termos relacionados e relações com o Princípio da Proveniência e com as funções arquivísticas)

AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	<i>(Manual de Arranjo e descrição de arquivos – Manual dos Arquivistas Holandeses)/</i> 1898	Holanda	Implícito ao conceito de arquivo: o <b>conjunto</b> de documentos escritos (p.13); como um todo orgânico (p. 18).	Conexão orgânica (pp 19, 20, 69) Relação: (pp.65, 69) Conjunto (p.13)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário e descrição: (p. 62)</li> <li>• Descrição: (p. 94)</li> <li>• Arranjo: (p.101)</li> <li>• Princípio da Proveniência: p.29</li> </ul>
JENKINSON, Hilary	<i>A Manual of archive administration/</i> 1922	Inglaterra	Imparcialidade e autenticidade (p.12); Implícito ao valor evidencial dos documentos: Valor evidencial e de prova (p.68); Arquivo como todo orgânico dentro da abordagem sobre “Fundo” e “Archival group” (p.101).	Evidência (pp.4,68,111)	Arranjo: (p.97; 110)
CASANOVA, Eugenio	<i>Archivistica/</i> 1928	Itália	Implícito ao conceito de arquivo: o conjunto de documentos reunidos a partir de atos e processos decorrentes de uma mesma atividade; constitui-se em um conjunto orgânico e autônomo (p.10); O fundo constitui um todo orgânico (p.19); O autor utiliza-se da organicidade para explicar a cientificidade da Arquivologia (p.25).	Conjunto (p.10)	Princípio da proveniência (p.213) Metodo storico*: (p.217) Descrição (p.251)
BRENNEKE, Adolf	<i>Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens / (Archives: a contribution to the theory and history of European Archives)/</i> 1953	Alemanha	Implícito ao conceito de arquivo: arquivo é um todo orgânico (pp.22; 44-45); Implícito ao conceito de fundo: o desenvolvimento orgânico é um fenômeno que precede a constituição do arquivo (p.41) Associação entre orgânico e corpo arquivístico (p.44).	Complexo (p.62)	Classificação: (pp.30, 94) Avaliação: (pp.62, 87) Princípio da Proveniência: p.87



AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Modern archives: principles and techniques/</i> 1956	Estados Unidos	Implícito à definição de arquivo (p.42)	Conexão (p.43) Relação (p.43)	Classificação: (p.95) Avaliação: (p.227) Descrição: (p.315)
TANODI, Aurélio	<i>Manual de Archivologia Hispanoamericana: teorías e principios/</i> 1961	Argentina	Como <i>Archivalía</i> , relacionada ao conceito de arquivo (p.15) Implícito ao conceito de arquivo (p.3)	Conjunto (p.15) <i>universitas rerum</i> (p.108) <i>Archivalía</i> (p.72)	Classificação (pp.108,130)
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Public and private records: their arrangement and description/</i> 1963	Estados Unidos	-	-	Princípio da Proveniência: (p.108).
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Documentacion y documentacion/</i> 1979	Espanha	-	-	Classificação e ordenação: (p.33)
BAILEY, Catherine	<i>Archival theory and electronic records/</i> 1989/1990	Canadá	-	Evidência e contexto (p.195)	Descrição: (p.185) Avaliação: (p.195)

AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
BERNER, Richard C.	<i>Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis/</i> 1983	Estados Unidos	-	-	Princípio da Proveniência: (p.2) Classificação (p.25)
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística general: teoría y práctica/</i> 1986	Espanha	Implícito ao conceito de arquivo: conjunto de documentos (pp.89, 94)	Conjunto (pp.89, 94)	Princípio da proveniência, classificação e ordenação: (p.34) Classificação: (pp.102, 167) Ciclo vital** (p.173)
CARUCCI, Paola	<i>Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione/</i> 1983	Itália	Implícito ao conceito de arquivo: complexo orgânico (p.19)	Complexo (p.19)	Metodo storico*: (p.43)
LODOLINI, Elio	<i>Archivistica: principi e problemi/</i> 1984	Itália	Implicitamente ao conceito de arquivo: conjunto orgânico (p.145)	Conjunto (p.145) Vínculo (p.24)	Ordenação e ordem original: (p.171)
FAVIER, Jean	<i>Les archives/</i> 1985	França	-	-	Respeito aos fundos: (p.66)

AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
COOK, Michael	<i>The management of information from archives/</i> 1986	Canadá	-	Evidência (p.71) Contexto (p.189)	Classificação (p.91)
DURANTI, Luciana	<i>Diplomatics: new uses for an old Science/</i> 1989	Canadá	-	Contexto (p.11)	-
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	<i>Arquivos permanentes: tratamento documental/</i> 1991	Brasil	Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas (p.88)	Relação e conjunto: (p.28).	Princípio da proveniência: (p.88). Classificação e ordenação: (p.31)
TAMBLÉ, Donato	<i>La teoria archivistica italiana contemporanea: profile storico critico (1950-1990)</i> 1993	Itália	Implícito: o arquivo como um complexo, ou como um organismo (p.206)	Complexo (p.206)	Ordem original (p.86)
ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	<i>Les fondements de la discipline archivistique/</i> 1994	Canadá	Implícito ao conceito de fundo (p.91)	Conjunto (p.90) Contexto (p.91) Elo (p.91)	Classificação (p.86) Descrição (pp.86,137) Ciclo de vida**: (p.111)

AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
CRUZ MUNDET, José Ramón	<i>Manual de Archivística/</i> 1994	Espanha	Implícito ao conceito de arquivo - como um conjunto de relações (p.68)	Conjunto de relações (p.68) Conjunto (p.69)	Ciclo de vida** (p.207) Classificação e ordenação: (p.229). Princípio da proveniência (p. 232) Classificação: (p.239)
JARDIM, José Maria	<i>Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil/</i> 1995	Brasil	-	-	-
MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz	<i>La construcción teórica en Archivística: el principio de procedência/</i> 1996	Espanha	Implícito conceito de arquivo: conjunto de documentos de qualquer natureza que é acumulado automática e organicamente em razão de suas funções ou atividades (p.100); Implícito: contexto como uma das características dos documentos de arquivo e principal delas (p.101).	Contexto (pp.20, 101) Conexão (p.20)	Princípio da Proveniência: (p.176) <i>Metodo storico*</i> : p.20 Classificação (pp.50-51)
SILVA, A. M. da. et al.	<i>Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação/</i> 1999	Portugal	Implícito à finalidade da Arquivologia que é definir o contexto genético dos documentos, o modo como crescem, as ligações que estabelecem com outros sistemas que com eles convivem. (SILVA et al, 1999, p.19)	contexto genético (p.19)	Classificação orgânica: p.93; (p. 104) <i>Registratur e non-registratur</i> : (pp. 104-105)
RONDINELLI, Rosely Curi	<i>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos/</i> 2002	Brasil	Princípio da relação orgânica: “um princípio muito caro à Arquivologia, segundo o qual o documento arquivístico se constitui num complexo de documentos que se inter-relacionam” (p.58).	Conjunto (p.46) Contexto (p.59)	-

AUTOR	OBRA/ANO 1ª PUBLICAÇÃO	PAÍS DE PUBLICAÇÃO	CONSIDERAÇÃO SOBRE O CONCEITO DE ORGANICIDADE	TERMOS RELACIONADOS	RELAÇÕES ENTRE ORGANICIDADE OU TERMOS RELACIONADOS COM AS FUNÇÕES, O CICLO VITAL E O PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA
LOPES, Luís Carlos	<i>A nova arquivística na modernização administrativa/</i> 2009	Brasil	Intrínseco ao conceito de arquivo: acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional ou em suportes que permitam gravação eletrônica, mensurável por sua ordem binária (bits) (LOPES, 2009, p.40)	-	Classificação: (pp.297, 324) Descrição: (p.312) Avaliação: (p.304).

Fonte: elaboração própria, a partir dos manuais analisados.

\* Os italianos defendem o *metodo storico* como o Princípio da Proveniência, por isso o consideramos nas nossas análises.

\*\* Ciclo vital ou ciclo de vida: embora não tenha sido contemplado em nossos objetivos, no decorrer das análises sentimos a necessidade de considerá-lo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as áreas do saber, em maior ou menor grau, utilizam-se da História para explicar, justificar ou comprovar sua doutrina (TANODI, 1961). Nesse contexto, o papel dos arquivos é de constituir o arsenal probante da vida humana, orgânico em seu conjunto, e necessário para dizer sobre a história. A dinâmica da relação entre o documento e a vida humana é tão complexa quanto as práticas necessárias para gerir essa relação.

Podemos, a partir do nosso estudo e além dele, afirmar que a História contribuiu para as bases científica da Arquivologia, centradas na organicidade. Não podemos nos eximir de lembrar que a maior parte das fontes de autoridades dessa pesquisa, a qual faz parte do universo dos manuais clássicos arquivísticos, foram/são historiadores. Além de compreenderem o valor do documento, principalmente como prova (e também como informação), lutaram pela independência da Arquivologia por entenderem-na como uma disciplina autônoma, inclusive desvinculada da história, com princípios e métodos próprios. Lembremos que muitas dessas considerações foram registradas quando ainda não haviam cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia, o que engajou os estudiosos a lutarem por isso.

Profundas análises e construções foram tecidas em mais de um século de positividade dos discursos em torno da Arquivologia, dos arquivos e, mais especificamente, da organicidade, a contar do Manual dos Arquivistas Holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1898). Entre tradicionalismo e inovação, a organicidade permaneceu em sua completa austeridade, na maioria das vezes tímida, embutida em outros conceitos (arquivo, fundo), ou como sinônimo ou fortes relações semânticas com outros (*Archivalia*, complexo, conexão, conjunto, contexto, elo, evidência, relação, *universitas rerum*, vínculo) mas sempre se manteve fiel e presente nos discursos arquivísticos.

O arquivista tem realmente pagado caro por não se atentar a ela. Esse alto custo se dá em forma de má compreensão de toda a base teórica que sustenta a área, atributo próprio de um conceito que se caracteriza por ser o nível de integração teórica da Arquivologia, implicando prejuízos intelectuais no sentido de baixo retorno em capital científico. Há muitas décadas, nossas fontes de autoridade têm dito que aquele que não tenta restabelecer as relações dos conjuntos documentais executa apenas metade de sua tarefa, demonstrando como a não observância da organicidade afeta no mundo do

trabalho. Por outro lado, aquele que conhece a teia orgânica da administração a que o arquivo representa e serve está apto a realizar suas atividades com segurança e competência. Esse profissional deve compreender seu papel perante a sociedade e se comprometer em manter o contexto original dos documentos e o seu valor evidencial para as próximas gerações, pautando-se nos princípios arquivísticos assentados na organicidade.

Adentrando no contexto tecnológico, ainda que não tenha sido parte direta do escopo deste trabalho, depreendemos de alguns discursos como é perceptível que o mundo digital é uma realidade definitiva e que as informações estão sendo cada vez mais produzidas nesse suporte. Os produtores estão realizando suas atividades e o todo orgânico está sendo registrado em meio digital. Nesse contexto, o movimento mais moderno, concentrado nos Estados Unidos e no Canadá, tem se voltado para o tradicionalismo a fim de buscar respostas e fundamentos para os documentos digitais, o que endossa o fato de que a o domínio material da Arquivologia que não está condicionado ao suporte no qual está inserida a informação, mas sim, se constitui na própria informação orgânica e registrada, independentemente do suporte.

Esperamos que os levantamentos e análises realizados possam contribuir para a compreensão do conceito de organicidade no seu papel de integração teórica da Arquivologia, e que, além disso, possam suscitar novos estudos que iluminem os espaços e o reconhecimento da disciplina no campo científico, especialmente no campo da informação.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, contudo, as nossas conclusões nos levaram ao vislumbre de novas lacunas que precisam ser preenchidas, o que nos deu abertura para sugerir o desenvolvimento de outros estudos epistemológicos:

- Mapeamento e análise dos conceitos de “fundo” e de “arquivo” nos manuais da área, identificando os pontos em comum entre eles e entre as diversas definições;
- Análise histórico-epistemológica da organicidade na Arquivologia tendo como universo outras publicações da área;
- Estudo da construção e apropriação das características dos documentos de arquivo e suas relações com a organicidade;
- Mapeamento e análise dos princípios arquivísticos e suas relações com a organicidade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA, 2019. Curriculum Vitae. <http://independent.academia.edu/DonatoTamble/CurriculumVitae>, acesso em 09 fev. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BAILEY, C. Archival Theory and electronics records. *Archivaria*. n.29, p. 180-196. 1990

BARROS, Thiago Henrique Bragato. Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais. In: *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 97-204. ISBN 978-85-7983-661-9. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/r6q5k/pdf/barros-9788579836619-05.pdf>> Acesso em: 14 mai. 2019.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Prefácio. In: *A Nova Arquivística na Modernização Administrativa*. 2 ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

\_\_\_\_\_. O sentido dos arquivos. In: *I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. (Comunicação oral). Disponível em: <[https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd\\_14012774465385cc06bbb48--fala\\_bellotto.pdf](https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Currículo do sistema Currículo Lattes. 06 jun. 2019: Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783264Y0>> Acesso em 07 jun. 2019.

BERNER, Richard C. *Archival theory and practice in the United States: a historical analysis*. Seattle: University of Washington Press, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1989.

\_\_\_\_\_. *Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001*. Paris: Raisons d’agir, 2001.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo. Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas* (5a ed.). São Paulo: Perspectiva. 2007.

BRENNEKE, Adolf. *Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea*. Milano: Per i tipi dell’editore, 1968.



CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMPOS, Névio de. Epistemologia: um recorte em Pierre Bourdieu. *Revista Inter Ação*, v. 41, n. 2, p. 399-418, 2016.

CANADA, 2017. Disponível em <<https://thediscoverblog.com/2017/11/09/guest-curator-catherine-bailey/>> Acesso em 16 abr. de 2019.

CARUCCI, Paola. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. 21ª reimpressão. Roma: Carocci editore S.p.A, 2010.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2ª. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. 533 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119p.

COOK, Michael. *The Management of information from Archives*. England: Gower Publishing Company, 1986.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002.

\_\_\_\_\_. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento, 1999.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 21, p.129-149, 1998.

CORRÊA, Fernando Gabriel. *Influências das tecnologias digitais da informação e comunicação na delimitação conceitual e nas repercussões do Princípio da Territorialidade na Arquivologia e na Ciência da Informação*. 2016. 123 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. *Documentacion y documentos*. Madrid: Ministerio de Cultura/Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 1980.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. *Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação*. 2016. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

COUTURE, Carol (Org.). *Les fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Québec, Canadá: Presses Universitaires du Québec, 2003.

COX, Richard J. BERNER, Archival Theory and Practice in the United States: A Historical Analysis. *Archivaria*, nº 17, 1983-1984, p. 311-312. Disponível em: <<https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11045/11980>>. Acesso em 29 abr. 2019.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de Archivística*. 2. ed. Madrid: Fundación Sánchez Ruipérez, Pirámide, 1996.

CUVELIER, J.; STAINIER, L. *Congrès de Bruxelles 1910: actes*. Bruxelles, 1912. Informações disponíveis em: <<https://archive.org/details/BrusselsCongress1910>>, acesso em 17 jan. 2019.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da informação*, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.

DELEUZE, Gilles. (2005). *Foucault* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para que?* São Paulo: IFHC, 2010.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

Duchain, MICHEL. The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe. *The American Archivist*, v. 55, n. 1, p. 14–25, 1992.

DURANTI, Luciana. Diplomats: new uses for an old science. *Archivaria*, Ottawa, n.28, p.7-27, 1989.

\_\_\_\_\_. Registros documentais contemporâneos como provas de ação, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, nº 13, p. 49-64, jan. /jun. 1994.

\_\_\_\_\_; The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*, v. 11, p. 213-218, 1997.

\_\_\_\_\_; MACNEIL, Heather. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, Ottawa, n. 42, p. 46-67, Fall 1996. Disponível em: <<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12153/13158>>. Acesso em 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_; FRANKS, Patricia C. *Encyclopedia of Archival Writers, 1515–2015*. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield. 2019.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos: los lenguajes documentales ante los procesos de clasificación, ordenación y descripción. In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier (ed.). Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación. *Actas del I*

*Encuentro de ISKO*. España, Madrid, 4-5 noviembre de 1993. Librería General: Zaragoza, Espanha, 1995, p. 65-90.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAVIER, Jean. *Les archives*. Paris: PUF, 2001.

FONSECA, Maria Odila Kahl. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Tradução de Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. *L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités*. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 5 ed. Sevilla: Gráficas del Sur, 1991.

\_\_\_\_\_. *Qué es un archivo?* Ediciones Trea, 2007.

IGLESIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 55-78, 1988.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

\_\_\_\_\_. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niteroi: EDUFF, 1999.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. 2.ed. Londres: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUROKI, Ívina Flores Melo. *Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação: contribuições para a configuração científica das disciplinas no campo da informação*. 2016. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LEMIEUX, Victoria L., SPORNY, Manu. *Preserving the Archival Bond in Distributed Ledgers: A Data Model and Syntax*. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=3053896>> Acesso em 11 de jun. 2017

LOPES, Luís Carlos. *A Nova Arquivística na Modernização Administrativa*. 2 ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. 2 ed. Madrid: Editorial La Muralla S.A, 1993.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no Arquivo: legado de José Honório Rodrigues para a Arquivologia no Brasil. *ACERVO: REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL*, v. 30, p. 176-191, 2017.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III, 1996.

\_\_\_\_\_. Currículo do sistema Currículo Lattes. 22 fev. 2016: Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1058046927788243>> Acesso em 05 jun. 2019.

MULLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1973.

NASCIMENTO, Luana. *A preservação da organicidade da informação arquivística*. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em: <[http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao\\_Luana\\_Nascimento.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Luana_Nascimento.pdf)>. Acesso em: 30 maio 2017.

PADILHA, Adriano; CABRAL, Paulo. *www.significados.com.br*. Fonte: Significados: Disponível em <<https://www.significados.com.br/estruturalismo/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PEARCE-MOSES, Richard. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2017.

RANGEL, Kíssila da Silva. *Revisitando o Princípio da Proveniência: percepções sobre a Organicidade*. 2015. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, F. A. Currículo do sistema Currículo Lattes. 02 jul. 2017: Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8819868912444192>> Acesso em 07 jun. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg e LOPES, Ilza Leite. (Orgs.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. Brasília, Thesaurus, 2003, P. 210- 229.

RODRIGUES, José Honório. Theodore R. Shellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RUIZ RODRÍGUEZ, Antônio Angel. *Manual de archivística*. Madrid: Sínteses, 1995.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

\_\_\_\_\_. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival science*, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

SILVA, Armando Malheiro. *A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Porto: Afrontamento, 2006.

\_\_\_\_\_. Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.19, n.2, p. 47-52, maio/ago. 2009. Disponível em: < [http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/07/pdf\\_fd29e4d9b4\\_0011401.pdf](http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/07/pdf_fd29e4d9b4_0011401.pdf) >. Acesso em: 05 Abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Currículo do sistema Currículo Lattes. 08 mar. 2019: Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/3383819339962955> > Acesso em 05 jun. 2019.

SILVA, Armando Malheiro da et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). *Organização e Representação do Conhecimento*. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-271.

\_\_\_\_\_. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, v. 8, n. 1/2, 5 dez. 2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246/3085>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília: SENAC, 2012. cap. 2, p. 79-172.

SOUZA, C. (1). Princípios arquivísticos na literatura internacional e nacional: mapeamento do princípio da proveniência. *Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação*, 5(1-2), 45-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1747>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. *Archivaria*, nº 17, 1983, p. 75-85.

TAMBLÉ, Donato. *La teoria archivistica italiana contemporanea: profilo storico critico (1950-1990)*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1993.

TANODI, Aurelio. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba: Universidad Nacional, 1961.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. 162 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103383>>.

TAYLOR, Hugh A. *Los servicios de archivo y el concepto de usuario: un estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1984.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. *Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade*. Textos de História, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.

\_\_\_\_\_. *Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité*. In: \_\_\_\_\_. *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris : Le Genre Humain, 2003.

**APÊNDICE A: Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898-2000)**

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	<i>Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven/ (Manual de Arranjo e descrição de arquivos –Manual dos Arquivistas Holandeses)</i>	Holanda	1898	1960 (Tradução)
JENKINSON, Hilary	<i>A Manual of archive administration</i>	Inglaterra	1922	1965
CASANOVA, Eugenio	<i>Archivistica</i>	Itália	1928	1928
BRENNEKE, Adolf	<i>Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens / (Archives: a contribution to the theory and history of European Archives)</i>	Alemanha	1953	1968
SCHELLENBERG, Theodore	<i>Modern archives: principles and techniques</i>	Estados Unidos	1956	2006
TANODI, Aurélio	<i>Manual de Archivologia Hispanoamericana: teorías e principios</i>	Argentina	1961	1961
BAUTIER, Robert Henri	<i>Les archives</i>	França	1961	1961
ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS	<i>Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France</i>	França	1961	1991
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Public and private records: their arrangement and description</i>	Estados Unidos	1963	1980
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Documentacion y documentacion</i>	Espanha	1979	1980
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Manual de organización de fondos de Corporaciones Locales. El Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla</i>	Espanha	1980	1991
VÁSQUEZ, Manuel	<i>Manual de selección documental</i>	Argentina	1982	1982
CARUCI, Paola	<i>Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione</i>	Itália	1983	1993
MATA CASTILLÓN, José Manuel; NÚÑEZ CONTRERAS, Luis; HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivistica: estudios básicos</i>	Espanha	1983	1983

AUTOR	OBRA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO	ANO DA EDIÇÃO ANALISADA
BERNER, Richard C.	<i>Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis</i>	Estados Unidos	1983	1983
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	Espanha	1984	1991
DANIELS, Maygene E.; WALCH, Timothy (org.)	<i>A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice</i>	Estados Unidos	1984	1984
LODOLINI, Elio	<i>Archivística: principi e problemi</i>	Itália	1984	1993
FAVIER, Jean	<i>Les archives</i>	França	1985	1985
PEDERSON, Ann	<i>Keeping archives</i>	Austrália	1986	1987
COOK, Michael	<i>The management of information from archives</i>	Canadá	1986	1986
DURANTI, Luciana	<i>Diplomatics: new uses for an old Science</i>	Canadá	1989	1996
LOPEZ GOMEZ, Pedro; GALLEGO DOMINGUEZ, Olga	<i>Introduccion a la Archivista</i>	Espanha	1989	1989
EASTWOOD, Terry	<i>The archival fonds: from theory to practice</i>	Estados Unidos	1992	1992
NESMITH, Tom	<i>Canadian archival studies and the rediscovery of provenance</i>	Canadá	1993	1993
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	<i>La pratique archivistique française</i>	França	1993	1993
TAMBLÉ, Donato	<i>La teoria archivística italiana contemporanea: profilo storico critico (1950-1990)</i>	Itália	1993	1993
ROUSSEAU, JeanYves; COUTURE, Carol	<i>Les fondements de la discipline archivistique</i>	Canadá	1994	1998 (tradução portuguesa)
CRUZ MUNDET, José Ramón	<i>Manual de Archivística</i>	Espanha	1994	2001
RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel	<i>Manual de Archivística</i>	Espanha	1995	2008
MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz	<i>La construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia</i>	Espanha	1996	1996
SILVA, A. M. da. et al.	<i>Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação</i>	Portugal	1999	
BAILEY, Catherine	<i>Archival theory and electronic records</i>	Estados Unidos	1989-1990	-

Fonte: Marques (2011); Kuroki (2016).



**APÊNDICE B: Manuais arquivísticos nacionais (1991-2009), segundo a literatura da área**

<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>ANO DA EDIÇÃO ANALISADA</b>
JARDIM, José Maria	Projeto de construção de uma metodologia iberoamericana de gestão de documentos: relatório da situação dos arquivos públicos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai	1987	1987
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Arquivos permanentes: tratamento documental	1991	2006
ESPOSEL, José Pedro Pinto	Arquivos: uma questão de ordem	1994	1994
LOPES, Luís Carlos	A informação e os arquivos: teorias e práticas	1996	1996
JARDIM, José Maria	Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil	1997	1995
LOPES, Luís Carlos	A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	1997	1997
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo (Projeto Como fazer, 8)	2002	2002
LOPEZ, André Porto Ancona	Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (Projeto Como fazer, 6)	2002	2002
RONDINELLI, Rosely Curi	Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica de diplomática arquivística contemporânea	2002	2002
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Diplomática e tipologia documental em arquivos	2008	2008

Fonte: Marques (2011); Kuroki (2016).

## APÊNDICE C: GLOSSÁRIO

### *ARCHIVALÍA*

- Por *archivalía* entendemos todo o material escrito, gráfico (desenhos, mapas, planos), reprográfico, sonoro, audiovisual (filmes) oriundos de uma entidade, produzidos ou recebidos com base em suas atividades ou, em geral, relacionados à sua vida administrativa, desde o momento em que cumpriu sua função imediata que deu origem à sua criação, e é mantido para fins administrativos, legais e cívica ou cultural. A *archivalía* pode ser conservada em unidades completas, incompletas ou dispersas, ordenadas ou desordenadas, sem perder seu caráter essencial, de partir de uma entidade como parte integrante de sua vida orgânica. Grande parte do arquivamento, especialmente dos séculos passados foi disperso e parcialmente conservado, em coleções, não em forma orgânica (TANODI, 1961, p.15, tradução nossa).

### COMPLEXO

- Veremos que uma eliminação puramente compreendida não significa, em absoluto, a desintegração de um **complexo** organicamente desenvolvido, mas, ao contrário, libera o registro do lastro, destaca a parte essencial do organismo e, assim, aumenta sua clareza e usabilidade. Em última análise, essa é uma das medidas, por que um registro é transformado num corpo arquivístico (BRENNEKE, 1953, p.62, tradução e grifo nosso).
- O arquivo é o **complexo** de documentos produzidos ou, em qualquer caso, adquiridos durante o curso de sua atividade por magistrados, órgãos e escritórios do Estado, por órgãos públicos e instituições privadas, por famílias e por pessoas. Para um desempenho ordenado de suas funções, é necessário que os documentos emitidos, enviados, recebidos ou, em qualquer caso, adquiridos pela entidade sejam classificados e organizados de modo a permitir sua recuperação rápida e funcional no momento em que são necessários (CARUCCI, 1983, p. 19, tradução e grifo nosso).
- Destaca-se um significado arquivístico para as cadeias documentais conectadas que dão origem a uma grade global, isto é, o arquivo, o que corresponde substancialmente ao princípio fundamental do arquivo como um **complexo** e não uma soma de partes e como um organismo [...]. Essa totalidade, que possui características particulares e complexas, que não podem ser resolvidas e

explicadas apenas com base nas propriedades e nas relações recíprocas entre os componentes, assume uma função diretiva dos fenômenos que subjazem à funcionalidade de um organismo e, portanto, no nosso caso, organização de arquivo. Assumir no arquivo o status científico da totalidade documental significa sublinhar a importância da unidade particular e integridade dos arquivos, legalmente definida como *universitas rerum* e cientificamente esclarecendo que as partes de um **complexo** de documentos separadas pelas interconexões orgânicas provocam a perda da natureza, função, significado, vitalidade e possibilidade de uso correto (TAMBLÉ, 1993, p.206, tradução e grifo nosso).

## CONEXÃO

- Os documentos de um arquivo de família não formam «um todo»; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a **conexão** orgânica de um arquivo no sentido em que o define o presente Manual (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.19, grifo nosso).
- Deve existir, assim, íntima **conexão** entre as principais divisões do arquivo e as séries de registros e maços. Se não é facultado ao arquivista adotar ou inovar séries arbitrárias de papéis relativos a determinada atividade particular do órgão administrativo, menos lícito ainda lhe é introduzi-las no próprio arquivo (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.69, grifo nosso).
- Uma das características essenciais dos arquivos é o fato de terem sido produzidos ou acumulados em **conexão** direta com as atividades funcionais de um órgão do governo ou de qualquer outra entidade e grande parte do seu valor depende da relação orgânica que mantêm, quer entre si, quer com o próprio órgão (SCHELLENBERG, 2006, P.43, grifo nosso).
- Esta organização [*método storico*] deve restabelecer as **conexões** internas na estrutura de um arquivo (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.20, tradução e grifo nosso).

## CONJUNTO

- o arquivo surge quando é formado como uma "*universitas rerum*", como um **conjunto** de documentos em que existe um vínculo entre as unidades específicas que o compõem. Portanto, o arquivo é formado, não com a produção dos

documentos, mas quando entre eles se estabelece o "*vínculo de unidad*", que o transforma em uma "*universitas*" (TANODI, 1961, p.6, tradução e grifo nosso).

- Arquivo é o **conjunto** de documentos escritos, desenhos ou material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.13, grifo nosso).
- Arquivo é um ou mais **conjuntos** de documentos, qualquer que seja sua data, sua forma e suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no curso de sua gestão, preservados, respeitando essa ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que os produz, para os cidadãos ou para servir como fontes de história (HEREDIA HERRERA, 1991, p.89, tradução e grifo nosso).
- O "arquivo", em suma, nasce espontaneamente, como sedimentação documental de uma atividade prática, administrativa, legal. Por isso é constituído por um **conjunto** de documentos, interligados por um elo original, necessário e determinado, pelo qual cada documento condiciona os demais e é condicionado por outros (LODOLINI, 1993, p.24, tradução e grifo nosso).
- O agrupamento de todos os arquivos de uma pessoa física ou moral num **conjunto** permite, sob certas condições, recriar o contexto de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este **conjunto** volta a situar esse contexto ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspectivação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.90, grifo nosso).
- Este duplo valor [prova e informação], os arquivistas ilustram-no afirmando que, em arquivística, "o todo é maior do que a soma das partes", sublinhando que, reunido numa entidade, num fundo, o arquivo de uma pessoa física ou jurídica tem um valor de testemunho que se vem justapor ao valor de informação que cada um dos documentos desse fundo possui. Esse último, que é uma unidade de base para a arquivística, define-se como "o **conjunto** das peças, independentemente de sua natureza, que qualquer corpo administrativo, pessoa física ou moral, reuniu orgânica e automaticamente, em virtude das suas funções ou atividades (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, pp.90-91).

- O fundo de arquivo é o **conjunto** de documentos provenientes da atividade de uma pessoa física ou jurídica ou de um organismo, cuja reunião é fruto de um processo natural em que o produtor gera e conserva esses fundos, tal como se formam os sedimentos das camadas geológicas, progressiva e constantemente (CRUZ MUNDET, 1994, pp.70-71, tradução e grifo nosso).
- o documento, entendido como uma peça simples ou individual, tem uma capacidade informativa fraca. Por outro lado, considerado no **conjunto** natural em que foi dado à luz, é onde seu potencial informativo alcança a sua plenitude (CRUZ MUNDET, 1994, p.69, tradução e grifo nosso).

## CONTEXTO

- No contexto dos arquivos totais, o arquivista deve enfatizar o valor da proveniência e do **contexto** original. Se a mídia de registro for separada e administrada independentemente por instituições especializadas, haverá perda (COOK, 1986, p.189, tradução e grifo nosso).
- O processo de avaliação aplicado aos registros eletrônicos mostra que, apesar dos diferentes meios, não há diferença fundamental na avaliação de papel ou informações computadorizadas; ambos são avaliados de acordo com seus valores administrativos, legais, evidenciais e informacionais dentro do **contexto** do sistema de manutenção de registros no qual eles foram criados (BAILEY, 1989-1990, p.195, tradução e grifo nosso).
- todo aquele que se compromete a realizar uma análise a fim de compreender diplomaticamente os documentos precisa investigar o significado de suas formas, não só no contexto pessoal do criador, mas no contexto mais amplo constituído pela doutrina jurídica da sociedade e do criador de sua manifestação na função de documentação dessa sociedade. Somente nesse **contexto** mais amplo é possível entender o significado real dos nomes dos documentos e, assim, sua natureza (DURANTI, 1989, p.11, tradução e grifo nosso).
- Onde há uma intenção fraudulenta na criação de uma cópia, é um pseudooriginal, em que o criador da cópia tenta imitar o original para enganar. Pense em uma pessoa que copia um convite para um evento para o qual ele não foi convidado para participar. Legalmente e diplomaticamente, um pseudo-original é falso e muitas vezes também é historicamente falso. No exemplo fornecido, o documento sozinho (sem seu envelope) é historicamente genuíno (o evento ocorreu quando e onde indicado e os convites foram enviados nesse formato), mas é historicamente

falso em seu **contexto** porque o proprietário não era convidado. No entanto, também seria historicamente genuíno em seu **contexto** se o proprietário tivesse sido convidado, tivesse perdido o convite original e, portanto, feito uma cópia (DURANTI, 1989, p.21, tradução e grifo nosso).

- Insiste-se na importância de respeitar a integridade de todos os arquivos durante todo o ciclo da sua vida bem como num cuidado especial a ter na escolha dos arquivos definitivos. Sublinha-se igualmente que o **contexto** organizativo e funcional dos arquivos, que garante o princípio da proveniência, deve ser assegurado (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, prefácio, grifo nosso).
- O agrupamento de todos os arquivos de uma pessoa física ou moral num conjunto permite, sob certas condições, recriar o **contexto** de realização de um acontecimento, o que rodeia a vida de uma personagem ou de um organismo. Em suma, este conjunto volta a situar esse **contexto** ou esse meio circundante no tempo e no espaço, destacando-os através de uma perspetivação (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.90, grifo nosso).
- A necessidade de enquadrar o documento no **contexto** em que foi formado constitui a essência do Princípio da proveniência (MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.20, tradução e grifo nosso).
- uma visão nova face à realidade social que os arquivos são, investigar os seus fundamentos últimos para os conhecer na sua essência, verificar e comprovar a estrutura sistêmica que lhes é própria. É que para os conhecer, é necessário determinar o enquadramento que os envolve, analisar a base da sua criação, definir o seu **contexto** genético, o modo como crescem, as ligações que estabelecem com outros sistemas que com eles convivem (SILVA et al, 1999, p.19, grifo nosso).

## ELO

- Há, pois, esse caráter de acumulação cronológica (automaticamente) que decorre das próprias atividades da pessoa física ou jurídica e da ordem de sua realização, bem como o **elo** com a missão, os mandatos, os objetivos (organicamente) da pessoa física ou jurídica (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p.91, grifo nosso).

## EVIDÊNCIA

- temos documentos que são sobrevivências materiais de certas transações administrativas ou executivas do passado, preservadas para sua própria referência pelos responsáveis: assim, são **evidências**, porque elas formam uma parte real do corpus, dos fatos do caso (JENKINSON, 1937, p.4, tradução e grifo nosso).
- O objetivo do Arquivista é entregar às gerações futuras os documentos que lhe são confiados, sem diminuir o seu **valor evidencial**: portanto, ele tem que se proteger contra a destruição não apenas daqueles elementos cujo valor como evidência é óbvio para ele, mas também daqueles cujos valores ele não percebe (JENKINSON, 1937, P.68, tradução e grifo nosso).
- O processo de avaliação aplicado aos registros eletrônicos mostra que, apesar dos diferentes meios, não há diferença fundamental na avaliação de papel ou informações computadorizadas; ambos são avaliados de acordo com seus valores administrativos, legais, **evidenciais** e informacionais dentro do contexto do sistema de manutenção de registros no qual eles foram criados (BAILEY, 1989-1990, p.195, tradução e grifo nosso).
- os documentos de valor **evidencial** são aqueles que se destacam quando a origem e o desenvolvimento administrativo de uma organização estão sendo estudados. Esses são os assuntos que são úteis para escrever descrições estruturais, tradicionalmente o *stock-in-trade* dos arquivistas (COOK, 1986, p.71, tradução e grifo nosso).
- O objetivo da defesa moral é estabelecer o significado **evidencial** dos arquivos. [...] uma acumulação de arquivos precisa ter informações adicionais que possam explicar ao usuário os fatos básicos sobre o sistema e a organização que originalmente criaram o material (COOK, 1986, p.80, tradução e grifo nosso).

## INTER RELACIONAMENTO

- Todo documento arquivístico está intimamente ligado a outros, dentro e fora do grupo em que é conservado e seu significado depende dessas relações (JENKINSON apud LODOLINI, 1993, pp. 140-141).

## RELAÇÃO

- Executa apenas metade da sua tarefa o arquivista que se limita a descrever os documentos de dois ou mais dossiês mesclados e não tenta restabelecer-lhes as **relações** (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.65, grifo nosso).
- Ocorre também que não se compilou registro algum separado, mas que se reuniram os documentos recebidos em vários maços, conforme a sua **relação** com as diferentes funções da entidade (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p.69, grifo nosso).
- Uma das características essenciais dos arquivos é o fato de terem sido produzidos ou acumulados em conexão direta com as atividades funcionais de um órgão do governo ou de qualquer outra entidade e grande parte do seu valor depende da **relação** orgânica que mantêm, quer entre si, quer com o próprio órgão (SCHELLENBERG, 2006, P.43, grifo nosso).

## UNIVERSITAS RERUM

- o arquivo surge quando é formado como uma "*universitas rerum*", como um conjunto de documentos em que existe um vínculo entre as unidades específicas que o compõem. Portanto, o arquivo é formado, não com a produção dos documentos, mas quando entre eles se estabelece o "*vínculo de unidat*", que o transforma em uma "*universitas*" (TANODI, 1961, p.6, tradução e grifo nosso).

## VÍNCULO

- O "arquivo", em suma, nasce espontaneamente, como sedimentação documental, a partir de uma atividade prática, administrativa ou legal. É constituído por um conjunto de documentos, ligados entre si reciprocamente por um **vínculo** original, necessário e determinado pelo qual cada documento condiciona os demais e é para os demais condicionado (LODOLINI, 1894, pp. 24-25, tradução e grifo nosso).